

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

URBANIZAÇÃO LÍQUIDA: UMA INTERPRETAÇÃO DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA A
PARTIR DO PENSAMENTO DE ZYGMUNT BAUMAN

Henrique Vitorino Souza Alves
Orientador: Dr. Rômulo José da Costa Ribeiro

BRASÍLIA – AGOSTO, 2020

HENRIQUE VITORINO SOUZA ALVES

**URBANIZAÇÃO LÍQUIDA: UMA INTERPRETAÇÃO DA URBANIZAÇÃO
CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO PENSAMENTO DE ZYGMUNT BAUMAN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADOR: DR. RÔMULO JOSÉ DA COSTA RIBEIRO

BRASÍLIA
2020

(FOLHA DE APROVAÇÃO BANCA)

Agradeço ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, fonte da minha vida e da minha paz.

À minha esposa Dayanne, pelo apoio, paciência e perseverança em todo o período, sobretudo durante as viagens semanais à Brasília. Te amo.

Aos meus pais, meu irmão e cunhada, pelo carinho, suporte e incentivo aos estudos.

Ao querido casal Aloísio e Valdete (e família) pela hospitalidade, generosidade e alegria ao longo de minha hospedagem em Brasília.

Ao professor Rômulo, orientador cordial, compreensivo e sempre preciso em suas orientações.

À Universidade de Brasília e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pela oportunidade e apoio ao desenvolvimento do trabalho.

À Universidade de Uberaba e ao curso de Arquitetura e Urbanismo, pelo incentivo ao desenvolvimento dessa tese. Ainda, pela oportunidade de aprofundar, por meio da docência, minhas reflexões sobre o tema deste trabalho.

Aos amigos e familiares, pela torcida e apoio sempre, com destaque para as discussões e ajudas dos amigos Fábio, Fábio Oliveira, Reginaldo, Waldemar, Hismênia, Leo e Beatriz.

A todos, meu muito obrigado!

*Quem, em última instância, escolhe a imagem de uma cidade?
A própria cidade, mas sempre e somente através de suas instituições políticas (Aldo Rossi).*

RESUMO

A reflexão do sociólogo judeu polonês Zygmunt Bauman aborda uma série de aspectos da vida contemporânea. O autor é reconhecido pela amplitude de sua análise da sociedade atual, a partir do conceito de Modernidade Líquida. Esse autor pouco avança, porém, na compreensão de como as características do que ele denomina de condição líquido-moderna têm impactado o modo como o espaço urbano é produzido. A partir dessa constatação, esta tese objetiva desenvolver uma interpretação da urbanização contemporânea enquanto manifestação espacial do que Bauman considera ser a fase líquida da modernidade. Para isso, parte-se do pressuposto de que o ambiente construído, mesmo que possa ser tomado como fator de conformação da sociedade, é sobretudo expressão geográfica de seu contexto econômico, sociocultural, político e tecnológico. Em termos metodológicos, isso quer dizer que a urbanização é considerada aqui um elemento dependente dos demais aspectos da sociedade e, em função disso, a pesquisa foi estruturada em três momentos: a caracterização da urbanização recente; a construção de uma matriz analítica composta por elementos do pensamento de Bauman potencialmente capazes de elucidar as forças que têm operado na produção do espaço contemporâneo; e, em terceiro lugar, a aplicação dessa matriz. Como resultado, afirma-se a existência de um processo de produção espacial peculiar, denominado aqui de Urbanização Líquida, decorrente da presente condição de generalizada instabilidade existencial, do enfraquecimento da ação política, da transnacionalização do capital, do intenso emprego das novas tecnologias e da conversão do consumo em um meio de afirmação e construção de identidades pessoais. Ainda, a nova realidade espacial manifesta-se de modo mais ou menos intenso conforme o grau de inserção nos fluxos econômicos globais que cada região apresenta, o que permite considerar a presente produção (líquida) do espaço contemporâneo como a faceta geográfica da globalização.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização Contemporânea; Modernidade Líquida; Globalização.

ABSTRACT

The thought of the polish-jewish sociologist Zygmunt Bauman addresses a large number of aspects of contemporary life. The author is recognized for the breadth of his analysis of the current society, based on the concept of Liquid Modernity. This author makes little progress, however, in understanding how the characteristics of what he calls liquid-modern condition have impacted the way urban space is produced. Therefore, this thesis aims to develop an interpretation of contemporary urbanization as a spatial manifestation of what Bauman considers to be the liquid phase of modernity. To this end, it is assumed that the built environment, even if it could be taken as a shaping factor of society, is above all the geographical expression of its economic, sociocultural, political and technological context. Methodologically, it means that urbanization is considered here as an element dependent on the other aspects of society and, hence, this investigation was structured in three steps: the characterization of the current urbanization process; the construction of an analytical matrix with elements of Bauman's thought potentially capable of revealing the forces that have conformed the production of contemporary urban space; and, in third place, the application of this matrix. As a result, it is stated the existence of a peculiar space production process, called here by *Liquid Urbanization*, due to the present condition of generalized instability of existence, the weakening of political action, the transnationalization of capital, the intense employment of new technologies and the conversion of consumption into a means of social affirmation and building personal identities. Finally, the new spatial reality manifests itself more intensely according to the degree that a region inserts itself in the global economic flows, allowing to consider the present (liquid) production of the urban space as the geographic facet of globalization.

KEY-WORDS: Contemporary Urbanization; Liquid Modernity; Globalization.

RESUMEN

La reflexión del sociólogo judío polaco Zygmunt Bauman aborda una serie de aspectos de la vida contemporánea. El autor es reconocido por la amplitud de su análisis de la sociedad actual, empleando su concepto de Modernidad Líquida. Este autor poco profundiza, sin embargo, en la comprensión de cómo han impactado las características de la condición líquido-moderna en la producción del espacio urbano. Basado en esta observación, esta tesis pretende desarrollar una interpretación de la urbanización contemporánea como una manifestación espacial de lo que Bauman considera la fase líquida de la modernidad. Para esto, se supone que el entorno construido, aunque pueda ser tomado como un factor coercitivo de la sociedad, es sobre todo la expresión geográfica de su contexto económico, sociocultural, político y tecnológico. En términos metodológicos, esto significa que se considera aquí la urbanización como un elemento dependiente de otros aspectos de la sociedad y, en consecuencia, la investigación se estructuró en tres momentos: la caracterización de la urbanización reciente; la construcción de una matriz analítica compuesta por elementos del pensamiento de Bauman potencialmente capaces de dilucidar las fuerzas que han moldeado la producción del espacio contemporáneo; y, en tercer lugar, la aplicación de esta matriz. Como resultado, se afirma la existencia de un peculiar proceso de producción espacial, aquí llamado de *Urbanización Líquida*, derivado de la actual condición de inestabilidad generalizada de la existencia, del debilitamiento de la acción política, de la transnacionalización del capital, del uso intenso de nuevas tecnologías y de la conversión del consumo en un medio de confirmación social y construcción de las identidades personales. Finalmente, la nueva realidad espacial se manifiesta más intensamente según el grado de inserción de una región en los flujos económicos globales, lo que permite considerar la presente producción (líquida) del espacio como la faceta geográfica de la globalización.

PALABRAS CLAVE: Urbanización contemporánea; Modernidad Líquida; Globalización.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Relação entre as obras complementares e a de síntese entre 1987-1998.....	82
TABELA 2: Relação entre as obras complementares e a de síntese entre 1998-2018.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR	<i>Architectural Review</i>
CIAM	<i>Congresso Internacional de Arquitetura Moderna</i>
FMI	<i>Fundo Monetário Internacional</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
RPAA	<i>Regional Planning Association of America</i>
SUV	<i>Sport Utility Vehicle</i>
TIC	<i>Tecnologia da Informação e Comunicação</i>

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA	20
1.1. Discussão metodológica e o recorte temporal e geográfico	22
1.2. As escalas do novo urbano	23
1.2.1. Transformações na escala global	24
1.2.2. Transformações na escala regional	28
1.2.3. Transformações na escala urbana	32
1.2.4. Transformações no tecido urbano e na paisagem construída	38
1.2.5. As mudanças no planejamento territorial	48
1.2.6. Espaço e segregação social	50
1.3. A Urbanização Contemporânea – uma síntese	53
1.4. A reposta do Urbanismo – a Cidade Compacta	56
1.4.1. Um breve adendo – o mito da cidade modernista dispersa	60
2. A MODERNIDADE LÍQUIDA DE ZYGMUNT BAUMAN	63
2.1. Perspectivas sociológicas contemporâneas sobre a Modernidade	64
2.1.1. Os quatro períodos dos estudos urbanos	68
2.2. A Sociedade Contemporânea Ocidental	69
2.2.1. Transformações político-econômicas	70
2.2.2. Transformações na consciência ambiental	72
2.2.3. Transformações socioculturais	73
2.2.4. Transformações tecnológicas	74
2.3. A opção pela interpretação de Zygmunt Bauman	75
2.3.1. Vida e obra de Zygmunt Bauman (Posnânia, 1925 – Leeds, 2017)	77
2.3.2. Metodologia adotada para a construção da matriz analítica baumaniana	78
2.4. Breve discussão sobre o desenvolvimento do conceito de Modernidade	84
2.5. As duas Modernidades de Zygmunt Bauman	95
2.5.1. As metáforas do Sólido e do Líquido	97
2.6. A construção da matriz analítica a partir do conceito de Modernidade Líquida	104
2.6.1. O capital líquido e o desengajamento entre poder e política	104
2.6.2. O trabalho líquido	107
2.6.3. Da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores	112
2.6.4. Da seguridade à segurança – o medo líquido	116
2.6.5. Do cidadão ao indivíduo	119
2.6.6. Nação e comunidade – A retrotopia	123

2.6.7.	A vida líquida.....	126
2.7.	Um instrumental baumaniano para a interpretação do urbano na contemporaneidade 127	
3.	A URBANIZAÇÃO LÍQUIDA.....	130
3.1.	A interpretação de Bauman sobre a cidade contemporânea	132
3.2.	Discussão da urbanização recente a partir da matriz analítica construída.....	136
3.2.1.	Poder e política – Planejamento territorial na era líquida	137
3.2.2.	Globalização e a rede urbana mundial.....	139
3.2.3.	O alargamento da escala local	140
3.2.4.	A reestruturação do espaço intraurbano.....	142
3.2.5.	As duas cidades – ou a <i>Decantação Urbana</i>	144
3.2.6.	A cidade para o consumo	146
3.2.7.	Paisagem Líquida.....	151
3.3.	A Urbanização Líquida.....	153
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	Referências	165
	Apêndice	169

INTRODUÇÃO

Apesar dos problemas decorrentes do processo de urbanização¹, a ideia de que a cidade é um lugar privilegiado para viver continua sendo celebrada. Embora cada vez mais o mundo torna-se consciente dos problemas que o presente modo de vida urbano ocasiona, as cidades têm se tornado moradia para a maior parte da população do planeta. Por outro lado, sabe-se que nem todo indivíduo que sai do campo busca um centro urbano por livre escolha, pois em muitos casos o faz como consequência de forças fora de seu controle.

Independente se as cidades crescem por migrações voluntárias ou forçadas, o fato é que, na virada do século XXI, o planeta tornou-se majoritariamente urbano, com cerca de 50% de sua população vivendo em cidades². Essa população, cabe destacar, não é uniformemente distribuída pelo planeta e, cada vez mais, tem se concentrado em grandes aglomerações localizadas em regiões com baixos níveis de desenvolvimento³. Assim, se ao longo dessa intensificação da urbanização mundial as primeiras grandes aglomerações surgiram no continente europeu, berço da industrialização e, em seguida, nos EUA e Japão, progressivamente a balança se inverteu em favor de regiões de industrialização tardia, como a América Latina, a Ásia e, em menor intensidade, o continente africano (MUMFORD, 1998; UNITED NATIONS, 2016).

Nas últimas décadas, esses territórios têm se convertido nas regiões de maior concentração de cidades com mais de um milhão de habitantes. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), das 31 megacidades existentes em 2016 (com mais de 10 milhões de habitantes), 24 estão localizadas nas nações menos desenvolvidas do mundo – a China possui

¹ Por urbanização aqui se quer dizer o processo que modifica a ocupação de um território por meio da criação de uma rede de centros urbanos e que, paralela e conseqüentemente, concentra a sua população em tais lugares. O termo também é empregado com outros sentidos, como quando se refere a obras de dotação de infraestrutura urbana em áreas precárias (como favelas) ou no caso da consolidação de vazios urbanos.

² Essa afirmação baseia-se na tradicional classificação dos censos nacionais, para os quais a população urbana é aquela cuja moradia é localizada em áreas juridicamente classificadas como urbanas. No presente momento, especialmente nas regiões economicamente mais dinâmicas, o modo de vida urbano tem deixado de estar restrito aos moradores das cidades e se tornado o padrão de existência também da população do campo. Desse modo, a estatística adotada para anunciar o início da era urbana em escala global provavelmente apresenta uma proporção inferior ao que ocorre de fato (BRENNER; SCHMID, 2015; CHOAY, 1999).

³ Expressões como *nações desenvolvidas, em desenvolvimento e subdesenvolvidas*, ou *nações centrais e periféricas no capitalismo, nações emergentes*, ou ainda *primeiro, segundo e terceiro mundo*, embora muitas vezes empregadas de modo intercambiável, referem-se, a rigor, a teorias sobre o sistema mundial das nações e, assim, cada uma dessas classificações exprime conceitos específicos sobre a ordem mundial. Aqui, porém, elas serão empregadas em sentido menos rigoroso, denotando simplesmente a qualidade de vida geral em cada país em termos de produção de riqueza, renda, padrão dos serviços públicos e níveis de escolaridade.

seis. Além disso, a ONU prevê que as próximas 10 cidades que se tornarão megacidades estão localizadas na Ásia, na África e na América Latina (UNITED NATIONS, 2016).

Essa inflexão é fruto tanto de diferenças no tamanho das populações e ritmos de crescimento demográfico entre os países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, quanto do modo como as benesses da vida urbana são oferecidas: enquanto nas nações mais desenvolvidas geralmente há maior igualdade regional e social no acesso à qualidade de vida, nos países menos desenvolvidos ela se concentra em poucos centros urbanos e são acessíveis a uma pequena parcela da população, desequilibrando grandemente a distribuição populacional em nível regional e intraurbano. A formação das principais metrópoles brasileiras, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, é um caso típico desse precário padrão de urbanização, guardando certa semelhança com a situação experimentada pelas nações pioneiras da Revolução Industrial⁴ (HALL, 2016; MARICATO, 1996; SANTOS, 1996).

Diante desse quadro, a compreensão do processo de urbanização é essencial para que se possa desenhar políticas territoriais que garantam melhores condições de vida para a população e uma relação mais harmônica entre homem e meio ambiente. Porém, compreender a urbanização e as formas que ela assume ao longo do tempo e em cada lugar requer a consideração dos diversos processos relacionados à produção de cidades: as condicionantes ambientais, a tecnologia disponível, a dimensão sociocultural, o sistema político, a economia etc. O problema de se definir a urbanização em determinado tempo e espaço passa pelo desafio de compreender como, em um dado contexto, tais aspectos entrelaçam-se e produzem, como resultado, um certo padrão de ocupação do território.

Na sociologia, uma das questões mais importantes desde seu nascimento, refere-se ao papel que as estruturas sociais exercem sobre a ação individual das pessoas: para alguns teóricos as ações individuais são determinantes das estruturas sociais (como a abordagem de Max Weber); para outros, o contrário (como em Karl Marx); para outros, como Anthony Giddens, ambas são igualmente essenciais. Em relação ao tema da pesquisa, a questão sobre o espaço pode ser colocada de modo semelhante ao do dilema estrutura *versus* ação individual: o ambiente construído é um produto ou um condicionante social? Ele é externo à sociedade ou parte dela, assim como a economia ou a cultura? Se considerado parte da estrutura social, como o espaço relaciona-se com a ação individual?

⁴ Ao perceber essa semelhança, não se quer insinuar algum tipo de darwinismo social: ou seja, não se crê que as cidades brasileiras se tornarão, com o simples passar do tempo, semelhantes às inglesas ou alemãs. Entende-se que a melhoria nas condições de vida de uma sociedade é resultado de uma conjunção de muitos fatores (principalmente políticos), não sendo redutível a uma linha ascendente ou à ideia de uma evolução natural e inevitável.

Em face desses questionamentos, este trabalho posiciona-se considerando que o espaço é parte da estrutura social, um elemento produzido pelo homem segundo seus objetivos e em um contexto específico. O espaço, portanto, não é neutro, nem mero anteparo – ele é parte da *segunda natureza*, da cultura. Em outras palavras, a urbanização materializa no espaço uma dada sociedade em um determinado momento de sua história. Porém, com essa afirmação não se entende o espaço como simples expressão social. Ele também desempenha um papel na conformação da própria sociedade que o produziu, em uma relação dinâmica com o restante da totalidade social. Sendo assim, a afirmação de que o espaço expressa a sociedade seria perigosa se desacompanhada da noção de que ele ao mesmo tempo condiciona a vida em sociedade.

Nessa perspectiva, o espaço não é considerado simplesmente a plataforma sobre a qual a vida em sociedade se desenrola, mas é um dos fatores que constituem qualquer sociedade. Autores como Henri Lefebvre e Edward Soja trabalham a partir dessa noção, como expressam, respectivamente, seus conceitos de *Espaço Vivido* e *Terceiro Espaço (Thirdspace)*. Roberto Lobato Corrêa, no mesmo sentido, afirma que o espaço urbano deve ser compreendido como composto de seis níveis de compreensão, partindo de sua realidade física até sua dimensão simbólica e política, afirmando que ele expressa mas também condiciona a vida em sociedade (CORRÊA, 1997; SOJA, 2000).

“O espaço não é um ‘reflexo da sociedade’, ele é sociedade” (CASTELLS, 1983, p.4). A urbanização é sociedade, é seu fator espacial, geográfico, ao lado e em relação com os demais fatores (econômico, social, tecnológico etc.). Nesta tese, porém, busca-se interpretar o espaço a partir da compreensão das outras dimensões da realidade social – uma decisão metodológica de tomar-se a urbanização como um fenômeno conformado pela realidade econômica, sociocultural, política e tecnológica da contemporaneidade. Para isso, é importante reconhecer uma outra relação: a urbanização, em cada período, é caracterizada pelo entrelaçamento de diversos processos cujas origens encontram-se em pontos diferentes do tempo, alguns antigos, alguns recentes ou mesmo em formação. Em outras palavras, o que se considera como Urbanização Contemporânea é um conjunto de fenômenos espaciais que, tomados em sua totalidade, correspondem a um período específico (o contemporâneo) mas que, individualmente, podem apresentar origens distintas ao longo do tempo.

A industrialização, por exemplo, produziu inicialmente uma violenta reestruturação do espaço urbano tradicional europeu, entregando as cidades à livre ação do capital industrial. A partir de fins do século XIX, porém, a alteração do papel do Estado em relação à produção do espaço e o paralelo desenvolvimento da ciência do Urbanismo, ocasionaram um padrão de urbanização distinto do anterior, mesmo com o processo de industrialização se mantendo

relativamente o mesmo do ponto de vista econômico e tecnológico. Leonardo Benevolo, em sua *História da Cidade*, distingue dois tipos de núcleos urbanos ao longo desse período: a Cidade Liberal⁵ e a Cidade Pós-Liberal (BENEVOLO, 2009).

Bernardo Secchi também reconhece a relação entre urbanização e sociedade ao perceber que, conforme o aspecto que se analisa, é possível distinguir diferentes cidades em um mesmo intervalo de tempo. Ao analisar o século XX, por exemplo, ele reconhece a existência de pelo menos três cidades sobrepostas e de durações diferentes ao longo do tempo: a cidade da dispersão espacial, que nasce ainda no Século XIX e adentra o XXI; a cidade moderna, fruto do pensamento teórico do recém-nascido Urbanismo e que se manifestou especialmente do entreguerras até a década de 1960; e a cidade do Bem-Estar Social, construída ao longo dos Trinta Gloriosos (cerca de 1945-75) na Europa e nos EUA, principalmente. Assim, para Secchi, mesmo que a Cidade do *Welfare* tenha existido ao longo de 30 anos, processos mais antigos (como a dispersão espacial) manifestaram-se antes, durante e continuariam a ocorrer após aquelas três décadas (BENEVOLO, 1987, 2009; SECCHI, 2009).

É a partir dessas considerações que a tese é desenvolvida. Sua intenção maior é o aprofundamento da compreensão do modo como a urbanização é produzida pela sociedade nos tempos atuais. Para responder a esta pergunta fundamental (por quê a urbanização recente apresenta tais peculiaridades?), desdobram-se outras duas indagações: o que caracteriza a urbanização contemporânea? E, por extensão, que características a sociedade contemporânea possui que ocasionam esse e não outro padrão de urbanização?

Esse objetivo, por sua natureza universalizante, corre o risco de não representar fielmente o urbano na contemporaneidade. Sendo assim, como em qualquer teoria ou reflexão de natureza abrangente, deve-se em primeiro lugar reconhecer os limites do que se afirmará. No caso dos estudos sobre urbanização, observa-se uma grande concentração de reflexões e pesquisas realizadas no contexto dos países mais desenvolvidos, especialmente EUA e Europa Ocidental. Isso abre as portas para o erro de tomar o mundo à imagem de tais sociedades. Mas tal perigo não decorre simplesmente pela inerente imprecisão das extrapolações ou pela desconsideração ou mesmo relativa escassez de dados sobre outras realidades. Subjacente a esse problema está o fato de que tradicionalmente os estudos urbanos trazem consigo a noção de que leis universais regem o fenômeno urbano e, por isso, a descoberta desses supostos padrões naturais em um dado contexto permite a compreensão de qualquer outra situação: e

⁵ Charles Dickson, em sua novela *Tempos Difíceis*, chamaria a cidade desse período de *Coketown*, nome que Lewis Mumford adota para se referir à esse primeiro momento da industrialização (MUMFORD, 1998).

isso vale tanto para teorias explicitamente positivistas ou para teorias que passam ao largo de tais afirmações, mas que tacitamente se propõem como de aplicação e validade universais (como as atuais fórmulas de cidades verdes, sustentáveis ou inteligentes).

Por outro lado, a abrangência no estudo da urbanização é possível pois se reconhece a recorrência de certos padrões espaciais (como a dispersão ou a multicentralidade) em diversas partes do globo, especialmente nas regiões que são consideradas como integrantes do mundo Ocidental: a Europa Ocidental, os EUA e, com graus variados em cada caso, a América Latina e certas partes da Oceania, Ásia e África. Essa semelhança está relacionada, em primeiro lugar, com o fato de que tais territórios foram colonizados pelo continente europeu e que, com isso, ocorreu a migração de elementos culturais e instituições sociais dessa região para aquelas, mesmo que com graus diferentes de supressão e acomodação em cada contexto. Outro motivo, ligado ao primeiro, é o fato de que, desde a fundação das primeiras colônias, tem ocorrido o estabelecimento de sistemas políticos e econômicos de abrangência mundial que, mesmo variando em seus graus de integração ao longo do tempo, contribuíram para a conformação e, sobretudo, expansão do que se convencionou denominar Sociedade Ocidental.

Sendo assim, é possível admitir que a constatação da existência de padrões de urbanização semelhantes nos diversos territórios considerados ocidentais seja decorrente tanto do desenvolvimento histórico dessas regiões quanto do intercâmbio ainda presente entre elas. O que se quer dizer é que, neste trabalho, parte-se da pressuposição de que à Urbanização Contemporânea Ocidental corresponde uma outra abstração denominada Sociedade Contemporânea Ocidental, cujos fundamentos sociológicos, materiais e metafísicos costumam ser resumidos a certos valores, ideias e instituições, com destaque para o capitalismo, a ética judaico-cristã, a filosofia grega, o direito romano, o cientificismo, o individualismo, o racionalismo, o humanismo e a democracia⁶ (BAUMAN, 2001; FERGUSON, 2012).

O Ocidente, nessa perspectiva, não se refere a um território fixo, mas à uma sociedade e ao ambiente físico que ela produz – e esse não é rígido, tendo se expandido desde o continente europeu até diversas partes do globo desde o século XV. Esse compartilhamento de valores e instituições sociais, portanto, manifesta-se geograficamente em um movimento expansivo, a reboque, sobretudo dos fatores econômico e político – do sistema colonial ao período imperialista, do bloco capitalista na Guerra Fria à globalização contemporânea. Assim, pode-

⁶ Importante reconhecer que muitos desses valores vêm sendo questionados ou relativizados, sobretudo no recorte temporal proposto nesta tese. Inclusive, afirmou-se que se tratam de fundamentos, no sentido de ideias e conceitos fundantes, mas não necessariamente constantes ou dominantes ao longo de toda a história do Ocidente.

se afirmar a existência de uma Sociedade Ocidental desde aquele período, embora o território sobre o qual ela existiu, suas peculiaridades históricas e regionais tenham variado desde então.

Portanto, embora seja importante questionar a noção de que leis universais governem a vida das cidades, não é temerário trabalhar com generalizações quando se trata de regiões que comungam de valores, tecnologias e instituições sociais semelhantes. Além disso, a generalização torna-se mais plausível quando tais regiões não existem em isolamento mútuo, mas compõem sistemas maiores e de escala internacional, em constante comunicação e coordenação econômica e política. Embora não se possa afirmar que o processo de urbanização latino-americano tenha sido idêntico ao europeu, é possível reconhecer em ambos o compartilhamento, desde o período colonial, de certos fenômenos espaciais, avanços técnicos, instituições sociais, valores, estruturas políticas e sistemas econômicos.

Além disso, mesmo quando se considera as nações mais centrais no mundo Ocidental, não se pode afirmar que sofreram transformações espaciais idênticas (como a notória diferença entre a elite londrina do século XIX, que se deslocou para os subúrbios da cidade, e a parisiense, que permaneceu na área central da Cidade Luz). Assim, em cada momento, embora as forças indutoras do processo de urbanização possam ter sido as mesmas, sua materialização, em cada contexto, não costuma ocorrer de modo homogêneo. Por isso que não as peculiaridades, mas os processos gerais é que serão considerados aqui pois, retomando o exemplo, apesar da diferença na localização das classes sociais nas duas capitais, em ambas se observou o crescimento periférico via criação de áreas suburbanas, assim como problemas semelhantes decorrentes da realidade industrial.

A partir dessas considerações, entende-se que continua relevante para a produção do conhecimento reflexões de caráter abrangente. A própria produção contemporânea testemunha a relevância disso, dada a persistente produção de teorias e análises generalistas do urbano, como em Ascher (1998), Castells (1999), Harvey (1993), Reis (2006), Santos (2008) ou Sassen (1998), ou o grande número de pesquisas de caráter empírico voltadas para a verificação de tais generalizações. Assim, embora reconhecendo a pluralidade de manifestações do urbano ao redor do mundo e também os novos caminhos propostos pelos estudos pós-coloniais e decoloniais⁷, escolheu-se trabalhar com a perspectiva tradicional dos estudos urbanos, não porque se crê na validade de leis de caráter universalizante, mas por reconhecer a natureza

⁷ Este tema (do elemento não-ocidental) é bastante interessante (e importante), uma vez que houve diferença no nível de mistura ou de apagamento das culturas autóctones diante da cosmovisão europeia desde o período colonial. Mais do que isso, alguns conceitos articulados aqui (sobretudo Ocidente e Modernidade) têm sido revisitados nessas novas reflexões, pondo em relevo seu caráter eurocêntrico e o discurso de dominação embutido em tais categorias.

imbricada do desenvolvimento da história urbana (e da cultural, política, econômica etc.) entre as diversas partes do mundo que, de algum modo, compartilham do que se convencionou denominar Ocidente.

Tendo discorrido sobre as questões anteriores, pode-se passar à premissa central da pesquisa, assim como a seus objetivos e ao método escolhido para os alcançar. Como afirmado anteriormente, deseja-se interpretar a urbanização atual a partir das características da sociedade que a tem conformado. Se o espaço urbano pode ser tomado como produto de uma sociedade, é de esperar que a compreensão dos fatores econômicos, culturais, tecnológicos e políticos lancem luz, de teor explicativo, sobre o fenômeno urbano. Ainda, se as sociedades nacionais no contexto da globalização cada vez mais têm compartilhado semelhanças em suas dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais, faz sentido buscar em uma definição geral de sociedade contemporânea (Ocidental, no sentido mencionado anteriormente) as forças conformadoras do fenômeno urbano recente – que também tem sido semelhante no contexto mencionado.

Para alcançar isso, é necessário que se desenvolva, de um lado, uma síntese dos principais caracteres da urbanização contemporânea e, de outro, que se eleja alguma interpretação abrangente da sociedade atual a fim de que se identifique nessa caracterização elementos que possam elucidar os motores da presente realidade urbana. Assim, para a realização da caracterização da urbanização, serão utilizados diversos trabalhos sobre o tema, com preferência para aqueles de caráter mais abrangente e que figuram entre as principais referências para os estudos na área. Já na caracterização da sociedade contemporânea, optou-se por trabalhar com o pensamento de apenas um teórico. Uma vez que o objetivo central do trabalho é a interpretação do fenômeno urbano contemporâneo, entende-se que não faz sentido desenvolver uma discussão aprofundada sobre a sociedade que o produz; além disso e, não menos importante, isso não será feito uma vez que se trata do desenvolvimento de uma tese sobre urbanização e não de uma análise sociológica da contemporaneidade.

Para isso, foi escolhido o pensamento do sociólogo polonês (e judeu) Zygmunt Bauman. A escolha deu-se em função de algumas peculiaridades de sua obra. Em primeiro lugar, Bauman apresenta uma reflexão abrangente sobre a realidade social contemporânea, analisando desde aspectos mais gerais (como a globalização da economia) até as relações interpessoais; em segundo lugar, ele constrói seu pensamento por meio do inter-relacionamento de várias áreas do conhecimento, associando ao seu campo original (a sociologia), elementos e conceitos da psicologia, da economia e da filosofia; em terceiro lugar, Bauman toca de modo rápido e, de certo modo, superficial, a questão territorial, especialmente o aspecto morfológico e funcional

das áreas urbanas – o que é bastante pertinente aqui, pois o objetivo do trabalho é justamente compreender o processo de urbanização contemporâneo a partir do pensamento desse intelectual.

Desse modo, pode-se sintetizar a premissa do trabalho nos seguintes termos: a interpretação de Bauman sobre a contemporaneidade revela os fenômenos (de natureza política, econômica, sociocultural e tecnológica) que têm conformado o padrão de urbanização recente. Dito de outra maneira, à etapa da *Modernidade Líquida*, proposta por esse sociólogo, corresponde um processo de urbanização também *líquido* (o resultado espacial das peculiaridades da presente realidade social, entendida segundo o olhar do autor escolhido).

Tendo em vista essas considerações preliminares, o objetivo principal da pesquisa é desenvolver uma interpretação do fenômeno urbano recente a partir do conceito de Modernidade Líquida de Zygmunt Bauman. Desdobra-se disso, dois objetivos específicos: o primeiro, caracterizar a urbanização contemporânea e, o segundo, construir uma matriz analítica que permita interpretar a urbanização a partir das características da Modernidade Líquida.

A metodologia adotada, conseqüentemente, foi estruturada em três momentos: em primeiro lugar, a urbanização recente foi caracterizada por meio de pesquisa bibliográfica em trabalhos que apresentam visões abrangentes sobre o fenômeno urbano hodierno. O segundo passo também realizou pesquisa bibliográfica, voltando-se, porém, para a compreensão do pensamento de Bauman e a construção da matriz analítico-conceitual baseada em suas reflexões. No terceiro momento, essa matriz foi empregada para compreender porque a urbanização recente possui as características detectadas no primeiro passo. Ainda, no início de cada uma dessas três etapas (correspondentes aos três capítulos da monografia) é apresentada uma discussão metodológica específica em complemento à estrutura geral aqui delineada.

1. A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

“*La nueva civilización cuyo carácter distintivo son el movimiento y la comunicatividad*” - Idelfonso Cerdà

A produção do espaço urbano nas últimas décadas tem apresentado características que permitem distinguir o surgimento de um novo padrão de urbanização, especialmente a partir da década de 1970. Em Alves (2013) é apresentada uma sistematização de características da urbanização recente onde se percebe que, apesar das diferenças conceituais e metodológicas dos autores pesquisados, tais vozes coincidem em associar os novos fenômenos urbanos à reestruturação econômica posta em movimento nas últimas décadas do século XX. Não só isso, mas a nova realidade urbana tende a ser mais nítida nas regiões mais inseridas na presente dinâmica econômica mundial: segundo esta perspectiva, esse novo padrão de urbanização pode ser encarado como uma manifestação, no território, dos processos econômicos, políticos, tecnológicos e culturais que, em geral, são conjuntamente denominados de globalização.

Globalização, neste trabalho, é entendida segundo a leitura de Ulrich Beck, para quem o fenômeno consiste na superação da ordem mundial anterior, marcada pela coexistência de espaços nacionais fechados, com sociedades e mercados nacionais relativamente isolados dentro de suas fronteiras políticas, econômicas e geográficas – o Estado Nacional. Havia, é claro, relações que envolviam mais de um país, mas elas se davam predominantemente de modo *internacional*. Por outro lado, para Beck a globalização seria

(...) a experiência cotidiana da ação sem fronteiras na dimensão da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil (...). Entendida desta forma, a globalização significa o assassinato da distância, o estar lançado a formas de vida *transnacionais*, muitas vezes indesejadas e incompreensíveis (...) (BECK, 1999, p. 46-47, destaque nosso)⁸.

⁸ Por meio dessa definição é possível localizar o início da globalização, segundo o autor citado, desde a década de 1970, quando o sistema capitalista inicia seu processo de superação das fronteiras nacionais dos mercados, movimento possibilitado (mas não causado) pelo desenvolvimento da microeletrônica, das primeiras redes de computadores, da comunicação via satélite e com o aprimoramento dos modais marítimo e aéreo. Ao mesmo tempo, essa abertura econômica trouxe consigo progressiva integração das outras dimensões da sociedade por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Para outros autores, a globalização teve início em períodos diferentes, conforme o critério de análise adotado: para Marx e Wallerstein, a globalização nasce com o capitalismo moderno, no século XV; para Robertson, entre 1870-1920, no contexto do imperialismo europeu; para Giddens, foi a modernização posta em marcha desde o século XVIII com as revoluções políticas; para Perlmutter, com o fim da Guerra Fria (BECK, 1999; CASTELLS, 1999).

Assim, as últimas décadas do século anterior testemunharam a transição de uma economia mundial mediada por Estados Nacionais, com relações ocorrendo ‘entre nações’ (*internacionais*), para uma situação caracterizada por relações *transnacionais*, que se dão de modo independente em relação aos limites nacionais⁹.

A globalização tem integrado territórios, mas não tem trazido consigo maior igualdade de condições de existência, posto que ela não oferece as mesmas condições de vida para todos os lugares – há integração de mercados, mas não há oferta igualitária às pessoas das vantagens do mundo globalizado. Decorre disso que, se há desigualdade no acesso aos benefícios desse admirável mundo novo, se há diferentes modos de se participar dos fluxos globais de capital, informação, tecnologia e cultura e, como dito, se a urbanização contemporânea é expressão territorial da globalização, pode-se encarar o planeta como possuindo regiões com diferentes graus de manifestação dessa nova realidade urbana e territorial – em um extremo, regiões sem a presença dos novos processos espaciais (excluídas da globalização) e, no outro, os territórios centrais da economia global, que expressam mais explicitamente essa nova urbanização. Entre esses dois polos, existe uma complexa gradação de intensidades na manifestação dessa realidade urbana contemporânea, conforme o modo com que cada contexto se relaciona com o fenômeno da globalização. Assim, a urbanização contemporânea pode ser compreendida como a urbanização da (produzida pela) globalização e, uma vez que a participação nos fluxos globais de capital e informação em cada lugar é heterogênea, entende-se que o mundo contemporâneo é formado por uma constelação de regiões com níveis variados de *contemporaneidade*, do ponto de vista da urbanização (ALVES, 2013).

Cabe aqui, porém, uma ressalva: afirmar, no início deste trabalho, que a urbanização contemporânea é mais presente nas regiões mais inclusas na globalização não significa que a pesquisa começa em seu ponto de chegada. Compreender que a novidade do urbano é consequência da globalização não significa conhecer quais fenômenos, presentes nesse mundo globalizado, estão por trás das peculiaridades da urbanização recente. Essa constatação inicial, pode-se afirmar, apenas detecta a existência de uma relação (entre o urbano e a globalização), mas não elucida as características e os processos específicos que se desdobram, de modo mais concreto, na produção do espaço urbano – em outras palavras, é afirmado aqui que a globalização é caracterizada pela intensificação da vida na dimensão transnacional, mas não elucida como é essa vida em seus aspectos culturais, políticos, econômicos (assunto a ser tratado

⁹ Essa liberdade em relação às fronteiras, por sua vez, se manifesta com graus distintos, desde situações extremamente integradas (como na União Europeia ou com o sistema financeiro mundial) até regiões desligadas do sistema global (como certos territórios no continente africano ou asiático).

no capítulo 2) ou em seus aspectos espaciais (apresentados a seguir). A urbanização da globalização é o substrato sobre o qual é construída a presente tese.

1.1. Discussão metodológica e o recorte temporal e geográfico

O processo de urbanização recente não surgiu em um vácuo histórico. Embora diferenciado em relação ao período pré-1970¹⁰, essa divisão pode dar a falsa sensação de que o urbano se transformou de modo abrupto naquela década. Embora seja possível individualizar o contemporâneo em relação ao seu passado, o tempo atual deve ser entendido como resultado do relacionamento de processos anteriores, ainda presentes, com novas realidades (como exemplificado pelas Cidades do Século XX de Secchi, na introdução). O presente, assim, é constituído por rupturas e continuidades, entrelaçados de tal modo que permitem distingui-lo em relação a momentos pretéritos. Assim, diante de tal abordagem, faz-se necessário rastrear, no tempo, os principais fenômenos que conformam o que hoje tem sido denominado de urbanização contemporânea¹¹.

A partir disso, o primeiro passo é identificar um ponto de partida espaçotemporal a fim de evitar um retrocesso até as primeiras cidades conhecidas, uma vez que é possível reconhecer certos processos que unem toda ou boa parte da evolução urbana conhecida¹². Devido à relação íntima entre economia, política e ocupação territorial, os dois primeiros fatores são utilizados aqui para se delimitar o recorte temporal e geográfico do trabalho. Uma vez que se parte do reconhecimento do papel da globalização na conformação da urbanização recente, considera-se aqui como ponto de partida o engendramento da ordem político-econômica que impulsionou a expansão do ocidente para territórios não-europeus: o surgimento do capitalismo e o início do movimento de colonização europeia no século XV.

Sob essa perspectiva, o período presente é compreendido como a mais recente manifestação do processo de integração mundial da economia capitalista iniciado no século XV. Não apenas isso, mas o Quatrocentos também foi um momento de consolidação dos Estados Nacionais e a superação da ordem feudal europeia. Apesar do século XVIII ter sido

¹⁰ Essa década é tomada de modo aproximado, uma vez que ela foi marcada mais pela crise do sistema econômico mundial do que pela nova realidade globalizada – que se tornaria mais manifesta na década seguinte (CASTELLS, 1999; GIDDENS, 2012; HARVEY, 1993; MANDEL, 1982; SASSEN, 1998; SOJA, 2000).

¹¹ Uma interessante introdução sobre esse problema – o da divisão do tempo em sucessivos e distintos períodos históricos – é dada pelo historiador Jacques Le Goff, utilizando como objeto de reflexão a definição tradicional de Idade Média (GOFF, 2015).

¹² Um exemplo é a divisão social do trabalho que pode ser encarada como um elemento constante em toda a história da urbanização (COULANGES, 2009; MUMFORD, 1998; SOJA, 2000).

importante por suas revoluções políticas e tecnológicas, e o XIX, pela profunda reestruturação urbana ocasionada pela industrialização, foi no século XV que, firmados pela estrutura do Estado-Nação e movidos pela crença de sua superioridade cultural e pelo apetite expansionista do infante sistema econômico, os europeus deram início a um processo de ampliação geográfica de sua existência material e espiritual que, nos dias atuais, é chamada de globalização. Do ponto de vista geográfico, o recorte decorre naturalmente da seleção do ponto de partida temporal: o continente europeu, em um primeiro momento, depois os territórios que seriam por ele colonizados. Novamente, reforça-se que não se considera a existência de um território homogêneo, mas que ao longo do tempo experimentou graus distintos de integração econômica e política, além da comunhão de certos valores culturais e instituições sociais (BECK, 1999; HOBBSBAWM, 2010, 2015).

Para uma compreensão mais adequada do fenômeno, mesmo de modo panorâmico, é necessário que à continuidade histórica (desde o século XV) e à geográfica (desde a Europa), deve-se atentar para as transformações ocorridas nas diferentes escalas de interpretação do urbano, uma vez que, no contexto presente, tem sido cada vez mais difícil interpretar a dinâmica espacial a partir de uma única escala. Em especial, se destaca a considerável diluição dos limites entre as escalas urbana e regional iniciada com os primeiros territórios metropolitanos e aprofundada nas últimas décadas. Françoise Choay, em um artigo escrito em fins do século XX, reconhece que em parte considerável do continente europeu não mais faz sentido trabalhar com o par conceitual cidade-campo, em função da onipresença do *status* urbano em toda parte – o que configuraria, para a pesquisadora, a morte da cidade (CHOAY, 1999). Assim, abordar o tema da urbanização contemporânea demanda a consideração de transformações em diferentes escalas a fim de que se evite apresentar imagens distorcidas do fenômeno.

1.2. As escalas do novo urbano

A seguir, a urbanização contemporânea será posta em perspectiva, sendo caracterizada no que a distingue dos tempos anteriores, mas ao mesmo tempo, como uma etapa distinta dentro do processo de urbanização ocidental. O intervalo de tempo considerado (do século XV à contemporaneidade) será apresentado segundo as transformações ocorridas em quatro escalas: a global, a regional, a (intra)urbana e no nível da divisão fundiária e da paisagem construída. Em complemento, é abordado as principais transformações ocorridas na atividade do planejamento territorial.

1.2.1. Transformações na escala global¹³

Do fim do Império Romano do Ocidente até o início das grandes navegações, a integração urbana em escalas maiores que a regional foi bastante frágil no continente europeu, com exceção das redes estabelecidas pela Liga Hanseática ao norte ou as relações entre as cidades italianas e o Oriente, ao sul. Especialmente, a baixa capacidade de deslocamento e comunicação a distância existente restringia a escala global às possibilidades ofertadas pelas conexões naturais (geográficas) disponíveis. Não apenas isso, mas o baixo nível de integração econômica e política entre as diferentes regiões, de fato, produziu um mundo composto por trechos praticamente isolados uns dos outros.

Com o advento do capitalismo e certos desenvolvimentos na tecnologia náutica, a partir do século XV uma nova etapa na integração territorial iniciou-se. Nesse movimento expansionista foram sendo estabelecidas novas e cada vez mais amplas redes urbanas, por meio das quais fluíam as informações, os indivíduos e os objetos envolvidos nas relações entre o continente europeu e os territórios conquistados. Com o tempo e conforme aumentava a relevância econômica e política de certas regiões, elas testemunhavam a intensificação de seus processos de urbanização e, a reboque, também da hibridização cultural entre a vida autóctone e a estrangeira. Nos diferentes momentos dessa longa evolução, essa ocidentalização sempre foi mais intensa onde a urbanização recrudescia, com as cidades e, sobretudo, as redes urbanas, funcionando como os fixos protagonistas no estabelecimento dos fluxos entre o velho e o novo mundo (BECK, 1999; BENEVOLO, 1994, 2009; CASTELLS, 1999; SANTOS, 2008).

Se o período considerado foi marcado por duas constantes (o contínuo movimento de integração mundial e de urbanização das regiões integradas), do ponto de vista morfológico e funcional, na escala global, pode-se perceber quatro momentos principais, resultantes de mudanças nos arranjos político-administrativos e econômicos, mas também impulsionados pelo

¹³ Por escala global se refere aqui a níveis de integração superiores ao conceito de região desenvolvido na geografia francesa e que, via Patrick Geddes (HALL, 2016), foi incorporado à teoria do planejamento territorial: um espaço contíguo, de características físicas e sociais relativamente homogêneas e que permite o desenvolvimento de uma rede de aglomerações urbanas interdependentes entre si e com o meio ambiente no qual se encontram. Ou seja, qualquer estrutura que extrapola tais condições, como uma rede comercial intercontinental, pode ser considerada um arranjo em escala global, mesmo que não opere em todos os continentes do mundo. Seria possível ainda uma quinta escala, a nacional, porém optou-se por suprimi-la pois, conforme o grau de integração da rede urbana de uma dada nação, ela pode coincidir com o que aqui se considera regional ou global: em casos menos integrados, ela tende a ser simplesmente o nome dado ao conjunto de redes regionais existentes no interior de um Estado, com pouco nível de integração entre si – um território de várias regiões e que, analiticamente se aproxima do conceito de escala global trabalhado aqui; ou, em casos de intensa integração, uma grande rede em escala nacional pode, sem muito prejuízo, ser englobada no nível de análise regional.

desenvolvimento de certas inovações tecnológicas: a fase do capitalismo comercial (séc. XV ao XVIII), a Revolução Industrial, a cidade do século XX (até 1970) e a cidade contemporânea (pós-1970).

O início do atual processo de integração econômica mundial, localizado aproximadamente no século XV, teve como motor econômico o capitalismo comercial¹⁴. Naquele período, as redes urbanas nacionais (regionais) existentes, especialmente no território das coroas portuguesa e espanhola, passaram a se expandir em escala mundial a fim de integrar os territórios recém-conquistados via expedições ultramarinas. Esse processo foi materializado pela criação de centros urbanos e certas infraestruturas para o controle e apoio logístico em solo conquistado. Pode-se compreender o planeta naquele momento e *no contexto do sistema capitalista*, como formado por poucas redes urbanas de escala global encerradas nas fronteiras dos Estados Nacionais Europeus (que abrangiam os territórios metropolitano e colonial) e com graus variados de trocas umas com as outras em ambiente internacional (ASCHER, 2010; BENEVOLO, 1994; HOBSBAWM, 2014, 2015; MUMFORD, 1998; SOJA, 2000).

Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, houve uma mudança no capitalismo e nos interesses que as nações europeias (e, cada vez mais, os EUA) tinham em relação aos outros territórios do globo. Ao longo do século XIX, muitas colônias portuguesas e espanholas iniciaram seus processos de independência, mas outras potências europeias (movidas pela atividade industrial) ampliaram seu domínio político e econômico por meio de conquistas militares em diversas regiões do mundo, especialmente no continente africano e asiático. Nesse período, o interesse migrou da busca por especiarias e metais preciosos para a abertura de novos mercados consumidores para os produtos europeus, assim como para assegurar o acesso às matérias-primas e rotas comerciais necessárias para a expansão industrial. Esse arranjo político-econômico é conhecido na historiografia como Imperialismo, onde principalmente Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Bélgica se destacaram na conquista de extensas áreas do planeta e no estabelecimento de redes econômicas transcontinentais entre a Europa e os demais continentes do mundo (HOBSBAWM, 2014, 2015; ZUCCONI, 2009).

Em relação à integração mundial, foi caracterizado pela manutenção da lógica anterior, com redes urbanas na escala global operando como sistemas domésticos e realizando trocas controladas entre si – e, no caso das nações imperiais mais importantes, seu espaço doméstico poderia corresponder a vastos territórios localizados em um ou mais continentes. O que distinguiu esse momento foi o aprofundamento da integração devido às novas possibilidades

¹⁴ Ou, Mercantilismo.

tecnológicas introduzidas pela revolução industrial (trens, navios a vapor, telégrafo, telefone, eletricidade, rádio, dentre outros). Assim, o novo contexto ocasionou uma sensível dinamização das redes urbanas, intensificando as suas trocas, ampliando a capacidade de coordenação das cadeias produtivas a distâncias cada vez maiores e acelerando o processo de urbanização dos territórios recém-incluídos na economia mundial. Embora abalada com a Primeira Guerra, esse modo de integração iria se manter bastante semelhante até o segundo conflito global, quando mudanças na geopolítica mundial finalmente trouxeram ao fim o período imperialista europeu (HOBSBAWM, 1995, 2014, 2015).

Entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1960, a geopolítica do Imperialismo é finalmente desmantelada¹⁵, nascendo em seu lugar uma outra ordem mundial, dessa vez polarizada entre duas potências mundiais em disputa ideológica e econômica: os EUA e o sistema capitalista de um lado e a URSS e o socialismo de outro. Ao longo da segunda metade do século XX, o mundo pode ser entendido, de modo simplificado, como polarizado por duas potências continuamente em conflito tático pela sujeição e absorção ideológico-econômica dos demais territórios do planeta – a Guerra Fria. Do ponto de vista da urbanização, esse período manteve foi marcado por um planeta integrado via trocas em ambiente internacional, mediadas e limitadas pelo fechamento dos Estados-Nação, sobre um pano de fundo de disputa ideológica pelo alinhamento das demais nações. De certo modo, a integração espacial em larga escala sofreu uma retração à medida que cada colônia se tornava independente e, como consequência, o Estado que dela nascia levantava seus muros e estabelecia seu próprio mercado doméstico. Mas, essa retração das redes imperialistas foi acompanhada pela ampliação das trocas e dos territórios incluídos no sistema econômico mundial de importações e exportações, dividido (mas não totalmente isolado) entre os mundos capitalista e socialista. Nessas décadas, outros avanços tecnológicos possibilitaram um grande salto na capacidade de integração das redes urbanas, com o advento do telefone intercontinental, da comunicação via satélite, do automóvel particular e dos voos comerciais (ASCHER, 2010; CASTELLS, 1999; HOBSBAWM, 1995; SOJA, 2000).

Finalmente, o quarto e atual período é marcado por uma profunda ruptura em relação aos três anteriores: a crescente desmaterialização das fronteiras nacionais em relação aos fluxos de informação, capital, mercadoria e pessoas. Assim, embora as novas tecnologias de comunicação digital e os avanços nos sistemas de transporte tenham contribuído para uma

¹⁵ Por outro lado, embora a dominação política explícita tenha soçobrado com a independência das últimas colônias, o espírito imperialista e a dominação econômica ainda persiste, embora funcionando segundo estratégias mais tácitas.

intensificação da integração das redes urbanas, a nova realidade é resultante de uma revisão do papel das fronteiras nacionais em relação aos fluxos econômicos (e de outras naturezas). Ao mesmo tempo, a ordem bipolar mundial foi substituída (com o fim da URSS) por um sistema de nações multipolarizado, pelo surgimento de blocos plurinacionais e pelo predomínio do sistema capitalista.

Essa crescente porosidade das fronteiras nacionais foi a resposta do sistema capitalista mundial à crise que enfrentou ao longo da década de 1970. Naquele período, as grandes corporações das nações mais desenvolvidas experimentavam uma redução em seus níveis de lucratividade em função da saturação de seus mercados e dos altos custos de operação devido à presença de políticas de Bem-Estar Social (*Welfare State*) em seus territórios de origem. A saída escolhida pelo poder econômico foi pressionar os Estados a, de um lado, reduzir as exigências relacionadas à seguridade social e, de outro, minimizar as barreiras nacionais aos fluxos internacionais da economia. Tudo isso, é claro, só foi possível com o advento da microeletrônica e das redes de computadores, mas o estabelecimento dessa nova realidade foi um movimento iniciado pelo sistema capitalista e posto em ação pelos próprios Estados Nacionais (CASTELLS, 1999; MANDEL, 1982; SASSEN, 1998; SOJA, 2000).

Assim, possibilitadas (mas não causadas) pelas novas TIC's, os Estados Nacionais progressivamente passaram a adotar medidas de abertura e integração de seus mercados domésticos, possibilitando o estabelecimento de relações econômicas e instituições de natureza transnacional. Embora a integração urbana nacional ainda se relacione na escala global com outras redes nacionais (relações internacionais), cada vez mais é estabelecida uma outra dimensão de integração, caracterizada por seu funcionamento em escala global, de modo integrado, síncrono e, o principal, não limitado à esfera de poder de um Estado-Nação – novamente, as redes locais se expandem para além de seus territórios, mas a conquista militar e a posse política do outro território (suas antigas ferramentas) cederam lugar a acordos de livre comércio e de circulação de pessoas, com graus variados de abrangência em relação ao que é livre e ao que não é na relação entre cada país. O exemplo mais conhecido (e de maior intensidade de integração) é a União Europeia, bloco econômico que não só possui livre circulação de pessoas, bens e serviços, mas que inclusive adotou uma mesma moeda e leis comuns ao lado de cada legislação nacional (ASCHER, 2010; BECK, 1999; CASTELLS, 1999; HOBBSAWM, 1995; SASSEN, 1998; SOJA, 2000).

Além do caráter transnacional, as redes urbanas também vêm sofrendo transformações no modo com que as atividades econômicas são distribuídas espacialmente. Diferente da lógica anterior, fortemente nacional e que acomodava em uma mesma cidade ou região cadeias

produtivas inteiras, muitos setores têm se reorganizado de modo a distribuir as diferentes tarefas envolvidas na produção de bens (e mesmo no caso de certos serviços), entre cidades localizadas em diferentes lugares do mundo. A esse processo é dado o nome de deslocalização industrial, ou *offshoring*, que por sua vez integra um conjunto de mudanças conhecido como Reestruturação Produtiva: flexibilização do trabalho, redução da intervenção do estado na economia, desindustrialização, aumento no emprego de sistemas automatizados, dentre outros. Isso foi possível porque, com as novas possibilidades tecnológicas e o novo ambiente regulador das atividades econômicas globais, a proximidade espacial tem deixado de ser fator relevante para o funcionamento de muitas atividades econômicas, que passam a selecionar suas localidades em função de outras vantagens (geralmente, mão-de-obra barata e isenção de impostos).

Como consequência, parte crescente da produção industrial vem sendo reorganizada, em escala planetária, de modo a localizar suas atividades menos complexas em regiões menos desenvolvidas do planeta e concentrar suas atividades estratégicas (de comando, pesquisa e inovação) em algumas poucas e importantes cidades. Denominadas Cidades Globais pela socióloga holandesa Saskia Sassen, esses centros são caracterizados por concentrar as alavancas de controle das principais corporações do mundo, assim como exercem o papel de condução do sistema financeiro planetário e de boa parte da pesquisa tecnológica avançada¹⁶. Além do surgimento dessas verdadeiras capitais da economia mundial, tais mudanças têm contribuído para o início ou a aceleração do processo de industrialização e, a reboque, de urbanização, em diversas regiões do planeta, à medida que se tornam destino de investimentos que saem de seus países de origem em busca de custos de operação menores alhures. Na outra ponta, muitos centros urbanos têm entrado em recessão com a saída de suas antigas fábricas, como o caso emblemático de Detroit e sua indústria automobilística (CASTELLS, 1999; SASSEN, 1998).

1.2.2. Transformações na escala regional

As mudanças na escala global foram acompanhadas por transformações no espaço intrarregional e podem ser apresentadas segundo uma periodização que corresponde de modo aproximado à anterior: a região no capitalismo comercial, as transformações decorrentes da

¹⁶ O grupo de pesquisa criado por Saskia Sassen, Peter Hall, Manuel Castells, John Friedmann e Nigel Thrift, denominado *Globalization and the World Cities* (GaWC), regularmente tem aplicado uma metodologia de classificação hierárquica da rede urbana de cidades globais. Embora apresente variações de ano para ano, quase sempre as cidades de Nova Iorque, Londres e Tóquio figuram entre as três mais poderosas do mundo. Os resultados do GaWC encontram-se em: <https://www.lboro.ac.uk/gawc/index.html>.

industrialização, a escala regional ao longo do século XX e a região no contexto da globalização.

No primeiro momento, a rede urbana regional pouco se transformou em relação ao período anterior, se mantendo muito semelhante à situação surgida com o renascimento comercial dos últimos séculos do período medieval europeu: regiões fortemente marcadas pelos limites geográficos, centros urbanos de tamanho reduzido e com relação mais intensa com suas áreas campestres circundantes do que com os núcleos ao redor, salvo nos casos de cidades pertencentes às principais rotas comerciais europeias. Porém, à medida que os Estados-Nação foram sendo criados e consolidados, essa rede experimentou uma diferenciação importante em relação aos séculos imediatamente anteriores: o surgimento da capital nacional, sede da corte do monarca absolutista e de sua burocracia, controlando o exército e as rotas comerciais da nação, e funcionando como referência artística e comportamental para toda população (BENEVOLO, 1994, 2009; MUMFORD, 1998; SOJA, 2000).

Com a Revolução Industrial, especialmente a partir de meados do século XIX, deu-se início a um rápido processo de concentração populacional nas cidades que, aliado à alta taxa de crescimento demográfico no período, contribuiu para dinamizar as relações entre os núcleos urbanos europeus. Porém, o período não foi marcado apenas por mudanças quantitativas, uma vez que a nova realidade industrial e suas possibilidades tecnológicas ocasionaram uma reestruturação das atividades econômicas em nível regional. Em especial, a relação entre cidade e campo, antes marcada por uma separação funcional bem definida passou a ser mais imbricada, com atividades urbanas passando a polvilhar o campo circundante. Isso se deu principalmente com o surgimento dos primeiros subúrbios e a paralela demolição das muralhas que separavam o urbano do rural. Além disso, estabeleceu-se uma nova especialização de funções entre as cidades, sendo comum nas nações mais industrializadas o surgimento de cidades voltadas para a produção fabril, outras para o turismo e lazer ou ainda aquelas que se tornaram grandes centros portuários e de comércio. Além disso, destaca-se o surgimento das primeiras conurbações, geralmente ocasionadas pela força de atração resultante da combinação, em uma mesma cidade, da função de capital nacional e de centro industrial – Londres, acima de todas, foi o caso paradigmático desse fenômeno (BENEVOLO, 1987, 2009; HALL, 2016; MUMFORD, 1998; ZUCCONI, 2009).

Do entreguerras até por volta de 1970, a integração regional iniciada no período anterior se aprofundou em função da popularização do acesso ao veículo particular e do incremento no emprego de sistemas de transporte e comunicação, sobretudo os ônibus, os metrô e as linhas de telefone. Com isso, se multiplicou o número de áreas metropolitanas em diversas partes do

mundo, fenômeno que foi acompanhado por uma série de planos regionais estatais objetivando mitigar os problemas ocasionados pela superpopulação e o desequilíbrio na concentração de serviços e riqueza nas metrópoles. O momento anterior (referente à Revolução Industrial) foi marcado pela nova relação entre a área urbana e o campo, assim como pelo surgimento de certas cidades especializadas e as primeiras regiões metropolitanas. O terceiro período, por sua vez, consolida e aprofunda esse quadro em função da maior facilidade de deslocamentos e comunicações no interior das metrópoles, testemunhando o surgimento de um padrão pendular de deslocamento diário entre os núcleos componentes das metrópoles, com a cidade principal dominando economicamente as demais e fazendo convergir a si a maioria absoluta dos deslocamentos.

Ainda, esse terceiro período continuou o processo de reestruturação espacial das atividades econômicas no interior das regiões, conseguindo distribuir as fases de muitas cadeias produtivas ao longo de áreas cada vez mais extensas. Vale ressaltar que essa nova organização regional não foi apenas fruto da livre ação da atividade econômica, mas resultado conjunto entre o capital privado e a ação do forte planejamento estatal no período, com destaque para os planos regionais desenvolvidos ao longo dos Trinta Gloriosos (citados anteriormente), como o célebre *Plano da Grande Londres*, em 1943 ou o planejamento da região de Paris, em 1965 (BENEVOLO, 1987; HALL, 2016; MUMFORD, 1998; SECCHI, 2006, 2009; SOJA, 2000; TREVISAN, 2011).

O quarto período, surgido nas últimas décadas do século anterior, tem continuado o processo de integração regional através de distâncias cada vez maiores, assim como a possibilidade de se reestruturar as funções na região de modo cada vez mais especializado e intenso. Porém, nesse momento, o processo de ampliação da dinâmica regional e da integração via novas tecnologias tem ocasionado o surgimento de redes de cidades tão integradas que passam a funcionar como uma grande cidade de proporções regionais – uma cidade-região. Nesses territórios, independente se se encontra em uma área urbana ou no campo, o modo de vida rural tende a desaparecer, realizando finalmente a ruptura (iniciada no século XIX) da milenar distinção funcional e sociológica entre campo e cidade: especialmente nas áreas mais dinâmicas da economia global, a rede urbana regional tem se tornado um território fortemente integrado e composto por diversos centros urbanos, de diferentes tamanhos, conurbados ou não, operando conjuntamente como uma gigantesca cidade. A esse padrão tem-se dado o nome de urbanização dispersa,

(...) com a urbanização estendendo-se por um vasto território, com núcleos urbanos separados no espaço por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos entre si e configurando um único sistema urbano. Formam-se assim constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário. Ao mesmo tempo, leva à superação dos conceitos de cidade e campo. Modos de vida e consumo metropolitanos são adotados pela população, com maior mobilidade, possibilitando a “regionalização do cotidiano” (REIS; BENTES, 2016, p. 2).

Nesse novo contexto, mais do que uma região integrada, ocorre uma dupla superação: a distinção funcional entre campo e cidade e entre cidade e região, com a dinâmica urbana tradicionalmente associada a um único centro urbano acontecendo em escala regional (CASTELLS, 1999; CHOAY, 1999; MUÑOZ, 2008; REIS, 2006).

Assim, mais complexa que a mera conurbação, a reestruturação espacial tem se aprofundado ainda mais, com o surgimento de diversos polos especializados nas zonas intersticiais, concorrendo com as antigas áreas centrais das cidades na atração das atividades econômicas e da população. Além do surgimento dessas novas centralidades, as áreas centrais dos núcleos menores das regiões mais dinâmicas passam também a crescer em importância à medida que atividades econômicas mais dinâmicas saem dos saturados centros das cidades primazes em busca de localidades que ofereçam condições mais favoráveis para seu funcionamento.

Em função dessas reestruturações, possibilitadas pelo incremento nas infraestruturas de comunicação e transporte, os movimentos diários da população passam a se tornar também mais complexos e cada vez mais ocorrendo em escala regional, com a dinâmica pendular passando a concorrer com movimentos mais dispersivos, de toda parte para toda parte. Em alguns casos, como na Europa Central, tais movimentos diários podem abarcar dois ou mais países diferentes. Discorrendo sobre esse novo modo de vida, Francesc Muñoz denominou *Territoriante* o indivíduo cuja *rotina diária* envolva deslocamentos em escala regional, ou mesmo global (ASCHER, 2010; CASTELLS, 1999; CHOAY, 1999; MUÑOZ, 2008; REIS, 2006; SECCHI, 2006).

1.2.3. Transformações na escala urbana

Na escala urbana pode-se destacar, desde o século XV, o surgimento de um contínuo e cada vez mais acelerado processo de aumento no tamanho das cidades nos territórios mais intensamente participantes do sistema mundial. Além disso, ao mesmo tempo tem ocorrido uma complexificação das atividades urbanas e no modo com que elas se organizam no espaço intraurbano. Com a consolidação do Estado-Nação Moderno, as cidades passaram por transformações morfológicas aparentemente menores quando comparadas à Revolução Industrial que lhe seguiria séculos depois. Isso se explica em função de um processo iniciado ainda no século XII: o Renascimento Urbano-Comercial Europeu. Naquele período ocorreu um progressivo fortalecimento do burgo medieval em função do aumento da atividade comercial e do estabelecimento de importantes redes urbanas voltadas para o intercâmbio de produtos europeus e asiáticos. Com o tempo, é sabido que esse processo conseguiria solapar o poder feudal, intrinsecamente descentralizado e local, concentrando-o nas mãos dos príncipes e dando origem ao Estado Nacional. Não só isso, mas aquele período (século XII) disparou o lento processo de deterioração da economia feudal e de sua classe dominante, que resultaria, séculos depois, no surgimento do capitalismo e da burguesa (HOBSBAWM, 2010, 2015).

Assim, a etapa inicial da evolução foi marcada por uma relativa continuidade morfológica com os últimos séculos do sistema feudal europeu: cidades de tamanhos reduzidos, compactas, de limites claros em relação ao campo e também diferenciadas dele do ponto de vista sociocultural e econômico. Interessante destacar que nesse período ocorreu uma transformação profunda nos fundamentos da produção urbana, talvez a mais importante de todas, embora seus efeitos só se tornariam mais claros depois, com a Revolução Industrial: a transformação do solo urbano em mercadoria¹⁷. Ao longo do tempo, essa mudança iria impulsionar o crescimento periférico nas grandes cidades, a realização de frequentes demolições nas áreas consolidadas para dar espaço a empreendimentos voltados para a extração de renda fundiária e a ocupação de edificações existentes sob a forma de cortiços, quadro que se generalizaria nas grandes cidades industriais a partir do século XIX (MUMFORD, 1998).

Porém, enquanto a força do recém-nascido mercado imobiliário não se manifestava com pleno vigor, uma outra ordem de transformações ocorreu. Mesmo não tendo transformado radicalmente a forma urbana tradicional, ele produziu um novo arranjo a partir do material

¹⁷ Segundo Mumford (1998), as primeiras referências a um mercado de terras urbanas, no contexto considerado, remonta à cidade de Londres no século XVI. Além de Londres, apenas outras poucas testemunharam o surgimento de um mercado imobiliário mais vigoroso a ponto de causar transformações mais claras na realidade urbana no período.

herdado do passado por meio da criação de estruturas relacionadas à nova realidade política e econômica e também como resposta ao movimento filosófico e cultural do Renascimento.

O burgo medieval era marcado por sua pouca regularidade geométrica¹⁸, com áreas públicas de tamanho reduzido, intensa interpenetração entre os espaços públicos e privados e uma igualmente intensa mistura de usos e classes sociais no espaço. A partir do século XV, a cidade europeia foi sendo convertida (por meio de expansões, reformas ou mesmo fundação de novas cidades) em um espaço urbano que, embora ainda compacto e diferenciado em relação ao campo, passou a ser caracterizado pela presença de espaços públicos mais amplos e com maior regularidade geométrica, a concentrar as atividades econômicas no entorno das estruturas do poder político e econômico, a intensificar a diferenciação de suas áreas residências conforme a classe social de seus habitantes, e a considerar a cidade como um objeto arquitetônico total, uma obra de arte desenvolvida segundo a interpretação que os artistas renascentistas tinham da antiguidade¹⁹. Permeando tudo isso, ocorreu uma progressiva racionalização das atividades e espaços da cidade, fruto das novas ideias acerca do homem e da natureza que, com o tempo, permearia toda a sociedade ocidental (BENEVOLO, 2009; LAMAS, 2011; MUMFORD, 1998; REALE; ANTISERI, 1990).

Além dessas mudanças de ordem geral, a nova realidade social ocasionou o surgimento (ou a consolidação) de uma série de novos espaços e estruturas no interior das cidades. Dentre eles, os mais relevantes foram o palácio real, localizado na capital nacional (com o conseqüente surgimento dos palácios das famílias comerciantes mais ricas); as edificações da burocracia estatal (como as casas de fisco e os palácios municipais); os espaços relacionados à segurança e saúde (hospícios, prisões, hospitais); as estruturas relacionadas ao capital comercial e financeiro (bolsa de valores e bancos); a invenção do hotel, do parque urbano público, dos parques de diversões, do museu e do teatro²⁰; ou ainda a construção das fortificações, dos grandes eixos viários, dos monumentos e dos grandes jardins (BENEVOLO, 1994, 2009; LAMAS, 2011; MUMFORD, 1998).

¹⁸ Com exceção das bastides francesas (cidades novas), de traçado fortemente ortogonal (BENEVOLO, 2009; LAMAS, 2011).

¹⁹ Porém, mais impactante nas cidades do que a adoção da estética clássica, foi a invenção da perspectiva geométrica. Com ela, o arquiteto renascentista (e seus descendentes) passaram a ter um controle do ambiente urbano mais preciso e abrangente, encarando a cidade como um grande objeto a ser conformado segundo suas intenções e necessidades.

²⁰ Assim como outros serviços, decorrentes do crescente fortalecimento da burguesia e da adaptação dos modos de vida e confortos palacianos em serviços acessíveis para qualquer plebeu que pudesse pagar por eles (MUMFORD, 1998).

Em outras palavras, a forma urbana medieval sofreu um ‘insuflamento’ morfológico, uma amplificação da escala de seus espaços livres (ruas, praças, jardins, parques, quintais) mas que não rompeu sua forma global herdada do passado, mantendo-se compacta, diferenciada em relação ao campo e com mais espaços ocupados do que livres, mesmo com a referida ampliação dos últimos. Dito de outro modo, a forma herdada foi adaptada para funcionar segundo a nova ordem social, experimentou inovações morfológicas importantes, mas não foi destruída nem muito desfigurada nesse processo. Em comparação à ruptura urbana que o século XIX produziria, essa nova cidade pode ser tomada como a última etapa da forma urbana tradicional, pré-industrial.

No campo do projeto urbano, o período que vai do início do Renascimento até às portas da Revolução Industrial, foi marcado pelo desenvolvimento de uma tradição urbanística que marcaria profundamente a atividade do projeto de cidades. As primeiras realizações urbanísticas do Renascimento se limitaram a pequenas reformas nas cidades medievais, qualificando seus espaços mais importantes ou criando expansões urbanas. Com o Barroco, as intervenções experimentaram um aumento na escala em comparação às renascentistas, criando diversos espaços monumentais e conjuntos urbanos excepcionais nas grandes cidades europeias. Porém, talvez mais importante do que as paisagens criadas, os projetos implementados objetivavam também estruturar o espaço na escala urbana por meio da criação de grandes eixos viários interligando os espaços e estruturas mais significativos da cidade, como catedrais, praças, palácios, monumentos e parques.

Com o tempo, as ideias aplicadas nas reformas barrocas (inspiradas sobretudo no paisagismo de Versalhes) converteram-se em uma tradição que dominaria a prática urbanística até as primeiras décadas do século XX, geralmente denominada Arte Urbana: a cidade como uma estrutura a ser organizada por meio de certos elementos morfológicos (a grande via, a praça, o monumento, a quadrícula) e pelo controle da paisagem urbana (padronização de fachadas, arborização, mobiliário etc.). Entre os grandes exemplos no período, destacam-se as reformas de Roma realizadas pelos papas a partir do século XV, as diversas intervenções em Paris a mando de Luís XIV, ou ainda, o projeto de expansão da cidade inglesa de Bath, realizada no século XVIII pelos arquitetos John Wood, o velho, e John Wood, o novo (BENEVOLO, 2009; LAMAS, 2011; MUMFORD, 1998).

O segundo momento abarca as transformações que as cidades sofreram ao longo de todo o Oitocentos no contexto da industrialização. O intenso crescimento demográfico, aliado ao impacto causado pelas novas tecnologias de transporte, construção e comunicação, empregadas para atender as demandas da Revolução Industrial, finalmente romperia a forma urbana

tradicional, dando origem a uma outra lógica de produção do espaço. Essa inflexão é caracterizada por três mudanças fundamentais: a demolição das muralhas e o fim da nítida separação física entre campo e cidade; o predomínio do crescimento periférico e pouco adensado em contraposição ao tradicional crescimento intramuros, por adensamento e verticalização; e o surgimento de áreas industriais, com fábricas e casas de operários coexistindo de modo bastante prejudicial para os últimos. Essa lógica, por sua vez, irá se manter ao longo de boa parte do século XX, com intensidades variáveis conforme a realidade de cada região onde a industrialização alcançava²¹. Não só isso, mas a cidade industrial no século XIX também testemunhou a proliferação de cortiços e áreas precárias em geral, fruto do intenso crescimento demográfico urbano e das péssimas condições de vida dos operários²².

Do ponto de vista da estruturação das cidades, destaca-se o surgimento dos primeiros sistemas de transporte de massa, especialmente a introdução das linhas férreas e suas estações. Esses elementos passariam a exercer papel importante na estruturação das cidades, rivalizando com o raciocínio barroco, para o qual os protagonistas eram os espaços públicos, os monumentos e as edificações simbolicamente mais relevantes. Não só via modal ferroviário, mas os deslocamentos em geral passaram a ser necessidades de primeira ordem, ocasionando transformações profundas nas cidades, que cada vez mais passariam a ser estruturadas em função da eficiência econômica em detrimento da Arte Urbana²³. Em função dos diversos problemas que as cidades industriais experimentaram no período (superpopulação, epidemias, poluição, aumento na criminalidade etc.), as áreas campestres existentes do lado de fora das muralhas (sejam pastos, plantações, vilarejos ou mesmo parques aristocráticos) progressivamente foram sendo convertidas em áreas habitacionais para as famílias de renda mais elevada que buscavam escapar das áreas mais centrais e suas terríveis mazelas. Tal expansão foi possibilitada pela demolição das antigas muralhas e pela instalação de linhas de trem suburbanas, que permitiam aos seus moradores alcançarem as áreas de maior interesse econômico e político (centrais) e, ao mesmo tempo, viver em localidades mais aprazíveis, nas franjas urbanas (BENEVOLO, 1987, 2009; DYOS, 1961; HALL, 2016; LAMAS, 2011; MUMFORD, 1998).

²¹ Desde a cidade norte-americana, de periferia espraiada e centro de negócios verticalizado, até as cidades latino-americanas, com forma semelhante à norte-americana, porém com a população mais pobre ocupando as periferias e os mais ricos as áreas centrais.

²² Foi nesse quadro de precariedade que os diversos movimentos socialistas surgiram ao longo do século XIX.

²³ A crítica mais célebre foi a de Camillo Sitte que, ainda em fins do século XIX, dizia que a produção das cidades estava perdendo sua qualidade estética para atender às demandas funcionais da Era da Máquina (SITTE, 1992).

Em relação ao projeto da cidade, esse período foi marcado pela realização de reformas urbanas em escalas desconhecidas até então. O instrumental utilizado em tais intervenções foi o procedimento da Arte Urbana, consolidada no período anterior, mas agora aplicado para solucionar novos problemas: acomodação e deslocamento de grandes populações, implementação de infraestruturas logísticas, organização das atividades industriais no tecido da cidade, dentre outras. Entre as principais realizações, a mais célebre foi o conjunto de reformas conduzidas pelo Barão de Haussmann, na cidade de Paris, sob ordem de Napoleão III²⁴. Essas intervenções lograriam colocar a capital francesa como modelo urbanístico para todo o mundo ocidental: inspirando o movimento norte-americano *City Beautiful* ou tomada como modelo pelos egressos das *École des Beaux-Arts* e *École des Ponts et Chaussées*²⁵ de Paris em diversas reformas, expansões e cidades novas em contextos tão distintos como nas obras de embelezamento de Belém do Pará (1878), na expansão de Berlage para a Amsterdã Sul (1917), no Plano das Avenidas em Lisboa (1877), ou ainda no traçado de La Plata (1882), na Argentina (LAMAS, 2011).

O terceiro período, entre fins do século XIX e o terceiro quartel do XX, guardou grande semelhança com o anterior. Porém, com a popularização do telefone, da eletricidade e do automóvel particular, o crescimento espraiado se tornou ainda mais facilitado, multiplicando o número de grandes cidades e de áreas conurbadas nas diversas regiões do planeta que se industrializavam – foi o período da inversão da balança de poder (da Europa para os EUA) e da localização das grandes cidades (das europeias para os EUA e o Japão, principalmente).

Por outro lado, é possível destacar três importantes diferenças: uma, foi o surgimento de uma série de infraestruturas, serviços e tipos de empreendimentos comerciais voltados para o modo de vida suburbano, como a autopista, o *shopping center* e o supermercado; outra diferença é o que Bernardo Secchi denominou de Cidade do *Welfare*, o resultado da ação do Estado no planejamento territorial, regulando as atividades urbanas por meio do zoneamento funcional e a equipando de modo intenso (embora variável de nação para nação) com estruturas e sistemas voltados para oferecer aos cidadãos os serviços urbanos essenciais e espaços públicos adequados; em terceiro lugar, essa cidade é marcada pela consolidação do centro principal, uma área de alta concentração de atividades econômicas, sede do poder municipal e carregado de

²⁴ A reforma de Viena, por Otto Wagner, na ocasião da demolição de suas muralhas ou a expansão de Barcelona desenvolvida por Ildefonso Cerdà também figuram entre as mais importantes aplicações do projeto urbano de raiz barroca para a solução dos problemas da era maquinista.

²⁵ Respectivamente, Escola de Belas Artes e Escola de Pontes e Calçadas (tradução nossa).

valor simbólico para a coletividade (ASCHER, 2010; BENEVOLO, 2009; HALL, 2016; MUMFORD, 1998; SECCHI, 2006, 2009).

No campo da prática urbanística, foi o período que inaugurou o campo disciplinar do Urbanismo, com o início da produção de teorias e estudos de caráter científico e encabeçados por arquitetos e engenheiros. Em seu primeiro momento, entre fins do século XIX até o entreguerras, foi marcado por intensa produção intelectual e pela busca de uma alternativa espacial ao modelo barroco-haussmanniano da Arte Urbana. Dentre as diversas vozes, duas propostas se destacaram pela quantidade de realizações que influenciariam a partir do segundo quartel do século XX: a Cidade Modernista e a Cidade Jardim. Embora diferentes em muitos aspectos, ambas propuseram uma ruptura radical com a cidade industrial existente, seja pelo emprego do zoneamento monofuncional, seja pela proposição de um padrão de ocupação do solo onde os espaços vazios predominariam sobre os cheios, ambos em completa oposição à forma urbana produzida desde as primeiras cidades do mundo (BENEVOLO, 2009; CHOAY, 2010; DELFANTE, 2000; LAMAS, 2011; MUMFORD, 1998).

Finalmente, com as transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos, é possível identificar uma nova realidade morfológica e funcional, distinta daquela que predominou ao longo do século XX. Essas mudanças, por sua vez, coexistem processos iniciados anteriormente, sobretudo o processo de espraiamento e a diversificação das atividades e equipamentos urbanos. No caso do crescimento espraiado se intensificou devido às possibilidades abertas não apenas pelo veículo particular ou pelo transporte coletivo, mas também em função dos avanços nas novas tecnologias de comunicação em tempo real. Esse novo elemento introduziu, por sua vez, uma mudança nesse processo espacial, pois as áreas urbanas passaram a crescer segundo um padrão que não mais necessita da ocorrência da conurbação para que bairros ou mesmo cidades funcionem como um único sistema urbano – produzindo a fusão das escalas urbana e regional mencionadas anteriormente e um padrão de ocupação do solo rarefeito.

Outra consequência dessa nova liberdade é a redução da força centrípeta das áreas centrais tradicionais. Uma vez que a distância física perde parte de sua importância para o funcionamento de muitas atividades, muitos empreendimentos não mais necessitam permanecer nos centros das cidades, sendo relocados para áreas que ofereçam outras vantagens locais. Com o tempo, essas novas áreas se tornam outras centralidades no interior de uma mesma cidade ou região metropolitana, configurando um processo de descentralização espacial. Assim, com a reconcentração das atividades tradicionalmente localizadas no centro principal em novas áreas centrais, se modifica a estrutura geral das cidades, que passam de um padrão

predominantemente mononucleado para um polinucleado (ASCHER, 1998; BENEVOLO, 2009; CASTELLS, 1999; GARREAU, 2011; HALL, 2016; MUMFORD, 1998; REIS, 2006; RYBCZYNSKI, 2010).

Essa cidade de muitos centros também é tem se tornado a cidade com centros *diferentes*, pois o significado do que é uma centralidade também mudou. Ao longo do século XX ser central significava quase o mesmo em qualquer grande cidade: um espaço com alta concentração de atividades econômicas, equipamentos urbanos importantes e onde se localizava a sede do governo local. Com a nova situação, há pouca necessidade dessa antiga concentração e, conseqüentemente, as cidades contemporâneas têm testemunhado um processo de realocização onde as atividades típicas do centro principal saem desses em direção a novas localidades, produzindo centralidades especializadas. Assim, pode-se ter uma centralidade onde se encontram todos os edifícios governamentais, outra formada por um grande *shopping center*, outra, um parque empresarial, outra ainda, especializada em atividades ligadas ao lazer e assim por diante. Há novos centros e novos modos de ser central, fazendo com que essa nova cidade seja, na verdade, poli(multi)nucleada, feita de várias e diferentes centralidades (CASTELLS, 1999; GARREAU, 2011; MUÑOZ, 2008; REIS, 2006; RYBCZYNSKI, 2010).

Francesc Muñoz sintetiza todas essas transformações sob a expressão Cidade Multiplicada: a cidade contemporânea é marcada tanto pelo crescimento espraiado (horizontal e de baixa densidade) quanto pelo crescimento por adensamento (via reconcentração e surgimento de novas centralidades espalhadas ao longo desse extenso e descontínuo tecido urbano). A dispersão espacial assim, pode ser entendida como uma intensificação do *sprawl* acompanhada pela dispersão das atividades que tipicamente se concentravam no centro principal, gerando uma forma urbana marcada por uma sucessão de áreas de baixa densidade e adensadas, de zonas residenciais e centralidades, de paisagem construída e vazios de ocupação (CHOAY, 1999; GARREAU, 2011; MUÑOZ, 2008; RYBCZYNSKI, 2010).

1.2.4. Transformações no tecido urbano e na paisagem construída

Essa última redução de escala volta-se para a compreensão das mudanças no modo de parcelamento do solo, sobretudo na relação entre as esferas pública e privada no espaço da cidade e sua relação com a paisagem urbana em cada etapa dessa evolução.

No período inicial, a cidade renascentista-barroca manteve a forma geral de ocupação do solo herdada do medievo, com sua paisagem marcada pela presença de quarteirões monolíticos resultantes do alinhamento e justaposição das edificações. As cidades nesse

período ocupavam densamente o solo e os espaços públicos eram definidos diretamente pelo posicionamento das construções. Como mencionado, a partir daquele período, se testemunhou um movimento de *aeração* desses elementos morfológicos, mas não sua ruptura.

Por outro lado, a partir do século XV, ocorreu uma progressiva separação das instâncias privada (os espaços dos quarteirões) e pública (os espaços livres), suprimindo a típica interpenetração medieval entre esses dois âmbitos. Essa mudança teve suas raízes tanto na dimensão cultural (Renascimento, Humanismo) e sua busca por uma maior clareza geométrica e funcional no espaço da cidade, quanto na dimensão econômica, devido às necessidades de seu nascente mercado imobiliário, para quem quarteirões (e lotes) mais regulares oferecem maior eficiência econômica: a planta baixa especulativa, conforme Lewis Mumford denomina.

O século XIX, em certa medida, continua o padrão do momento anterior, especialmente com o fortalecimento do mercado de terras e a aplicação profusa da planta baixa especulativa criada no século XVII. Porém, com a queda das muralhas e a consequente ocupação da região exterior das cidades, um novo tipo de habitação urbana apresentou suas primeiras expressões do que ao longo do século XX tornar-se-ia a forma mais comum de ocupação residencial para as classes mais abastadas na Europa e, especialmente, nos EUA: a *vila*, a residência unifamiliar implantada em um lote espaçoso e com afastamentos em relação às suas divisas. Essa nova forma de habitação foi uma adaptação, em escala reduzida, da versão anglo-saxã do feudo medieval denominada *manor*: uma propriedade rural cujo senhor vivia em um palacete, circundado de jardins, pomares e extensas áreas campestres. Com a transposição da lógica da *manor* para o ambiente urbano, produziu-se um novo tipo de área residencial na cidade ocidental, marcada pela ruptura do quarteirão monolítico, pela baixa densidade de ocupação do solo e pela presença marcante de áreas vegetadas nos lotes e espaços públicos – o subúrbio²⁶ (BENEVOLO, 1987, 2009; DYOS, 1961; HALL, 2016; KUNSTLER, 2013; MUMFORD, 1998).

Outra mudança importante, iniciada no século XIX e que, no seguinte se tornaria onipresente, foi o surgimento de uma profusão de elementos de infraestrutura na paisagem

²⁶ Essa nova configuração espacial foi desenvolvida a partir de meados do século XIX, tanto em solo inglês, quanto norte-americano. Por outro lado, sua forma típica, de influência jardim, aparentemente teve origem nos EUA. Sua gênese iniciou-se com a criação de *Llewellyn Park*, em Nova Jersey, no ano de 1858, onde um grande parque privado e pontilhado de casas de alto padrão foi desenhado tomando como referência a *manor* inglesa. Alguns anos depois (em 1869), Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux criaram *Riverside*, em Chicago, adaptando o caráter rural de *Llewellyn Park* para a escala dos lotes urbanos e consolidando o modelo que se tornaria paradigmático para a construção suburbana posterior. Interessante que o próprio idealizado da Cidade-Jardim, Ebenezer Howard, viveu em Chicago na década de 1870 (período em que a cidade era chamada de cidade-jardim) e provavelmente deve ter conhecido a *Riverside* de Vaux e Olmstead (HALL, 2016; KUNSTLER, 2013).

urbana relacionados aos novos serviços públicos e ao capitalismo: linhas de trem e metrô, redes de telefonia e energia elétrica, postes de iluminação pública, peças publicitárias nas fachadas dos estabelecimentos comerciais, dentre outros. Essas duas transformações – a *vila* urbana e a profusão de elementos de infraestrutura e de publicidade – ocasionaram uma profunda ruptura na paisagem urbana ocidental que, desde o surgimento das primeiras cidades europeias, havia se mantido relativamente estável (CULLEN, 1996; RELPH, 1990; VENTURI; BROWN; IZENOUR, 2003).

O século XX deu continuidade à transformação do quarteirão iniciada no período anterior. Em função dos problemas oriundos do excessivo adensamento e da poluição das fábricas, a implantação típica das *vilas* passou a ser adotada como solução sanitária pelas principais teorias urbanísticas desenvolvidas desde fins do Oitocentos. O quarteirão e a rua tradicionais se tornaram os alvos prediletos dos pensadores urbanos do período. A exiguidade dos espaços livres nas cidades existentes (e de áreas vegetadas, sobretudo) passou a ser vista como a principal fonte dos problemas sanitários (e mesmo da violência ou do sofrimento emocional) nas cidades. Assim, a rua-corredor, elemento morfológico constante desde a Antiguidade, foi considerada obsoleta face ao novo mundo maquinista, dando lugar a um ambiente urbano onde as edificações passariam a se afastar umas das outras e em relação à própria rua, convertida de um ambiente de convívio para um espaço devotado exclusivamente à circulação de veículos (CORBUSIER, 1979, 2009; HOWARD, 1902; UNWIN, 1909).

Outro aspecto importante, desta vez relacionado à relação entre a dimensão pública e a privada, é a proposta da supressão dos lotes pelo Urbanismo Modernista, tornando o solo um espaço público de uso coletivo – situação diametralmente oposta à medieval, onde todo o burgo era propriedade do nobre, sendo utilizado por concessão. Essa novidade, por sua vez, se limitou a alguns casos espalhados pelo mundo (como nas superquadras de Brasília) pois, na maior parte das vezes, essa forma seria empregada na construção de conjuntos habitacionais de acesso restrito aos moradores sem continuidade espacial com o espaço público. Não só em relação à liberação do solo na cidade funcionalista, mas em geral as visões do período foram aplicadas quase sempre de modo parcial, embora alguns exemplos lograram materializar tais teorias de modo mais fidedigno, como em Chandigarh, Letchworth ou no caso já citado de Brasília. Por outro lado, apesar de poucas áreas do mundo possuírem desenho fielmente jardim ou modernista, a prática da obrigatoriedade dos afastamentos para fins de iluminação e ventilação naturais se tornou onipresente em muitas regiões, reduzindo a presença do quarteirão monolítico na prática urbanística do século XX (BENEVOLO, 1987, 2009; CHOAY, 2010; HALL, 2016; MUMFORD, 1998; REIS, 2000).

Além dessas transformações morfológicas, o terceiro período foi marcado pela atuação do Estado de Bem-Estar Social sobre o território. Como dito, embora tal modelo político tenha sido aplicado com intensidades variáveis no mundo ocidental, pode-se afirmar que essa etapa foi definida pela ação estatal no ordenamento espacial com o objetivo de mitigar os problemas causados pelo desenvolvimento econômico e de ofertar à totalidade da população um território equipado com os serviços públicos fundamentais para a vida urbana (saúde, educação, transporte, habitação, lazer etc.). Como resultado, o planejamento do *welfare* deixou suas marcas na paisagem e na organização do espaço intraurbano: padronização de equipamentos públicos, criação de áreas verdes, provisão de infraestrutura urbana em grande escala e, sobretudo, o ordenamento espacial da cidade por meio da aplicação do zoneamento espacial – do inglês, *zoning*, um instrumento criado nos EUA originalmente para garantir o valor de mercado dos imóveis urbanos, mas que passou a ser empregado amplamente para a estruturação e controle do desenvolvimento das cidades desde então²⁷ (BENEVOLO, 1987, 2009; HALL, 2016; MUMFORD, 1998).

A partir das últimas décadas do século XX, outros fenômenos entram em cena. A cidade contemporânea, do ponto de vista do tecido urbano, pode ser caracterizada pela coexistência de diferentes configurações espaciais, conforme o contexto e a idade de cada cidade: áreas mais antigas com quarteirões monolíticos, outras, com edificações já afastadas umas das outras ou mesmo conjuntos habitacionais de inspiração modernistas, alguns subúrbios-jardim mais elitizados e, finalmente, a recente proliferação de grandes enclaves privados.

Um enclave é um grande espaço separado e diferenciado em relação à sua área circundante. Essa diferenciação pode ser morfológica, funcional, social ou o simples isolamento físico – ou todas ao mesmo tempo. Especialmente nas áreas mais periféricas das cidades, onde o preço da terra é relativamente menor em relação ao restante da cidade, tais empreendimentos têm se tornado bastante comuns em muitas regiões do mundo, com destaque para as cidades norte-americanas. Entre os tipos de enclaves mais conhecidos, se destacam os condomínios horizontais fechados (*gated communities*, nos EUA), geralmente uma espécie de bairro-jardim suburbano composto apenas por espaços privados. Além desses, existem os diversos empreendimentos voltados para as atividades econômicas, como os condomínios industriais, os parques tecnológicos, os complexos comerciais e de serviços ou mesmo os grandes espaços comerciais herdados do período anterior, como os hipermercados e os *shopping centers*. Nos

²⁷ Embora seu uso para fins econômicos e de especulação fundiária tenha se mantido, como no caso da urbanização brasileira (ROLNIK, 1997).

últimos anos, muitos empreendimentos têm sido configurados como verdadeiras cidades muradas, num irônico retorno à cidade pré-industrial, embora sem a presença da dimensão pública²⁸.

Assim, a cidade presente, com seu tecido esgarçado e gigantesco, pode ser lida como composta por três tipos de ocupação: a cidade interior, marcada pela presença da espacialidade tradicional, geralmente edificada em um período pré-industrial; ao redor dela, uma segunda área urbana, com paisagem ligeiramente distinta, marcada por quarteirões compostos por edificações mais espaçadas entre si e estruturada a partir do desenvolvimentos de planos da primeira geração de urbanistas e dotada de equipamentos e espaços públicos do *welfare*; ao mesmo tempo, esse segundo momento também é caracterizado pelo surgimento, nas áreas periféricas, de áreas suburbanas para as famílias de renda superior²⁹ e de zonas industriais isoladas. O terceiro padrão, correspondendo ao período presente, é caracterizado pela transformação do anel periférico em um território onde o espaço público é exíguo, mas repleto de áreas privadas de uso coletivo. Na contramão das ideias que de certo modo os informam, como o desenho modernista e o jardim, esses novos empreendimentos convertem o espaço livre originalmente pensado como área pública em espaços privados de uso coletivo, com acesso restrito aos moradores e usuários de tais enclaves. Uma das grandes rupturas que essa lógica impõe, é que seus moradores passam a desenvolver boa parte de suas vidas sem utilizar os espaços públicos de suas cidades (o que Francesc Muñoz, ironicamente, denominou *lock living*³⁰), vivendo em condomínios fechados, realizando suas compras e suas atividades de lazer em centros comerciais privados e trabalhando em complexos de escritórios e de serviços igualmente privados.

Assim, esse último anel se caracteriza por apresentar um tecido urbano bastante fragmentado, composto por uma série de bolhas justapostas e fechadas em relação ao ambiente exterior, conectadas entre si e com a cidade pré-existente por meio de uma rede de pistas de alta velocidade, onde seus moradores e usuários desenvolvem suas atividades predominantemente em territórios privados. A essa forma urbana, composta por enclaves privados justapostos, morfologicamente próximos das proposições modernistas e jardim, Joel Garreau denominou

²⁸ Sua única relação com a dimensão pública é o pagamento de impostos e a obediências às regras do zoneamento. Do ponto de vista das finanças públicas, isso é bastante sedutor: uma população que paga impostos, mas que em seu local de moradia (ou mesmo de trabalho) não demanda serviço público algum, pois não há espaços públicos a serem mantidos pela municipalidade.

²⁹ Sobretudo nos EUA e Europa.

³⁰ Pois trata-se de uma paráfrase do título do livro de Sharon Zukin, publicado em 1988: *Loft Living*. Vida trancada ou vivendo trancado, tradução nossa.

*Edge City*³¹. Garreau, olhando para os EUA³², afirma que nessa nação ocorreram três grandes movimentos no desenvolvimento de suas cidades: o primeiro foi a fuga de parte da população urbana para o subúrbio (a população que poderia pagar por isso) no pós-guerra; em um segundo momento, a partir dos anos de 1960, veio a fuga das atividades voltadas para a vida diária (consumo e lazer, principalmente) das áreas centrais para os subúrbios nascidos no primeiro momento; e, desde o fim do século passado, a fuga do trabalho e de outros serviços (educação, saúde, lazer etc.) para essas mesmas áreas, como se a cidade existente abandonasse seu antigo casulo e passasse a ocupar um novo e distinto habitáculo³³. Essa terceira etapa configura, nas palavras de Garreau, uma outra forma urbana, a *Edge City* (FISHMAN, 1989; GARREAU, 2011; MUÑOZ, 2008; REIS, 2006; RYBCZYNSKI, 2010).

Robert Fishman, no mesmo período que Garreau, também detectou essas mudanças. Para ele, a área suburbana das cidades norte-americanas começou a assumir uma outra forma, deixando de ser uma periferia residencial e dependente do núcleo central da cidade para se tornar ela própria uma segunda cidade, relativamente autônoma em relação à sua área mais antiga, oferecendo postos de trabalho, espaços de lazer, educação e cultura à sua população, sobretudo por meio de empreendimentos privados de larga escala (enclaves) de inspiração jardim ou modernista. Ao que Garreau denominou *Edge City*, Fishman reconheceu como a chegada de um período pós-suburbano, o advento do *Technoburb*, conforme sua nomenclatura (FISHMAN, 1989).

Além das transformações na periferia, a cidade contemporânea também tem experimentado mudanças em suas áreas centrais. Com a reestruturação produtiva posta em marcha desde fins do século XX, muitas das zonas industriais e portuárias das grandes cidades industriais do século XIX e XX ficaram obsoletas e entraram em um processo de degradação. Não apenas isso, mas o fenômeno da descentralização espacial na escala urbana e regional também ocasionou a decadência de muitos dos antigos centros comerciais e históricos das grandes cidades. Como resposta, algumas dessas regiões passaram a receber investimentos públicos e privados a fim de recuperá-las economicamente. Essas revitalizações urbanas, como geralmente são chamadas, possuem raízes conceituais em teorias desenvolvidas no pós-guerra voltadas para a valorização da morfologia urbana tradicional (como o pensamento do grupo

³¹ Cidade na Borda ou Cidade Fronteiriça (tradução nossa).

³² O fenômeno não se restringe àquele país, embora esse possa ser tomado como o laboratório no qual ele foi desenvolvido. Mesmo no Brasil, em especial na vasta região de influência entre as áreas metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos, é possível vislumbrar territórios com as características apontadas por Garreau (REIS, 2006).

³³ Em fins do século XX nos EUA, cerca de dois terços das edificações de escritórios já estavam localizados nas *edge cities* ao redor do país (GARREAU, 2011).

italiano *Tendenza* ou do britânico *Townscape*), mas que na prática se tornaram instrumentos de recuperação seletiva de trechos do tecido urbano com potencial para a exploração econômica e quase sempre convertidos em espaços para o turismo, a cultura e o lazer (ARANTES, 2001; NESBITT, 2006; VARGAS; CASTILHO, 2006).

Quase sempre, como decorrência dessas intervenções, as áreas revitalizadas tornam-se espaços elitizados e que, com o aumento dos custos para se viver nelas, ocasionam a saída da população que ali viveram durante seus períodos de decadência (processo conhecido por gentrificação). Em geral, as revitalizações seguem um mesmo padrão: recuperação do patrimônio histórico, demolições de estruturas irrelevantes, acréscimo de edificações contemporâneas, requalificação dos espaços públicos e incentivos a certos tipos de atividades, especialmente serviços avançados, turismo, cultura e habitação. A esse fenômeno Francesc Muñoz denomina *Urbanización* (incluindo também as *Edge Cities*), sendo caracterizado por:

1. Criar paisagens distintas da circundante, posto que seguem um padrão globalizado de produção urbana (o que Muñoz denomina *paisagens autistas*);
2. Espaços altamente vigiados e que excluem certos tipos de indivíduos (moradores de rua, acima de tudo), independente se privados ou públicos (embora nesses os procedimentos da pasteurização espacial são mais sutis, como o emprego de câmeras, o policiamento ostensivo, ou ainda o emprego de estratégias de desenho que afastem pessoas e comportamentos indesejados);
3. Lugares públicos revitalizados com parceiros privados e que se convertem em anteparo para a divulgação das empresas envolvidas (*brandificación*, do inglês *brand*, logomarca);
4. Empregar essas ilhas de prosperidade e qualidade ambiental como imagens de propaganda das cidades na disputa por investimentos, turistas e certos tipos de moradores (o *marketing* urbano);
5. Espaços gentrificados em função do alto padrão imobiliário implantado e a consequente (re)valorização imobiliária causada pela intervenção.

Assim, ao mesmo tempo que a paisagem da cidade não apresenta uniformidade, tanto porque nela coexistem formas espaciais produzidas em diferentes momentos, quanto pela criação dessas novas áreas *autistas*, Muñoz destaca o fato de que, quando essas são comparadas com outras de mesma natureza em cidades diferentes, elas se apresentam bastante semelhantes em termos visuais (paisagens *urbanais*, segundo sua nomenclatura).

Além disso, o fenômeno da *brandificación* aponta uma nova relação entre espaço e publicidade. Muñoz afirma que as marcas originalmente surgiram para atestar a origem dos produtos, assegurando quem os havia produzido ou, durante boa parte do século XX, foram usadas para tentar trazer uma imagem de familiaridade (por meio da inserção de imagens de pessoas comuns, como donas de casa ou vendedores de mercearias convencionais) aos produtos produzidos em massa, naturalmente impessoais. Porém, a partir dos anos de 1980, as empresas passaram a ser esforçar para associar às suas marcas (e não aos produtos) conteúdos simbólicos, criando inclusive ambientes totalmente desenhados a partir dos elementos da marca, como as lojas *McDonald's* ou os cafés *Starbucks*.

Desde então, além da colonização da arquitetura de interiores, essa estratégia também tem se espalhado pelo espaço urbano, com as marcas cada vez mais compondo a paisagem das cidades em detrimento da lógica anterior, onde as fachadas cumpriam tal papel. Um dos estudos mais célebres sobre o fenômeno foi publicado em *Aprendendo com Las Vegas*, colocando essa cidade como caso exemplar das mudanças pelas quais a arquitetura e o urbanismo vinham passando ao longo da segunda metade do século XX. Ali, Venturi, Scott-Brown e Izenour mostraram como o elemento comunicativo da arquitetura se desvinculava da estrutura da edificação e sobretudo da lógica modernista, seja pela separação física da logomarca (que se torna um letreiro à beira da pista), seja pela ideia do *galpão decorado*. Mais recentemente, a lógica de Las Vegas, originalmente restrita ao espaço privado (mesmo que compondo a paisagem urbana), tem sido trasladada para os espaços públicos, sobretudo em operações urbanísticas realizadas por meio de parcerias público-privadas, com as empresas participantes utilizando áreas públicas para expor suas marcas (MUÑOZ, 2008; VENTURI; BROWN; IZENOUR, 2003).

Ainda e, vinculado a isso, deve-se destacar a lógica do *marketing* urbano. Os espaços mais importantes, as áreas revitalizadas, os pontos turísticos, as belezas naturais e quaisquer outras localidades fotogênicas (além do uso de dados sobre níveis de qualidade de vida e outros indicadores) têm sido continuamente empregados na criação de peças publicitárias voltadas à atração de turistas, mão-de-obra qualificada e investimentos externos para as cidades. Com isso, como será visto adiante, o planejamento territorial tem cada vez mais enfatizado a produção de tais lugares de visibilidade e propaganda urbana em detrimento de intervenções mais abrangentes e menos visíveis (embora fundamentais e necessárias) que incrementam a qualidade de vida de toda a população (ARANTES, 2001; HALL, 2016; MARICATO, ERMÍNIA; ARANTES, OTÍLIA; VAINER, 2009; MUÑOZ, 2008; VARGAS; CASTILHO, 2006).

Embora ainda recente, outro fenômeno merece consideração nessa escala: o impacto que os aplicativos de compartilhamento (de imóveis e de veículos, principalmente) tem causado nas cidades contemporâneas. Em relação à mobilidade, os aplicativos de carona e de compartilhamento de viagens (como *Uber*, *Blablacar*, *Cabify*, *99* e outros) têm favorecido as mudanças no padrão de deslocamento mencionadas anteriormente, sobretudo o enfraquecimento do padrão pendular e a redução da dependência dos sistemas de transporte coletivo. Assim, é possível que o padrão de deslocamento difuso – decorrente do automóvel particular e dissociado dos eixos de transporte de massas – ganhe mais fôlego com o aumento no uso de tais serviços. Apesar do discurso inicial desses aplicativos, que prometiam uma complementação ao sistema de transporte coletivo e a redução no uso de veículos particulares, em muitas grandes cidades seu impacto foi justamente o contrário, ocasionando uma redução no número de usuário do sistema público, que estariam migrando para as plataformas de compartilhamento (BLISS, 2019).

Além dos impactos na circulação de pessoas, os aplicativos de compartilhamento também têm transformado a lógica de habitação e de serviços de hospedagem nas cidades com o surgimento de serviços como *Airbnb*, *Innclusive* ou *TripAdvisor Rentals*. Embora de abrangência mais restrita em relação ao compartilhamento de automóveis, uma vez que tais plataformas servem principalmente a proprietários de imóveis que buscam complemento às suas rendas (geralmente de classe média) e atendem sobretudo visitantes temporários (em sua maior parte, turistas), esses sistemas também introduzem mudanças no padrão de utilização dos imóveis habitacionais. Entre seus principais impactos, para além dos abalos no setor hoteleiro convencional, esses serviços têm mudado radicalmente as áreas de maior interesse turístico no interior das cidades. Embora oficialmente residenciais, os imóveis de tais localidades têm se tornado pequenos estabelecimentos de prestação de serviços de hospedagem e alterado, assim, o perfil de seus moradores e usuários ao longo da semana ou mesmo do ano. Ainda, alguns estudos têm mostrado que empresas do setor imobiliário têm utilizado os aplicativos para alugar imóveis por pequenos intervalos de tempo. Nas cidades e regiões mais procuradas, tem ocorrido também uma redução na oferta de imóveis para aluguel de longo prazo, dificultando a moradia fixa em tais localidades, uma vez que os aluguéis de curta duração são mais lucrativos. Não menos importante, devido às novas possibilidades de lucro dessa modalidade de locação, os preços dos imóveis residenciais crescem significativamente em tais localidades, gerando outra dificuldade para a população local nelas viver (TAVOLARI, 2019).

Finalmente, outro fenômeno relevante é o da redução do acesso à habitação. A partir da aceleração da urbanização iniciada no século XIX, o problema da habitação se tornou central

para o desenho de políticas públicas e, por extensão, do planejamento territorial. Após o inchaço populacional das grandes cidades industriais e os problemas decorrentes desse fenômeno, progressivamente a habitação (sobretudo, em sua forma social) foi integrada ao conjunto de serviços (ou direitos) que cabia ao Estado assegurar à população. Desde então e culminando com a construção do *welfare* nas várias regiões do mundo, foram implementadas políticas habitacionais de diferentes tipos, mas todas com o objetivo de dar acesso à moradia para a população. Alguns países, como a Inglaterra e a Irlanda do Norte, chegaram a ofertar cerca de 5,5 milhões de unidades entre o fim da Segunda Guerra e o ano de 1981 (ROLNIK, 2015).

A partir dos anos de 1970, foi iniciada uma mudança simbólica acerca da moradia: de direito do cidadão para mercadoria. A causa dessa transformação foi o movimento de enfrentamento da crise econômica instaurada nas últimas décadas do século XX em todo o mundo capitalista, que enxergou na habitação um novo mercado a explorar. Com isso, os Estados passaram a transformar (ou melhor, a reduzir) seu papel de provedor para se tornar apenas um viabilizador desse mercado. Entre as consequências mais sérias, pode-se citar o generalizado endividamento das famílias, pois a nova maneira de ter a moradia assegurada se tornou a compra, via financiamento, de imóveis próprios. Ao mesmo tempo, em função dos riscos e dificuldades que muitos indivíduos e famílias têm em conseguir crédito para a compra no mercado formal de habitação, muitos partem para a habitação informal e precária. Com a conversão da habitação social de um direito para uma mercadoria sujeita à lógica de mercado, os preços dos imóveis aumentaram a taxas muito maiores do que o incremento nas rendas das famílias – novamente o caso inglês, que entre 1997 e 2012 testemunhou o preço médio dos imóveis aumentando em 200% enquanto que os salários cresceram, em média, apenas 55% no mesmo período. Assim, não só muitos têm partido para o mercado informal, mas mesmo os que conseguem o financiamento muitas vezes perdem seus imóveis por não conseguirem pagar as prestações (ROLNIK, 2015).

Além da informalidade e da precariedade, destaca-se o crescimento da criação de estruturas semelhantes a cortiços, oferecendo unidades habitacionais muito exíguas a fim de serem acessíveis a famílias e indivíduos de baixa renda ou simplesmente para atender ao crescente número de pessoas que moram sozinhas (a exemplo das quitinetes, estúdios, *lofts* e outros produtos existentes no Brasil). Inclusive, em um encontro dessas duas tendências, empreendimentos novos têm sido compostos apenas de unidades pequenas e voltadas para a oferta via aplicativos de compartilhamento (ROLNIK, 2015; TAVOLARI, 2019).

Em suma, quanto à habitação, na contemporaneidade tem-se observado um aumento na variedade tipológica e de formas de gestão e acesso à moradia: na ponta mais alta da pirâmide

social, um amplo menu de modos de vida, desde apartamentos customizáveis até condomínios temáticos e condomínios-clubes³⁴, seja em áreas novas, ou em antigas e renovadas; para a classe média, uma menor variação de oportunidades e, cada vez mais para aqueles que vivem em cidades e áreas de maior interesse turístico, a sublocação via plataformas digitais de compartilhamento; finalmente, o grupo populacional com menos condições de renda, a redução no acesso à moradia social e as alternativas mais precárias da habitação informal, do aluguel de pequenas unidades habitacionais e os riscos do financiamento.

1.2.5. As mudanças no planejamento territorial

Ao lado e, em certa medida, refletindo e oferecendo apoio técnico às transformações que a urbanização vem sofrendo desde as últimas décadas do século XX, encontra-se uma mudança no modo de realizar planejamento territorial. Ao longo do recorte temporal do trabalho, pode-se afirmar que a atividade do planejamento territorial, pelo menos em sentido amplo, sempre esteve presente. Isso se explica porque com o Renascimento surgiu uma mentalidade que considerava a natureza e, por extensão, a cidade, um objeto a ser compreendido, controlado e transformado pelo homem. Sobretudo, o pensamento de Leon Battista Alberti (1404-1472), por meio de seu tratado *De Re Aedificatoria*, conforme Carlos Antônio Leite Brandão afirma:

Ver a cidade como um todo único, e não como um agregado de partes reunidas aleatoriamente pela *fortuna* e pelas eventualidades, é uma das características do Renascimento. Em um espaço pensado como um todo, e não como um agregado, as partes são pensadas a partir da sua função no todo e compoem um organismo (BRANDÃO, 2016, p. 119-120, destaque do autor).

Naquele momento, a cidade, portanto, passou a ser vista como uma grande obra de arquitetura e, conseqüentemente, resultado de um *projeto*. Como mencionado anteriormente, isso culminaria na ideia da Arte Urbana, uma prática voltada para a qualificação da paisagem construída e, ao mesmo tempo, para sua estruturação por meio da manipulação de seus elementos morfológicos. No século XIX, a abordagem da Arte Urbana passaria a servir para solucionar também os problemas da cidade industrial (circulação, habitação, saneamento etc.).

³⁴ Expressão empregada em certas regiões do Brasil para se referir a condomínios residenciais (verticais ou horizontais) com ampla oferta de espaços voltados para o lazer, como piscinas, espaços de festas, quadras de esportes, salas de cinema etc. Alguns vão além e contém inclusive pequenos mercados voltados para o consumo dos próprios moradores.

Porém, diante da complexidade da realidade urbana industrial e da estruturação de diversas novas disciplinas acadêmicas no período (como a geografia, a sociologia ou a história) a prática urbanística foi transformada por uma série de pesquisas e teorias de tendência científica que culminariam na estruturação da disciplina do Urbanismo³⁵.

O Planejamento Territorial, no sentido corrente da expressão, seria desenvolvido, por sua vez, ao longo da primeira metade do século XX, com destaque para as contribuições do biólogo escocês Patrick Geddes e do grupo norte-americano que desenvolveu suas ideias, a *Regional Planning Association of American* (RPAA)³⁶. Sem desprezar as contribuições do Movimento Moderno e seus Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's), o Planejamento Territorial derivado de Geddes se consolidaria como a metodologia dominante na prática do planejamento durante boa parte do século passado, marcada por sua orientação eminentemente racional e sua ênfase na solução dos problemas causados pelo crescimento, pelo ordenamento do mesmo via estabelecimento de parâmetros urbanísticos e pelo equipamento de *todo o território* com infraestruturas, espaços e edificações relacionadas aos serviços públicos. Devido à essas características, esse tipo de planejamento também é referido por termos como *abrangente*, *tecnocrático* ou simplesmente *planejamento tradicional* (cientificista, tecnocrático e abrangente). Em outras palavras, em resposta ao rápido e descontrolado crescimento urbano do século XIX, produziu-se uma ferramenta voltada para o seu controle e a mitigação dos problemas decorrentes dele (FERRARI, 1979; HALL, 2016).

Porém, ao longo do século XX, a natureza do problema que as cidades (pelo menos aquelas das nações mais desenvolvidas) deveriam enfrentar mudou. Se originalmente o planejamento foi criado para lidar com um cenário de vigorosa expansão espacial, nas décadas de 1970 e 80, um problema de outra ordem figurou: planejar cidades em um contexto de crise econômica (e urbana). Nesse novo contexto, uma outra teoria de planejamento, importada do mundo empresarial (que, por sua vez, a havia buscado no mundo militar) foi desenvolvida. Denominado Planejamento Estratégico, esse novo método de atuação no território se distingue

³⁵ Aqui, refere-se ao conceito inaugural da disciplina, proposta como uma nova ciência. Com o tempo, se percebeu que não é salutar (ou mesmo possível) ignorar os aspectos não-científicos do Urbanismo, como seus elementos estéticos, filosóficos e culturais. Assim, a proposta de Bernardo Secchi, de considerar o Urbanismo um saber, parece mais adequada em comparação à sua intenção original: um *patchwork* de diversos conhecimentos, científicos ou não, produzidos em diversos momentos e realidades culturais, acerca do ambiente construído, sobretudo, a cidade. Nesse sentido, o Urbanismo existe desde os primeiros assentamentos humanos, mas foi apenas com o século XIX que a abordagem científica passou a ser incorporada nele (SECCHI, 2006).

³⁶ Associação Americana de Planejamento Regional. Esse grupo era composto por nomes como Lewis Mumford, Clarence Stein, Charles Whitaker e Henry Wright. Além da influência de Geddes, o grupo também se alimentou das ideias e atuação dos idealizadores da Cidade-Jardim (Ebenezer Howard, Raymond Unwin e Barry Parker (HALL, 2016).

do anterior em muitos aspectos: no lugar da visão abrangente, a ação pontual; no lugar da primazia dos técnicos, a atuação conjunta entre técnicos, governo e sociedade; no lugar da exclusividade da ação estatal, a parceria público-privada; e, principalmente, no lugar da abordagem técnica e cientificista, a ação política e de caráter estratégico a fim de criar condições locais para a atração de investimentos e a geração de renda e riqueza. Com a mudança de abordagem, mudou-se também o papel do profissional de planejamento. De urbanista-planejador passou-se para o urbanista-empresendedor, um profissional que, atuando junto ao Estado e ao capital, se volta para o desenvolvimento de estratégias capazes de vencer a competição com outras cidades pelos investimentos, turistas e profissionais capacitados (GUELL, 2000; HALL, 2016; MARICATO, ERMÍNIA; ARANTES, OTÍLIA; VAINER, 2009).

Em teoria, essa outra forma de planejamento propõe que se deva produzir um consenso entre todos os atores envolvidos (iniciativa privada, sociedade civil e governo) sobre o que se pretende com a implementação do plano estratégico. Na prática, porém, o que se tem notado é que as ações de planejamento estratégico ao redor do mundo têm resultado em uma série de ações pontuais no espaço urbano cujos benefícios são desfrutados por apenas uma parte do tecido social – poucas e seletas áreas são transformadas (revitalizadas, requalificadas, reestruturadas) e, quase sempre, processos de gentrificação são os únicos frutos que as parcelas mais pobres da população envolvida colhem (GUELL, 2000; HALL, 2016; MARICATO, ERMÍNIA; ARANTES, OTÍLIA; VAINER, 2009; MUÑOZ, 2008).

1.2.6. Espaço e segregação social

Além das mudanças morfológicas e funcionais, é importante reforçar as transformações de cunho socioespacial que as acompanhou e, sobretudo, reforçou. A cidade medieval, ponto de partida do recorte temporal da pesquisa, não conheceu uma separação espacial rígida entre sua população rica e pobre. Não era incomum nos burgos existirem, em um mesmo quarteirão, casas de tamanhos variados e abrigando famílias de níveis sociais diferentes. Existiam lugares mais privilegiados no mundo feudal, como a habitação rural do nobre ou, no espaço urbano, as áreas ao redor das edificações que abrigavam os poderes municipal, religioso e comercial. Por outro lado, à medida que os burgos foram se fortalecendo, uma distinção socioespacial começou a se tornar mais clara, com as famílias mais abastadas vivendo nas áreas centrais, enquanto os

mais pobres se instalavam nas periferias ou mesmo do lado de fora das muralhas³⁷ (BENEVOLO, 1994, 2009).

Mesmo no século XIX, com a explosão demográfica que acompanhou a industrialização, essa separação em zonas de classes sociais distintas ainda era muito próxima daquela dos últimos séculos do medievo. Em Paris, por exemplo, era comum nos edifícios haussmanianos uma estratificação social ao longo do eixo vertical das edificações: o térreo geralmente ocupado pela família do porteiro, no primeiro andar uma família mais rica, acima outra de classe média, no terceiro andar famílias menos abastadas e, finalmente, nos sótãos, grupos mais pobres, especialmente idosos e artistas pouco valorizados³⁸ (BENEVOLO, 2009).

Porém, a partir da industrialização, a cidade ocidental começou a intensificar a separação espacial de suas classes, processo cada vez mais facilitado pelos desenvolvimentos tecnológicos, mas decorrente principalmente das diferenças crescentes entre as rendas das famílias e a consolidação do mercado imobiliário, regulando preços e oferecendo produtos segundo sua lógica peculiar. Com o aumento da desigualdade social e a viabilidade de se criar localidades com melhores condições ambientais, longe das epidemias, do barulho e da poluição das fábricas, o mercado de imóveis progressivamente se diferenciou e organizou as cidades em áreas com diferentes preços e qualidades.

Como consequência, com o tempo as áreas residenciais se tornariam bastante uniformes do ponto de vista socioeconômico: áreas elitizadas (geralmente suburbanas), áreas de renda média, bairros operários e áreas precárias à margem do mercado formal. Nos primeiros momentos, boa parte dos trabalhadores das fábricas viviam em intensa penúria, ocasionando sucessivas revoltas (com destaque para a Primavera dos Povos, entre 1848 e 1850, pondo fim ao Absolutismo e consolidando o poder político da burguesia). As reformas de Haussmann em Paris, por exemplo, além de seu interesse em valorizar a área central da cidade eliminando cortiços e qualificando sua paisagem, também objetivavam, dentre outras coisas, remover suas ruelas medievais para facilitar o movimento das tropas militares e, com isso, dificultar eventuais revoltas populares (BENEVOLO, 1987, 2009; HOBBSAWM, 2010; LAMAS, 2011; MUMFORD, 1998).

³⁷ O termo *subúrbio* provavelmente derivou desse fenômeno. Segundo Harold James Dyos, em seu *Victorian Suburb*, essa palavra (de origem latina, *suburbium*), começou a ser utilizada no território inglês desde o século XIV, provavelmente em função de influência galesa (*suburbe*), a fim de denotar assentamentos residenciais ou comerciais, geralmente de estrangeiros, ao redor das muralhas dos burgos (DYOS, 1961).

³⁸ Muitas paisagens da cidade de Paris do período foram pintadas a partir desses sótãos, como a famosa *Boulevard des Capucines* (1873-74) de Claude Monet, pintada a partir do estúdio do fotógrafo Nadar.

Por outro lado, à medida que o século XIX se aproximou do fim, surgiram uma série de proposições voltadas para melhorar as condições de vida das classes mais pobres, indo desde propostas de cunho utópico (Fourier, Godin) até as mais pragmáticas (leis urbanísticas, direitos trabalhistas, obras de saneamento). Esse processo culminaria com o advento do Estado de Bem-Estar Social. Ao mesmo tempo, nas regiões menos desenvolvidas, como a América Latina, a industrialização causou problemas muito semelhantes aos europeus e norte-americanos. O caso do Brasil é emblemático, cuja industrialização tardia produziu um grande êxodo rural em direção a um pequeno número de cidades (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro), deflagrando uma crise urbana que, apesar de certos esforços em revertê-la, ainda persiste – processos de favelização, baixos salários, déficit habitacional, depredação ambiental, serviços públicos precários, violência urbana, forte especulação imobiliária etc. Diferente das regiões mais dominantes da economia mundial, essas nações não lograram construir um Estado de Bem-Estar Pleno, limitando-se a investimentos de infraestrutura urbana e habitação de modo desigual em seus territórios, assim como oferecendo um arcabouço jurídico e uma dinâmica econômica insuficientes para a viabilização de níveis de seguridade social adequados (FILHO, 1992; MARICATO, 1996; ROLNIK, 1997; SANTOS, 1996; VILLAÇA, 2001).

Assim, o mundo ocidental chegou às últimas décadas do século XX composto por duas realidades: as regiões mais desenvolvidas, com problemas socioeconômicos menos intensos; e os países menos desenvolvidos, de industrialização tardia e realizada sobre condições estruturais precárias. Na contemporaneidade, porém, com o fortalecimento das atividades e redes econômicas transnacionais, mesmo em cidades localizadas nas nações desenvolvidas, as desigualdades sociais têm se aprofundado rapidamente, manifestadas sobretudo por meio do surgimento de um padrão espacial composto por duas realidades: as áreas mais incluídas na globalização, marcadas pela presença dos enclaves, das áreas elitizadas e das revitalizações; e a outra, sem investimentos maciços, menos dinâmica e habitada pela crescente massa populacional que participa de modo menos intenso das dinâmicas transnacionais. Ulrich Beck comenta no fechamento de seu livro sobre globalização acerca do perigo de uma *brasileirização* da Europa, referindo-se ao aprofundamento da desigualdade socioeconômica em curso na região do mundo que ao longo de boa parte do século XX foi símbolo do sucesso do *welfare* (BECK, 1999; UNITED NATIONS, 2020).

Manuel Castells em seu *Sociedade em Rede* aponta para o mesmo fenômeno ao afirmar que o mundo contemporâneo tem funcionado segundo um padrão de rede e, acima de tudo, pela lógica de conexão-desconexão típica das redes de computadores. Assim, as diferentes regiões e o próprio espaço intraurbano podem ser lidos como estando ou excluídos ou incluídos nos

processos de globalização (embora, conforme discutido anteriormente, exista um gradiente de intensidade de inclusão entre estes dois estados). Essa conexão se dá, obviamente, por meio do acesso às TIC's e do aparelhamento dos territórios com infraestruturas de transporte relacionadas às relações regionais e globais (linhas de trem de alta velocidade, aeroportos, terminais multimodais, rodovias de alta velocidade, etc.). Esse fenômeno se manifesta com maior clareza nas grandes cidades do mundo, as quais Castells denomina de Megacidades, que seriam

Aglomerações enormes de seres humanos, todas elas (13 na classificação da ONU) com mais de dez milhões de pessoas em 1992) (...). Mas o tamanho não é sua qualidade definidora. São os nós da economia global e concentram tudo isso: as funções superiores direcionais, produtivas e administrativas de todo o planeta: o controle da mídia; a verdadeira política do poder; e a capacidade simbólica de criar e difundir imagens (...). No entanto, o que é mais significativo com relação às megacidades é que elas estão conectadas externamente a redes globais e a segmentos de seus países, embora internamente desconectadas das populações locais responsáveis por funções desnecessárias ou pela ruptura social (...) isso acontece com Nova York, bem como a Cidade do México e em Jacarta. *É esta característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local que torna as megacidades uma nova forma urbana* (...). As megacidades são constelações descontínuas de fragmentos espaciais, peças funcionais e segmentos sociais (CASTELLS, 1999, p. 492-495, destaque do autor).

Apesar desse conceito se referir às grandes áreas urbanas e, do ponto de vista funcional, corresponder à *Cidade Global* de Saskia Sassen, essa característica de conexão global e desconexão local de trechos do espaço urbano se manifesta em toda parte, com intensidades distintas conforme o grau de inserção que cada região possui em relação à economia mundial (ALVES, 2013).

1.3. A Urbanização Contemporânea – uma síntese

A urbanização contemporânea, no sentido apresentado aqui, não se trata simplesmente da descrição das cidades existentes. Ela se refere aos fenômenos que se manifestam à medida que países, regiões e cidades tornam-se territórios da globalização. Em especial, essas características são mais claras nas áreas economicamente mais dinâmicas, que juntas compõem uma rede de espaços urbanos cujos nós localizam-se em diferentes partes do mundo. Como consequência, as paisagens das áreas mais incluídas nos fluxos transnacionais tendem a se parecer umas com as outras, mesmo estando em países distantes entre si e com níveis de desenvolvimento diferentes. Isso se dá tanto porque as mesmas corporações atuam em tais

lugares, quanto porque a própria competição entre as cidades pelo investimento de tais atores econômicos tem sido jogada com as mesmas estratégias: *marketing* urbano, revitalizações de áreas históricas, contratação dos mesmos escritórios de arquitetos etc.

Por outro lado, a urbanização contemporânea também deve ser vista pelo seu *negativo*, considerando as consequências para as cidades dessa inserção seletiva de espaços nos circuitos mais dinâmicos da economia. No presente contexto, uma parcela considerável da população urbana mundial tem existido às margens desses fenômenos. Essa outra cidade, tem sido caracterizada por uma menor atuação do Estado, com uma paisagem construída mais *local*, com espaços públicos deteriorados e que experimenta a vida urbana contemporânea menos do ponto de vista morfológico do que funcional: embora se more em edificações construídas a décadas, elas são sublocadas por meio de aplicativos de compartilhamento, seus deslocamentos utilizam também plataformas em rede, suas comunicações e o acesso às informações são mediados pelas mídias sociais e suas rotinas diárias se dão muitas vezes entre cidades diferentes no contexto de uma mesma região. Assim, embora a nova realidade afete a todos nas sociedades integradas na globalização, o grau de imersão nos fenômenos descritos neste capítulo varia conforme a renda e a participação de cada indivíduo e família nos fluxos econômicos e nas instituições que operam em nível transnacional.

Em suma, pode-se resumir essa *Urbanização Contemporânea* em quinze tópicos essenciais, apresentados a seguir e acompanhados pelos termos e expressões criados pelos autores citados ao longo deste capítulo para os descrever:

1. Forte integração em escala global, possibilitada pelas novas tecnologias, mas causada pelos arranjos político-econômicos construídos para a atuação do capital transnacional (Globalização);
2. A transferência das atividades produtivas de baixa necessidade de mão-de-obra especializada para localidades que ofereçam custos menores para as operações e, em paralelo, a especialização de algumas grandes cidades em atividades do terciário avançado, na gestão nacional e global da economia e no desenvolvimento tecnológico de ponta (Cidades Globais, *Offshoring*);
3. O aprofundamento da integração urbano-regional iniciada no século XIX, originando extensos sistemas urbanos, onde as atividades econômicas, os serviços urbanos e sua população operam, em escala regional, como uma única cidade (Urbanização Dispersa, Cidade-Região, Megacidade, *Territoriante*);

4. O surgimento de um padrão omnidirecional de deslocamento, sobreposto ao movimento pendular típico do século XX, em função do surgimento de novas centralidades, do aumento na mobilidade da população e da intensa integração regional (do movimento pendular para o movimento difuso);
5. Conseqüentemente, o papel cada vez mais importante no espaço intraurbano dos elementos de infraestrutura regional (rodovias, linhas de trem, estações de transporte regional etc.);
6. A realocação das atividades típicas do centro principal para novas centralidades e, ao mesmo tempo, a especialização funcional desses novos centros (Cidade Poli(multi)nucleada, Cidade Multiplicada);
7. O crescimento do tecido urbano de forma descontínua, com baixa ocupação do solo e que se estende por vastas regiões, acompanhado pela mudança do modo de vida rural para o urbano nas áreas de campo entremeadas nesse novo espaço urbano-regional (Urbanização Dispersa, Cidade-Região, Cidade Multiplicada);
8. Uma mutação nas periferias, que deixam de se configurar como áreas predominantemente residenciais (e industriais, em menor medida) para abrigar todos os tipos de atividades urbanas (*Edge City, Technoburb*);
9. Essa nova periferia, por sua vez, distingue-se visualmente da cidade pré-existente, apresentando uma paisagem marcada pelo excesso de espaços livres (áreas verdes, vias e estacionamentos), por habitações unifamiliares em lotes generosos e pela ocorrência de grandes edificações espaçadas umas das outras, tais como *shoppings, outlets*, hipermercados, torres de escritórios, grandes equipamentos regionais ou prédios de apartamentos de alto padrão (*Edge City, Technoburb*);
10. Na escala intraurbana, destaca-se o aumento da privatização dos espaços de uso coletivo da cidade via criação de enclaves de naturezas diversas. Descontínua e geralmente localizada na borda (*edge*) da cidade pré-existente, essa nova configuração é caracterizada por uma série de bolsões de permanência justapostos e interligados por vias de trânsito rápido (*Edge City, Technoburb, Megacidade*);
11. A produção de paisagens repetitivas e isoladas de seu contexto imediato, sejam revitalizações de centros históricos e áreas deterioradas ou os enclaves privatizados nas franjas das cidades (*Urbanización, Paisagens Autistas, Megacidade*);
12. A intensa conexão de certas áreas de uma cidade ou região com outras localidades do mundo devido à sua participação em atividades econômicas globalizadas. Ao mesmo

tempo, a desconexão local entre tais áreas e seu entorno menos inserido nos fluxos globais (*Megacidades, Urbanización*);

13. As cidades em disputa entre si, via ações de Planejamento Estratégico, para captar investimentos externos (*Brandificación, Urbanización, Marketing Urbano*);
14. O aumento na diversificação dos produtos imobiliários, especialmente as formas de morar (*lofts, aplicativos, condomínios, quitinetes, áreas históricas, enclaves multifuncionais etc.*);
15. O aumento da segregação socioespacial decorrente da desigualdade de participação no fenômeno da globalização (*Megacidades*).

1.4. A reposta do Urbanismo – a Cidade Compacta

Além de analisar a nova realidade, os estudiosos do urbano geralmente têm encarado o padrão descrito anteriormente como um problema, um processo de urbanização cujas consequências econômicas, sociais e ambientais são bastante perniciosas. Sobretudo, o grande problema do fenômeno urbano recente, segundo o presente consenso teórico, é a dispersão espacial. Foi mostrado que esse processo não é recente, uma vez que desde a Revolução Industrial a antiga contenção espacial progressivamente foi sendo rompida diante das novas demandas do mundo da máquina.

Desde o surgimento do Urbanismo enquanto disciplina de pretensões científicas, a dispersão foi denunciada como um problema. Além disso, os primeiros urbanistas também se ocuparam da denúncia do desastre sanitário das cidades industriais e da deterioração visual da paisagem construída existente. Naquele contexto, uma série de vozes propuseram diferentes teorias e modelos espaciais para solucionar os problemas urbanos do mundo industrial: alguns mais entusiastas dos novos tempos; outros mais saudosistas do suposto equilíbrio perdido. Françoise Choay, em sua sistematização das ideias das primeiras gerações de urbanistas, classificou essas duas correntes, respectivamente, de Progressista e Culturalista. Choay ainda reconheceu outras orientações, porém foram essas as que mais influenciaram a prática urbanística no século XX, sobretudo a partir do entreguerras (CHOAY, 2010; HALL, 2016).

À medida que as novas ideais eram implementadas (a visão progressista do Movimento Moderno e a culturalista da Cidade Jardim), um primeiro movimento de crítica irrompeu no bojo do Urbanismo. Com raízes ainda na Inglaterra dos anos de 1940, essa corrente contestatória ganhou ímpeto a partir da década de 1960 com a publicação de textos e livros tanto nos EUA quanto na Europa: no Novo Mundo, se destaca o livro da jornalista nova-

iorquina Jane Jacobs, o seminal *Morte e Vida das Grandes Cidades*. Do lado europeu, o conjunto de publicações produzidas pela revista *Architectural Review* (AR), como os ferozes artigos do jornalista Ian Nairn e o trabalho teórico de Gordon Cullen³⁹, idealizadores do movimento *Townscape* (Paisagem Urbana, em português). Em ambos os casos, além de suas críticas ao *establishment* urbanístico, propunham novos caminhos para a produção das cidades.

Embora o *Townscape* fosse mais antigo e conduzido por um grupo maior de pessoas, foi a atuação de Jacobs que se tornou mais influente. Além de seu livro, sua atuação na cidade de Nova Iorque contribuiu para dar bastante notoriedade ao seu pensamento, que se tornaria um dos mais influentes no desenvolvimento ulterior do Urbanismo. Sumariamente, o pensamento de Jacobs (e do *Townscape*) pode ser resumido na ideia de que as cidades devem ser lugares marcados pela vitalidade dos espaços públicos, característica possível apenas onde existir uma forte relação comunitária e respeito pelo contexto construído e cultural pré-existente. Assim, as vizinhanças de uma cidade deveriam ser lugares caracterizados pela valorização do pedestre, pela diversidade – demográfica, construtiva e funcional – e pela concentração populacional. Em decorrência disso, enxergavam nas novas áreas suburbanas (de baixa densidade, voltada para o automóvel e sem diversidade construtiva ou socioeconômica) um ambiente inadequado para a vida urbana. Uma vez implementados tais princípios, esses urbanistas entendiam ser possível construir cidades compostas por bairros animados, seguros, com fortes laços de solidariedade, com economia local vigorosa e socialmente mais justos (CULLEN, 1996; JACOBS, 2011; NAIRN, 1955; PAVESI, 2013)⁴⁰.

De lá para cá, talvez o grande acréscimo às proposições desses críticos foi a inclusão do paradigma ecológico no debate sobre a organização das cidades. Mesmo as possibilidades colocadas pela internet e pela digitalização ainda parecem pouco inseridas nas proposições recentes, a não ser via implementação de sistemas de monitoramento e controle dos serviços urbanos (como na proposta da *Smart City*⁴¹). Curioso que essas inovações (preocupação ambiental e emprego de alta tecnologia), já estavam presentes no livro de uma dupla de matemáticos norte-americanos, George Dantzig e Thomas Saaty, publicado em 1973. Foi nessa

³⁹ Esse grupo, construído ao redor da AR, foi fundamental para o desenvolvimento desse movimento de crítica às realizações do urbanismo modernista e ao ideário jardim. Além de Nairn e Cullen, o *Townscape* ainda contava com Nicolaus Pevsner, Ivor de Wolfe (pseudônimo de Hubert de Cronin Hastings) e a arquiteta Elizabeth Denby (CULLEN, 1996; NAIRN, 1955; PAVESI, 2013, 2015).

⁴⁰ Interessante notar que o pensamento de Jacobs no *Morte e Vida* lida com a escala local, do bairro e da rua. Isso tornou seu pensamento bastante importante para o desenvolvimento da atividade do Desenho Urbano, mas pouco fértil para a reflexão em escalas maiores.

⁴¹ Ou Cidade Inteligente. Além da união entre a forma compacta e os sistemas de tecnologia, a ideia de Cidade Inteligente também tem como elemento essencial o fomento de atividades voltadas à inovação tecnológica (SOUZA; AWAD, 2012).

publicação (*Compact Cities: a plan for a liveable urban environment*⁴²) onde aparentemente foi utilizada pela primeira vez a expressão Cidade Compacta para se referir à sistematização das ideias desenvolvidas a partir de Jacobs e do *Townscape* como alternativa ao Urbanismo Modernista e à Cidade-Jardim. No livro os autores defenderam a criação de núcleos urbanos adensados e de uso do solo misto, com prioridade para o transporte coletivo e para modais não-motorizados, assim como o emprego de novas tecnologias para aumentar a eficiência do sistema urbano do ponto de vista ambiental e econômico (DANTZIG; SAATY, 1973).

Desde então essas ideias passaram a dominar o debate urbanístico, em primeiro lugar na academia e, aos poucos, na arena política. Entre as décadas de 1960 e 1980, reforçadas pelo Pós-modernismo em arquitetura, outros teóricos e projetistas desenvolveram reflexões variadas no sentido de revisar ou mesmo rejeitar a visão proposta pelo Movimento Moderno (e, com menor intensidade, pelo ideário jardim). Um dos desdobramentos mais relevantes para o Urbanismo foi o surgimento do campo disciplinar do Desenho Urbano (do inglês, *Urban Design*). Novamente, a atuação de Jacobs se destacou. O primeiro curso de Desenho Urbano do mundo, criado pela Universidade de Harvard em 1960, nasceu como um desdobramento de uma série de palestras da jornalista naquela instituição dois anos antes. Desde seu nascimento, o Desenho Urbano explicitamente traz como fundamentos os princípios de desenho defendidos desde o *Townscape*: ênfase na escala do pedestre, na construção de paisagens qualificadas, na valorização da forma urbana tradicional, no conforto ambiental, no adensamento e na diversidade funcional, tipológica e social (BREHENY, 2005; KUNSTLER, 2013).

Um termômetro adequado sobre a importância que essas ideias alcançaram são as orientações nascidas dos debates promovidos pelas Nações Unidas. Em 2016 foi realizado na cidade de Quito o congresso Habitat III, onde indivíduos e instituições de todo o mundo redigiram o documento intitulado *Nova Agenda Urbana*, o qual expressa o consenso dos participantes do congresso (pesquisadores, governos nacionais e instituições da sociedade civil organizada) sobre como construir cidades melhores. Dentre outras coisas, o texto da *Nova Agenda* afirma o compromisso das nações signatárias em:

51. (...) promoting the development of urban spatial frameworks, including urban planning and design instruments that support sustainable management and use of natural resources and land, **appropriate compactness and density**, polycentrism and **mixed uses**, (...);

69. (...) preserving and promoting the ecological and social function of land, including coastal areas that support cities and human settlements, and to

⁴² Cidades Compactas: um plano para um ambiente urbano habitável (tradução nossa).

fostering ecosystem-based solutions to ensure sustainable consumption and production patterns, so that the ecosystem's regenerative capacity is not exceeded. We also commit ourselves to promoting sustainable land use, combining urban extensions with adequate **densities and compactness to prevent and contain urban sprawl** (...);

98. (...) promote integrated urban and territorial planning, including planned urban extensions based on the principles of equitable, efficient and sustainable use of land and natural resources, **compactness**, polycentrism, **appropriate density** and connectivity, and **multiple use** of space, as well as mixed social and economic uses in built-up areas, in order to **prevent urban sprawl** (...) (UNITED NATIONS, 2017, destaques nossos)⁴³.

Esse documento é talvez a mais importante prova do sucesso de tais ideias. Assim, a partir da reflexão e pesquisas de diversos indivíduos e grupos⁴⁴, foi sendo consolidado o presente entendimento de que a dinâmica urbana atual é patológica (geralmente referida pela expressão Cidade Dispersa) e sua solução encontra-se na criação de Cidades Compactas⁴⁵. Em suma, o argumento é construído baseado na ideia de que: a dispersão espacial consome mais terra e, assim, elimina pastagens, plantações e vegetação nativa; cidades mais extensas possuem custos mais altos para a manutenção de suas infraestruturas; áreas com baixa densidade populacional tendem a promover menos encontros entre as pessoas, enfraquecendo os vínculos comunitários; a baixa densidade também dificulta a existência de comércio e serviços de vizinhança; e, um dos mais recorrentes, o alto uso do automóvel particular e de veículos motorizados aumenta o consumo de combustíveis fósseis, os níveis de poluição e o número de

⁴³ 51. (...) promover o desenvolvimento de estruturas espaciais urbanas, incluindo instrumentos de planejamento e desenho urbano que apoiam a gestão e o uso de recursos naturais e do solo sustentáveis, **compacidade e densidade adequados**, poli centralidade e **usos mistos**, (...); 69. (...) preservando e promovendo a função ecológica e social do solo, incluindo áreas costeiras que dão suporte a cidades e assentamentos humanos, e fomentar soluções ecossistêmicas para assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis, de modo que a capacidade regenerativa dos ecossistemas não seja excedida. Nós também nos comprometemos a promover uso do solo sustentável, combinando a expansão urbana com a **compacidade e densidade adequados para prevenir e conter o espraiamento urbano** (...); 98. (...) promover e integrar o planejamento urbano e territorial, incluindo expansões urbanas planejadas que promove o uso do solo e dos recursos naturais com equidade, eficiência e sustentabilidade, **compacidade**, poli centralidade, **densidade apropriada** e conectividade, e **uso misto** do espaço, assim como usos sociais e econômicos mistos em áreas consolidadas a fim de se **prevenir o espraiamento urbano** (...).

⁴⁴ Ainda no século XX, além do grupo da AR e de Jacobs, merece destaque o pensamento de Christopher Alexander, dos irmãos Krier, de Aldo Rossi, de Collin Rowe, de Kevin Lynch, dentre outros. Atualmente, são bastante celebrados os trabalhos e a reflexão de Richard Rogers e Jan Gehl. Outro movimento relevante é o *New Urbanism*, de origem norte-americana e que toma como referência a típica cidade norte-americana pré-industrial na defesa de princípios muito semelhantes aos dos defensores de Cidades Compactas (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2010; KUNSTLER, 2013).

⁴⁵ Existem outros pontos de vista e proposições acerca da cidade contemporânea, inclusive visões que olham com melhores olhos para a dispersão. Uma publicação interessante é a sistematização das teorias e interpretações do urbano apresentada em Vázquez (2004), onde o autor buscou dar continuidade ao trabalho de Françoise Choay, embora com certas peculiaridades.

acidentes de trânsito (GEHL, 2015; GUMUCHDJIAN; ROGERS, 2012; UNITED NATIONS, 2017).

Em suma, a ideia é de que as benesses da vida urbana resultam das vantagens da concentração espacial de pessoas, bens e serviços – e, por isso, a dispersão é prejudicial e deve ser evitada. Dada a força desse novo paradigma teórico (cada vez mais presente nas práticas de planejamento territorial) é necessário analisar com rigor os argumentos postos sobre a mesa, tanto para se alcançar uma prática de ordenamento territorial adequada e racional, quanto porque se desconfia do maniqueísmo existente nessa discussão⁴⁶. Essa tese, embora não se volte para analisar diretamente essa discussão, também se relaciona a ela ao buscar compreender as razões e forças que têm produzido a dispersão e os demais aspectos da realidade urbana atual.

1.4.1. Um breve adendo – o mito da cidade modernista dispersa

Diante do que foi exposto ao longo das últimas seções do capítulo, uma questão recebeu pouca atenção: o Movimento Moderno defendia a dispersão espacial? Por mais documentada que é a origem da dispersão e da suburbanização, não raro é dito que a proposta modernista defendia núcleos dispersos. Mas, será que a cidade idealizada pelo Movimento Moderno realmente propôs essa lógica de ocupação do território?

Embora muitos arquitetos modernistas tenham desenvolvido suas versões particulares de cidades, é consenso que se pode tomar as ideias de Le Corbusier e seus colaboradores como representantes adequados de todo o pensamento do movimento. Para as compreender, são fundamentais três livros: *O Urbanismo* (1925), *A Cidade Radiosa* (1935) e *Os três Estabelecimentos Humanos* (1945). Ainda, deve somar-se a esses a *Carta de Atenas* (1933), de construção coletiva no IV CIAM, realizado em Atenas sob coordenação do próprio Le Corbusier.

Acertadamente, Jane Jacobs percebe que a visão corbusiana para a cidade industrial pode ser entendida como uma mistura entre o zoneamento rígido e a valorização da vegetação e do espaço livre como elementos saneadores (elementos pegos de empréstimo da Cidade Jardim) com postura de ruptura com a história característica das vanguardas artísticas da virada do século XX (JACOBS, 2011). Esse amálgama entre a cidade de Howard e o entusiasmo diante da era da máquina e do progresso, foi convertido na proposição de cidades marcadas por uma

⁴⁶ Muitos estudos têm buscado aprofundar o debate e mesmo verificar empiricamente tais argumentos, como em Ahlfeldt e Pietrostefani (2017), Breheny (2005), Burgess (2004), Burton, Jenks e Williams (2005), Matthey-Doret (2015) ou Neuman (2005).

inédita densidade populacional (viabilizada pelos arranha-céus) e pela ênfase na velocidade e nos novos meios de locomoção (automóveis, aviões, trens, metrô, transatlânticos etc.). Tanto a Cidade Radiosa quanto a Cidade Contemporânea (duas idealizações corbusianas) possuem tais aspectos⁴⁷.

Assim, como é possível acusar uma visão urbanística de espraiamento espacial se ela defende densidades extremamente altas (a Cidade Contemporânea previa 3000 hab./ha em sua área central – 50 vezes maior que a densidade da Cidade-Jardim e cerca de 7 vezes a densidade típica dos núcleos compactos⁴⁸)? Não apenas seu centro, mas a própria área periférica da cidade corbusiana (chamada por ele de cidade-jardim) foi proposta para abrigar 300 hab./ha (semelhante à densidade das áreas históricas das cidades europeias). O próprio Corbusier, ao justificar as características de sua Cidade Contemporânea, utiliza palavras que soam bastante semelhantes à argumentação contemporânea em defesa da Cidade Compacta:

Princípios fundamentais: 1º descongestionamento dos centros das cidades; 2º **aumento da densidade**; 3º **aumento dos meios de circulação**; 4º aumento das superfícies arborizadas (LE CORBUSIER, 2011; p. 161; destaque nosso).

Primeiro, o problema: a congestão urbana. Depois a solução: aumento da densidade, diversificação dos meios de transporte e melhoria nas condições ambientais da cidade, pois

Quanto maior é a densidade da população de uma cidade, menores são as distâncias para percorrer. Consequência: *aumentar a densidade das cidades, sede dos negócios [...] Aumentar as superfícies arborizadas e diminuir o caminho para percorrer [...]* Condensar a população e descongestionar a rua devem ser as duas faces da mesma e única moeda [...] (LE CORBUSIER, 2011; p. 158;159; 172; destaques do autor).

As periferias-jardim corbusianas e as outras áreas residenciais de baixa densidade que ele propôs nessas cidades ideais são sempre zonas cujas unidades habitacionais eram agrupadas em edifícios de 4 a 6 pavimentos (com 300 hab./ha ou mais). Em sua proposta, não existe a ideia de bairros de baixa densidade do tipo suburbano. Além disso, os deslocamentos seriam realizados, na visão do arquiteto franco-suíço, de modo multimodal (metrô, ônibus, automóvel,

⁴⁷ Ironicamente, Jacobs chama a proposta dos modernistas de Cidade-Radiosa-Jardim-Monumental. O termo *Monumental* vem de uma outra ideia urbanística da virada do século XIX para o XX: *City Beautiful*, nascido com o plano de Daniel Burham para a exposição de Chicago e marcado pela utilização cenográfica de conjuntos de edificações monumentais para formar grandes centros cívicos com amplos espaços livres e efeitos de perspectiva (HALL, 2016; JACOBS, 2011).

⁴⁸ A Cidade-Jardim idealizada por Howard possuía cerca de 60 habitantes/ha. Já as densidades propostas para cidades compactas oscilam em torno dos 400 habitantes/ha (FARR, 2013; HOWARD, 1902).

a pé, táxis etc.) e facilitados em função da alta concentração populacional (CORBUSIER, 2009).

Sobre o subúrbio, em seu *Os Três Estabelecimentos Humanos*, Corbusier afirmou:

Os subúrbios são a borra das grandes cidades. Estas, sedes de uma população indecisa, voltada à miséria e às doenças, foram inundadas no decorrer dos séculos XIX e XX por uma escuma frequentemente dez ou cem vezes mais extensa do que a cidade que ela encerra. Para vencer a **lepra dos subúrbios**, inventou-se este disfarce: as chamadas cidades satélites. Estabeleceu-se, então, o inferno das circulações (...). Os subúrbios e as cidades satélites representam, a cada dia para os habitantes, horas perdidas de metrô ou de ônibus em detrimento de toda a vida coletiva. Mas as horas perdidas no transporte nada representam tendo em vista a parte da renda nacional destinada ao pagamento desta heresia. Os milhões de pequenas casas dos subúrbios e das cidades-jardim exigem um incontável aparelhamento, uma rede inextricável de estradas, de vias férreas, de vigilância e de serviços públicos diferentes, de canalização própria de água, de gás, de eletricidade (...) (CORBUSIER, 1979, p.22, destaque nosso).

Assim, embora muitas realizações urbanísticas inspiradas no modelo modernista possam apresentar densidades baixas ou estabelecer um modo de vida altamente dependente do veículo particular, isso não representa adequadamente a visão original do movimento, especialmente de Le Corbusier. Finalmente, nem o movimento da Cidade Jardim idealizado por Ebenezer Howard propunha crescimento urbano espraiado: a ideia original não foi criar bairros ou subúrbios-jardim, mas *redes de cidades* fortemente integradas por estradas e ferrovias e que, embora com baixas densidades populacionais, teriam tamanho reduzido a fim de viabilizar percursos mais curtos para sua população. Geralmente, os progressistas defendiam a concentração e os culturalistas a descentralização, mas em ambos os casos o crescimento disperso não fazia parte de suas propostas. Entre as ideias do período, apenas a proposta de Frank Lloyd Wright pode ser classificada como defensora da dispersão. O irônico é que sua *Broadacre City* – cuja forma espacial rompia de modo muito mais radical com a cidade tradicional em comparação com as visões jardim e corbusiana⁴⁹ –, apesar de desprezada na prática urbanística orientada pelas teorias dominantes, foi a que mais se aproximou do rumo que as cidades tomariam ao longo do século XX, especialmente os centros urbanos de seu país (CHOAY, 2010; RYBCZYNSKI, 2010).

⁴⁹ Com densidades de aproximadamente 6 hab/ha, a ponto de Choay a classificar como uma proposta antiurbana (CHOAY, 2010).

2. A MODERNIDADE LÍQUIDA DE ZYGMUNT BAUMAN

Panta rei (tudo flui) – Heráclito de Éfeso, séc. V a.C. (aprox.).

A cidade é a sociedade em sua manifestação geográfica⁵⁰. O padrão de conformação do espaço em cada momento e lugar expressa necessidades, desejos e a ordem geral da sociedade que o produziu. O capítulo anterior olhou para a urbanização contemporânea com ênfase em sua dimensão espacial, considerando-a como a mais recente etapa do longo movimento de urbanização do mundo ocidental, transformando-se à medida que esse universo reconfigurava certos elementos de sua estrutura social e se apropriava de novas possibilidades tecnológicas. Não apenas continuidade, mas se demonstrou de que modo a urbanização recente é diferente das etapas anteriores, com suas rupturas e inovações peculiares.

Nesse capítulo o foco volta-se para a compreensão dos fatores que tem produzido esse padrão de urbanização. Foi afirmado que as recentes mudanças na produção espacial têm relação com a globalização: o que se tem caracterizado como urbanização contemporânea pode ser encarado como a manifestação no território da atuação e influência de fluxos econômicos e relações transnacionais. Em outras palavras, a globalização tem servido como um canal através do qual as condicionantes do fenômeno urbano pousam nas diferentes partes do mundo e produzem, com graus e nuances variados, as características definidoras da urbanização recente.

Porém, até aqui pouco se falou desses fatores condicionantes, posto que a constatação da globalização como elemento coesivo do fenômeno não esclarece o conteúdo que ela derrama em cada lugar: simplesmente, reconhece-se que a integração global recente foi tomada como ponto de partida e base sobre a qual a tese é desenvolvida. Essa constatação não é específica deste trabalho, sendo reconhecida entre os estudiosos urbanos. Um exemplo, é a declaração de Edward Soja sobre o momento presente da urbanização (referido pelo termo ‘postmetropolitan’):

Still another way of describing the postmetropolitan transition is as a simultaneous implosion and explosion in the *scale* of the cities (...). At one level today, the entire world is rapidly becoming urbanized, from Antarctica to the Amazon, as the spatial reach of city-based cultures, societies, and economies expands into every region on the planet. At another level, every individual urban center, from the largest to the smallest, seems increasingly to

⁵⁰ Embora também é materialização geográfica de tempos pretéritos, de sociedades já passadas. É um arquivo da história, como afirma Fernando Chueca, composta de peças produzidas no presente em conjunção com elementos herdados do passado (a que Milton Santos se referia por ‘rugosidade’). Claro que isso não se aplica apenas à cidade, mas a qualquer ambiente transformado pelo homem.

contain the entire world within it, creating the most culturally heterogeneous cityspace the world has ever seen (...) the origins of this (...) can be traced to much earlier eras, but never before that it approached such an embracing scope and depth. It has made the discourse on *globalization* one of the most revealing entry points in making sense of the new urbanization process (SOJA, 2000, p. 152, destaques do autor)⁵¹.

Assim, do mesmo modo que Soja, a globalização é tomada aqui como um *entry point* (ponto de acesso) para a compreensão da urbanização contemporânea. Tendo isso em vista, passa-se agora para a compreensão dos aspectos da sociedade contemporânea que tendem, via globalização (no sentido de Beck), produzir processos de urbanização relativamente semelhante nas diferentes partes do globo, tendo em vista, é claro, as considerações do capítulo anterior relacionadas aos limites de tal generalização⁵².

2.1. Perspectivas sociológicas contemporâneas sobre a Modernidade

A compreensão do funcionamento da sociedade (macrossociologia) é uma tarefa complexa e a busca por teorias dessa natureza está presente na sociologia desde seu surgimento – de certo modo, a disciplina surgiu exatamente desse problema. Seus pensadores pioneiros, como Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx ou Max Weber, apesar das diferenças, estavam interessados em compreender o funcionamento da sociedade, acima de tudo o mundo moderno e sua versão industrial, recém-surgida no período de suas vidas.

Mesmo atualmente, com o desenvolvimento de novas teorias ou revisões do pensamento desses pioneiros, ainda persiste no debate sociológico a investigação macrossociológica. Segundo Giddens (2012), existem quatro grandes dilemas na pesquisa sociológica contemporânea: a relação entre a estrutura social e a ação humana; o peso do consenso ou do

⁵¹ Ainda outro modo de descrever a transição pós-metropolitana é como uma implosão e explosão simultâneas na *escala* das cidades (...). Em um nível hoje, o mundo inteiro está rapidamente se tornando urbano, desde a Antártida até a Amazônia, a medida que o alcance espacial das culturas, sociedades e economias urbanas se expande para cada região do planeta. Em outro nível, cada centro urbano individual, do maior ao menor, aparenta progressivamente conter o mundo inteiro dentro de si, criando o espaço urbano culturalmente mais heterogêneo que o mundo jamais havia visto (...) a origem disso (...) pode ser rastreada até eras muito antigas, mas nunca antes se observou tamanho um âmbito e profundidade tão abrangentes. Isto tem tornado o discurso da *globalização* um dos pontos de acesso mais reveladores para a interpretação do novo processo de urbanização.

⁵² O sociólogo britânico Roland Robertson cunhou um conceito chamado glocalização para se referir a esse fenômeno: criado pela mistura de globalização e localização, Robertson com ele quer dizer que a globalização não produziu, como se temia, uma uniformização cultural em escala global, mas que no contexto da globalização observa-se que muitas vezes as culturas locais/tradicionais são fortalecidas e forçam os elementos globais a uma adaptação para que se encaixem em seus contextos. Isso também se aplica ao universo econômico, como no caso de empresas globais que modificam ou mesmo criam novos produtos em resposta às condições locais dos mercados e culturas (GIDDENS, 2012).

conflito na caracterização da estrutura social; a discussão de gênero; e, finalmente, qual o fator determinante que ocasionou a origem da sociedade moderna. Em especial, o último nasceu a partir da reflexão de dois dos principais fundadores da disciplina: de um lado, Karl Marx, para quem a sociedade é estruturada primordialmente a partir de fatores econômicos (e pelo conflito); de outro, Max Weber, que postulou que a sociedade se estrutura principalmente a partir de fatores não econômicos. A diferença entre os dois pensamentos é percebida no modo como interpretaram a sociedade moderna e o advento do sistema capitalista: para Marx a sociedade moderna é sinônimo de sociedade capitalista, originada pelo modo desigual com que os meios de produção foram apropriados naquele momento pela burguesia (fator econômico estruturando os demais); para Weber, o próprio capitalismo, mais do que causa, foi conformado por outros fatores, sobretudo pela emergência da ética protestante (fator não-econômico condicionando o econômico).

A produção mais recente, apesar de suas diferenças metodológicas e conceituais, pode ser encarada como derivada de alguma dessas duas tradições: de um lado, intérpretes alinhados ao olhar marxista e, de outro, aqueles que relativizam o peso do fator econômico na constituição da sociedade contemporânea. Por outro lado, na atualidade não se pode facilmente classificar de modo puro as teorias, uma vez que muitas são posições híbridas e de matizes diversos entre a tradição materialista e a weberiana. Inclusive, nota-se a contribuição materialista em boa parte dos sociólogos que não colocam o fator econômico no mesmo patamar que a tradição marxista o faz; mais que isso, parte considerável desses teóricos foram em seus primeiros anos marxistas e, em muitos casos, a contribuição de tal orientação não pode ser negligenciada em seu pensamento⁵³. Ainda, a própria tradição materialista de análise, desde as últimas décadas do século XX, tem repensado o papel do elemento econômico na compreensão e estruturação da sociedade capitalista contemporânea, indo desde sutis ajustes até leituras ditas pós-marxistas (GIDDENS, 2012; SOJA, 2000).

Conforme Anthony Giddens (GIDDENS, 2012), pode-se classificar as teorias sociais contemporâneas segundo quatro perspectivas principais: a marxista, a feminista, a pós-modernista/pós-estruturalista e a síntese teórica. Entre os teóricos marxistas, Giddens destaca o francês Pierre Bourdieu, cuja reflexão abarca um amplo espectro de temas, desde discussões sobre a própria sociologia até temas como globalização, cultura e arte. Outro pensador, é

⁵³ Alguns dos trabalhos e autores a seguir não se encaixam rigorosamente ou exclusivamente no âmbito da sociologia, mas todos tratam da interpretação da sociedade contemporânea em algum sentido.

Immanuel Wallerstein, conhecido pela sua teoria do sistema-mundo⁵⁴, e também Jürgen Habermas, integrante da Escola de Frankfurt, cujo pensamento volta-se sobretudo para o tema da modernidade.

Na estudos sobre gênero e feminismo, Giddens destaca o pensamento de Judith Butler e sua reflexão sobre sexualidade e gênero (e a teoria *queer*, principalmente), além da indiana Vandana Shiva, que discute o conceito de ecofeminismo, relacionando questões ambientais, sociais e de gênero (GIDDENS, 2012).

Entre os pós-modernistas/pós-estruturalistas⁵⁵, pode-se citar o pensamento de Jean Baudrillard (com ênfase na consideração das mídias eletrônicas e no universo simbólico-imagético), Michel Foucault (com destaque para sua reflexão sobre as instituições de poder e controle), Jean-François Lyotard (e sua análise da crise das metanarrativas modernas) ou ainda nomes como Jacques Derrida, Gilles Lypovetsky, Julia Kristeva, Claude Levi-Strauss ou o próprio Zygmunt Bauman (BAUMAN, 1998a; GIDDENS, 2012; LIPOVETSKY; CHARLES, 2004; LYOTARD, 2004).

Finalmente, o quarto grupo pode ser entendido como uma posição mais branda em comparação ao anterior, buscando caminhos teóricos que enxergam a permanência da modernidade, porém transformada a partir do fenômeno da globalização. Nesse grupo, Giddens posiciona, além dele próprio, o pensamento de Ulrich Beck, de Scott Lash e de Manuel Castells (apenas a produção desenvolvida a partir dos anos de 1990, aproximadamente). Pode ser ainda inserido nesse grupo o sociólogo e urbanista francês François Ascher. Trabalhando em conjunto, Giddens, Lash e Beck propuseram o conceito de Modernidade Reflexiva para se referir ao movimento progressivo que a sociedade contemporânea tem experimentado de conscientização acerca dos limites e riscos decorrentes do projeto moderno⁵⁶ original. Castells, por sua vez, volta-se para a análise do impacto que as TIC's têm causado sobre as diversas dimensões da vida. O pensamento de François Ascher é caracterizado pela noção de Terceira Modernidade e a interpretação das novas dinâmicas espaciais decorrentes dela (ASCHER,

⁵⁴ Teoria que classifica os países capitalistas em países do centro, da semi-periferia ou da periferia desse sistema econômico.

⁵⁵ Essa alcunha intenta reunir uma série de pensadores e teorias que, em comum, advogam pelo fim da modernidade e também pela rejeição do estruturalismo – entendimento presente em vários campos do conhecimento, que considera seu universo de estudo (a sociedade, no caso da sociologia), como sendo formado por uma grande estrutura que apoia e, de certo modo, determina, as ações e pensamentos das pessoas.

⁵⁶ A expressão *projeto moderno* é empregada nos estudos sobre modernidade para se referir às intenções da modernidade (sobretudo do Iluminismo) de, por meio da razão e do progresso, produzir um mundo emancipado, uma sociedade composta por cidadãos esclarecidos, livres, éticos, felizes etc.

1998, 2010; BECK, 1999; CASTELLS, 1999; GIDDENS, 2012; GIDDENS; LASH; BECK, 2012).

Em relação à modernidade, tema central de Bauman, pode-se resumir as posições do seguinte modo. De um lado, aqueles que advogam pela persistência e, acima de tudo, necessidade e validade de uma postura intelectual moderna nos dias contemporâneos: a luta pela transformação da sociedade por meio da política e da ação humana, a necessidade de continuidade do projeto iluminista de emancipação, mesmo que se reconheça a necessidade de revisão das intenções e instrumentos originalmente propostos por ele. Entre os que sustentam essa postura, pode-se destacar os teóricos Jürgen Habermas e David Harvey, ambos marxistas⁵⁷.

Outro entendimento é aquele relativo à ideia de pós-modernidade. Aqui se encontram os pensadores que reconhecem o fim do mundo moderno. Entre os principais nomes, pode-se citar Lyotard e seu livro *A condição pós-moderna* (1979), onde defendeu que o Ocidente havia entrado em uma etapa de descrença no *ethos* moderno ou, parafraseando o pensador, havia perdido a confiança nas metanarrativas modernas. Por metanarrativa, Lyotard refere-se a um discurso totalizante que propõe a explicar e orientar a realidade humana; é uma narrativa tomada como verdade absoluta, uma visão universal da história e da sociedade que se coloca como sendo a própria realidade. Entre as mais conhecidas metanarrativas modernas – aquelas baseadas nos conceitos iluministas de progresso, verdade e razão – estão as visões marxista e liberal (GIDDENS, 2012; LYOTARD, 2004).

Um terceiro grupo consiste naqueles que Giddens denomina de síntese teórica, uma postura abrandada da visão pós-moderna, reconhecendo não o fim da modernidade, mas seu aprofundamento face à nova realidade da globalização, do universo digital e dos novos modos de operação do capitalismo. Esses autores reconhecem que a modernidade não pode ser reduzida ao projeto iluminista de emancipação mas também que a ideia de progresso não pode ser totalmente desmerecida. Ascher (2010), por exemplo, ao referir-se ao momento presente (a Terceira Modernidade) afirma que o processo moderno de racionalização da sociedade continua, mas por meio de uma razão amadurecida em comparação à ingênua razão iluminista (extremamente confiante em sua capacidade de transformação da natureza, do homem e da sociedade). Assim, a racionalidade teria assumido um caráter reflexivo, mais consciente de suas limitações (Giddens, Beck e Lash) e dos problemas que suas ações podem causar (A Sociedade de Risco, de Beck). O próprio pensamento de Bauman, embora alinhado por Giddens entre os

⁵⁷ Não coincidentemente, uma vez que a teoria marxista, moderna em sua origem, tem forte elemento teleológico e, por isso, provavelmente se tornaria outra coisa caso abandonasse suas intenções de transformação social e de evolução a formas consideradas superiores de sociedade.

pós-modernistas, aparenta ter se aproximado dessa visão, como insinua seu abandono do emprego do termo pós-modernidade em favor da expressão Modernidade Líquida (BAUMAN, 1998a, 2001; BECK, 1999, 2011; GIDDENS, 2012; GIDDENS; LASH; BECK, 2012).

2.1.1. Os quatro períodos dos estudos urbanos

Em relação à interpretação do urbano, a história da reflexão sociológica pode ser dividida em quatro períodos principais. O primeiro refere-se à estruturação dessa ciência enquanto campo autônomo do conhecimento, marcado pelo pensamento dos já citados Comte (1798-1857), Marx (1818-1883), Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920)⁵⁸. Esse período, com ênfase na compreensão da dinâmica social mais ampla e na estruturação de seu campo científico, passou ao largo da análise das questões relacionadas ao ambiente construído⁵⁹.

O segundo período inaugurou a pesquisa urbana enquanto subcampo da sociologia. Seus pioneiros foram os pesquisadores que tradicionalmente passaram a ser referidos pela expressão Escola de Chicago. Dentre outras contribuições, esse grupo propôs o conceito de Ecologia Urbana para se analisar a relação entre a produção do espaço urbano e a sociedade. Influenciados pelo pensamento de Georg Simmel e pelas ciências naturais, seus principais pensadores foram Louis Wirth e seu *Urbanism as a way of Life* (1938) e o paradigmático *The City: Suggestions for Investigations of Human Behavior in the Urban Environment*⁶⁰ (1925) de Ernst Burgess, Roderick Mackenzie e Robert Park. Esse grupo atuou a partir dos anos de 1920 e dominou a orientação geral dos estudos urbanos por cerca de cinquenta anos (GIDDENS, 2012; SOJA, 2000).

O terceiro momento inicia-se no contexto da crise urbana dos anos de 1960 que já anunciavam a desaceleração do *boom* econômico que ocasionou o período dos Trinta Gloriosos

⁵⁸ A pesquisa recente em sociologia tem destacado o papel de outras vozes, marginalizadas, no surgimento da disciplina. Giddens cita o caso da inglesa Harriet Martineau (1802-1876), considerada a primeira socióloga e responsável por introduzir a sociologia em seu país. Além disso, seu pensamento destaca-se por ser o primeiro a chamar a atenção para um estudo específico sobre a vida das mulheres e da dimensão doméstica (em seu tempo, sinônimo de universo feminino) para se compreender de modo mais adequado uma sociedade. Ainda, ela foi bastante ativa em lutas pelos direitos das mulheres e dos escravos. Além dela, outro nome importante é o do muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406). Seu livro *Muqqadimah* (Introdução) é considerado por muitos, como a obra fundadora da sociologia, uma vez que propunha a criação de uma *ciência da sociedade* ou da *organização social*, além de propor uma teoria baseada nas ideias de conflito e solidariedade social, tendo empregado esses elementos para explicar a ascensão e declínio dos Estados da região do Maguebre em seu tempo (GIDDENS, 2012).

⁵⁹ A exceção, embora de pouco impacto imediato no desenvolvimento dos estudos urbanos, foi a Escola de Manchester, tendo como Friedrich Engels seu mais conhecido pensador (SOJA, 2000).

⁶⁰ Respectivamente, *Urbanismo como um modo de Vida* e *A cidade: sugestões para investigações do comportamento humano no ambiente urbano* (tradução nossa).

e, como será visto adiante, o surgimento de uma profunda crise na própria modernidade. Foi nesse contexto que a orientação ecológica da Escola de Chicago começou a ser vista como insuficiente para explicar os problemas urbanos de seu tempo. Em seu lugar, surgiu uma tradição de estudos de orientação marxista, trazendo para dentro dessa o aspecto espacial. Essa nova postura analítica assumiria a primazia acadêmica entre as pesquisas urbanas desde então, sendo abaladas apenas nas últimas décadas em função do surgimento das visões pós-moderna, pós-estruturalistas e sintética referidas anteriormente. Esse grupo analisou profundamente o sistema keynesiano ocidental, com destaque para o pensamento do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, do sociólogo catalão Manuel Castells e do geógrafo britânico David Harvey. Suas publicações mais influentes foram, respectivamente, *La Production de l'espace* (1974), *La Question Urbaine* (1972) e *Social Justice and the City* (1973). Para Edward Soja, essa nova tradição de estudos deve sua força sobretudo ao trabalho de Castells e Harvey, desenvolvendo a *questão do espaço* na reflexão materialista – como a análise dos movimentos sociais, em Castells, ou os conceitos de ajuste espacial e compressão espaço-temporal, de Harvey (CASTELLS, 1983; GIDDENS, 2012; HARVEY, 1993; SOJA, 2000).

Entre os trabalhos mais recentes, destaca-se novamente o trabalho de Manuel Castells desde fins do século XX, se afastando do alinhamento anterior ao enfatizar o papel das redes e das novas TIC's na constituição da sociedade e do espaço urbano contemporâneos. Outro pensador desse quarto momento, também supracitado, é François Ascher e sua interpretação da cidade ocidental ao longo da Primeira, da Segunda e da Terceira Modernidades (respectivamente, a Cidade do Renascimento, a Cidade da Revolução Industrial e a Metápolis, a forma urbana da globalização). Outra contribuição importante é a de Saskia Sassen, reconhecida por ter criado o conceito de Cidade Global e por suas pesquisas sobre a rede urbana mundial. Finalmente, a contribuição de Edward Soja apresenta uma interpretação da urbanização à luz das novas dinâmicas da sociedade contemporânea, sintetizando sua reflexão com o conceito de Pós-Metrópole (ASCHER, 1998, 2010; CASTELLS, 1999; GIDDENS, 2012; SASSEN, 1998; SOJA, 2000).

2.2. A Sociedade Contemporânea Ocidental

Se, como esboçado até aqui, existe uma nuvem de teorias, os fenômenos analisados, obviamente, são os mesmos. Portanto, antes de passar ao pensamento de Zygmunt Bauman, é importante traçar um quadro geral do que se tem referido pela expressão *sociedade contemporânea*. Esse panorama foi construído por meio dos elementos considerados novos e,

acima de tudo, centrais, para a compreensão e caracterização do mundo presente (ocidental, pelo menos), organizados segundo os fatores econômico, sociocultural, político e tecnológico⁶¹.

É importante reconhecer que o marco temporal inicial do que aqui se denomina como contemporâneo (a década de 1970), deve ser entendido como uma referência aproximada para as diversas transições que conjuntamente são consideradas caracterizadoras do mundo atual. Alguns processos se iniciaram antes daquela década, outros tornaram-se mais claros apenas depois, como se o corpo do presente fosse formado aos poucos, membro por membro, no útero de algumas regiões e com momentos de fecundação diferentes ao longo do tempo: a revolução tecnológica, desde os anos de 1940, no âmbito de corporações e universidades norte-americanas e em parceria com agências governamentais; os movimentos culturais e contestatórios também em campi e espaços públicos, especialmente em fins de 1960; a abertura dos mercados e a superação do mundo bi polarizado ao longo da década de 1980 e assim por diante.

Em geral, essa década é utilizada nas periodizações devido à ocorrência de uma grande crise no sistema capitalista que, dentre outras consequências, levaria ao fim da primazia do modelo keynesiano-fordista e ao início da transição para a economia globalizada (ou capitalismo flexível, como Harvey denomina), além de testemunhar fortes abalos no tecido cultural tradicional ocidental decorrentes das contestações relacionadas ao gênero, às diferenças étnicas, às guerras, ao meio ambiente e a outros temas que, desde então, têm cada vez mais ocupado a agenda política mundial (BECK, 1999; CASTELLS, 1999; GIDDENS, 2012; HARVEY, 1993; HOBBSAWM, 1995).

2.2.1. Transformações político-econômicas

Do ponto de vista econômico e político, o período contempla duas grandes transições. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA conseguiram consolidar sua hegemonia em nível global, saindo do conflito vitorioso e sem ter sofrido danos significativos em seu território (com exceção de Pearl Harbor). Por meio do esforço de guerra e de políticas intervencionistas, essa nação conseguiu saltar da recessão pós-1929 para um pós-guerra marcado por considerável prosperidade econômica. Do lado Europeu, o processo de recuperação iniciado com o fim do conflito (auxiliado pelos empréstimos norte-americanos no âmbito do Plano Marshall) culminaria no período de maior desenvolvimento econômico e social do continente. Esse momento de prosperidade em ambos os lados do Atlântico Norte ficou conhecido como Trinta

⁶¹ O fator espacial foi apresentado no capítulo anterior.

Gloriosos (1945-75, aproximadamente), sendo marcado pela hegemonia da visão do economista Milton Keynes, que advogava por um papel mais ativo do Estado na economia em oposição à proposta do liberalismo econômico clássico.

Esse ciclo de prosperidade econômica e desenvolvimento social começou a sofrer dificuldades na década de 1970. Um dos acontecimentos que marcaram aquele momento foram os choques do petróleo, causados tanto por ações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no sentido de aumentar os ganhos de seus países membros, quanto por boicotes e aumentos nos preços como medidas retaliativas relacionadas a conflitos regionais no Oriente Médio. Porém, mais do que a pressão que o aumento do petróleo causou nas economias Ocidentais, o fato determinante para que o sistema capitalista se afastasse das políticas keynesianas em direção a uma forma mais liberal de operação se deu em função do declínio das altas margens de lucro decorrente da saturação de seus mercados e do alto custo produtivo decorrente do Estado de Bem-Estar Social (CASTELLS, 1999; MANDEL, 1982).

Diante desse quadro, progressivamente, os países ocidentais mais desenvolvidos (principalmente) passaram a se reorganizar de modo a estabelecer um novo ambiente para as trocas comerciais e à produção em geral, cada vez mais marcado pelo elemento transnacional. Com as novas possibilidades tecnológicas disponíveis e, com o apoio dos Estados Nacionais, as grandes corporações passaram a redistribuir suas estruturas produtivas ao longo de várias localidades, integradas em escala planetária em função da progressiva desmaterialização das antigas barreiras – alfandegárias, tributárias, trabalhistas, comerciais – dos Estados-Nação e, com as novas tecnologias, a paralela desmaterialização da barreira que a distância física impunha à integração espacial⁶².

Além disso, iniciou-se o enxugamento (em graus variados conforme cada país) da estrutura do Estado de Bem-Estar Social, tido agora como elemento pernicioso para uma economia de mercado cuja competição se tornava cada vez mais mundial – tendo como movimentos marcantes os reajustes realizados nos EUA e na Inglaterra sob o comando, respectivamente, de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher. Em especial, esse novo paradigma político foi consolidado e formatado pelo Consenso de Washington (1989), onde instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, originalmente criadas para o socorro do pós-guerra (Plano Marshall), criaram uma série de exigências de

⁶² Esse processo de mitigação dos problemas impostos pelas distâncias não é recente, mas tem acompanhado todo o desenvolvimento do capitalismo e sua tendência contínua de expandir a demanda por meio da ampliação e abertura de novos mercados (HARVEY, 1993).

ajuste econômico e político-institucional como condições para liberar ajuda financeira aos países, especialmente aqueles classificados como *em desenvolvimento*.

Essa nova lógica de relação entre a política e a economia ficou conhecida como neoliberalismo: a defesa de um Estado menos interventor na economia, a abertura dos mercados à globalização, a redução dos gastos públicos, as grandes operações de privatização, dentre outros. Essas transformações ocasionaram um ânimo novo à economia mundial, com empresas multinacionais explorando novas vantagens locais (mão-de-obra mais barata, nações com menos regulação trabalhista e tributária) e, acima de tudo, o acesso direto a novos mercados. Por outro lado, o neoliberalismo, em tempos recentes, vem sendo duramente criticado, inclusive pelos próprios atores que o desenvolveram, diante das crises que o sistema econômico vem sofrendo e a intensificação da desigualdade de renda mundial. Em especial, a grande crise de 2008, para muitos, é considerada um marco histórico apontando para o fracasso da visão neoliberal e a necessidade de sua superação (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Outra mudança, foi o colapso do bloco soviético, fortemente relacionado com essa transformação no bloco capitalista, mas também devido a problemas internos ao sistema soviético⁶³ (CASTELLS, 1999). Com a superação do mundo bi polarizado, passou a ser edificada uma nova ordem internacional, onde o aspecto multilateral das relações econômicas e políticas seria cada vez mais premente, ao lado da integração global mencionada. Por essas questões, esse momento tem sido tomado como uma transição entre duas formas de capitalismo: uma, fortemente calcada no capital industrial e no Estado garantidor da seguridade social e da saúde econômica nacional⁶⁴; outra, financeira, informacional, transnacional e viabilizada por um Estado cada vez mais regulador do que dirigente da economia (ASCHER, 2010; BAUMAN, 2001; BECK, 1999; HARVEY, 1993; MANDEL, 1982; SASSEN, 1998).

2.2.2. Transformações na consciência ambiental

O ano de 1972 geralmente é considerado um marco na mudança de compreensão sobre a relação entre o homem e seu ambiente natural devido à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. Nesse evento, pela primeira a problemática

⁶³ Em função da maior relevância do capitalismo para se compreender a sociedade contemporânea ocidental, julgou-se desnecessário, para os fins dessa pesquisa, adentrar o processo de desenvolvimento e derrocada da União Soviética.

⁶⁴ Nos países mais ricos – EUA e Europa Ocidental. Nos demais países, tanto a industrialização quanto a presença do *welfare* serão ausentes ou presentes de modo incompleto. Porém, mesmo entre os países mais centrais no capitalismo, esses dois componentes variaram em intensidade e eficiência em cada contexto e momento.

ambiental foi debatida de modo amplo pelas nações. Apesar do encontro, naquela década a discussão ainda era muito restrita ao ambiente científico. Porém, a partir dos desdobramentos da conferência (como a Eco 92, no Rio de Janeiro), o assunto finalmente passou a integrar a agenda política mundial e a vida cotidiana de parcelas cada vez maiores da população. Desde então, outros eventos (como o Rio+10 e Rio+20), além de acordos internacionais importantes (como o Acordo de Paris ou o Tratado de Quioto), têm trazido o tema ambiental da periferia para o centro do debate político. Não só entre os governos, mas a questão ambiental tem se tornado relevante (ao menos nos discursos) em todas as áreas da vida: nos negócios, na sociedade civil organizada, nas artes, na espiritualidade e no próprio comportamento dos indivíduos.

Um dos aspectos mais relevantes do novo paradigma é a noção de que todos os habitantes do planeta estão interligados do ponto de vista ambiental e, por extensão, a deterioração do ambiente em uma região pode afetar, conforme o nível de impacto, diversas outras localidades do mundo.

2.2.3. Transformações socioculturais

Além das mutações sofridas pelo capitalismo, diversas instituições culturais do Ocidente sofreram transformações ao longo do século XX a ponto de considerar que uma mudança cultural profunda tenha sido posta em marcha desde os anos de 1970, aproximadamente. Embora desde as primeiras décadas do século XX alguns movimentos de luta por direitos de grupos marginalizados (como o movimento feminista, ou negro) já existiam, a década de 1960 testemunhou uma aceleração e conjunção de diversas vozes e movimentos sociais adentrando a década seguinte e deixando como legado uma profunda transformação cultural que ainda se encontra em desenvolvimento.

Em geral, esses diferentes movimentos tinham em comum um elemento contestador e de insatisfação em relação aos valores culturais e sistemas político-econômicos dominantes, mentalidade essa geralmente denominada *contracultura*. Foram também movimentos predominantemente conduzidos por jovens e estudantes. Dentre os principais, pode-se citar aqueles relacionados à paz mundial e ao fim da dominação entre nações (como a contestação, nos EUA, da Guerra do Vietnã), a rejeição ou revisão do espectro político polarizado entre esquerda e direita (a posição de muitos nos protestos de Paris em 1968 e na Primavera de Praga, no mesmo ano), a liberação sexual, o movimento *hippie*, a cultura do *rock'n'roll*, reivindicações de minorias étnicas (*Black Panthers*, Luther King, Mandela etc.), novos movimentos artísticos

(*pop art* e o pós-modernismo), de gênero (Feminismo de Segunda Onda) e aqueles ligados à orientação sexual (*Stonewall* e outros). Embora muitos dos movimentos cessaram ou se transformaram (inclusive com algumas de suas reivindicações sendo incorporadas nas leis de vários países e nos acordos internacionais relacionados aos direitos humanos), suas marcas redefiniram a arena cultural e política ocidental.

Além disso, com a globalização, tem ocorrido uma maior troca cultural e mesmo a coordenação em nível internacional e transnacional de movimentos sociais diversos. Como Edward Soja coloca, não só o urbano tem se espalhado para fora das áreas urbanas, mas o mundo todo tem se manifestado nas cidades, por meio das novas TIC's e pelas facilidades de deslocamento em escala mundial que muitas pessoas experimentam. Ainda, as recentes crises migratórias também têm se tornado bastante relevantes, seja pelo seu aspecto humanitário, seja pelo encontro de diferentes culturas nas regiões que recebem tais grupos. Nesse caldeirão de vozes, culturas e ideologias, temas como diversidade, tolerância e direitos humanos têm assumido importância crescente – ao lado da questão ambiental e da desigualdade – nas agendas políticas nacionais e internacional. Embora muitos desdobramentos positivos têm surgido de todas essas transformações e debates, por outro lado esse *choque de civilizações* tem ocasionado conflitos e ações violentas em toda parte, como a atuação de organizações terroristas e grupos extremistas movidos por ideologias políticas e religiosas, principalmente⁶⁵.

Como resultado desses debates a arena pública contemporânea passou a ser marcada por uma grande diversidade de vozes e agendas particulares: direitos das mulheres, das minorias étnicas, movimentos sobre gênero e orientação sexual, movimentos de combate à desigualdade social, grupos ambientalistas etc. (CASTELLS, 1999; GIDDENS, 2012).

2.2.4. Transformações tecnológicas

Finalmente, a segunda metade do século XX foi fértil, especialmente nos EUA, no desenvolvimento de inovações na área da eletrônica, com implicações em praticamente todas os aspectos da vida. Em especial, destaca-se o nascimento da microeletrônica, que permitiu a

⁶⁵ Algumas teorias sobre o período recente têm advogado que, com o Fim da Guerra Fria, o mundo afastaria-se de conflitos relacionados a diferenças ideológicas no campo da política ou da economia (capitalismo x socialismo, ou democracia x regimes totalitários) e passaria a ser caracterizado por outros debates, posto que se haveria alcançando a vitória do capitalismo e da democracia liberal sobre as ideologias concorrentes. Como exemplo, tem-se a controversa teoria de Francis Fukuyama (*O Fim da História*), a noção do Choque de Civilizações (ou culturas) proposto por Samuel P. Huntington ou ainda os debates sobre a globalização e sua relação com as identidades locais. Ou seja, do debate sobre formas de governo e de sistema econômico, a pauta política, segundo tais interpretações, voltaria-se cada vez mais para questões ligadas aos direitos de minorias e demais temas relacionados à convivência em um ambiente cada vez mais pluricultural (HUNTINGTON, 1993).

substituição das antigas válvulas por transistores microscópicos. Isso permitiu a miniaturização e, conseqüentemente, a portabilidade dos dispositivos eletrônicos e o conseqüente aumento em sua capacidade de processamento. A partir da aplicação dessa inovação em conjunto com o desenvolvimento das redes de computadores, se completaria o salto tecnológico que modificaria a forma com que muitas atividades humanas são realizadas, afetando a economia, os contatos sociais, o trabalho e, conforme os últimos anos têm revelado, a própria forma de fazer política⁶⁶ (ASCHER, 2010; BECK, 1999; CASTELLS, 1999).

Além das inovações relacionadas às informações e comunicações, os avanços nos sistemas de transportes são também relevantes para a compreensão da nova realidade. Do ponto de vista econômico, o sistema de contêineres revolucionou o transporte internacional, por sua flexibilidade, simplicidade e baixo custo de operação, tornando-se o modo predominante de transporte de cargas em longa distância. Além disso, a popularização do modal aeroviário tem tornado as distâncias menores e facilitado o transporte de cargas leves e valiosas, assim como o de passageiros, através de grandes distâncias. Finalmente, embora se tratando mais de uma mudança quantitativa do que qualitativa, o acesso generalizado ao automóvel particular que, até meados do século XX, era um item de difícil acesso para boa parte da população ocidental (CASTELLS, 1999).

É a partir desse conjunto de acontecimentos, *grosso modo*, que os estudiosos da sociedade têm procurado construir suas interpretações do mundo contemporâneo, incluindo, obviamente, o pensamento de Zygmunt Bauman, apresentado a seguir.

2.3. A opção pela interpretação de Zygmunt Bauman

Nesse trabalho optou-se por empregar a leitura da sociedade desenvolvida pelo sociólogo Zygmunt Bauman. Em primeiro lugar, porque sua teoria alinha-se com a tendência mais recente de análise macrossociológica⁶⁷, originada com a discussão sobre a pós-modernidade, mas que dialoga com reflexões sobre globalização e a transformação (e não superação) da Modernidade (à maneira de Giddens, Beck, Ascher e Castells). Além disso, Bauman desenvolveu uma obra marcada pela multidisciplinaridade e pela síntese entre a

⁶⁶ O principal exemplo é o caso das empresas *Cambridge Analytica* e *Facebook*, com o uso das informações dos usuários dessa rede social para mapear o perfil de diversas populações nos EUA, na Inglaterra e em outros países, influenciando de modo sensível o processo eleitoral em tais regiões.

⁶⁷ Não se quer insinuar aqui uma hierarquia entre as possibilidades de interpretação do fenômeno, nem que o caminho adotado por Bauman seja superior aos demais por se aproximar de teorias recentemente desenvolvidas. A escolha deu-se mais pela oportunidade de explorar novas interpretações do que por algum juízo de valor sobre as teorias mencionadas no capítulo.

tradição materialista e outras interpretações. Ainda, seu trabalho também se destaca por seu trânsito entre a análise micro e macrossocial, somando à sua amplitude disciplinar a amplitude de escala analítica (das relações interpessoais cotidianas até as estruturas mais amplas da sociedade). Em quarto lugar, destaca-se a força sintética e descritiva que o autor alcançou com a metáfora da *liquidez*, funcionando como chave interpretativa para um vasto espectro temático: globalização, violência, relações interpessoais, democracia, política, liberdade, trabalho, comunidade, cultura, consumo, migração, desigualdade etc. Sobretudo, entre todos argumentos, a natureza híbrida e abrangente de seu pensamento sobre o mundo contemporâneo foi decisiva para a escolha. Dada a natureza complexa do fenômeno urbano, buscou-se uma interpretação sociológica que apresentasse um quadro total da sociedade contemporânea que fosse alimentado por diversas áreas do conhecimento. Inclusive, devido a essa leitura multidisciplinar e ampla sobre a sociedade, esse sociólogo tem sido considerado um dos principais pensadores do tema, a ponto de Anthony Giddens afirmar que “Bauman tornou-se o teórico da pós-modernidade” (BAUMAN, 2011c APUD SANTOS, 2014).

Por outro lado, não se nega o valor para a compreensão do urbano de trabalhos cujos recortes concentram-se em um ou poucos aspectos da totalidade social. Tais pesquisas possuem a capacidade de lançar luzes que penetram mais fundo no fenômeno urbano, embora de modo concentrado. A abordagem adota neste trabalho, por sua vez, possui natureza diversa: abre-se mão do aprofundamento para se alcançar uma leitura panorâmica. Dito de outro modo, qual seria a contribuição de Lyotard, com os seus jogos de linguagem e a descrença nas grandes narrativas, para a compreensão da urbanização? Seria possível, sob essa perspectiva, falar de um processo universal de urbanização ou, ainda mais crítico, seria possível a proposição de soluções urbanas mundialmente válidas? A presente cidade fragmentada seria uma expressão da multiplicidade de narrativas particulares de um mundo pós-moderno?

Ou, qual a contribuição da reflexão sobre moda, imagem e consumo de Lipovetsky? A urbanização contemporânea pode ser vista como um processo que enfatiza a produção de cenas urbanas para o consumo e o entretenimento? Qual o papel da lógica da moda na produção das cidades? A cidade, por sua natureza durável e menos maleável em comparação com o mundo das imagens ou do vestuário, pode ser considerada a partir dos mesmos pressupostos que esse pensador utilizou para analisar o fenômeno da moda?

2.3.1. Vida e obra de Zygmunt Bauman (Posnânia, 1925 – Leeds, 2017).

Bauman nasceu na Polônia em uma família de origem pobre e que, com a eclosão da II Guerra Mundial, fugiu para a União Soviética. Sua vida (incluindo sua carreira de intelectual) foi profundamente marcada por seu alistamento militar em 1943, aos 18 anos de idade, para lutar contra os nazistas. Em 1946, após o conflito, iniciou seus estudos de filosofia e ciências sociais na Universidade de Varsóvia, já de volta à Polônia. Nesse período, conheceu a mulher com quem viveria até 2009 (ano do falecimento de sua esposa): Janina.

Em 1951 filiou-se ao Partido Comunista Polonês e, em 1953, foi expulso do exército de seu país por ser judeu. Realizou seu pós-doutorado na Inglaterra entre os anos 56-57 e, em seu retorno à Polônia, continuou sofrendo perseguição política por parte do partido do governo. Nesse contexto, a sua crescente divergência com o governo comunista o levou a abandonar a ortodoxia marxista em um processo que se desenrolaria ao longo de toda a década de 60 – especialmente, as manifestações estudantis do fim daquela década foram utilizadas como pretexto (pois, na verdade, a motivação era sua etnia) para que fosse expulso da Universidade de Varsóvia. Com sua saída da Polônia, ele e sua família (que naquele momento já contava com três filhas) se mudaram para Israel (em 1968), onde lecionou na Universidade de Tel Aviv por três anos. Finalmente, aceitou convite para ser professor na Universidade de Leeds, em 1971, onde trabalhou até se aposentar, em 1990 (SANTOS, 2014).

Com relação ao seu desenvolvimento intelectual, é importante destacar que o ambiente dos estudos sociais na Universidade de Varsóvia era marcado pela diversidade dos sistemas teóricos estudados em sala de aula. Em uma entrevista em 2011 concedida a Keith Tester, Bauman afirmou que ficou surpreso ao conhecer escolas de estudos sociais em outros países pois, segundo sua opinião, eram bastante unilaterais e estreitas nas visões ensinadas. Em Varsóvia, conviviam diferentes abordagens de estudo da sociedade, colocando-as lado a lado e, acima de tudo, desenvolvendo nos estudantes uma visão crítica e dialógica em relação às diferentes teorias e aos outros campos do conhecimento, com destaque para a psicologia e a filosofia (SANTOS, 2014).

Oriundo desse contexto, o pensamento de Bauman tem como característica importante a multidisciplinaridade (inclusive, segundo o próprio autor, muitos de seus *insights* se devem também à sua paixão por literatura, citando em seus livros autores como Ítalo Calvino, Tolstói, Balzac, Borges e Kafka). Uma simples lista dos pensadores mais relevantes em seu trabalho ilustra a natureza dialógica de sua reflexão, contendo nomes da sociologia, da psicologia e da filosofia: Karl Marx, Michel de Foucault, Hannah Arendt, Sigmund Freud, Mary Douglas,

Emmanuel Levinas, Antonio Gramsci, Ulrich Beck, Anthony Giddens, Claude Lévi-Strauss ou Pierre Bourdieu. Desse, destaca-se a influência da reflexão de Mary Douglas sobre os limites da modernidade e, de Levinas, sua visão para a superação dos mesmos – de Douglas, a reflexão sobre pureza e sujeira na visão de mundo moderna que, dentre outras coisas, levaria aos holocaustos nazista e soviético; de outro, Levinas e sua noção de que a ética precede a ontologia e que, por extensão, todo ser moral deve-se ver responsável pelo Outro. Além desses, o conceito freudiano do *mal-estar* relacionado à vida em sociedade ocupa posição central em sua interpretação sobre a modernidade (BAUMAN, 1998a; SANTOS, 2014).

A produção bibliográfica de Bauman é extensa, com textos publicados em todas as etapas de seu percurso intelectual. Nas primeiras décadas, especialmente entre os anos de 1950-60, suas publicações são escritas em polonês e fruto de sua orientação marxista inicial. Entre as décadas de 70 e 80, ele inicia sua etapa de produção em língua inglesa (já professor em Leeds, na Inglaterra) e é o período em que, progressivamente, afasta-se dos temas centrais do pensamento marxista e volta-se para o estudo da modernidade, com o qual iria apegar-se até o fim da vida (SANTOS, 2014).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, porém, interessa apenas a produção sobre a modernidade. A lista de publicações desse segundo período é extensa (48 livros), contada a partir da publicação em que pela primeira vez detecta-se a modernidade como tema central de uma obra sua: *Legislators and interpreters - On Modernity, Post-Modernity, Intellectuals* (1987). A partir do *Legislators*, não se encontra mais trabalhos de orientação claramente marxista, com a maioria dos trabalhos voltados para a interpretação da modernidade (embora, segundo o próprio autor, o mesmo tenha se considerado um socialista durante toda a sua vida, não abrindo mão, segundo seu próprio testemunho pessoal, do núcleo ético de Marx, embora se afastando dos demais aspectos da práxis revolucionária e política). Ainda na década de 1980, Bauman ganharia notoriedade com outro livro, o *Modernidade e Holocausto* (1989), pelo qual receberia o prêmio Amalfi de melhor livro europeu de sociologia daquele ano (SANTOS, 2014).

2.3.2. Metodologia adotada para a construção da matriz analítica baumaniana

Como dito, em função do objetivo desta pesquisa, não é necessário realizar uma sistematização completa da obra de Bauman (porque parte dela trata de outros temas) e nem uma análise aprofundada de seu trabalho (porque a tese almeja analisar a urbanização contemporânea à luz do pensamento de Bauman e não analisar o próprio pensamento do

sociólogo). Por isso, interessam apenas as publicações relacionadas à discussão sobre modernidade, acima de tudo em sua forma final, sintetizada no conceito de Modernidade Líquida. Para isso, é necessário estruturar um método de seleção das obras para a construção da matriz analítica a ser empregada no terceiro capítulo. Assim, optou-se por identificar quais publicações apresentam caráter sintético sobre o conceito de Modernidade Líquida e, como complementação, publicações sobre temas específicos, mas relevantes para o desenvolvimento da tese de doutoramento. Deste modo, engendrou-se o seguinte procedimento, composto por cinco passos⁶⁸:

1. Selecionar obras que apresentam o conceito de Modernidade Líquida de modo abrangente (e, como complemento, obras anteriores sobre modernidade e pós-modernidade)⁶⁹;
2. A partir da leitura dos trabalhos selecionados no passo 1, identificar os conceitos que se relacionam de modo mais direto com a produção do espaço urbano;
3. Buscar, nas obras que versam sobre temas mais específicos, o aprofundamento e complementação acerca dos conceitos delineados no passo 2, assim como possíveis reflexões não presentes nas obras de sínteses selecionadas no passo 1;
4. Finalmente, sistematizar os conceitos encontrados nos passos 2 e 3 a fim de os empregar conjuntamente como um instrumento de interpretação da urbanização contemporânea – esta sistematização é apresentada a partir do item 2.6 deste capítulo.

Antes de apresentar os livros selecionados, é pertinente tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, um aspecto do trabalho de Bauman percebido por meio da leitura dos títulos e sumários de suas publicações é que ele as produz segundo um processo de reiteração,

⁶⁸ As obras em polonês, sem tradução em inglês, espanhol, francês ou português, foram excluídas em função da incapacidade do autor em compreender o idioma nativo de Bauman. Além disso, foram deixados de fora publicações de capítulos de livro, artigos e entrevistas, uma vez que, devido ao objetivo da tese, é necessária apenas a compreensão dos caracteres fundamentais de seu conceito de Modernidade Líquida – elementos presentes em seus principais livros. Além disso, os artigos de Bauman podem ser compreendidos como gérmenes de seus livros, inclusive percebe-se que muitos dos títulos de seus livros são paráfrases ou mesmo repetições de títulos dos artigos em que pela primeira vez o tema foi publicado pelo autor. Em alguns casos, ocorre o contrário: o livro aparece antes do artigo homônimo, como no caso do *Modernidade Líquida* (livro do ano 2000), com o artigo de mesmo título publicado em 2001. Acima de tudo, trata-se de um recorte necessário em função do escopo do trabalho, cujo tema central não é o pensamento de Bauman, mas o processo de urbanização recente. No apêndice encontra-se a lista completa das publicações do autor, retirada do endereço eletrônico *Bauman Institute for Critical Sociology*, sobre a qual foi aplicada a metodologia descrita para o recorte bibliográfico analisado (LEEDS, 2010).

⁶⁹ Nesse passo e no passo 3, a seleção recorreu preliminarmente à leitura dos títulos, sumários e introduções dos livros. Uma vez que tal pre-seleção foi superada, passou-se à leitura completa das obras.

publicando em primeiro lugar temas específicos que, posteriormente, são alinhavados como um único trabalho de natureza sintética, sistematizando as ideias descritas até o momento. Depois, uma vez que tal síntese é produzida, o autor passa à publicação de digressões específicas sobre temas pontuais presentes na obra de síntese. Deste modo, ao conhecer seus poucos livros de caráter sintético, é possível ter uma visão total acerca de sua reflexão. A partir deles, quando se estuda as publicações cujos recortes são mais específicos, a novidade do assunto cede lugar a reflexões de natureza complementar, voltadas para o aprofundamento de temas já esboçados em suas obras sintetizadoras. Em específico, nota-se que esse movimento produziu dois grandes ciclos ao longo de seus estudos sobre modernidade. O primeiro, inicia-se nos anos de 1980 com o já referido *Legislators*, passando por outros temas específicos (como o Holocausto) até desaguar em sua primeira obra sintética: *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Depois, entram em cena outros livros sobre temas pontuais (como trabalho, consumo, globalização ou política) até que sua segunda obra sintética é publicada, o *Modernidade Líquida*. Em sequência, novamente publicações sobre assuntos específicos entram em cena, decorrente da nova síntese (comunidade, política, utopia, consumo, trabalho, relações interpessoais, tempo, espaço, medo e outros).

Em segundo lugar, percebe-se que, juntamente com esse movimento de *feedback*, existe outro padrão em sua análise da Modernidade, o emprego de pares de conceitos contrastantes: sólido e líquido (no lugar de modernidade e pós-modernidade), produtor-consumidor, confiança-medo, retrotopia-utopia, mobilidade-estagnação, casamento-coabitação, pesado-leve etc. Bauman lança mão disso para apresentar sua interpretação do estágio líquido da modernidade como uma situação onde diversos elementos típicos do período anterior (a Modernidade Sólida) foram subvertidos e, com isso, justifica sua interpretação de que um outro tipo de modernidade tenha se formado desde as últimas décadas do século XX. Claro que, se ele reconhece que a modernidade mudou, ao mesmo tempo, reconhece que algo se manteve inalterado, posto que o tempo presente ainda é, para ele, moderno.

Um terceiro aspecto, já insinuado, refere-se à sua própria trajetória intelectual. Tomando a totalidade de sua produção, é possível perceber duas grandes etapas de reflexão. A primeira é marcada pelo predomínio de trabalhos publicados em polonês e voltados para dois assuntos principais – a própria sociologia enquanto disciplina científica e seus estudos de orientação marxista. Esse período inicia-se na década de 1950 e estende-se até meados dos anos 80. A segunda etapa de seu trabalho é caracterizada pelo foco nos conceitos de Modernidade e Pós-modernidade que, posteriormente, seria consolidada com a proposição dos conceitos de

Modernidades Sólida e Líquida, transição que Bauman realiza na virada do século XXI⁷⁰. Embora com isso seja possível dividir seu trabalho em três e não dois momentos, com a segunda etapa proposta dividida em uma fase sobre Pós-Modernidade/Modernidade e outra sobre Modernidade Sólida/Líquida, parece mais adequado considerar ambas como um só momento, uma vez que o tema central (a Sociedade Ocidental Moderna) continua sendo o foco de sua reflexão. O conceito de Modernidade Líquida é apenas uma revisão da ideia de Pós-Modernidade: um ajuste, não uma ruptura. No máximo, poder-se-ia afirmar uma segunda etapa mais voltada para a Modernidade (ou Modernidade Sólida) e a terceira, mais recente, voltada para a contemporaneidade (Modernidade Líquida ou Pós-Modernidade). Porém, à guisa de simplificação, se trabalhará aqui com apenas duas fases.

Diante dessas considerações, a seleção volta-se para a segunda etapa, inaugurada com a publicação do já mencionado *Legisladores e Intérpretes* (1987). Ao longo da próxima década (1987-97), Bauman publicaria uma série de trabalhos de análise de temas específicos relacionados ao par Modernidade/Pós-modernidade (especialmente ética, ambivalência, individualidade, assimilação, totalitarismo, liberdade e o papel do intelectual). Fechando o ciclo, o autor publica, em 1997, o *Mal-estar da Pós-Modernidade* – sua primeira obra de síntese sobre o tema.

Nos três anos seguintes, novas publicações desenvolvem alguns assuntos pontuais e já preparam o terreno para a produção do livro central sobre sua interpretação do mundo contemporâneo, o *Modernidade Líquida* (2000). Nele, Bauman não apenas sintetiza suas ideias anteriores, mas as reúne e as relaciona com a metáfora da liquidez, assumindo a visão que desenvolveria desde então. Nessa sua segunda obra de síntese sobre a modernidade, ele relaciona diversos temas em uma trama abrangente sobre a qual desenvolveria diversas reflexões até o fim de sua vida: individualização, identidade, consumo, trabalho, globalização, nacionalismo, comunidade, medo, liberdade, espaço público, desigualdade, relacionamentos pessoais, vigilância e outros.

Importante destacar que, nas publicações de Bauman, existem poucos momentos de reflexão mais detida sobre o assentamento humano no contexto da modernidade e, mesmo quando ocorreu, sua análise é superficial. Em especial, destacam-se o artigo *City of Fears, city of hopes* (2003) e o livro *Confiança e medo na cidade* (2009). Nesses, embora Bauman se volte especificamente para as cidades, seu foco em ambos os casos se relaciona mais com a temática

⁷⁰ Ao mesmo tempo, a discussão sobre a própria sociologia (seus propósitos, seus métodos etc) continua presente até o fim de sua produção.

do medo, da desigualdade social e da fragilidade da política local diante da globalização, do que com os aspectos analisados no capítulo anterior.

Ao realizar a seleção das obras, não se conseguiu acessar algumas publicações em função de sua indisponibilidade tanto em formato físico quanto eletrônico, como o caso de *Paradoxes of Assimilation* (1990), *Postmodernity: Chance or Menace?* (1991) e *Alone Again: Ethics After Certainty* (1994). Diante do exposto, pode-se organizar a seleção como sendo composta por dois grupos de livros: os sintéticos (Mal-Estar e Modernidade Líquida) e os complementares (o restante). O terceiro grupo, que discorre sobre a cidade, não será incluído nesse capítulo e sim no terceiro, funcionando como ponto de partida para a análise da urbanização contemporânea por meio do pensamento de Bauman. Para melhor compreensão da seleção e da relação entre os dois grupos de livros, estes foram relacionados entre si por meio de duas tabelas (tabelas 01 e 02). A primeira mostra em quais capítulos de *O Mal-Estar da Pós-Modernidade* os temas das publicações dos anos 1987-1998 são retomados e, do mesmo modo, a tabela 2 mostra como as obras complementares do período de 1998-2018 se relacionam com sua obra de síntese correspondente (o *Modernidade Líquida*):

Tabela 1: Relação entre as obras complementares e a de síntese entre 1987-1998

Publicação	Capítulo(s) do Mal-Estar da Pós-Modernidade
(1987): <i>Legislators and Interpreters: On Modernity, Postmodernity and Intellectuals</i>	IX
(1988): <i>Freedom</i>	VI
(1989): <i>Modernity and the Holocaust</i>	I e II
(1991): <i>Modernity and Ambivalence</i>	III e V
(1992): <i>Mortality, Immortality and Other Life Strategies</i>	XII
(1993): <i>Postmodern Ethics</i>	
(1995): <i>Life in Fragments. Essays in Postmodern Morality</i>	IV

(1992): <i>Intimations of Postmodernity</i>	Uma espécie de introdução à noção de pós-modernidade, tocando em muitos dos capítulos
(1998): <i>Work, Consumerism and the New Poor</i>	II, III e VI

Fonte: do autor.

Tabela 2: Relação entre as obras complementares e a de síntese entre 1998-2018

Publicação	Capítulo(s) do Modernidade Líquida
(1998): <i>Globalization: The Human Consequences</i>	Todos, mas com ênfases distintas (globalização, política e desigualdade, respectivamente)
(2002): <i>Society Under Siege</i>	
(2011): <i>Collateral Damage: Social Inequalities in a Global Age</i>	
(1999): <i>In Search of Politics</i>	
(2001): <i>The Individualized Society</i>	1 e 2
(2008): <i>The Art of Life</i>	
(2001): <i>Community: Seeking Safety in an Insecure World</i>	5
(2016): <i>Strangers at our Door</i>	
(2017): <i>Retrotopia</i>	
(2003): <i>Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds</i>	4
(2004): <i>Wasted Lives: Modernity and its Outcasts</i>	
(2005): <i>Liquid Life</i>	1, 2 e 3
(2005): <i>Fiducia e paura nella città</i>	
(2006): <i>Liquid Fear</i>	4 e 5
(2007): <i>Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty</i>	
(2007): <i>Consuming Life</i>	2 e 4
(2008): <i>Does Ethics Have a Chance in a World of Consumers?</i>	1, 2 e 5

(2011): *Culture in a Liquid Modern
World*

2 e 5

Fonte: do autor.

A partir da relação apresentada nas tabelas, selecionou-se, além das duas obras de síntese, os seguintes trabalhos complementares: *Globalização: as consequências humanas*, *Vida Líquida*, *Tempos líquidos*, *Retrotopia*, *Confiança e Medo na Cidade* e o *City of Fears*, *City of Hopes*. Essas escolhas se devem pelo fato de que com tais livros todos os temas centrais dos livros sintéticos são desenvolvidos e, ao mesmo tempo, livros com temas bastante específicos e não relacionados diretamente com o trabalho (como *Vida para o Consumo* ou *Amor Líquido*) são tratados de maneira satisfatória na seleção empregada. Os dois sobre cidade entram justamente por constituírem os únicos trabalhos de Bauman que tratam diretamente do fenômeno urbano (importantes para o capítulo 3). O livro sobre globalização, em especial, poderia ser considerado também um terceiro trabalho de natureza sintética, pela abrangência da análise de Bauman, trabalhando os fatores políticos, econômicos e suas consequências sociais. Porém, devido ao enfoque do autor no fenômeno da globalização e não em uma leitura total sobre Modernidade, preferiu-se mantê-lo como livro complementar, embora mais abrangente que os demais (o mesmo raciocínio se aplica aos igualmente abrangentes, embora de certo modo, redundantes, *Society under Siege* e *Collateral Damage*).

2.4. Breve discussão sobre o desenvolvimento do conceito de Modernidade

Por modernidade, refere-se aqui a uma condição (ou ao período em que essa condição prevalece) em que a existência de três processos sociais (a individualização, a racionalização e a diferenciação social) produzem uma totalidade social marcada pela constante crítica e transformação das instituições sociais e visão de mundo herdadas do passado⁷¹. Nesse sentido, uma sociedade é moderna quando se percebe o predomínio em seu interior de processos de

⁷¹ Segundo Ascher (2010), a individualização é o processo que reduz a força coercitiva da coletividade sobre o indivíduo, fortalecendo a capacidade do indivíduo de se autodeterminar (sua identidade, seu destino, sua função) em detrimento da determinação produzida pela sociedade. A racionalização é o processo que opera no sentido de substituir a tradição pela razão enquanto elemento referencial e determinante das ações em âmbito individual e coletivo. Finalmente, a diferenciação social pode ser definida como o processo de complexificação das funções no interior de uma sociedade, enfraquecendo a divisão do trabalho por gênero, idade, castas ou estamentos, e colocando em seu lugar um padrão mais complexo e mais livre em relação às condições de nascença dos indivíduos, diversificando o modo como as tarefas em uma sociedade são organizadas. Esses três processos estão interligados e, à medida que todos se fortalecem a ponto de soçobrar a estabilidade de uma sociedade, geralmente afirma-se que tal sociedade se tornou moderna.

transformação no sentido de modificar ou mesmo substituir as formas consolidadas pela tradição por outras, nascidas no e para o seu tempo. Nas sociedades não-modernas também ocorrem transformações, mas em geral elas são entendidas como acidentes de percurso, desvios. Por outro lado, em uma sociedade moderna a mudança torna-se dominante e vista como desejável porquanto o passado (a tradição, a verdade religiosa, a autoridade dos ancestrais etc.) perdeu sua capacidade de determinar a vida presente. Assim, na transição do mundo não-moderno para o moderno, a mudança deixa de ser vista como problema para se tornar o próprio meio de aperfeiçoamento da sociedade. A modernidade é um processo cujo resultado é o estabelecimento de uma condição marcada pela transformação contínua de todas as esferas da existência social:

De fato, é mais correto falar de “modernização”, pois a modernidade não é um estado, mas um processo de transformação da sociedade. Pode-se dizer, inclusive, que o que diferencia as sociedades modernas de outras é o fato de a mudança ser o seu princípio essencial. Na verdade, muitas outras sociedades passaram e passam por transformação, têm história; mas não se organizam necessariamente tendo como núcleo central da sua dinâmica de funcionamento a mudança, o progresso, o projeto. Pelo contrário, é a tradição que constitui seu princípio essencial, e a referência ao passado que fundamenta, de forma geral, suas representações de futuro (ASCHER, 2010, p. 21; destaque do autor).

E, segundo Ulrich Beck:

Modernização significa o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização, englobando para além disto muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas. O arado, a locomotiva a vapor e o microship são, na concepção sociocientífica (sic) da modernização, indicadores visíveis de um processo de alcance muito mais profundo, que abrange e reconfigura toda a trama social, no qual se alteram, em última instância, as *fontes da certeza* das quais se nutre a vida (BECK, 2011, p. 23; grifo do autor).

Assim, processos modernizadores podem ocorrer em qualquer parte, porém apenas quando uma sociedade passa a ter a mudança (racionalmente orientada) como *núcleo central de sua dinâmica de funcionamento* é que ela pode ser considerada moderna. Por outro lado, por sua natureza processual, nenhuma sociedade torna-se moderna de uma vez pois, como qualquer mudança histórica, o intervalo de tempo em que se dão as mudanças profundas em uma sociedade é bastante longo em comparação ao tempo cotidiano das vidas individuais. Mesmo

as revoluções, que podem remover governos e mudar sistemas políticas em breves períodos de tempo, quando analisados em detalhe, nota-se que se relacionam com movimentos mais alargados no tempo, sendo frutos de sementes plantadas no solo das consciências e estruturas sociais em momentos pretéritos e que frutificam após certo período de amadurecimento.

No caso da modernidade, não é diferente. Conforme a tradicional divisão da história, o Ocidente iniciou seu processo de modernização aproximadamente a partir do século XV – a historiografia tradicional, já muito questionada, coloca seu ponto de partida na queda de Constantinopla, em 1453, marco do fim da Idade Média⁷². É possível, porém, perceber o início das transformações que definiriam o Ocidente Moderno ainda antes, desde os últimos séculos do medievo e, ao mesmo tempo, continuidades dos valores medievais até as portas do século XVIII⁷³. Desde o século XII, no contexto do renascimento urbano europeu, nota-se um progressivo aumento de importância econômica das atividades urbanas (comércio e indústria) e uma correlata valorização da vida urbana sobre a rural, além de uma mudança de perspectiva, ainda lenta, em relação ao valor da tradição e do conhecimento metafísico diante da inovação e do conhecimento empírico. Naquele momento, o sistema feudal experimentava o início de seu declínio e, em seu lugar, a atividade mercantil progressivamente assumia um lugar central no universo econômico europeu. Nos séculos seguintes, outros desmoronamentos da ordem existente ocorreriam, como a formação dos Estados Nacionais e os desdobramentos políticos, religiosos e culturais decorrentes da Reforma Protestante. Na esfera tecnológica e científica, avanços na agricultura, na navegação e na medicina anunciavam a valorização de uma postura especulativa e racionalista entre os pensadores do período. Ainda, pode-se destacar o desenvolvimento de novas técnicas de contabilidade (como a contabilidade de partidas duplas⁷⁴), o amadurecimento do sistema financeiro e outras inovações decorrentes da nova

⁷² Essa data, porém, não é arbitrária: mais do que o fim do Império Romano do Oriente, a queda de Constantinopla ocasionou, dentre outras coisas, a mudança de intelectuais bizantinos para a Itália, contribuindo para a revalorização da língua grega e dos textos clássicos greco-romanos e, conseqüentemente, para o surgimento do movimento Humanista e do Renascimento (REALE; ANTISERI, 1990).

⁷³ Le Goff, por sua vez, considera o período entre os séculos XV e XVIII, uma última etapa da Europa Medieval, reconhecendo a existência de uma longa Idade Média (GOFF, 2015). Por outro lado, independente do debate sobre periodizações, o fato é que certos elementos de modernização já começavam a tomar forma mais clara a partir daquele momento. Em outras palavras, conforme esse entendimento o período do Renascimento (século XV) até o Iluminismo é visto como uma longa transição, um *renascimento medieval* onde elementos do mundo medieval conviveram com a lenta emergência dos traços modernizadores que culminariam no Século das Luzes e na desvalorização do *telos* medieval cristão em favor da noção de progresso por meio da razão.

⁷⁴ Ou partidas dobradas, ou método italiano, ou método de Veneza. Curiosamente e, sintoma das mudanças em curso, o método foi desenvolvido por um frade italiano católico, Luca Pacioli em 1494, embora por volta de 1300 ela já era utilizada de modo empírico em outras partes do globo (ALVES, 2017).

mentalidade (ASCHER, 2010; BENEVOLO, 1994; MUMFORD, 1998; REALE; ANTISERI, 1990).

Junto e na base dessas transformações, surgiam novas reflexões filosóficas, orientadas por fontes exteriores ao universo escolástico, sobretudo sob influência dos textos da antiguidade clássica (latina e grega). Esse movimento culminou na consolidação de um novo paradigma intelectual que marcaria o início da transição entre o mundo feudal e a modernidade: o Humanismo. Esse pode ser compreendido como um movimento de reação à visão de mundo medieval, valorizando a ação racional e realista na política, uma postura investigativa e crítica em relação à natureza, a defesa da liberdade individual, além da admiração pelo pensamento clássico greco-romano. A origem do termo vem do latim *humanitas*, cujo sentido estava ligado a um esforço de realização do homem por meio do desenvolvimento de suas virtudes. Em outras palavras, no lugar da visão de mundo medieval – para a qual o cumprimento da vontade divina (ou pelo menos, a interpretação oficial da Igreja sobre essa vontade) deveria ser o objetivo maior da sociedade –, o Humanismo enfatizava o desenvolvimento das potencialidades humanas por meio de sua educação formal (em disciplinas como a retórica, a gramática, a poesia, a história e a filosofia, conjuntamente referidas pela expressão *Studia Humanitatis*). Entre os pensadores mais importantes, pode-se citar o escritor Francesco Petrarca (1304-1374), reconhecido como o primeiro humanista em função de ter sido o pioneiro em, a partir da leitura dos clássicos, propor os valores que dariam forma ao movimento. Outros nomes importantes são os também escritores Giovanni Boccaccio (1313-1375) e Dante Aligheri (1265-1321), ou ainda filósofos como Nicolau de Cusa (1401-1464) e Erasmo de Roterdã (1466-1536) (REALE; ANTISERI, 1990).

De certo modo, o Humanismo fez parte e, em certa medida, contribuiu para um movimento cultural mais abrangente: a Renascença⁷⁵. Por Renascença refere-se aqui a um movimento que, a partir do século XV, manteria a valorização dos clássicos inaugurada pelo Humanismo, mas que alargaria sua reflexão para abarcar também a natureza (pois o pensamento humanista olhava apenas para a reforma do próprio homem à luz dos antigos). Com isso, além

⁷⁵ No campo da filosofia existe um debate sobre a relação entre esses dois movimentos – se são raelmente distintos entre si ou se um é parte do outro – e também sobre o período mais preciso do início da modernidade, se no contexto da Renascença (e do Humanismo) ou depois, com a revolução científica posta em marcha por Galileu Galiei e com a filosofia de Descartes, considerado nessa perspectiva, o primeiro filósofo moderno. Certas periodizações consideram o Humanismo um movimento anterior (no século XIV-XV) e a Renascença posterior (século XV-XVI). Embora ambos tenham sido marcados pela revalorização e descoberta dos clássicos, em geral entende-se que o Humanismo foi basicamente um programa de educação enquanto a Renascença teria uma abrangência maior, impactando a cultura de modo geral. Para uma discussão mais detalhadas e referências sobre esse debate no âmbito da filosofia, consultar Reale e Antiseri (1990).

dos desdobramentos nas artes (pintura, escultura e arquitetura), dá-se início a um movimento de reflexão e investigação sobre a natureza que resultaria posteriormente na eclosão do racionalismo e da ciência moderna. Nesse sentido, além dos pensadores humanistas em sentido restrito (como Petrarca ou Cusa), pode-se alinhar outros pensadores a essa nova cultura (para além do debate sobre como se os deve classificar), tais como: Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Tomás Morus (1478-1535), cujas reflexões contribuíram para o surgimento da ciência política moderna; Leon Battista Alberti (1404-1472), artista renascentista e filósofo da arquitetura; ou René Descartes (1596-1650), Galileu Galilei (1564-1642) e Francis Bacon (1561-1626) pilares do racionalismo, da matemática e da ciência modernas. Em relação a esses últimos, tem-se debatido sobre o seu papel na origem da modernidade, uma vez que a ideia tradicional de que a era moderna tenha nascido com o Humanismo-Renascença⁷⁶ tem sido questionada em favor do reconhecimento do advento da modernidade apenas com a revolução científica iniciada por Galileu, Descartes e Bacon, e consolidada pelo trabalho de Isaque Newton (1642-1727) em fins do século XVII (GRUDIN, 2019; REALE; ANTISERI, 1990).

Por volta do século XVIII⁷⁷, na esteira do Humanismo-Renascença e, principalmente, em decorrência do surgimento da ciência moderna surgiria um outro movimento filosófico: o Iluminismo. A luz foi empregada por esse movimento para se referir à razão humana, cuja utilização adequada (por meio da ciência e da reflexão filosófica) produziria a emancipação do homem. Kant, em um texto de 1784 onde se ocupou em definir o que seria Iluminismo (embora a tradução literal de seu texto significasse *esclarecimento*), o definiu como sendo um processo onde o homem passaria de sua menoridade – condição em que não consegue servir de seu próprio intelecto para guiar-se, necessitando do auxílio de outros – para um estado de maioridade, marcado pela capacidade de “(...) fazer uso público da própria razão em todos os campos” (KANT, 1784 apud REALE; ANTISERI, 2005a, p. 234). Em especial, Kant resumia o espírito iluminista como uma emancipação do homem, de posse de sua razão esclarecida, da tutela de outros homens ou instituições (especialmente, segundo o filósofo, da tutela das instituições religiosas e de seus ministros).

Entre seus pensadores, destacam-se, além do alemão Immanuel Kant (1724-1804), os franceses Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778) e Denis Diderot (1713-1784), assim como os ingleses David Hume (1711-1776), Isaque Newton e Adam Smith (1723-

⁷⁶ Expressão usada aqui para destacar o debate subjacente a essa classificação, mencionado na nota anterior.

⁷⁷ Na verdade, essa periodização é um pouco imprecisa, pois alguns pensadores considerados iluministas, como Newton, produziram suas obras ainda no século XVII.

1790). Entre seus ideais, pode-se destacar, além do primado da razão como guia da humanidade, a defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade (lema da Revolução Francesa).

Até aquele momento, o grande sistema explicativo da história era aquele desenvolvido no âmbito do pensamento cristão, que enxergava a história como dividida em fases de desenvolvimento guiadas por Deus e que culminaria na redenção do mundo por ocasião da volta do Filho de Deus, Jesus Cristo, à terra. A partir das ideias iluministas, sobretudo em Kant, foi sendo consolidada uma nova interpretação sobre o desenvolvimento da humanidade: no lugar de Deus e da promessa de salvação futura, colocou-se a ação humana racionalmente orientada como o agente da história, cujo desenvolvimento caminharia necessariamente à emancipação futura do homem à medida que os ideais iluministas se tornassem realidade e a razão libertasse os homens das amarras da irracionalidade, da injustiça e do pensamento mítico (REALE; ANTISERI, 1990).

Embora não necessariamente ligado à tradição iluminista, o pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) também foi fundamental para a consolidação dessa nova interpretação da história e, inclusive, da própria modernidade. Como Reale e Antiseri (2005, p. 97) afirmam “(...) as idéias (sic) de Hegel passaram a constituir, bem ou mal, um componente fundamental do pensamento ocidental”. Para esse filósofo a história teria um *telos*, uma finalidade ou um destino, que seria alcançado através de um curso que, embora não guiado por alguma divindade, não seria cego nem caótico, posto que conduzido pelo movimento dialético da razão: uma evolução que se daria pela contínua superação do confronto entre o conhecimento estabelecido e suas contradições, ou dialética hegeliana (sintetizada pela célebre relação entre tese, antítese e síntese). Sobretudo, para Hegel, esse movimento da razão, que seria a própria história humana, se manifesta concretamente por meio do Estado, “(...) o meio para a mudança histórica (...)” (HEGEL, 2004, p. 97). Não apenas por isso, mas Hegel é considerado o grande filósofo da modernidade pois desenvolveu um sistema teórico onde buscou responder a todos os problemas da filosofia (lógica, estética, metafísica, filosofia da natureza e da história), afirmando a possibilidade de se alcançar a Verdade por meio do pensamento especulativo. Seu pensamento também é importante porque produziu uma série de reações no campo da filosofia e da política, influenciando em graus variáveis praticamente todos os sistemas políticos desenvolvidos a partir dele, sejam os mais autoritários ou os mais democráticos, tanto à esquerda quanto à direita. Entre as influências mais notórias, destaca-se o pensamento de Karl Marx e sua dialética materialista que, embora diferente da hegeliana – por entender que não seriam as ideias mas a luta de classes o *motor da história* –, baseia-se na noção de movimento dialético proposta por Hegel (HEGEL, 2004).

Assim, embora reconhecendo os primeiros suspiros modernos ainda nas transformações ocorridas desde o pensamento humanista-renascentista, sobretudo em Descartes e Galileu, foi no século XVIII, com o Iluminismo e especialmente, com Hegel, que a modernidade se apresentaria em sua forma mais conhecida: uma condição marcada pelo movimento de mudança orientado pela razão e que conduziria, necessariamente, a humanidade à sua realização coletiva. A partir do Iluminismo, a noção de progresso passaria a permear toda a sociedade ocidental, consolidando o processo de desestruturação da ordem anterior, medieval, posto em marcha desde o século XII, aproximadamente (BAUMAN, 1998a, 2001; GOFF, 2015; GRUDIN, 2019; HEGEL, 2004; REALE; ANTISERI, 1990, 2005b, 2005a; ROSSI, 2010).

Entre as consequências políticas de tais ideias, pode-se destacar o surgimento da primeira democracia liberal em 1776 (os EUA), a Revolução Francesa (1789) e uma série de revoluções em diversas partes do mundo (como a própria Inconfidência Mineira) e que, ao longo do século XIX, iriam contribuir para a emancipação de muitas colônias europeias e para o fim das monarquias absolutistas no Velho Mundo (o *Ancien Régime*). No século XX, suas consequências ainda seriam sentidas, com a entrada em cena de muitas ideologias políticas nas diferentes partes do mundo. Entre as visões, pode-se destacar desde a democracia capitalista liberal, passando pela socialdemocracia até o comunismo, assim como sistemas políticos mais radicais na tentativa de implementar suas sociedades ideais (como o socialismo leninista, o comunismo chinês, o nazismo, o fascismo italiano ou o franquismo). Apesar de, em muitos aspectos, radicalmente diferentes e localizados em pontos variados do espectro político, todos esses sistemas guardavam entre si um elemento comum: a crença na capacidade humana, via emprego da razão e da política, de estabelecer uma sociedade racionalmente ordenada e coesa, um mundo em que os indivíduos estariam livres da ignorância, da injustiça, das amarras irracionais da superstição e da tradição (ASCHER, 2010; BAUMAN, 1998a, 1998b; DUIGNAN, 2019; HOBBSAWM, 2010, 2014; LYOTARD, 2004; REALE; ANTISERI, 1990, 2005b).

Como visto, Lyotard afirma que essas diferentes visões de sociedade foram as principais metanarrativas da modernidade no século XX⁷⁸. Com o transcorrer das décadas, especialmente após a experiência das guerras, as atrocidades dos regimes totalitários, a crise do *welfare*, a problemática ambiental e as recorrentes crises humanitárias, o Ocidente progressivamente reduziu sua confiança nas capacidades redentoras da ciência e da razão. Bauman, em

⁷⁸ Para Lyotard, o próprio Iluminismo é uma metanarrativa, ou melhor, a grande metanarrativa da modernidade (LYOTARD, 2004).

Modernidade e Holocausto, por exemplo, apresenta uma argumentação que demonstra um vínculo entre modernidade e genocídio, mostrando como o emprego da razão de um modo puramente operacional (ou instrumental) contribuíram para a ocorrência do Holocausto Nazista. Para Bauman, o nazismo foi o regime que levou às últimas consequências os ideais modernos do cientificismo e do controle da natureza. Além dele, o socialismo soviético, dessa vez à esquerda, pode ser analisado segundo a mesma ótica, via seu ímpeto em suprimir, violentamente, todo paroquialismo e posição política contrária em favor da ideologia dominante:

Isso não quer dizer que a ocorrência do Holocausto foi determinada pela burocracia moderna ou pela cultura da racionalidade instrumental que ela resume; e, muito menos ainda, que a moderna burocracia tem que resultar em fenômenos do tipo do Holocausto. Sugiro de fato, no entanto, que as regras da racionalidade instrumental são singularmente incapazes de evitar tais fenômenos; que não há nada nessas regras que desqualifique como impróprios os métodos de “planejamento social” usados no Holocausto ou, mesmo, como irracionais as ações a que serviram. Sugiro, ademais, que a cultura burocrática que nos capacita a ver a sociedade como objeto de administração, como uma coleção de tantos “problemas” a resolver, como “natureza” a ser “controlada”, “dominada” e “melhorada” ou “refeita”, como um alvo legítimo para o “planejamento social” e no geral como um jardim a ser projetado e mantido à força na forma planejada (a atitude do jardineiro divide as plantas entre aquelas “cultivadas”, de que se deve cuidar, e as ervas daninhas a serem exterminadas) foi a própria atmosfera em que a ideia do Holocausto pôde ser concebida, desenvolvida lentamente mas de forma consistente e levada à conclusão. E também sugiro que foi o espírito da racionalidade instrumental e sua forma moderna, burocrática, de institucionalização que tornaram as soluções tipo Holocausto não apenas possíveis (sic) mas eminentemente “razoáveis” (BAUMAN, 1998b, posição 591).

Essa mudança de postura em relação às metanarrativas modernas, tem sido considerada por alguns pensadores como o próprio fim da Modernidade. Assim, sobretudo ao longo do último quartel do século passado, o Ocidente teria abandonado o caráter fortemente teleológico do Iluminismo e posto em seu lugar um relativismo decorrente de sua desconfiança na capacidade da razão de produzir o céu na terra: para tais pensadores, o mundo teria entrado em um período Pós-Moderno. Para Lyotard, as metanarrativas devem ser abandonadas e a sociedade deve se organizar por meio de jogos de linguagem: a contínua negociação entre as muitas, pequenas e particulares narrativas existentes, uma arena pública não mais homogeneizada pelos grandes discursos da Modernidade (verdade, razão, raça, progresso, nacionalidade, ciência), mas marcada pela divergência, pela diversidade, pela polifonia e pelo

esforço em prol da tolerância (ASCHER, 2010; GIDDENS, 2012; HARVEY, 1993; LYOTARD, 2004).

Como já citado, existe ainda uma terceira categoria de interpretação da contemporaneidade que, de um lado, não enxerga no momento presente um ruído⁷⁹ no projeto Iluminista (em geral, a visão marxista), nem o total abandono da ideia de Modernidade (como os Pós-Modernos). Esse grupo reconhece a permanência do processo de modernização no Ocidente, mesmo com o enfraquecimento de seu aspecto totalizante e teleológico. Reconhecem o surgimento de outra forma de Modernidade, amadurecida com os abalos que sofreu desde as guerras mundiais e as crises nascidas em fins dos anos de 1960. François Ascher irá afirmar que a razão não foi abandonada em uma distopia relativista pós-moderna marcada pela irracionalidade. Pelo contrário, o mundo atual é profundamente dependente da ciência, da tecnologia e da gestão das informações (atividades eminentemente racionais). Para tais pensadores, a razão continua protagonista, mas agora em sua versão amadurecida, cônica de seus limites e das consequências que seu emprego pode ocasionar. Em suas próprias palavras, Ascher afirma:

Todavia, estas mudanças não anunciam nem apontam o fim da modernização, mas ressaltam, porém, o fato de que a sociedade moderna se libera de um racionalismo que se tornou demasiado simplista e de suas certezas, e que ela desprende-se das formas de pensamento messiânico ou providencial que ainda marcavam a própria ideia moderna de progresso. De certa forma, estamos nos tornando verdadeiramente modernos, e de uma forma cada vez mais rápida. (...) Entramos assim em uma terceira fase ou terceiro episódio da modernização que diversos autores qualificaram de modernidade “radical”, modernidade “avançada”, de “sobremodernidade” ou ainda, “baixa” modernidade (ASCHER, 2010, p. 32; destaques do autor).

Uma outra teoria, proposta pelo sociólogo judeu Shmuel Noah Eisenstadt, é a das múltiplas modernidades, que pode ser entendida como integrante do terceiro grupo, posto que considera que a modernidade permanece e tornou-se reflexiva (crítica de si mesma), conforme Giddens e outros defendem. Para esse teórico, as teorias clássicas sobre modernidade, como as referidas aqui, são enviesadas posto que tendem a identificar a modernidade com a própria história ocidental europeia. Eisenstadt considera as visões de Marx, Durkheim e mesmo de Max Weber (cuja influência é reconhecida em seu pensamento) como fortemente eurocêntricas. Para ele, a história ao longo do século XX demonstrou como diversas regiões do mundo entraram

⁷⁹ Ou melhor, uma contradição, no sentido hegeliano: problemas de percurso que, com o desenvolvimento da História, serão superados pelo movimento dialético que conduz o homem, necessariamente, em direção à sua emancipação.

em um processo de modernização sem que isso significasse que elas se tornassem ocidentais em sentido estrito – sem replicar plenamente modelos urbanísticos, vida familiar, instituições políticas, arranjos econômicos ou as práticas culturais da cultura europeia ocidental. Ao entrarem em contato com as realidades locais, as tradições e histórias regionais, os processos relacionados à modernização não produziram, segundo Eisenstadt, a esperada homogeneização do mundo:

Uma das implicações mais importantes do termo "modernidades múltiplas" é que a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades "autênticas", apesar de gozarem de precedência histórica e de continuarem a ser um ponto de referência básico para os restantes (EISENSTADT, 2001, 140).

Nesse sentido, Eisenstadt afirma que, em certa medida, desde o início existiram múltiplas modernidades, pois quando as primeiras colônias europeias foram sendo estabelecidas nas Américas, sua relação com as culturas autóctones (e também com os povos africanos escravizados) teve como resultado diferentes modernidades dentro do contexto mais abrangente da modernidade ocidental, fazendo eco à discussão sobre o recorte geográfico desta tese:

A primeira transformação radical das premissas de ordem cultural e política teve lugar com a expansão da modernidade para as américas. Emergiram então modernidades distintas, reflectindo novos padrões de vida institucional, com novas autoconcepções e novas formas de consciência colectiva. Dizê-lo é sublinhar que praticamente desde o começo da expansão da modernidade se desenvolveram modernidades múltiplas, todas elas no interior do que pode ser definido como o enquadramento civilizacional ocidental (EISENSTADT, 2001, p.149).

Apenas posteriormente o processo de modernização ultrapassaria os limites do mundo Ocidental (Europa, Oceania e Américas, *grosso modo*). Nas novas regiões (em África e Ásia), finalmente o surgimento de modernidades não-ocidentais pode ser reconhecido, sendo caracterizado pela adoção, em graus variados, de elementos modernos (especialmente a noção da participação política, do engajamento do indivíduo e dos grupos na conformação institucional de suas sociedades) em conjunção e reelaboração de aspectos particulares e tradicionais das culturas autóctones (valores, sistemas religiosos, comportamentos etc.). Para Eisenstadt, foi apenas no final do século XX, com a chegada no continente africano das instituições modernas (econômicas e políticas) nascidas no Ocidente, que finalmente se pôde

reconhecer um primeiro período da globalização (entendida como a existência de um mundo formado predominantemente por Estados Modernos, embora cada um moderno à sua própria imagem).

Em especial, ele põe em relevo que, especialmente na contemporaneidade, essa tensão entre os elementos modernos clássicos e os fatores particulares passaram a ganhar muita força entre as diversas sociedades, com os já mencionados movimentos feministas, ambientalistas, mas também grupos separatistas, étnicos, religiosos, antiocidentais etc. Um exemplo é a comparação de Eisenstadt entre os jacobinos franceses (do século XVIII) e os grupos fundamentalistas atuais, feroz e igualmente mobilizados pelo objetivo de transformar radicalmente suas respectivas sociedades, cuja atuação

Trata-se da reconstrução total da personalidade, de identidades individuais e colectivas (sic), através da acção (sic) humana consciente, nomeadamente pela acção política, e da construção de novas identidades pessoais e colectivas (...). Tal como os movimentos comunistas, estes movimentos procuram estabelecer uma nova ordem social, fundada em dogmas ideológicos revolucionários e universalistas, transcendendo em princípio todas as unidades primordiais, nacionais ou étnicas (EISENSTADT, 2001, p.154)

Deste modo, ele interpreta o mundo diverso tanto da noção de fim da história de Fukuyama (a vitória do ocidente democrático, liberal e capitalista sobre a proposta comunista), da noção de pós-modernidade, mas também rejeita o conceito de choque de civilizações proposto por Huntington (para quem os conflitos não mais se darão predominantemente entre Estados, mas entre a civilização ocidental secular e as demais, resistentes à modernização). Para Eisenstadt, o que se observa é a consolidação de um mundo formado por diversas modernidades, com sociedades que se apropriaram de modo distinto da modernidade original (ocidental) e que, na arena geopolítica atual, lutam por defender e, em certos casos, convencer ou impor sobre outras sociedades o seu modo de ser moderno. Nesse contexto, o Estado-Nação deixou de estar no centro do debate (e juntamente com ele a nacionalidade), dando lugar a pautas mais específicas e articuladas em âmbito local ou mesmo transnacional, como os movimentos fundamentalistas religiosos, o ambientalismo, o feminismo ou as diversas lutas étnico-identitárias (EISENSTADT, 2001; HUNTINGTON, 1993).

2.5. As duas Modernidades de Zygmunt Bauman

Embora se coloque as raízes da Modernidade entre os séculos XV e XVI, foi necessário um longo período para que a Modernidade se apresentasse em toda sua roupagem – o que só ocorreria por volta do século XVIII. No pós-guerra, especialmente nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas, o estabelecimento e o sucesso do Estado de Bem-Estar Social pode ser considerado o ápice de todo esse processo⁸⁰. Como mencionado, o *welfare* capitalista duraria aproximadamente trinta anos (1945-75), uma vez que por volta da década de 70 diversas crises e transformações iniciaram a transição para uma outra condição, marcada, como visto, pela defesa do Estado Mínimo, pelo descrédito nas metanarrativas modernas, pela eclosão de movimentos contestatórios e por alterações no próprio funcionamento do capitalismo (desregulamentação, globalização etc.). E permeando isso, as novas bases tecnológicas que viabilizaram o protagonismo das relações transnacionais no funcionamento da nova situação.

Em suas primeiras reflexões, Zygmunt Bauman considerava o período recente como um momento subsequente ao fim da modernidade (uma situação Pós-Moderna), em função da crise das metanarrativas iluministas e da desestruturação das estruturas institucionais que buscavam realizá-las. Posteriormente, o sociólogo deixou de empregar essa expressão ao repensar o próprio conceito de modernidade. De modo semelhante ao de Eisenstadt, Giddens, Beck ou Ascher, Bauman passou a considerar que o elemento central na definição do processo de modernização não necessariamente deveria ser a presença do projeto moderno-iluminista.

Nessa mudança de perspectiva, Bauman deixa de considerar um período pós-moderno para reconhecer a continuidade do processo modernizador no mundo: o surgimento de um outro modo de ser moderno, uma outra etapa na modernidade. Seu argumento, semelhante aos autores citados, é que a essência da modernidade não é seu elemento teleológico, mas a existência de um contínuo processo de transformação, de mudança, de destruição criativa das estruturas herdadas do passado (distante ou recente) e sua permanente atualização, modificação e substituição. Assim, a crise dos discursos universalizantes não significou o fim da modernidade, mas sua transformação, uma vez que o processo de modernização – a aplicação da ação humana racional, consciente e coordenada sobre as estruturas sociais existentes – continuou em operação. A diferença é que agora a modernidade volta-se sobre ela mesma, criticando, transformando e, em certa medida, rejeitando, a noção de progresso iluminista. No lugar da

⁸⁰ Na URSS, em sua versão socialista, o Estado também foi o grande agente modernizador, buscando implementar sua versão própria de sociedade ideal via aparato burocrático e o emprego sistemático da razão em todos os âmbitos da vida.

mudança como progresso, ficaria apenas a mudança, esvaziada da intenção de se produzir a emancipação humana por meio da implementação de alguma metanarrativa, para usar o termo de Lyotard (ASCHER, 2010; BAUMAN, 2001; GIDDENS; LASH; BECK, 2012).

Fica, porém, a questão (periférica aqui, vale ressaltar) do enquadramento de Bauman entre os pensadores pós-modernos ou no grupo que reconhece o surgimento de um outro tipo de modernidade. À primeira vista, seu mero reconhecimento da continuidade do processo de modernização já permite colocá-lo no último grupo. Mas, apenas a mudança de nomenclatura não é suficiente, pois esse grupo é caracterizado por enxergar no fenômeno da globalização um meio que possibilita dar continuidade ao projeto moderno – porém sem o caráter messiânico e universalizante –, não coadunando com a visão pessimista dos pós-modernos em relação ao papel que a ação política e a racionalidade têm no processo de emancipação humana. É uma visão que reavalia a noção tradicional de progresso, reconhecendo seus problemas, mas também a possibilidade de se propor certos elementos universais (os direitos humanos, por exemplo), assim como a capacidade que a sociedade, via emprego da razão, ainda possui de se aprimorar continuamente, mesmo que segundo um percurso difuso e sem a esperança de um ponto de chegada universal e definitivo.

Assim, classificar Bauman de pós-moderno ou não, depende menos da mudança de nomenclatura e mais de sua visão sobre o papel da *ação humana racionalmente orientada* na transformação da sociedade em versões aprimoradas de si mesma. Nas primeiras obras de Bauman, ainda relativas à ideia de Pós-Modernidade, é possível notar em suas descrições uma tendência ao pessimismo, a uma situação de grande angústia existencial diante das instabilidades do novo tempo. Nas últimas obras, embora tal angústia permaneça, ela passa a ser temperada com a possibilidade de novas estratégias de superação de seus problemas. Fazendo eco à reflexão de Beck sobre a globalização, Bauman em alguns momentos aponta para a necessidade e, o mais importante, a possibilidade futura de que os problemas causados pela globalização sejam abordados por meio de uma política em escala global, pelo estabelecimento, conforme defendido por Ulrich Beck, de uma consciência cosmopolita (econômica, ambiental, social etc.). No encerramento de seu *Retrotopia*, publicado no ano de sua morte, em 2017, ele menciona esse caminho ao destacar um discurso do Papa Francisco onde o religioso defendia que

(...) todos nós precisamos ‘tomar parte no planejamento e na construção’ da cultura do diálogo capaz de curar as feridas do nosso mundo multicultural, multiculturado e multiconflituoso (...). A intenção por trás da mensagem do papa Francisco é levar o destino da coabitação pacífica, da solidariedade e das

colaborações entre os seres humanos do reino vago e obscuro da alta política, (...) para as ruas, oficinas, escritórios, escolas e demais espaços públicos (...); tirar a questão, o destino, as esperanças de integração da humanidade das mãos dos comandantes de tropas em *O Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington – e colocá-los aos cuidados dos encontros cotidianos (...) (BAUMAN, 2017, p. 155).

Ao lado dessa cultura do diálogo em um ambiente globalizado (referido pelo triplo uso do prefixo multi), ele aponta para a necessidade (e, por extensão, a possibilidade) de se lançar ao desafio de “designar – pela primeira vez na história humana – integração sem a separação para lhe servir de base” (BAUMAN, 2017, p. 150): a construção da referida consciência cosmopolita via o estabelecimento de estruturas e associações em âmbito transnacional e baseadas na cultura do diálogo, em oposição ao que ocorreu até então, onde todo processo de ampliação das escalas de integração política e econômica foi realizado sobre a noção do *nós contra eles*, da expansão via domínio e conflito. Assim, é necessário “(...) complementar a situação cosmopolita com consciência cosmopolita” (BAUMAN, 2017, p. 149). Não a extinção das entidades políticas nacionais ou, muito menos, a homogeneização das culturas e eliminação de toda particularidade (a antiga modernidade), mas a possibilidade de, em nível transnacional, enfrentar-se os problemas oriundos da nova realidade global. Não mais pelo conflito, mas a integração por meio do diálogo, tanto no âmbito da vida cotidiana quanto na vida da alta política (BAUMAN, 2017; BECK, 1999).

Assim, pode-se reconhecer uma outra transição intelectual no pensamento de Bauman, interna ao seu período relacionado à investigação da Modernidade: a partir do século XXI, ele se afasta da tradição pós-moderna e aproxima-se da proposta de transnacionalização da política defendida por Ulrich Beck. Com isso, do ponto de vista político, Bauman parece ter assumido dois posicionamentos mais claros ao longo de sua vida: o socialismo marxista-leninista de sua juventude; e, a partir da década de 1980, um período de abandono da prática política anterior seguido por uma aproximação, especialmente na virada do século, de pensadores que advogam por uma nova forma de Bem-Estar Social através das possibilidades abertas pela globalização, de natureza eminentemente transnacional (BAUMAN, 1998b, 1998a, 2001, 2017; BECK, 1999).

2.5.1. As metáforas do Sólido e do Líquido

Antes de apresentar a ideia de Modernidade Líquida, é fundamental compreender as metáforas empregadas por Bauman para definir as duas etapas da modernidade reconhecidas

por ele. A partir da constatação de que a expressão Pós-Modernidade não caracterizava adequadamente o presente momento⁸¹, ele apropriou-se de uma frase do *Manifesto Comunista* para propor sua própria nomenclatura: “Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado (...)” (MARX; ENGELS, 1848, p.12). Naquele contexto, a referência era a superação da ordem feudal, com suas instituições tradicionais sendo solapadas e substituídas por uma nova estrutura social, fruto do surgimento do capitalismo e posta em marcha pela nova classe dominante (a burguesia). Dessa frase, na verdade, Bauman extraiu não apenas as metáforas que distinguem seus dois momentos na história da modernidade ocidental, mas também reconheceu na noção do *derretimento*, a própria essência da Modernidade: uma sociedade moderna é definida pela presença de processos contínuos de derretimento das estruturas pré-existentes (em outras palavras, ser moderno é ser uma sociedade movida pelo processo de modernização). Porém, ele enxerga na História a presença de duas modernidades consecutivas e, para defini-las, emprega as adjetivações *sólida* e *líquida*, pois:

(...) Os fluidos (...) não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (...), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la (...) (BAUMAN, 2001, p.8).

A partir dessa distinção, Bauman entende que a modernidade foi, em sua primeira forma, uma estrutura social mais estável, resistente à mudança, enquanto que em sua fase líquida, ao contrário, é marcada pela instabilidade e pela transformação. Mas, para Marx e Engels, a primeira modernidade não surgiu transformando, derretendo a sociedade existente, que era sólida? Além disso, para Bauman, uma sociedade moderna não é justamente aquela onde o derretimento é a norma? Como é possível considerar-se uma modernidade como sendo sólida (estável, resistente à mudança etc.)?

Para compreender esse aparente paradoxo, deve-se entender que, conforme colocado anteriormente, não se nega o caráter dinâmico da sociedade moderna sólida (de outro modo, não se trataria de uma sociedade moderna). A modernidade é sim caracterizada pela mudança, pela transformação, pela destruição da ordem herdada do passado em favor do novo, do aprimoramento. Ela moderniza-se, ou seja, transforma-se e não mais reconhece no passado e na tradição modelos e autoridade para a determinação do presente e, por conseguinte, do futuro.

⁸¹ Seja por não mais considerar que a modernidade havia chegado ao seu fim, seja porque a expressão apenas aponta para o que não se seria mais (moderno), sem definir bem a nova condição.

O mundo pré-moderno (ou não-moderno), por sua vez, é marcado por seu olhar retrospectivo, pela estabilidade, pela defesa da manutenção de suas instituições, onde a mudança ocorre de modo subterrâneo e incremental, imperceptível ao intervalo de tempo de uma ou algumas gerações. O mundo pré-moderno é cíclico, em movimento de contínuo retorno ao passado, de relativa estabilidade social e cultural. Por natureza, qualquer sociedade não-moderna é uma sociedade sólida. Não se quer dizer que tais sociedades não podem ter seus sólidos destruídos (instituições, costumes, valores etc.), mas isto significaria para elas seu colapso, uma situação patológica, um desvio.

Por outro lado, a noção de modernidade é justamente o oposto: uma sociedade moderna vê na mudança valor, no colapso das formas herdadas o caminho para sua sobrevivência – a modernidade é um processo, mais do que uma situação. A Modernidade vira as costas para o passado em busca da novidade e da construção de seu próprio futuro sobre as ruínas do mundo presente. Ela tem como atividade central o derretimento dos sólidos existentes por meio da ação humana conscientemente dirigida. Diante disso, parece paradoxal Bauman denominar o primeiro estágio da modernidade como sendo sólido. Porém, tal problema é apenas aparente. Bauman o denomina de sólido pois, embora moderno, esse primeiro estágio foi marcado pelo esforço de se derreter os sólidos existentes (o mundo europeu feudal ou qualquer outra realidade fora da Europa) para, em seu lugar, colocar outros sólidos: aprimorados, superiores, resultantes não da mentalidade irracional e supersticiosa (segundo a leitura dos primeiros modernos) mas fruto do esforço coordenado humano, guiado pela razão, por meio do desenvolvimento científico e da política – o progresso.

À medida que esse sentimento foi sendo consolidado, especialmente com o Iluminismo, a primeira modernidade progressivamente foi realizando sua tarefa autoimposta de derretimento dos sólidos existentes: em primeiro lugar, o mundo medieval, depois o Absolutismo, para então colocar em seu lugar versões variadas de Estados-Nação governados por monarquias parlamentares, repúblicas, democracias e, ao longo do século XX, até mesmo sistemas autoritários com orientações ideológicas variadas. Em comum, todos giravam em torno do esforço de construir novos sólidos, racionalmente pensados e administrados para produzir sociedades estáveis, homogêneas e alinhadas com as ideologias dominantes em cada caso (às custas da remoção, por coerção simbólica, jurídica ou mesmo física, das particularidades e de qualquer elemento destoante). Em suma, versões particulares e nacionais (mesmo que muitas aspirassem à hegemonia internacional) do projeto moderno iluminista de controle da história, da natureza e da sociedade a fim de alcançar um estágio superior de

realização humana (ASCHER, 2010; BAUMAN, 1998a, 2001; DUIGNAN, 2019; EISENSTADT, 2001; HEGEL, 2004; REALE; ANTISERI, 2005a).

Em função dessa mentalidade, os problemas ocasionados pela industrialização, pelos embates ideológicos, ou mesmo as crises econômicas, em geral não eram vistos como problemas estruturais do sistema em formação, mas como acidentes de percurso que, com toda segurança (segundo o espírito da época) iriam ser resolvidos à medida que a razão, o cálculo e a ciência se ocupassem dos mesmos (seja por meio da luta de classes ou pela ampliação do conhecimento racionalmente produzido, como afirmaram Marx e Hegel, respectivamente). Talvez o grande testemunho dessa confiança é o grande número de proposições utópicas criadas no período, como as visões socialistas do fim do século XIX ou os diversos modelos científicos (ou pelo menos, com pretensões de tal natureza) ao longo do século XX.

Diante disso, a partir da leitura de Bauman, a construção do *Welfare State* correspondeu ao grande sólido construído no âmbito das sociedades ocidentais, a culminação do processo de derretimento e substituição dos sólidos anteriores, sobretudo o mundo medieval. Nos países socialistas, a solução implementada também derreteu os sólidos feudais e do Antigo Regime, porém os substituiu por um sistema econômico e político diverso. Apesar das diferenças, as revoluções socialistas estabeleceram igualmente sociedades modernas sólidas, baseadas no mesmo projeto iluminista de emancipação universal via ação racional.

Com o fim da Guerra Fria, ficou célebre pela polêmica causada, a afirmação de Francis Fukuyama sobre o Fim da História (sob influência da teoria de Hegel), onde declarava a vitória das democracias liberais capitalistas sobre as demais ideologias concorrentes – socialismo, fascismo, anarquismo, comunismo etc. Ou seja, para esse autor, não se adentrava em uma nova etapa da modernidade, nem em uma condição de pós-modernidade, mas se testemunhava o princípio do estágio final da evolução humana em termos institucionais, a culminação do processo de modernização e, conseqüentemente, o fim da História (BAUMAN, 2017; CHOAY, 2010; EISENSTADT, 2001; ROSSI, 2010).

O último quartel do século XX, como já mencionado, trouxe uma grande desconfiança em relação às esperanças da Modernidade Sólida. Certos abalos foram bastantes dramáticos, como a descoberta de seu potencial totalitário, o incremento do potencial destrutivo vinculado ao avanço tecnológico e, acima de tudo, a percepção de que a racionalidade messiânica iluminista não tinha conseguia entregar o prometido. Nesse período, segundo Bauman, a Modernidade iniciou um novo processo de derretimento de sólidos, mas agora aqueles que ela mesma criou para si. Não só isso, mas desapegada da noção de progresso e da existência de um ponto de chegada definitivo, ela tende a voltar-se predominantemente para o presente em

detrimento do futuro e, com isso, tem engendrado um processo acelerado e ininterrupto de derretimento de suas estruturas, não permitindo que nenhuma de suas criações sobreviva tempo suficiente para se solidificar. Esse novo estado de coisas, a Modernidade Líquida, surge da própria natureza do processo de modernização, que passou a ver-se resistido pelas próprias estruturas que havia criado, percebidas como demasiado sólidas para a economia, para a participação política, para os anseios de liberdade individual, para as identidades e visões de mundo locais e particulares:

Ao contrário da maioria dos cenários distópicos, este efeito não foi alcançado via ditadura, subordinação, opressão ou escravização; nem através da “colonização” da esfera privada pelo “sistema”. Ao contrário: a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir (...) (BAUMAN, 2001, p.12).

Interessante nesse trecho é que Bauman entende que a crise da modernidade deu-se menos por suas eventos pontuais de violência e barbárie (como o Holocausto nazista ou Hiroshima e Nagasaki) do que pela sua própria natureza: o que teria trazido seu fim foi o sentimento de privação das liberdades e peculiaridades que as sociedades modernas recém-estabelecidas impunham (seja no contexto capitalista, seja no socialista). Porém, no lugar da antiga segurança sem liberdade da Modernidade Sólida, entraria em cena uma liberdade desprovida de segurança para boa parte de sua população, um mundo predominantemente instável, nascido do contínuo derretimento das instituições e estruturas construídas na fase sólida e voltadas para a segurança coletiva e individual. Não apenas isso pois, desprovido do caráter teleológico anterior, surge um processo de modernização que não mais objetiva construir outros sólidos, mas que opera em contínua destruição criativa. É um mundo líquido, instável, sem forma definida e sem um projeto claro de sociedade (BAUMAN, 1998a, 2001).

Porém, essa transição da modernidade com segurança e pouca liberdade para uma modernidade que liberta os indivíduos sem lhes ofertar segurança, substituiu um problema por outro. Para descrever essa realidade, Bauman utiliza-se do conceito freudiano do mal-estar ocasionado pela civilização⁸². A ideia do criador da psicanálise é que, para a existência da vida em sociedade, a cultura (a civilização) reprime os impulsos naturais dos indivíduos (suas pulsões) e, como consequência, produz neles um mal-estar. A partir dessa noção, Bauman entende que,

⁸² O *Mal-Estar da Pós-Modernidade* parafraseia o título de *O Mal-Estar da Civilização* (1930), de Sigmund Freud.

A civilização – a ordem imposta a uma humanidade naturalmente desordenada – é um compromisso, uma troca continuamente reclamada e para sempre instigada a se renegociar (...) “O homem civilizado trocou um quinhão das suas possibilidades de felicidade por um quinhão de segurança.” Por mais justificadas e realistas que possam ser as nossas tentativas de superar defeitos específicos das soluções de hoje, “talvez possamos também familiarizarmos com a idéia (sic) de que há dificuldades inerentes à natureza da civilização que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma” (BAUMAN, 1998^a, p.8, destaques do autor).

Assim, partindo do conceito freudiano, Bauman afasta-se tanto da noção marxista quanto da hegeliana de progresso e, acima de tudo, da possibilidade de um fim da história, um estágio final composto por uma solução política e jurídica em que a emancipação humana seria finalmente realizada: uma sociedade segura e livre, feliz, sem o mal-estar freudiano. Ao contrário, ecoando Freud, a humanidade estará perpetuamente negociando entre qual proporção de segurança e liberdade é a mais adequada para si. Na fase sólida, a liberdade foi entregue em troca da segurança. Assim, a transição daquela etapa para a atual (líquida) foi impulsionada pelo mal-estar causado pela falta de liberdade decorrente do excesso de segurança⁸³. Outro pensador, que também buscou em Freud bases para sua interpretação, foi o filósofo e sociólogo Herbet Marcuse, que, do mesmo modo, coloca:

Em relação a hoje e à nossa própria condição, creio que estamos diante de uma situação nova na história, porque temos que ser libertados de uma sociedade rica, poderosa e que funciona relativamente bem... O problema que enfrentamos é a necessidade de nos libertarmos de uma sociedade que desenvolve em grande medida as necessidades materiais e mesmo culturais do homem – uma sociedade que, para usar um slogan, cumpre o que prometeu a uma parte crescente da população (...) (MARCUSE, 1989⁸⁴ apud BAUMAN, 2001, p. 25).

O diagnóstico de cunho psicanalítico de Bauman ecoa o de Marcuse, embora os dois se diferenciam pelo fato de, ao contrário do filósofo, Bauman não aparentemente não reconhece a possibilidade de uma sociedade onde seja possível conciliar adequadamente (sem mal-estar) o dilema segurança-liberdade. Assim, com a mudança de etapa, da sólida para a líquida, ocorreu necessariamente a mudança da natureza do mal-estar: não mais a forte contenção dos desejos,

⁸³ Claro que está trabalhando-se aqui com generalizações, como Bauman também o faz. De Estado para Estado e de época para época, os graus de liberdade e segurança variaram muito. Porém, em geral, a fase sólida da modernidade corresponde a um período onde a balança predominantemente pendeu para o lado da segurança em detrimento da liberdade individual e dos elementos particulares das diversas vozes, grupos e culturas.

⁸⁴ Marcuse também parafraseou Freud no título de um de seus mais conhecidos livros: *Eros e Civilização*.

das pulsões e da liberdade em favor da constituição de uma sociedade segura e rigidamente ordenada, mas o afrouxamento dos instrumentos de segurança e coesão social a fim de aumentar-se a liberdade, tanto na esfera econômica (liberalismo econômico, desmonte do estado keynesiano) quanto na dimensão cotidiana e pessoal (dos comportamentos, das relações sociais, do trabalho, das identidades etc.). Para Bauman, esse outro mal-estar (o da liberdade sem segurança) decorre do fato que

(...) não há outro caminho para buscar a libertação senão “submeter-se à sociedade” e seguir suas normas. A liberdade não pode ser ganha contra a sociedade. O resultado da rebelião contra as normas, (...) é uma agonia perpétua de indecisão ligada a um Estado de incerteza sobre as intenções e movimentos dos outros ao redor – o que faz da vida um inferno. (...) graças à monotonia e à regularidade de modos de conduta recomendados, os homens sabem como proceder na maior parte do tempo (...). A ausência, ou a mera falta de clareza, das normas – anomia – é o pior que pode acontecer às pessoas em sua luta para dar conta dos afazeres da vida. As normas capacitam tanto quanto incapacitam; a anomia anuncia a pura e simples incapacitação. Uma vez que as tropas da regulamentação normativa abandonam o campo de batalha da vida, sobram apenas a dúvida e o medo (BAUMAN, 2001, p.30-31).

Assim, enquanto Freud e Marcuse apontavam para o mal-estar causado pelo excesso de normas relacionado à segurança da fase sólida, Bauman volta sua análise para o mal-estar existente no outro lado da equação, aquele originado pelo sentimento de desproteção, de abandono, de desorientação, que uma sociedade causa quando deixa de oferecer instituições, regras e sistemas para estruturar a vida dos indivíduos e assegurar níveis adequados de seguridade coletiva. Nesse sentido, quanto mais liberdade individual, mais desse outro tipo de mal-estar: a desorientação, o medo, a dúvida e a incapacitação. De certo modo, percebe-se em passagens como a supracitada, que Bauman entende que o pêndulo deve permanecer mais do lado da segurança, como se escolhesse a situação com os menores efeitos colaterais, reconhecendo que “(...) as normas capacitam quanto incapacitam; a anomia anuncia a pura e simples incapacitação” (BAUMAN, 2001, p. 31).

De modo geral, pode-se afirmar que toda a reflexão baumaniana sobre Modernidade Líquida e suas manifestações nas diversas esferas da vida em sociedade se remete fundamentalmente à relação entre segurança e liberdade, à tensão entre indivíduo e sociedade. Essa é a principal chave de leitura desse sociólogo acerca da contemporaneidade: o mundo foi liquefeito como reação ao mal-estar anterior e, como consequência, suas estruturas sociais e seus padrões de vida não mais possuem formas estáveis ou, quando fixadas, se mantêm assim

por intervalos de tempo muito curtos (situação que gera, por sua vez, um outro tipo de mal-estar).

2.6. A construção da matriz analítica a partir do conceito de Modernidade Líquida

Uma vez apresentada a distinção entre as duas fases da modernidade propostas por Zygmunt Bauman, passa-se agora ao desenvolvimento da matriz analítica que será empregada na interpretação da urbanização contemporânea proposta neste trabalho. Como apresentado, a partir da bibliografia selecionada partiu-se para a identificação dos elementos caracterizadores da presente *condição líquido-moderna* cujas implicações no processo de urbanização sejam mais relevantes. Apesar da natureza complexa do fenômeno urbano e da possibilidade de realizar leituras diversas sobre o mesmo, afastou-se aqui da esfera mais cotidiana das relações entre os indivíduos em favor de elementos relacionados de modo mais direto com as estruturas sociais e o espaço. A partir do pensamento de Bauman, os fatores essenciais para a interpretação da urbanização são de ordem econômica, política, técnica, social e psicológica. Essa última, porém, é relevante aqui apenas em relação ao papel do mal-estar e seus desdobramentos na constituição da presente condição.

Tendo em vista essas observações e, seguindo a própria estruturação presente nas obras de Bauman, as características da Modernidade Líquida serão apresentadas a partir das escalas mais gerais para as específicas, caminhando do campo da economia e da política em direção às demais dimensões, especialmente o trabalho, o consumo, a experiência do tempo e do espaço até reflexões sobre a participação das pessoas na política.

2.6.1. O capital líquido e o desengajamento entre poder e política

Uma das mais poderosas e profundas transformações ocorreu no âmbito da relação entre economia e política. Com a crise do estado dirigista (seja o capitalismo keynesiano, seja o sistema soviético), a ordem político-econômica que nasceu do derretimento da anterior tem sido marcada pela ênfase na redução do papel do Estado enquanto provedor de estruturas coletivas de seguridade social e promotor do desenvolvimento econômico. A nova situação estabeleceu-se, de um lado, com o fim da URSS e a incorporação, progressiva e em andamento, dos demais Estados socialistas (a China, sobretudo) no capitalismo globalizado e, de outro, com a redução do *welfare* (em graus variados em cada país) nas regiões capitalistas tradicionais.

No novo contexto, de economia desregulada, de integração mundial dos mercados e de grande mobilidade do capital, o capitalismo tornou-se, ele próprio, líquido. Em seu estágio sólido, fordista, o capital era fortemente preso à localidade uma vez que a possibilidade de migração para regiões com mão-de-obra barata ou com tributos menores era praticamente nula diante dos custos e dificuldades técnicas para mudar ou manter unidades produtivas em funcionamento coordenado através de vastos territórios.

Com as mudanças tecnológicas e os ajustes realizados desde os anos de 1970 (já explicados no item 2.2), o capital tornou-se móvel em escala internacional. Mais do que uma simples novidade na configuração das atividades econômicas, as novas possibilidades geográficas para a estruturação da produção e dos investimentos inauguraram uma nova lógica econômica. Na fase sólida, o sucesso das empresas decorria, dentre outras razões, de sua estabilidade ao longo do tempo e de sua fixação no espaço. As mudanças rápidas, a fluidez das regras e a rotatividade do trabalho causavam problemas de eficiência para o sistema produtivo anterior, caracterizado pela lógica fordista de produção, cujos resultados dependiam da existência de ações rotinizadas e fixas. Nos últimos anos, uma grande inversão tem ocorrido: agora é justamente a capacidade de ser móvel, flexível e ajustável a diferentes contextos e condições (ou seja, sua fluidez) que faz com que uma empresa seja bem-sucedida economicamente.

Grande parte dessa realidade é explicada pelo fato de que os proprietários das principais corporações do mundo (seus acionistas) se encontram distantes das localidades em que suas empresas estão instaladas. Os centros de decisões têm se concentrado em poucos lugares do planeta, juntamente com as reuniões e os indivíduos que as tomam. Bauman diz que desde as últimas décadas do século XX deu-se início a uma “Grande Guerra de Independência em relação ao Espaço” (BAUMAN, 1999, p.15), onde entre os atores envolvidos na relação de trabalho (empregados, terceirizados, governo e acionistas) apenas os detentores das ações não estão vinculados às localidades em que as fábricas, filiais e matrizes regionais funcionam. Na nova situação, eles podem simplesmente negociar suas ações em bolsa e se tornarem acionistas de outras corporações, dentro do espaço de um dia. Esse fato é relevante pois, não faz muito tempo, a antiga relação entre patrões e empregados, entre proprietários e localidade ainda era predominante mesmo entre as grandes corporações do século XX. No passado, mesmo quando se tinha um *proprietário ausente*, ele não poderia facilmente desfazer-se de suas posses: um senhor feudal não poderia ignorar completamente a saúde de sua terra nem daqueles que a cultivavam, uma vez que estava ele próprio ligado e dependente dela (BAUMAN, 1999, 2001).

Com a fase sólida da modernidade essa realidade pouco mudou. Os proprietários não possuíam grandes níveis de mobilidade e, conseqüentemente, deveriam lidar⁸⁵ com os problemas (as externalidades) relacionadas aos seus negócios a fim de prosperar. Porém, diante das novas possibilidades de desterritorialização do capital e das decisões, a capacidade de fuga (das exigências locais e da responsabilidade dos problemas causados em função de suas atividades) tornou-se um elemento decisivo para a manutenção e maximização dos lucros: “Livrar-se da responsabilidade pelas conseqüências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente” (BAUMAN, 1999, p.16-17). Se o capital na fase sólida só poderia lograr sucesso via permanência geográfica e o aprimoramento de suas condições locais, agora ele desloca-se para outros lugares sempre que alguma adversidade se apresenta como mais danosa do que os custos de realocação. E, para certas atividades, a realocação é bastante barata.

A nova situação ocasionou um problema para aqueles que não conseguem deixar de estar vinculados à localidade: seja o poder político (o Estado, a municipalidade), seja aquela parcela da população (geralmente a maioria) cujo padrão de renda e posses não permite que se defendam adequadamente da fuga dos empregos e investimentos em suas cidades. Bauman chama essa nova situação de *desengajamento entre poder e política*: por poder, ele quer dizer a capacidade de realizar aquilo que se deseja e, decidir o que se deseja, por sua vez, é o que se entende por política. No período sólido da Modernidade, por meio da ação política era possível, devido à imobilidade do capital, lutar a queda de braço entre trabalhador (sindicatos etc.) e patrões ou entre empresas e Estados. Foi essa mútua dependência que possibilitou, dentre outras coisas, os Trinta Gloriosos. Porém, com o capital tornando-se líquido o equilíbrio foi rompido, deixando trabalhador e Estado reféns dos fluxos de capital em escala global. Em outras palavras, o poder está agora nas mãos de entidades que operam em um espaço extraterritorial, transnacional, enquanto a política permanece limitada e restrita ao espaço local (no máximo, nacional). Com isso, o Estado perdeu parte de seu poder, acima de tudo o poder de controle e negociação (justa) com o capital. O poder pendeu fortemente para o lado do mercado, desengajando-se da atividade política. Como conseqüência, nas pegadas dessa nova mobilidade do poder econômico, ficam as localidades (as nações, as municipalidades) restritas ao papel de atratores de investimentos privados, com seus recursos continuamente ameaçados em função da nova mobilidade do capital (leia-se redução na arrecadação de impostos). Da política com

⁸⁵ Ou reclamar um Estado que o fizesse.

poder para controlar o desenvolvimento econômico e social, os Estados passaram à uma política de sedução dos investimentos privados (BAUMAN, 1999, 2001).

2.6.2. O trabalho líquido

Não só a política, mas o trabalho tem passado por transformações igualmente relevantes. Com a progressiva redução dos instrumentos institucionais de seguridade social e as mudanças decorrentes das novas tecnologias, as condições de trabalho têm se modificado rápida e profundamente em todos os setores. Para Bauman, essa nova situação tem erodido a estabilidade que a primeira modernidade logrou oferecer (mesmo que em graus variados conforme a região) e, como consequência, lançou as pessoas em um contexto de contínua incerteza.

Se, na condição sólida, o trabalhador que estava empregado em uma grande companhia provavelmente se aposentaria naquele lugar – inclusive sabendo de antemão as exigências que deveria atender para que pudesse crescer na carreira escolhida – no mundo líquido-moderno essa situação tem sido transtornada. À medida que os sólidos vêm sendo derretidos e, com eles, cada vez mais rapidamente as configurações corporativas transformadas, a noção tradicional de carreira tem perdido sentido. Atualmente, poucas pessoas permanecerão a vida toda em uma mesma empresa. Não só isso, mas no presente contexto não se tem também muitas garantias de que as profissões existentes não serão extintas em um intervalo de tempo relativamente curto – em muitos casos, inferiores ao de uma vida humana –, em função da grande velocidade com que novos aplicativos, dispositivos tecnológicos e arranjos laborais são desenvolvidos.

Assim, o trabalho vem sofrendo pressões em duas frentes: de um lado, o Estado não mais consegue prover o nível de seguridade da fase anterior; de outro, o emprego torna-se também fluido em função das rápidas transformações no mercado de trabalho. No lugar da anterior previsibilidade e coerência, o universo do trabalho passou a ser um ambiente marcado pela incerteza, onde o planejamento de longo prazo e a ideia tradicional de carreira deu lugar a uma vida em estado de guerrilha, onde cada avanço é realizado por meio de respostas de curto prazo a um ambiente cambiante e fluido, com o trabalhador buscando continuamente defender-se das vagas de transformação que lambe as praias de seu mercado de trabalho local (BAUMAN, 2001, 2007a).

Esse quadro, além de liquefazer o trabalho, tem ocasionado o surgimento de uma crescente massa de desempregados⁸⁶. Como mencionado, o capital líquido tem adquirido

⁸⁶ O crescimento do número de pequenos empreendedores e de atividades informais estão entre os principais sintomas dessa situação.

grande capacidade de se locomover ao longo de vastos territórios. Com essa dança, empregos existentes podem, do dia para a noite, evaporar em função do transplante de seus postos de trabalho para outra localidade, em busca de melhores condições de funcionamento (custos menores). Além disso, mesmo com a permanência de empresas em uma localidade, a intensificação do emprego de tecnologias de automação em diversas tarefas (incluindo tarefas intelectuais) tem tornado a presença humana secundária ou, em certos casos, dispensável.

Na fase sólida da modernidade, o trabalhador era peça essencial para a produção de mercadorias e na prestação de serviços, uma vez que a tecnologia existente não era suficientemente desenvolvida a ponto de permitir sua substituição por sistemas automatizados. Naquele contexto, a demissão em massa ou a alta rotatividade de trabalhadores eram problemas cruciais para o sucesso econômico, especialmente no ambiente industrial, seja pela alta necessidade de trabalho humano, seja pelos altos custos envolvidos na capacitação dos trabalhadores. Além disso, a dificuldade de transferir, por exemplo, uma fábrica de uma localidade para outra, obrigava o capital a negociar e, em muitos casos, ceder às necessidades e exigências de sua massa laboral. Ilustra essa situação a atitude de Henri Ford que, em certo momento, dobrou o salário de seus trabalhadores afirmando à imprensa que o fez pois gostaria que seus empregados pudessem comprar os carros que fabricavam – porém, conforme Bauman afirma, Ford aumentou os salários na tentativa de fixar os trabalhadores em sua empresa, posto que a alta rotatividade dos mesmos lhe causava sensível redução nos lucros (BAUMAN, 2001).

No contexto presente, de capitalismo leve, esse problema tende a perder força. Com as novas possibilidades oriundas da revolução tecnológica e da abertura dos mercados, as empresas prosperam apenas por meio da fluidez. A estabilidade e a solidez tornaram-se indícios de fracasso. Ao contrário da antiga relação face a face, o capital libertou-se da localidade, deixando, porém, seu parceiro tradicional (o empregado) ainda preso ao território. O esforço inverteu-se: não mais o capital lutando por fixar seus trabalhadores a si, mas os trabalhadores (e, a reboque, os governos) lutando por manter seus postos de trabalho e os investimentos privados pousados em suas localidades.

Ainda (e ao lado dos processos já mencionados) com o contínuo desenvolvimento tecnológico da produção industrial e a crescente importância da atividade intelectual criativa, tem ocorrido uma diminuição no peso de muitas profissões para a geração de lucros. Se anteriormente o custo para se treinar um novo profissional tornava a rotatividade de empregados um problema, com a intensificação da mecanização e informatização das atividades, esse custo é cada vez menor e, conseqüentemente, cada vez menos pesa sobre as decisões estratégicas de uma corporação. Se os sistemas automatizados dão conta de boa parte das atividades mais

simples e menos criativas, conseqüentemente os trabalhadores envolvidos em tais atividades tornam-se menos relevantes e podem ser substituídos ou demitidos a qualquer momento. Na outra ponta, aqueles trabalhadores envolvidos na geração de ideias e inovações (tecnológicas, administrativas, comerciais, publicitárias) tornam-se os mais importantes.

Para ilustrar essa situação, Bauman cita o pesquisador Robert Reich, que divide os trabalhadores contemporâneos em quatro tipos: no topo, os *manipuladores de símbolos*, as pessoas que realizam atividades de criação e inovação, assim como aquelas envolvidas na criação de meios de tornar tais novidades rentáveis e atraentes às pessoas; o segundo grupo são os envolvidos na reprodução do trabalho (*educadores e burocratas*); o terceiro grupo são os prestadores de *serviços pessoais*, cujo trabalho se dá por meio do encontro face a face com seus clientes; finalmente, o quarto grupo é o contingente formado pelo que tradicionalmente se denominou o operariado, os *trabalhadores de rotina*, geralmente trabalhando na operação de máquinas em indústrias ou realizando tarefas por meio de redes de computador e sistemas automatizados (o *telemarketing* é um dos grandes exemplos). É justamente esse último grupo, onde a maior parte dos indivíduos estão empregados, o mais fácil de ser substituído, posto que tais atividades não requerem formação muito especializada em função do nível de automação mecânica e informacional que têm alcançado. Em outras palavras, tais trabalhadores podem ser encontrados na maioria das regiões do mundo e, por extensão, não são um aspecto determinante para a decisão de uma empresa em permanecer ou mudar de localidade (BAUMAN, 2001).

Em paralelo e, como consequência, os novos sistemas tecnológicos têm causado certa uniformização de qualidade entre produtos semelhantes, além de ter permitido que os mesmos possam ser produzidos de modo muito mais variado em comparação com o sistema fordista (baseada na produção seriada de um mesmo item). Assim, um produto não é mais vendido com base apenas em suas qualidades físicas e funcionais, mas a conquista dos mercados passa cada vez mais pela capacidade com que se consegue vincular às mercadorias valores simbólicos e subjetivos ou elementos diferenciadores quaisquer. Conseqüentemente, ao mesmo tempo que as atividades relacionadas ao quarto grupo de Reich têm se tornado menos dependentes do ser humano, as atividades do primeiro e, em menor medida, dos outros dois, passam a receber a maior atenção (e os maiores salários).

O capital sólido tinha grande domínio sobre seu consumidor, situação ilustrada pela célebre frase de Ford, quando afirmou que seu comprador poderia ter o modelo Ford T em qualquer cor, desde que fosse preto. Em um quadro drasticamente distinto, o elemento central para o sucesso contemporâneo é justamente a diferenciação de seu produto e o modo como ele se relaciona com o universo simbólico daqueles que o consomem – e, devido a essa importância

da customização e da manipulação simbólica, conseqüentemente apenas os trabalhadores que possuem tais capacidades possuem algum nível de poder de barganha juntos aos empregadores. O trabalho convencional, repetitivo e impregnado de automação deixa de requerer tamanha atenção em comparação às atividades criativas e relacionadas à dimensão simbólica. Com isso, não faz mais sentido do ponto de vista do cálculo racional dos negócios, salários mais altos ou maiores custos associados a benefícios ou leis de seguridade voltadas para o quarto grupo, pois se pode simplesmente contratá-lo em regiões onde são mais baratos. Se Ford estivesse vivo, provavelmente não teria dobrado os salários de seus empregados, mas migrado suas fábricas para algum país onde as condições de operação fossem mais favoráveis (BAUMAN, 1999, 2001, 2007a).

O que torna a situação ainda mais agravada é a própria mudança do status relacionado ao desemprego. Especialmente nas economias mais desenvolvidas, na fase sólida, o desempregado era o indivíduo que, temporariamente, estava sem trabalho em função de algum problema pessoal (saúde, por exemplo) ou devido a uma situação anômala da sociedade. Em geral, se esperava que, à medida que a sociedade se desenvolvesse, o problema do desemprego desapareceria ou seria minimizado: a contínua racionalização modernizadora culminaria, eventualmente, na resolução da questão. Não apenas isso, mas a fase sólida da modernidade também possuía uma válvula de escape para resolver o problema do grande número de indivíduos que ficavam em situação permanente de exclusão devido à ausência de postos de trabalho em quantidade suficiente: esse excedente podia migrar para os territórios coloniais (ou recém-emancipados) fora do território europeu (BAUMAN, 1999, 2007a, 2009).

Porém, em sua fase líquida, a própria ação racional, via aprimoramento empresarial, tem tornado o desemprego uma situação natural ao sistema. Isso se dá devido à crescente mecanização e automação das tarefas, mas também pela redução no número de empregos via processos de fusão corporativa e de reestruturações internas (reengenharia, ou *downsizing*), que resultam no fechamento de diversos postos de trabalho em prol do aumento da eficiência corporativa. Essas atividades de reestruturação, fechamento de filiais, demissões em massa e flexibilização de operações (especialmente com o uso das terceirizações) têm contribuído para que o desemprego deixe de ser visto como um percalço no processo de modernização para se tornar o próprio resultado do progresso, da modernização, reconhecidamente um aspecto integrante da nova economia. O desemprego é cada vez mais estrutural e não circunstancial. Naturalmente, essa redução de vagas de trabalho impacta mais o quarto grupo de Reich do que os demais. Ao mesmo tempo, aqueles do primeiro grupo e, em menor intensidade, os do segundo, tornam-se os mais importantes para a lucratividade pois seus trabalhos lidam de modo

mais direto com a produção de qualidades diferenciais para os produtos, como a criação de inovações, as atividades de persuasão publicitária ou aqueles serviços pessoais cuja automação é inviável ou ainda impossível. Consequentemente, esse grupo de trabalhadores é o mais bem remunerado do sistema.

Em suma, com essa diferenciação dos grupos de trabalhadores, a anterior oposição entre operariado e empregador tem se convertido em um gradiente social mais diverso, onde entre os menos afortunados encontra-se a massa volátil de trabalhadores e um crescente número de desempregados que, após tentativas frustradas de recolocação, acabam por trabalhar na informalidade ou se tornam, por necessidade, pequenos empreendedores. Nas partes mais altas da pirâmide de renda, ficam os donos de empresas, os prestadores autônomos de serviços especializados e os profissionais relacionados às atividades centrais do capitalismo líquido⁸⁷. No meio, a tradicional classe média, que tem sofrido uma redução em seu tamanho, diante da nova realidade desregulamentada da vida e da redução da seguridade social via Estado, ocasionando a migração de muitos membros desse estrato social para as partes mais inferiores da hierarquia, consequência do rápido aumento da desigualdade de riqueza que as últimas décadas têm testemunhado em todo o mundo (BAUMAN, 2001, 2007a).

Finalmente, se a maior parte dos indivíduos tende a sofrer os problemas decorrentes da fluidez do trabalho, o exíguo grupo que ocupa os estratos mais altos da pirâmide social é o único que possui condições suficientes para viver e usufruir das benesses de um mundo em contínua transformação. Com a redução do apoio coletivo (a seguridade provida pela coletividade via Estado) apenas aqueles que possuem determinado nível de renda e capacitação conseguem surfar as ondas do mercado de trabalho fluido: para os debaixo, sem pranchas adequadas, são vistas como tsunamis; para os dotados dos equipamentos corretos, são ondas gigantes a oferecer uma experiência sempre renovada de adrenalina, excitação e satisfação. Todos são livres (*de jure*) para ser o que desejarem e trabalharem no que quiserem em um mercado desregulado. Mas apenas um reduzido grupo de indivíduos é livre, *de facto*, para usufruir da nova liberdade (BAUMAN, 1998a, 1999, 2001, 2007a, 2007b).

Diferente da etapa sólida, apenas aqueles que estão continuamente prontos para a mudança de rumo, para a readaptação, para o recomeço, para a reaprendizagem, para o desapego, conseguem acompanhar a fluidez. Embora diversos aspectos podem ser relacionados a essa capacidade de surfar, todos se relacionam, de algum modo com a capacidade de se soltar

⁸⁷ Tais profissionais, de certo modo, também podem ser considerados proprietários uma vez que tendem a verter suas rendas em investimentos imobiliários e financeiros (ou ainda, como prêmio por seus resultados, muitas vezes ganham ações das próprias empresas onde trabalham).

dos grilhões da localidade (do espaço) e participar dos movimentos extraterritoriais da economia globalizada em tempo real ou, no mínimo, conseguir se adequar aos seus efeitos mais diretos sobre a vida cotidiana na escala local:

(...) no topo da pirâmide de poder do capitalismo leve, circulam aqueles para os quais o espaço tem pouca ou nenhuma importância – os que estão fora de lugar em qualquer lugar em que possam estar fisicamente presentes. São tão leves e voláteis quanto a nova economia capitalista que os gerou e dotou de poder (...) (BAUMAN, 2001, p.192).

Assim, apenas aqueles que conseguem dominar a instantaneidade (e, com ela, superar os grilhões da localidade) são capazes de usufruir das promessas de liberdade oferecidas pela condição contemporânea. No outro extremo, uma grande quantidade de indivíduos para os quais essa nova liberdade é sinônimo de insegurança existencial e fonte contínua de angústias (BAUMAN, 2001, 2007a, 2007b).

2.6.3. Da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores

Por natureza, o consumo está na base do sistema capitalista: o mercado nada mais é do que a soma das ofertas e das buscas por produtos e serviços por parte das pessoas. No contexto do capitalismo pesado, o consumidor não era um grande problema devido à relativamente baixa diversidade de produtos e serviços oferecidos – o espírito da indústria fordista era produzir poucos (ou mesmo um) produto com qualidade adequada e a preço acessível ao maior número de pessoas: era o mundo do consumo de massa⁸⁸. Não só isso, mas a então baixa capacidade de substituição do trabalhador por máquinas e sistemas automatizados tornava essencial para as corporações um cuidado maior com seu empregado do que com aqueles que compravam suas mercadorias.

Com as mudanças recentes, essa situação tem se invertido, com a atenção das empresas se voltando cada vez menos para o trabalhador em favor do consumidor. Isso se dá porque, de um

⁸⁸ Não só isso, mas o sistema desenvolvido por Henri Ford pode ser tomado como a principal metáfora da modernidade sólida: a fábrica fordista, o capital pesado e a conseqüente relação próxima, conflituosa e de mútua dependência entre trabalhador e empregador, vinculados à mesma localidade até que a morte os separe. Essa relação é empregada por Bauman para descrever todas as outras relações naquele período, sejam as familiares, as de vizinhança, as de cidadania, as das práticas religiosas etc. A Modernidade Sólida tentava criar um mundo homogêneo, empregando suas forças na manutenção da ordem estabelecida ou, no mínimo, pretendida. E, naquele contexto, muito dessa estabilidade decorria da necessidade de produzir trabalhadores igualmente estáveis e de evolução previsível (e calculada, sobretudo) dentro da máquina produtiva maior.

lado, em muitas atividades, o trabalho tem sido encarado como uma *commoditie*⁸⁹, posto que a ação humana em tais tarefas se tornou bastante simplificada em função do emprego da tecnologia. De outro, a riqueza tem sido produzida cada vez menos por meio da venda de produtos e serviços em si e mais pela oferta de qualidades intangíveis associadas a eles; por extensão, torna-se fundamental a tarefa de produzir ligações subjetivas entre produtos e consumidores, colocando os últimos no centro das atenções do mercado. Na situação presente, a antiga codependência entre trabalho e capital migrou-se para outra, agora entre consumidor e capital (BAUMAN, 2001, 2007a).

Assim, nas últimas décadas, a sociedade dos produtores (fase sólida) deu lugar à sociedade dos consumidores. Se o trabalho impacta menos na lucratividade do que as vendas (ou melhor, se o aumento nas vendas não depende tanto do trabalho quanto anteriormente), se cada vez mais uma série de produtos semelhantes estão disponíveis no mercado, a ênfase passa da capacitação da mão-de-obra para a captação dos consumidores e para a diferenciação dos produtos. O caminho encontrado para que se mantenha a lucratividade em contínuo crescimento tem sido o da diversificação da produção e do enxugamento dos custos. Não apenas a diversificação, mas os produtos têm sido pensados também para durarem menos tempo, para deixarem de funcionar ou simplesmente ser considerados fora de moda em intervalos de tempo cada vez menores. Assim, os produtos também deixam de ser sólidos (feitos para durar) para se liquefazem: da produção em massa de itens idênticos e duráveis para a lógica da diversificação e da obsolescência programada. A nova estratégia para se evitar as crises de superprodução é a criação de produtos que estragam rapidamente ou simplesmente que fiquem fora de moda, fomentando a necessidade de um consumo constante para que a roda produtiva (e, conseqüentemente, seu lucro) não se estagne.

Em paralelo, outro fenômeno relevante para a compreensão da nova condição e já insinuado anteriormente, é que os produtos têm sofrido um processo de desmaterialização devido à migração do valor das coisas para os símbolos associados a elas, mas também em decorrência do surgimento de mercadorias virtuais e do fortalecimento da prestação de serviços em comparação à atividade comercial (além da já citada obsolescência programada).

Um outro elemento, dessa vez do lado do indivíduo, é que, com a progressiva incapacidade de os projetos de vida individual serem de longo alcance em face da instabilidade

⁸⁹ Um produto semelhante independente de seu lugar de origem ou de seu produtor – um 1kg de ouro é o mesmo, seja produzido no Brasil ou na Colômbia. Obviamente, não faz sentido uma *commoditie* apresentar variação em seu preço em função de quem a produziu ou de quem a vende. Por isso, tais mercadorias possuem preços únicos no mercado mundial. A rigor, o trabalho não é uma *commoditie*, mas se quer dizer que certas funções têm sido tratadas de modo análogo a esse tipo de produtos.

das carreiras profissionais, tem ocorrido um enfraquecimento das identidades individuais, até então fundamentalmente baseadas nas funções das pessoas na sociedade (ou seja, em suas profissões). Nas sociedades não-modernas, a identidade é geralmente dada em função das condições de nascimento, com pouco espaço para a autodeterminação dos destinos e papéis sociais. A modernidade, como apresentado, tem como característica o fortalecimento do indivíduo diante da coletividade e, desde seu advento, tem oferecido às pessoas uma maior capacidade de escolha de suas identidades. No período sólido, as diversas identidades possíveis eram conhecidas e relativamente estáveis, cabendo a cada indivíduo, diferente da situação não-moderna, escolher a identidade que queria para si – e, no caso, tais identidades eram as profissões existentes no período.

Com a presente situação, de crescente e generalizada instabilidade do trabalho, a busca da identidade também sofreu modificações. Se o trabalho não é mais para sempre, se a noção de carreira não mais significa um percurso unívoco dentro de uma única empresa, decorre que associar a identidade ao que se faz perde o sentido. Não mais pela origem (como em sociedades não-modernas), nem pela sua função na sociedade (como na fase sólida moderna), mas agora a identidade é construída de modo solitário a partir do esforço do indivíduo diante de um ambiente cambiante. A nova identidade, segundo Bauman, tem sido construída por meio do consumo. A mensagem atual é clara: se é o que se tem – e, sobretudo, o que se tem agora dos itens que se deve ter agora, segundo as tendências e a moda do momento. O *marketing* e a propaganda, em seu papel de incorporação de conteúdo simbólico aos produtos e serviços (status, realização, emancipação etc.), aliado à incapacidade do trabalho em prover sentido existencial, são ambos responsáveis pelo consumismo contemporâneo, sobretudo pela migração da identidade do fazer (relacionado ao trabalho e ao papel social) para o ter.

Bauman reconhece que o consumismo decorre também da atração e da sedução que os produtos causam (e que a propaganda incita). O consumismo é, nesse sentido, uma atividade movida pelo prazer da conquista, pela excitação decorrente da aquisição de produtos e experiências. Porém, ele também destaca que a atual corrida às compras é um sintoma do mal-estar da condição presente, pois os consumidores

(...) estão também tentando escapar da agonia chamada insegurança. Querem estar, pelo menos uma vez, livres do medo do erro, da negligência ou da incompetência. Querem estar, pelo menos uma vez, seguros, confiantes; a admirável virtude dos objetos que encontram quando vão às compras é que eles trazem consigo (ou parecem por algum tempo) a promessa da segurança (BAUMAN, 2001, p. 105).

Com isso, a realização pessoal, ou seja, a busca pela superação do mal-estar causado pela desorientação em meio a um mundo em constante câmbio, tem sido perseguida por meio do consumo. O problema é que essa corrida não possui um ponto de chegada: a cada compra, a cada conquista, se vislumbra um novo alvo, um novo produto, uma nova experiência, um novo lançamento. A identidade socialmente aprovada, em uma sociedade de consumo, decorre da capacidade de ter os produtos da moda, de estar atualizado – e o que é atual muda muito rapidamente para que a maioria das pessoas possa acompanhar. Como na citação anterior, o consumo é realizado para se escapar, pelo menos por um breve instante, da sensação de que se está desatualizado ou do sentimento mais generalizado de angústia decorrente da instabilidade do mundo:

O terreno sobre o qual se presume que nossas perspectivas de vida se assentem é reconhecidamente instável – tal como são os nossos empregos e as empresas que os oferecem, nossos parceiros e nossas redes de amizades, a posição que desfrutamos na sociedade mais ampla e a autoestima e a autoconfiança que o acompanham. O ‘progresso’, que já foi a manifestação mais extrema do otimismo radical e uma promessa de felicidade universalmente compartilhada e permanente, se afastou totalmente em direção ao polo oposto, distópico e fatalista da antecipação; ele agora representa a ameaça de uma mudança inexorável e inescapável que, em vez de augurar a paz e o sossego, pressagia somente a crise e a tensão e impede que haja um momento de descanso. O progresso se transformou numa espécie de dança das cadeiras interminável e ininterrupta, na qual um momento de desatenção resulta na derrota irreversível e na exclusão irrevogável. Em vez de grandes expectativas e sonhos agradáveis, o ‘progresso’ evoca um insônia cheia de pesadelos de ‘ser deixado para trás’ – de perder o trem ou cair da janela de um veículo em rápida aceleração (BAUMAN, 2007b, p. 16-17).

Esse novo tipo de progresso, que não mais se trata de uma corrida (uma carreira, no jargão sólido) em direção a um futuro de descanso, onde fazia sentido adiar algum prazer presente em favor da realização futura, transforma-se em um movimento perpétuo onde a realização ocorre no presente, no instante do consumo. Se não há ponto de chegada garantido, se a identidade depende de sua capacidade de acompanhar o movimento da moda, os olhos saem do futuro (e da construção da trajetória) para a busca da realização no presente por meio do consumo. Decorre disso que a continuidade da emancipação dependerá, portanto, da capacidade de continuamente realizar-se a cada momento, a cada presente, pois o benefício do consumo sempre é transitório e imediato. Assim, a saída para as angústias decorrentes da instabilidade que a sociedade do consumo oferece é ela própria um falso remédio, posto que “ (...) a sociedade do consumo consegue tornar permanente a insatisfação (...)”, uma vez que “ (...) a promessa de satisfação, no entanto, só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar

irrealizado; o que é mais importante, enquanto houver uma suspeita de que o desejo não foi plena e totalmente realizado (...)” (BAUMAN, 2007^a, p.105).

Em uma surpreendente inversão, o sentimento de segurança que, na fase sólida era alcançado por meio da estabilidade (ter o emprego certo, a casa ideal, os bens mais duráveis), na Modernidade Líquida se dá justamente pela condição oposta: a segurança existencial só é possível quando se acompanha movimento, consumindo sempre as novidades, realizando os passeios da moda, permanecendo apto à troca de emprego a cada nova onda, descartando tudo que é velho (mesmo que seja do ano anterior) para dar lugar ao novo. Se, tradicionalmente, os mais ricos eram marcados pela estabilidade de suas posses (suas casas, suas fábricas, seus bens individuais), hoje a elite tem como marca o nomadismo e a instabilidade – rotinas de trabalho variadas, consumo contínuo das novidades, patrimônio predominantemente imaterial e alocado no mercado financeiro (o mais fluido de todos) etc. Se a segurança da modernidade sólida era análoga a uma edificação, imóvel, estável e equilibrada, a presente se assemelha a estar em uma motocicleta, onde só é possível ficar de pé quando em contínuo movimento e a partir de uma certa velocidade (BAUMAN, 1999, 2001, 2007b).

2.6.4. Da seguridade à segurança – o medo líquido

Essa dança das cadeiras, além de alimentar o consumismo, também produz outros efeitos. Um dos mais anunciados, por exemplo, é a depredação ambiental. A constante produção, consumo e descarte de produtos em um contexto de obsolescência programada, ocasiona um enorme desafio para a vida contemporânea. Porém, um efeito menos debatido é destacado em diversos livros de Bauman: essa onipresente instabilidade tem ocasionado um sentimento generalizado de medo, sobretudo na parcela significativa de pessoas que não estão em posição de usufruir da fluidez atual. Na fase sólida, com sua relativa estabilidade e segurança socialmente construída através dos sistemas de seguridade, o medo tinha suas causas conhecidas: a doença incurável, o desastre natural etc. Era um medo que causava menos ansiedade, pois se tratava de golpes do destino, de problemas fora das capacidades individuais de resolução. Bauman emprega a interpretação de Sigmund Freud sobre as três origens do medo para discorrer sobre isso: o poder incontrolável da natureza, a fragilidade do corpo humano e a inadequação das regras que regem a vida em sociedade. Os dois primeiros, por fugirem ao controle da ação humana (embora seus problemas possam ser mitigados), são aceitos como naturais à vida e, por isso, causam menos ansiedade. Os medos do terceiro tipo, por sua vez, são passíveis de serem minimizados por meio da criação de estruturas sociais que garantam

certos padrões de proteção aos indivíduos. Na fase sólida, tais temores (oriundos dessas três causas) eram tidos como temporários, pois seriam mitigados à medida que o processo de evolução da sociedade (o progresso) trilhasse seu caminho natural. Em graus variados em cada lugar, na Modernidade Sólida o medo foi de fato reduzido – os dois primeiros com os avanços científicos e o terceiro por meio da criação de estruturais estatais voltadas para a segurança social.

Na atualidade, em função das desregulações no campo econômico e da paralela e correlata redução do papel social do Estado, a confiança anterior foi abalada. Apesar do maior conhecimento acerca das doenças, do funcionamento do corpo e dos sistemas naturais, o medo e a ansiedade têm se tornado sentimentos generalizados – estudos apontam a existência de uma pandemia de depressão em muitos países, o *mal do século*, como se popularizou. Bauman afirma que isso decorre justamente da desestruturação das estratégias coletivas de seguridade criadas pela modernidade em sua fase sólida. O problema é que esse tipo de ansiedade é bastante potente pois se trata de uma fonte de angústia decorrente das decisões humanas. Não a natureza, nem o corpo, mas a sociedade é sua causa: quando se percebe que há meios e soluções para que os perigos relacionados à vida social (desemprego, falta de moradia, falta de acesso a serviços etc.) sejam razoavelmente suprimidos mas não o são, o nível de ansiedade é maior do que aquele relacionado às fatalidades decorrentes de um terremoto ou de uma doença (BAUMAN, 2007a, 2007b, 2009).

Esse outro tipo de medo, na atualidade, tem caráter difuso. Se sua causa não é a imprevisibilidade da natureza ou do envelhecimento do corpo (ou da loteria genética), ele é fruto da ação humana. A sociedade líquida, ao mesmo tempo que removeu a seguridade em favor da liberdade, também jogou nas costas do indivíduo a responsabilidade por sua segurança e realização pessoais: cabe ao indivíduo, sozinho, por meio de seus esforços, autodeterminar-se e também garantir seu bem-estar. Assim, embora a nova angústia seja causada pela redução da solidariedade coletiva, o que se tem dito é que ela é causada pela incompetência das pessoas em utilizar adequadamente da liberdade que lhes foi dada ou ainda porque, em algum lugar, alguém ou algum grupo tem sabotado os esforços individuais (sejam terroristas, sociedades secretas, imigrantes, pobres, negros, comunistas, fundamentalistas etc. Em outras palavras,

A aguda e crônica experiência de insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente (BAUMAN, 2009, p.15).

Assim, apesar da fonte dessa ansiedade se relacionar com problemas estruturais relacionadas à relação entre o poder econômico e a política, os indivíduos têm se voltado para sua solução por meio da busca individual de segurança para si. Além do consumismo, outras estratégias têm sido empregadas, todas igualmente paliativas diante do exposto: as cercas, os muros, os vigilantes, as câmeras, os veículos utilitários esportivos (do inglês *Sport Utility Vehicle*, ou SUV), o abandono dos espaços públicos, os seguros particulares e estratégias semelhantes (BAUMAN, 1998a, 1999, 2001, 2007a, 2013).

Essa nova forma de medo difusa, líquida, incerta, posto que causada pela instabilidade da própria estrutura social, tem sido encarada também – ao lado do consumo, da busca por artefatos de segurança e pela criminalização dos grupos marginalizados – por meio da busca por integridade física, como a crescente neurose com a saúde do corpo (por meio da alimentação correta e do combate ao sedentarismo) ou a busca pela aparência saudável (o *fitness*, que também pode fazer parte dos esforços de construção da identidade).

Porém, Bauman aponta que, ao contrário, todas essas atividades e precauções acabam por retroalimentar o sentimento de medo – o que a publicidade já compreendeu e tem explorado comercialmente. Assim, os medos tradicionais derivados dos golpes do destino (inerentes e inevitável para a condição humana) são suplantados por um outro tipo de medo, generalizado e misterioso, cujas ações realizadas para enfrentá-lo tendem a amplificar a sensação de insegurança:

(...) o círculo vicioso em questão foi deslocado/transferido da área da segurança (ou seja, a autoconfiança e a autoafirmação, ou a ausência delas) para a da proteção (ou seja, de ser resguardado das ameaças à própria pessoa e suas extensões, ou de ser exposto a elas) (BAUMAN, 2007b, p. 19).

A antiga segurança, a seguridade do Estado Keynesiano, foi removida a pedido do mercado, sendo manifestada sobretudo no desengajamento entre o poder e a política já referido. Agora, é tarefa do indivíduo (e dele sozinho) a provisão do bem-estar para si. Ele foi liberto do grande irmão (*Big Brother*) e lançado à sua própria sorte em uma condição de extrema liberdade, mas sem os meios para dela usufruir (libertos de *jure*, mas não de *facto*, como Bauman recorrentemente coloca). A mensagem dos governos e do mercado é que a liberdade só é possível por meio de mais flexibilização, mais livre iniciativa, mais ação individual e mais competição. Com isso, o foco sai da seguridade (segurança socialmente produzida) para a proteção (segurança individualmente conquistada) e, conseqüentemente, a associação e o senso

de coletividade perdem terreno para a noção de competição individual e táticas de guerrilha para a sobrevivência. O Estado torna-se não mais o provedor da seguridade, mas o guardião do cidadão de bem: a seguridade deve ser alcançada sozinho, o Estado deve apenas manter distantes as fontes de perigo que supostamente têm produzido o mal-estar individual, como o *serial killer*, o abusador, o mendigo, o assaltante, o terrorista ou, nas palavras de Bauman, proteger de “(...) todas essas ameaças combinadas em uma só figura: o imigrante ilegal, contra quem o Estado moderno, em sua mais recente representação, promete defender os seus cidadãos” (BAUMAN, 2007b, p. 21).

2.6.5. Do cidadão ao indivíduo

Decorre disso que a participação política também é afetada. Como visto, uma vez que a fonte da insegurança existencial é dissimulada, os medos têm sido canalizados em inimigos diversos e, conseqüentemente, os indivíduos passam a procurar (e os políticos a oferecer) proteção contra eles. A Política, a criação de um projeto de nação, não faz mais sentido em um contexto em que cada pessoa deve elaborar suas próprias estratégias de sobrevivência e segurança (a política-vida, como Bauman coloca). Do Estado espera-se, assim, apenas eliminar aqueles que atrapalham a implementação das estratégias individuais de vida, como o imigrante, o comunista, o fascista, o libertário, o conservador, o terrorista, o ateu, o religioso etc. De seu lado, o Estado, não mais capaz de oferecer a antiga seguridade, acata os pedidos de seus cidadãos, voltando-se cada vez mais para uma postura de vigilância e punição em detrimento de investimentos realmente eficazes para a provisão de segurança social. Com a transição do Estado provedor (do bem-estar para todos) para o Estado protetor (dos incluídos contra os marginalizados) mudou-se a ênfase no modo como a política tem sido praticada.

Do lado do cidadão, a política também tem sofrido transformações. Citando T.H. Marshall, Bauman afirma que para a efetiva participação política de um indivíduo, é necessário que ele possua assegurado três tipos de direitos: o pessoal, o político e o social. Os direitos pessoais são aqueles decorrentes do estabelecimento de um Estado de Direito, ou seja, de um conjunto de normas aplicáveis a todos e conhecidas por todos – a vida não mais sujeita aos arbítrios de um soberano, mas submetida às leis. Com esse tipo de direito buscou-se conceder às pessoas um grau de segurança e previsibilidade diante das condições de existência que, até então (no contexto europeu absolutista ou em muitas sociedades não-modernas) eram incertas em função de sua origem no arbítrio do Príncipe, do patriarca, do chefe tribal etc. O segundo tipo de direito (o político) foi perseguido e alcançado de modo quase concomitante ao primeiro:

a garantia que as pessoas não só estivessem sob as mesmas regras, mas que também pudessem participar da elaboração das leis. Porém, esses dois tipos de garantias não são suficientes para que os interesses e necessidades de todos sejam adequadamente levados em conta na elaboração das leis. Na prática, apenas os grupos e indivíduos que já possuem certo grau de segurança existencial decorrente de suas condições materiais e sociais conseguem ter suas vozes levadas em conta no processo de elaboração das regras sociais. Os mais pobres, por sua precariedade e dependência de seus empregadores ou representantes políticos, acabam por se omitir (ou serem excluídos) do debate e do processo de construção coletiva das regras do jogo, por medo de perder suas já precárias condições de vida. Assim, afirma Bauman, a democracia geralmente é uma instituição que sempre gira em torno daqueles que possuem segurança suficiente para se lançar ao debate e ao esforço de incluir nas leis sob elaboração regras que lhes permitam continuar usufruindo de suas liberdades pessoais. A democracia liberal, quando oferece apenas os dois primeiros grupos de direitos, estará sempre fadada a tornar-se um arranjo elitista (BAUMAN, 2007a).

Para superar essa condição, Marshall afirma a necessidade de que existam direitos sociais: o *welfare*, um conjunto de estruturas de seguridade social coletivamente mantidos, que permitam a participação política efetiva da população com menos segurança individual. Com tais direitos, os grupos mais frágeis conseguem participar da construção das regras do jogo de modo que também suas necessidades e interesses sejam contemplados:

Sem direitos políticos, as pessoas não podem ter confiança em seus direitos pessoais; mas sem direitos *sociais*, os direitos *políticos* continuarão sendo um sonho inatingível, uma ficção inútil ou uma piada cruel para grande parte daqueles a quem eles foram concedidos pela letra da lei. Se os direitos sociais não forem assegurados, os pobres e indolentes não poderão exercer os direitos políticos que formalmente possuem. E, assim, os pobres terão apenas as garantias que o governo julgue necessário conceder-lhes, e que sejam aceitáveis para aqueles dotados da verdadeira musculatura política para ganhar e se manter no poder. Enquanto permanecerem desprovidos de recursos, os pobres podem esperar no máximo serem recebedores de transferências, não sujeitos de direito (BAUMAN, 2007b, p.71).

Com isso, a postura do Estado, face às demandas do capital transnacional, de reduzir seu provimento de direitos sociais tem produzido cidadãos que se afastam da arena pública em função de demandas mais imediatas e relacionadas à sua própria sobrevivência. A fruição da liberdade (incluindo a participação política) anda de mãos dadas com grandes riscos de fracasso. Sair de uma posição confortável, relativamente segura, para arriscar voos mais altos é bastante

temerária para aqueles que não possuem recursos para que sua queda seja mais suave e não batam violentamente no solo. Uma existência onde tudo está à disposição de ser buscado, mas onde poucos indivíduos têm bases sólidas para se segurar no caso da tentativa (o empreendimento) falhe, torna-se angustiante para a maioria. Consequentemente, a falta de seguridade social força os indivíduos a se voltar predominantemente para o suprimento de suas necessidades imediatas e individuais. O risco de usufruir da liberdade para fazer valer seus direitos políticos ou para abrir um negócio é sempre alto em uma condição de precariedade existencial. O exercício da Política, no contexto atual, tem sido visto com pouca esperança, uma batalha com pequena probabilidade ser vencida ou mesmo perdida com poucas baixas, imobilizando a participação política efetiva da população, que se consola ao refletir que, provavelmente, “(...) a dor da desesperança será superada pela humilhação do infortúnio (...)” (BAUMAN, 2007b, p.71).

A seguridade do mundo não-moderno, geralmente assentada em laços tradicionais como as relações familiares ou de vizinhança, foi solapada no início da Modernidade. Com o tempo, a desestruturação da antiga ordem daria lugar ao Estado-Nação planejado, com suas novas formas de vinculação (sindicatos, associações e similares) e lançando mão da solidariedade em lugar da pertença natural como estratégia de defesa em face aos desafios da vida. Essa foi a estratégia sólido-moderna de enfrentamento do medo e, consequentemente, da dinâmica política em torno dos direitos. A desestruturação da antiga ordem (não-moderna) foi acompanhada de um movimento de individualização que trocou as típicas relações comunitárias pela noção de cidadão, de indivíduo livre para se encaixar nas novas posições e funções que o mundo moderno oferecia, em tese, a todos igualmente.

Em sua fase líquida, novamente tem-se passado por uma desestruturação dos sólidos existentes (dessa vez, modernos) acompanhada do processo de individualização. A diferença é que esse novo derretimento não foi seguido até aqui por uma nova estratégia coletiva de enfrentamento dos medos. Esses são agora enfrentados de modo privado, deixando de ser tarefa da Política para ser atribuição da política-vida. Em suma, esse quadro tem produzido uma mudança, paralela àquela da sociedade de produtores para a de consumidores: a transformação da sociedade de cidadãos para a sociedade de indivíduos. Com isso se quer referir à redução das ações politicamente orientadas (e coletivamente estruturadas) em favor dos interesses privados. Mesmo quando ações aparentemente políticas e coletivamente orquestradas ocorrem, elas são apenas o resultado da confluência momentânea de interesses e não a manifestação de arranjos sociais fixos (como sindicatos, grupos políticos etc.). No lugar, fica a ênfase na política-vida, na busca por táticas de sobrevivência sobre a areia movediça contemporânea. O

risco do engajamento é alto diante dos poucos direitos sociais e, além disso, as rápidas mudanças fragilizam a própria noção de identificação mútua, pois cada um segue seu caminho, constrói sua identidade de modo livre, individual e não segundo papéis claramente definidos e estáveis. A Modernidade Sólida desalojou os membros das comunidades para os realojar como cidadãos em sociedades. A Líquida, por sua vez, desalojou os cidadãos sem os realocar; deixados com a responsabilidade de construir a si mesmos, resta pouco lugar para a prática da cidadania (BAUMAN, 1998a, 2001, 2007a, 2007b, 2009).

Ainda, outra inversão ocorreu. Na modernidade sólida, uma das características do debate político era a defesa da esfera privada diante de um Estado de grandes proporções e ramificações nas diversas atividades humanas. No momento presente, a liberdade (*de jure*) conquistada, com todos os eixos de controle da vida nas mãos do indivíduo, mas sem oferecer a todos os recursos para pô-los em movimento (a liberdade de *facto*), esse perigo não mais importuna. O antigo temor desapareceu e as profecias distópicas não se cumpriram. O Estado não colonizou o mundo privado, mas, ironicamente, foi a própria arena pública que passou a servir de acampamento permanente para a dimensão privada.

Essa reversão não se refere apenas ao poder que a economia retirou do Estado (o desengajamento), mas também à própria participação dos indivíduos na vida pública. Com isso se quer dizer que o sono do cidadão não deixou a arena pública ociosa, agora ocupada pelo frenesi do indivíduo. O que ocorreu foi uma intensificação do uso da dimensão pública (via TIC's) pelo mundo privado. Com a tendência ao descrédito em metanarrativas e o crescente individualismo, os antigos arautos e sacerdotes do novo mundo (intelectuais, estadistas e cientistas) perderam espaço para aqueles que se apresentam como casos de sucesso na solução dos problemas da nova vida líquida, a existência angustiante da liberdade sem segurança. Não mais os mártires, os grandes ideólogos e heróis nacionais, mas as celebridades, os produtores de entretenimento e, sobretudo, as novas referências na busca pelo bem-estar, pela realização pessoal e pela segurança: as pessoas que conseguiram *chegar lá*. Não soluções pela Política, mas se busca aqueles que descobriram a fórmula do sucesso, os indivíduos que se apresentam como exemplos de como se resolver, individualmente, os problemas existenciais, as angústias do mundo líquido-moderno: musas *fitness*, *digital influencers*, *personal shoppers*, *personal trainers*, *coaches*, palestras motivacionais, depoimentos pessoais de superação, dentre outros.

Sobre esse fenômeno, bastante interessante é a leitura de Bauman sobre o papel dos programas de auditório em relação aos desafios da vida contemporânea. Ele rejeita as críticas convencionais de que tais programações fazem sucesso devido a uma certa fome por fofocas da população ou motivos semelhantes, para afirmar que a força dessas atrações deve ser

compreendida como um sintoma da nova sociedade de indivíduos (e não de cidadãos). Os programas de auditório, com seus casos de superação de pessoas comuns, tornam-se divulgadores de soluções para resolver individualmente os problemas relacionados à segurança existencial. Se a solução é individual, pois o indivíduo agora foi liberto de sua dependência e submissão ao Estado (como antes fora também liberto de seus vínculos à tradição), por outro lado, a culpa por seus infortúnios não é mais (como enganosamente tem-se propagado) do Estado, nem dos laços tradicionais, mas apenas de sua incapacidade, preguiça e vícios semelhantes (ou de seus supostos inimigos). Com isso, as soluções são agora oferecidas pelos programas de auditório via testemunhos de superação, exposição da vida privada das pessoas mais afortunadas e dicas de especialistas para o sucesso nas diversas áreas da vida (finanças, saúde, relacionamentos interpessoais, viagens, consumo etc.). Para Bauman, isso revela a crise, analisada por Richard Sennet, do homem público, achatado sob o peso que a liberdade oficial, desacompanhada da liberdade efetiva, produz (BAUMAN, 1998a, 2001, 2007a).

2.6.6. Nação e comunidade – A retrotopia

Outro desdobramento do medo líquido tem sido o fortalecimento da noção de comunidade no discurso contemporâneo. O engajamento entre os indivíduos tem se tornado simplesmente o resultado, não intencional, de um alinhamento de objetivos e interesses particulares. Como visto, tem-se testemunhado a morte do cidadão pelo indivíduo e, decorrente disso, a noção do *nós contra eles* tem ganhado bastante força. Se as angústias têm origem no outro (no diferente), a divisão do mundo entre indivíduos familiares e estranhos torna-se uma das principais estratégias de defesa. Quando essa lógica passa a predominar, a Política sai de cena (pois ela é justamente o meio de se relacionar com o estranho em prol do bem comum). Bauman, empregando um termo utilizado por Richard Sennett, afirma que o mundo líquido tem desaprendido a habilidade da *civilidade* – a capacidade de encontrar e interagir cordialmente com estranhos, sem deixar de ser estranho em relação a eles. É uma habilidade social sofisticada e fundamental para a vida em sociedade, sobretudo para a vida em uma sociedade urbana, pois, “(...) a cidade é um assentamento humano onde estranhos têm chance de se encontrar” (SENNETT, 1998 apud BAUMAN, 2001, p.121).

Assim, o medo líquido e sua vinculação à presença dos estranhos, tem ocasionado uma busca cada vez mais comum pelo estabelecimento de comunidades, pelo agrupamento de indivíduos semelhantes do ponto de vista sociocultural ou de renda. Desde vizinhanças homogêneas até o ressurgimento recente de movimentos nacionalistas, essa procura por

comunidades é interpretada por Bauman como o resultado da perda da civilidade (de Sennett) relacionada à atrofia da Política e às angústias da vida líquida. A comunidade, como tem sido defendida, seria um lugar seguro pois nela o estranho não pode entrar ou, caso entre, deve deixar de ser estranho.

Além do medo, alimentam esse movimento as ansiedades decorrentes da liquefação das identidades, cuja solução tem sido buscada no consumo e sua promessa de propósito e significação existencial. Assim, ser parte de uma comunidade também serve ao propósito da construção da identidade. Nos EUA, Bauman comenta, esse fenômeno é ainda mais intensificado pelo emprego da etnicidade como fator identitário e autosegregador, manifesto nos guetos em áreas centrais ou nas comunidades fechadas nas franjas suburbanas. Porém, tais soluções apenas aprofundam o problema, pois com a fragmentação da população em grupos que compartilham supostamente uma mesma identidade (como a etnia, a renda, a religião, a nacionalidade etc.) ocorre uma ainda maior atrofia da civilidade pois:

(...) a busca da segurança numa identidade comum e não em função dos interesses compartilhados emerge como o modo mais sensato, eficaz e lucrativo de proceder; e as preocupações com a identidade e a defesa contra manchas nela tornam a ideia de interesses comuns (...) *negociados*, tanto mais incrível e fantasiosa (...) (BAUMAN, 2001, p. 135-136, destaque do autor).

Assim, com a deterioração da capacidade do diálogo em uma sociedade que cada vez mais é plural, o que surge em seu lugar, sob a máscara da comunidade, são respostas baseadas na evasão e na repulsão do diferente, a ruína da Política enquanto a arte do possível e da negociação. Nesse contexto, os governos, destituídos do poder para lidar com os problemas sob sua responsabilidade, acatam tais anseios e os reforçam por meio de discursos e ações voltadas justamente contra os inimigos das identidades e da harmonia (postiça) da vida comunitária: os imigrantes e demais grupos marginalizados (BAUMAN, 2001).

Essa exaltação da comunidade, empregada tanto como estratégia política para se vencer eleições (o orgulho nacional), quanto para vender imóveis em territórios purificados do contato com estranhos, é uma outra marca da condição líquido-moderna. Se na fase sólida, o olhar para o futuro era esperançoso e o passado era tido como cheio de horrores e atraso, na condição atual essa relação com a história foi invertida. O futuro tornou-se sombrio e, como saída, reinterpretase o passado a partir de um sentimento de nostalgia: a comunidade perdida, a unidade perdida, os anos gloriosos, a *belle époque* etc. Bauman cita a professora Svetlana Boyom, para quem a atual *epidemia global de nostalgia* é consequência de um anseio generalizado por sentido existencial em meio a um mundo fragmentado, uma defesa diante de um mundo instável e

vertiginoso. Porém, a nostalgia traz o perigo da idealização, da confusão da realidade passada com um lar imaginário. Sobretudo, as manifestações mais potentes desses erros são as recentes ressurreições de movimentos nacionalistas, com suas idealizações do passado, de eventos, de personagens heroicos, geralmente acompanhados da construção de conspirações antinacionalistas e da denúncia do estranho como inimigo e fonte da instabilidade e insegurança da vida contemporânea (BAUMAN, 2017).

Bauman reconhece nesses fenômenos um movimento dialético do tipo hegeliano: em um primeiro momento a visão do futuro idealizado, perseguida ao longo da fase sólida da modernidade. A seguir, sua negação, o movimento de retração da Política em favor do indivíduo e da competição individual em um ambiente de pouca segurança. Finalmente, o fechamento do ciclo por meio de uma síntese, a entrada em cena do que Bauman chama de Retrotopia: a idealização de um passado harmônico, onde os elementos estranhos eram ausentes ou removidos de algum modo do seio da comunidade imaginada. A Retrotopia (que são várias hoje, conforme cada grupo e região) seria assim a

(...) negação da negação da utopia. É um derivativo que compartilha com o legado de Thomas More a fixidez num *topos* territorialmente soberano: uma base sólida que, segundo se crê, fornece e otimistamente garante um mínimo aceitável de estabilidade; (...) Fiel ao espírito utópico, a retrotopia deriva seu estímulo da esperança de reconciliar, finalmente, *segurança e liberdade*, feito que nem a visão original nem sua primeira negação tentaram alcançar – ou, se tentaram, fracassaram (BAUMAN, 2017, p. 14, destaques do autor).

Nesse novo tipo de utopia, o passado, ao lado da cultura local, da etnicidade, da renda ou mesmo de algum posicionamento político, são encapsulados sob o rótulo de uma identidade comunitária que, além de reforçar as diferenças em detrimento da cooperação, cria uma relação de animosidade em relação ao outro. Bauman refere-se a isso pelo termo tribalismo, pois “(...) o propósito da tribo é determinar quem apoiar e quem matar” (BAUMAN, 2017, p.52). Num mundo onde os Estados perdem sua capacidade de provisão de segurança, onde todos são colocados em contato e, acima de tudo, em competição uns com os outros, a fuga ao mito da comunidade perdida para enfrentar as ansiedades da condição líquida coloca sobre a mesa a guerra de todos contra todos. Bauman, fazendo referência a Hobbes, teórico do Estado como o Leviatã (um ser mítico que os homens invocam para os proteger de si mesmos e instaurar a vida civilizada), afirma que, ao ser enfraquecido, o monstro estatal falido dá lugar uma série de pequenos leviatãs locais, no interior dos quais se supõe estar em civilização e que, ao mesmo tempo, os que estão de fora são considerados inimigos, bárbaros e outras qualificações

similares. Nesse contexto, o sociólogo polonês afirma que “(...) a intransigência ‘um ao outro’ é tão evidente quanto obrigatória; (...) ninguém ouve ninguém; (...). A informação que suporta suas crenças é emocionalmente significativa e é processada. Qualquer outra coisa – de preferência – é jogada fora” (BAUMAN, 2017, p. 52).

2.6.7. A vida líquida

Diante desse quadro, a pequena parcela da população que detém as maiores rendas é o único grupo que possui condições de usufruir plenamente do modo de existência líquida. Com a precarização do trabalho e dos direitos sociais, a possibilidade de se fazer (ou tentar fazer) o que se quer, é apenas uma miragem para boa parcela da população. Apenas os indivíduos mais prósperos têm condições de usufruir da vida moderno-líquida, podendo acompanhar o ritmo da moda, dos eventos e viagens do momento, da destruição e recriação das rotinas laborais, de viver em comunidades adequadas ou frequentar os lugares mais badalados. Apenas essa população pode deslocar-se com facilidade em suas cidades, regiões ou mesmo em escala internacional a fim de continuamente desenvolver suas identidades líquidas e usufruir dos prazeres decorrentes do consumo. São aqueles que têm condições suficientes para se ajustar ao novo modo de vida: “(...) ainda que em graus variados, todos dominam a arte de ‘viver no labirinto’: aceitação da desorientação, disposição a viver fora do espaço e do tempo, com vertigens e tonturas, sem indicação da direção ou duração da viagem em que embarcaram” (BAUMAN, 2001, p. 192). É o grupo que participa de modo mais direto e em graus variados de liberdade da economia globalizada, sobretudo das atividades mais importantes dela. Imersos na mesma dinâmica que as demais pessoas, são conjuntamente com elas livres *de jure*; por outro lado, é o único grupo que experimenta ser livre *de facto*. Para esse grupo, a fluidez das condições produtivas e de trabalho resulta em uma vida realmente livre para usufruir das potencialidades que a contemporaneidade oferece.

Para os que estão mais abaixo na cadeia produtiva, essa mesma condição se torna fonte de crescente sofrimento. Uma vez que não possuem os meios para acompanhar de perto as guinadas e a volatilidade das profissões, dos investimentos e das habilidades necessárias para manterem-se em níveis mínimos de empregabilidade, tais indivíduos estão condenados à localidade, à defasagem e à imobilidade diante de um mundo em movimento. Independente, porém, se rico ou pobre, para todos

(...) a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. As preocupações mais intensas e obstinadas que assombram esse tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás (...) (BAUMAN, 2007, p. 8).

Assim, apesar das diferentes capacidades de se viver a nova condição, ela traz sofrimento a todos. Mesmo para os mais favorecidos, a instabilidade em algum momento pode se converter na ruína de suas estruturas (privadas) de segurança existencial. Finalmente, essa nova vida fluida, instável, traz ainda uma outra inversão, de alcance histórico mais longo: a modernidade líquida opera no sentido de subverter a fixação geográfica como condição essencial, nas sociedades urbanas, para a posse e o exercício do poder. Em outras palavras, a condição presente eleva o nomadismo, visto como uma característica indesejada para a modernidade sólida (e para toda a civilização urbana anterior), o modo de vida referencial para a existência líquido-moderna.

2.7. Um instrumental baumaniano para a interpretação do urbano na contemporaneidade

Os oito temas apresentados na seção 2.6 abarcam boa parte do pensamento de Zygmunt Bauman. O sociólogo, partindo das mudanças na esfera econômica e política, busca compreender os impactos da passagem do mundo sólido para o líquido em diversas dimensões da vida. Percebe-se também a importância em seu pensamento das contribuições da psicologia para explicar as relações sociais contemporâneas, empregando os instintos humanos fundamentais (como o medo, a busca por segurança e por prazer) como elementos centrais na compreensão do modo de vida presente. Claro que, como se pode perceber, sua leitura tem como referência as regiões mais desenvolvidas do mundo ocidental, aquelas que experimentaram de modo mais intenso a passagem da modernidade de seu estágio sólido para a fluidez atual. De certo modo, a fragilidade de um Estado de Bem-Estar em países ocidentais menos desenvolvidos (como o caso brasileiro) talvez tornem alguns de seus raciocínios menos poderosos para explicar a realidade em tais contextos. De outro modo, quando se analisa o contexto cultural, os valores e modos de vida do Brasil rural da primeira metade do século XX, a ausência de um pleno *welfare* não significou um mundo líquido. Talvez isso se explique, de um lado, por tratar-se ainda de um país rural (e, de certo modo, não-moderno) e, por outro, porque mesmo as regiões do país em processo de modernização, mais urbanizadas (como o sudeste cafeeiro em vias de industrialização) integravam redes econômicas internacionais

nascidas nas nações mais desenvolvidas, experimentando em algum nível a condição sólido-moderna naquele momento.

Bauman ainda discorre sobre outros temas, como a arte, a religião, a sexualidade, a cultura, a imigração, as relações interpessoais, o papel dos intelectuais e da crítica social, dentre outros. Porém, os temas apresentados neste capítulo são os que, a partir dos interesses da tese, contribuem de modo mais específico com seus objetivos. Dos que ficaram fora (ou que foram apenas resvalados), a reflexão do sociólogo sobre o universo da arte poderia, por sua relação com a arquitetura, ter sido incorporada. Porém, em função do recorte desenvolvido no capítulo 1, onde a discussão sobre a relação entre o elemento artístico (estético, comunicativo) e o espaço urbano não foi apresentada com a profundidade requerida para se inserir aqui esses outros temas.

Finalmente, para a interpretação (desenvolvida no próximo capítulo) dos fatores que conformam a urbanização contemporânea, seleciona-se as seguintes características da sociedade líquida:

1. O desengajamento entre poder (transnacional e na mão da economia) e política (restrita à ação estatal, por natureza nacional);
2. A ação estatal concentrada na criação de um ambiente atrativo aos investimentos externos e ao empreendedorismo, reduzindo sua atuação de provedora de condições de existência adequada a toda a população (do *welfare* ao livre mercado);
3. O capital se torna fluido, com grande facilidade de mudar de localidade geográfica;
4. O ambiente de trabalho se torna instável, seja pela mobilidade do capital seja pela velocidade das mudanças relacionadas a essa atividade;
5. A desvalorização do trabalhador em detrimento do consumidor;
6. A fragilização das identidades e sua busca por meio do consumo;
7. A busca individual por proteção em um ambiente de insegurança e angústia difusas;
8. O enfraquecimento da Política em função da precariedade existencial;
9. O enfraquecimento da sociabilidade (ou da civilidade) e a busca por retrotopias comunitárias;
10. O nomadismo como modo de vida privilegiado (e necessário) para a fruição, de *facto*, da liberdade imposta a todos;
11. A divisão da sociedade entre uma pequena parcela dotada das condições para fluidez da vida líquida e a crescente massa de indivíduos reféns da nova dinâmica.

Embora sem tocar certos temas, o conteúdo apresentado nesse capítulo, sintetizado nesses onze aspectos, oferecem um panorama adequado da interpretação de Zygmunt Bauman sobre a contemporaneidade. Além de constituir uma amostra da natureza multidisciplinar de sua análise, com os aspectos destacados é possível perceber a força explicativa de seu método de caracterização da modernidade líquida por meio da comparação com a fase sólida (produtor x consumidor, sedentarismo x nomadismo, estabilidade x mudança). Como discutido, certos autores consideram a condição presente como não sendo mais moderna, uma vez que se haveria abandonado suas intenções teleológicas iluministas. Porém, Bauman e diversos outros, oferecem uma outra abordagem, considerando a modernização como um processo de destruição criativa, uma postura diante da história e do presente de constante crítica e aprimoramento, em oposição à dinâmica cíclica e estável das sociedades não-modernas. Para Bauman, o processo modernizador inicia-se com a esperança em um futuro estável, resultado da racionalização e do progressivo controle da existência humana, mas que passa a modernizar a própria ideia de modernidade anterior, ecoando o conceito de Modernidade Reflexiva de Giddens, Beck e Lash.

Bauman emprega a figura de um pêndulo para descrever a história da modernidade, oscilando entre momentos em que a segurança é preferida em lugar da liberdade e outros em que a proporção se inverte. Um pêndulo, porém, não é um instrumento binário, de duas posições, mas entre cada extremo existe uma gradação de combinações entre níveis de segurança e liberdade que podem coexistir em qualquer sociedade, sem porém, segundo o autor, ser possível encontrar algum ponto onde se consiga, ao mesmo tempo, segurança e liberdade sem algum tipo de mal-estar, seja o decorrente da civilização, seja o da barbárie.

3. A URBANIZAÇÃO LÍQUIDA

*(...) quem vai a Bauci não percebe que já chegou (...). Sobe-se por escadas. Os habitantes raramente são vistos em terra: têm todo o necessário lá em cima e preferem não descer. Nenhuma parte da cidade toca o solo exceto as longas pernas do flamingo nas quais ela se apoia, e, nos dias luminosos, uma sombra diáfana e angulosa que se reflete na folhagem
(As Cidades Invisíveis – Ítalo Calvino).*

Neste capítulo é apresentada uma interpretação da urbanização contemporânea à luz da caracterização da sociedade desenvolvida por Zygmunt Bauman. Conforme mencionado no anterior, o sociólogo também aborda em seu trabalho o espaço urbano e, portanto, faz-se necessário conhecer esse aspecto de sua análise. Assim, o presente capítulo é estruturado de modo a apresentar, em primeiro lugar, uma síntese das reflexões de Bauman sobre urbanização para, em seguida, incorporá-la no desenvolvimento da interpretação proposta neste trabalho.

É conveniente, portanto, resgatar os dois pressupostos que orientam a tese. O primeiro é a compreensão de que os fenômenos característicos do urbano na contemporaneidade são resultados da relação entre a dinâmica globalizante e a resposta das localidades a ela. O segundo pressuposto é que a sociedade produz seu ambiente a partir de suas necessidades e características e, por isso, o espaço urbano é passível de ser abordado enquanto manifestação geográfica da totalidade social.

Os aspectos a serem inter-relacionados foram sintetizados ao final dos dois capítulos anteriores. Em relação ao processo de urbanização, um dos caracteres definidores da presente condição é a intensificação da dispersão espacial iniciada com a Revolução Industrial. Afirmar isso, entretanto, não significa simplesmente que as áreas urbanizadas hoje ocupam maiores extensões de terra do que as cidades do século XIX. Além do aspecto quantitativo (a dispersão do tecido urbano), observa-se dois outros tipos de dispersão, relacionados, mas diferentes do primeiro: a das atividades centrais, que migram dos centros principais para novas centralidades e a do modo de vida urbano, que passa a se manifestar também no campo, principalmente nas regiões mais dinâmicas economicamente. Relacionados a isso, outros três fenômenos são importantes: uma mudança nos padrões de deslocamento, com o padrão pendular perdendo seu domínio diante do surgimento de movimentos mais difusos; em segundo lugar, o fato de que os habitantes dessas regiões passam a realizar suas atividades cotidianas entre duas ou mais cidades, com a região funcionando como uma grande cidade (cidade-região); e, em terceiro lugar, o surgimento de uma paisagem urbana distinta da anterior, marcada pela presença de

enclaves, geralmente localizada ao redor da cidade pré-existente e que funciona de modo relativamente autônomo em relação à ela (a *Edge City*).

Além dessas mudanças em âmbito local (urbano e regional), em nível mundial as atividades econômicas passaram a experimentar um movimento semelhante, com os elos operacionais das cadeias produtivas se dispersando ao redor do globo ao mesmo tempo que as atividades de comando e inovação passando a se concentrar em algumas poucas cidades do mundo (conformando Cidades Globais). Ainda, essas duas dimensões (a local e a global) operam de maneira integrada, como atesta a recente atividade do planejamento territorial e seu esforço para atrair os fluxos econômicos globais para as cidades, ou ainda o fenômeno da forte integração entre as áreas mais participantes da globalização (mesmo que estejam em países e continentes diferentes) e seu simultâneo distanciamento em relação a territórios que, mesmo estando fisicamente próximos, são menos integrados aos fluxos transnacionais.

Já a sociedade que tem produzido esse padrão de urbanização é caracterizada por Zygmunt Bauman pela metáfora da fluidez, uma espécie de modernização da modernidade. Isso quer dizer que, para esse sociólogo, a condição presente é marcada pela destruição das estruturas e instituições que a primeira modernidade no processo de substituição do mundo pré-moderno que ela rejeitou. A primeira etapa da modernidade esforçou-se para substituir os sólidos da sociedade anterior por outros sólidos, modernos, racionais, construídos no e para o presente, mas que seriam aprimorados até alcançar sua forma final, não mais carente de modernização. Porém, à medida que essa sociedade racionalmente ordenada foi sendo implantada, esses novos sólidos passaram a ser vistos como um problema, considerados excessivamente repressores e, conseqüentemente, causadores de um mal-estar. Assim, nas últimas décadas do século XX, teria entrado em cena uma segunda etapa da modernidade (sua fase líquida), marcada pelo derretimento dos sólidos modernos, mas sem o objetivo de os substituir por outros.

Em outras palavras, a noção iluminista de progresso, a crença no poder emancipador da razão passou a ser vista com certa desconfiança e, ao mesmo tempo, o mundo moderno anterior entrou em processo de desestruturação, deixando suas peças livres, mas também abandonadas a si mesmas. Essa presente liberdade sem segurança, resultante da rejeição dos sólidos anteriores, tem ocasionado uma condição generalizada de instabilidade em toda a estrutural social, impactando a política, a economia, o trabalho, o consumo, as identidades e, como é argumentado aqui, também o ambiente construído. De maneira bastante interessante, Bauman propõe interpretar as mudanças ocorridas no âmbito da modernidade ocidental como sendo uma resposta ao mal-estar causado pelo excesso de segurança de seu período sólido (que exigiu em

troca certa redução das liberdades), mas ao mesmo tempo denuncia um outro e maior mal-estar: o decorrente do excesso de liberdade (pois isso demanda, por sua vez, menos segurança coletivamente produzida). Apesar desse substrato psicanalítico, é interessante o modo como Bauman desenvolve uma leitura bastante devedora ao pensamento marxismo, trazendo para o centro de sua análise as consequências que a mudança no modo de operação do capitalismo (do capital sólido para o líquido⁹⁰) tem ocasionado nas demais esferas da realidade (na política, no trabalho, no consumo, na cultura, nas relações interpessoais, na espiritualidade etc.).

3.1. A interpretação de Bauman sobre a cidade contemporânea

Como afirmado, Bauman pouco se detém na análise do espaço urbano no contexto da Modernidade líquida. A obra em que ele analisa com mais detalhe as transformações nas cidades é o texto *City of Fears, City of Hopes*. Nessa publicação, o autor emprega uma expressão que pode ser traduzida como Cidade Líquido-Moderna para se referir à nova condição dos centros urbanos na contemporaneidade. Na primeira metade da publicação é apresentada uma breve evolução da cidade moderna como contextualização da discussão central da publicação, desenvolvida na segunda metade. Bauman inicia sua reflexão afirmando que existem diversas dinâmicas atuando na conformação da cidade contemporânea, mas que

The nature of such forces remains as yet in contention, though there is a broad agreement between researchers and analysts of the contemporary urban scene that the emergent globality of economics is the principal factor of change⁹¹ (BAUMAN, 2003, p.15).

De modo geral, seu argumento em *City of Hopes* concentra-se em um aspecto recorrentemente abordado em suas outras publicações: o desengajamento entre o poder e a política. No texto em questão, ele discorre sobre os impactos nas cidades que a perda de poder dos governos locais tem ocasionado. O poder, embora nunca tenha estado plenamente nas mãos do Estado na Modernidade Sólida, na condição atual está em grande medida concentrado nas forças econômicas globais, que não necessitam mais de se fixarem permanentemente em um

⁹⁰ Ou como David Harvey apresenta, da fase fordista para a fase de acumulação flexível.

⁹¹ A natureza de tais forças permanece ainda em debate, embora exista um amplo consenso entre pesquisadores e analistas da cena urbana contemporânea que a emergente globalização da economia é o principal fator de mudança (tradução nossa).

território, pois operam a partir do que Manuel Castells denomina de espaço de fluxos⁹². De modo simplificado, a análise de Bauman nessa publicação é uma digressão baseada no conceito de Megacidade de Castells (apresentado no capítulo 1), o qual interpreta a cidade como sendo composta por dois grupos, os mais inseridos na globalização (mais presentes no espaço de fluxos e menos presos ao espaço local) e os demais habitantes, mais fixos ao território e menos integrados aos fluxos econômicos globais. Por extensão, aos primeiros não interessa muito a vida urbana local, enquanto que para os últimos a política urbana, o *Droit a là Ville*, é indispensável.

Porém, Bauman alerta para o perigo – e, acima de tudo, equívoco – de considerar que esses dois espaços (o espaço de fluxos, etéreo, e o local, material) coexistem de modo independente. Isso não é verdade por, no mínimo, dois motivos. No contexto presente, as cidades têm funcionado como uma espécie de *aterros sanitários* para os problemas gerados globalmente. Dito de outro modo, a administração pública cada vez mais tem que desenvolver soluções (locais) para lidar com problemas originados em outros lugares, como crises migratórias, poluição, ataques terroristas, desindustrialização, desemprego, crises financeiras etc. Ao contrário do que se poderia imaginar, o advento do espaço de fluxos e o fortalecimento das relações transnacionais não anularam a localidade, mas têm reforçado a importância das cidades em detrimento do protagonismo anterior dos Estados-Nacionais (BAUMAN, 2003).

O outro motivo, é que o espaço de fluxos não concedeu às classes mais ricas a capacidade de viverem à despeito do espaço e da localidade. Isso se explica porque, apesar de sua maior mobilidade e capacidade de adaptação às contínuas mudanças do mundo líquido, em geral as pessoas não escolhem modos de vida nômades em sentido estrito. O espaço local também interessa aos indivíduos mais favorecidos, embora seu interesse seja diverso daquele dos grupos mais vulneráveis economicamente. A vida material não desapareceu com o advento do espaço de fluxos e, apesar das diversas dinâmicas que ocorrem nessa nova dimensão, ainda as pessoas vivem no mundo físico e seus investimentos e atividades econômicas dependem em grande medida das condições materiais em que operam. Com isso, é posto um conflito na relação entre esses dois espaços: o global prejudica o local por meio das consequências de suas atividades (sobrecarregando o fraco poder local com a tarefa de limpar a sujeira do poder extraterritorial) e, ao mesmo tempo, necessita da localidade para atender às suas demandas materiais (exigindo do fraco poder local ações que favoreçam sua operação). Do mesmo modo,

⁹² Por espaço de fluxos refere-se aos sistemas, infraestruturas e demais elementos materiais e organizacionais que permitem a ocorrência de práticas sociais (de natureza econômica ou não) sem a necessidade da presença física em um mesmo espaço ou mesmo em espaços próximos.

a população que tem mais condições de viver a vida líquida, só pode vivê-la no espaço (físico, local).

Bauman relaciona essa tensão com a profusão de espaços segregados voltados para atender às necessidades e demandas das camadas mais favorecidas da sociedade – e essas demandas podem ser resumidas na busca por segurança pessoal e pela aquisição de distinção social. Para atender a esses desejos, tais áreas são produzidas segundo estratégias de isolamento e diferenciação espacial. Como consequência, a Cidade Líquido-Moderna tem sido caracterizada sobretudo pela cisão socioespacial entre os mais ricos e os menos afortunados. Além disso, o surgimento dessa cidade bipartida tem contribuído para o fortalecimento de sentimentos mixofóbicos (aversão à mistura, ao diferente, ao estranho) relacionados ao enfraquecimento da capacidade de relacionar com o diferente (que, por sua vez, é baseada no sentimento de mixofilia). Ao mesmo tempo, Bauman afirma que a cidade não perdeu totalmente a aptidão de lidar com a diferença, sendo ainda atraente exatamente pelas oportunidades surgidas do encontro de muitas e diferentes pessoas em um mesmo lugar.

Fechando o texto, o autor volta-se para os arquitetos e urbanistas, afirmando que esses têm papel importante (mas não decisivo) no reequilíbrio da balança entre mixofobia e mixofilia, devendo priorizar a criação de espaços públicos democráticos em detrimento dos enclaves vigiados e elitizados. Cidades melhores podem reduzir as ansiedades causadoras de sentimentos mixofóbicos, porém, retomando o argumento central do texto, o projeto urbano sozinho não é capaz de, localmente, resolver problemas cujas origens estão relacionadas ao ambiente globalizado do espaço de fluxos internacional (BAUMAN, 2003).

Além do *City of Fears*, o sociólogo aborda de modo mais detido o tema do espaço e da cidade em outros dois livros: no *Modernidade Líquida*, no capítulo *Espaço e Tempo* e em *Confiança e Medo na Cidade*. No primeiro, ele aprofunda o tema da mixofobia, analisando as soluções urbanísticas criadas para separar as pessoas, sobretudo aquelas voltadas para suprimir os que não se enquadram nas normas locais relativas ao que se considera normal ou familiar. Lançando mão do pensamento de Richard Sennett sobre a crise do âmbito público, Bauman afirma que muitos espaços de uso coletivo contemporâneos têm sido projetados para desestimular a prática da civilidade (o convívio adequado com o estranho, conforme exposto no capítulo 2). Para alcançar esse objetivo, os projetos recentes têm empregado dois tipos de estratégias: a criação de espaços públicos inóspitos à permanência (e ele cita *La Défense*, em Paris, com sua monumentalidade sem hospitalidade); ou a criação de espaços para o consumo, como os *shopping centers*, os quais incentivam a permanência, mas sem a prática da sociabilização (pois o consumo é um ato eminentemente individual). Em ambos os casos, seja

pela falta de permanência ou pela permanência sem interação, a civilidade não é incentivada (BAUMAN, 2001).

Bauman, no mesmo texto, ainda emprega outros conceitos para falar dos mesmos fenômenos. De Claude Lévi-Strauss, ele transporta de seu ensaio *Tristes Trópicos (1955)*, as duas estratégias que o antropólogo afirma serem onipresentes na história humana para lidar com a alteridade: a *antropoêmica* e a *antropofágica*. A primeira opera por meio da expulsão dos que não se adequam, dos diferentes – atualmente essa lógica tem sido aplicada tanto por meio de táticas mais duras, como a prisão, a deportação ou mesmo as penas capitais existentes em alguns países, mas também de modo brando, como o surgimento de guetos, enclaves privados ou a criação de espaços públicos de difícil acesso e utilização (como em *La Défense*). A segunda, consiste na absorção do diferente, forçando sua adaptação e o abandono de sua condição de estranho para se tornar semelhante ao universo local (a estratégia dos *shopping centers*).

Outro conceito que Bauman emprega é o do não-lugar (de Georges Benko e Marc Augé): um ambiente que, embora nem sempre impeça o acesso do estranho, acomoda seus usuários de modo que as diferenças sejam anuladas por meio de sua submissão a certos padrões e rotinas obrigatórias ali; ainda, os não-lugares são também espaços implantados com pouca consideração pelo contexto urbano pré-existente, conformando ambientes muitas vezes indiferenciados, repetitivos e com os quais as pessoas têm dificuldades de estabelecer relações afetivas. Entre os exemplos mais célebres de não-lugares estão os aeroportos, os terminais rodoviários, as autoestradas ou os quartos de hotel.

Finalmente, ainda outro conceito é trazido para fechar sua sistematização das estratégias urbanas que militam contra a mixofilia: a noção de *espaço vazio*. Proposta por Jerzy Kociatkiewicz e Monika Kostera, os espaços vazios são os lugares a que não se é atribuído sentido. São áreas com pouca ou nenhuma significação para a população e, por isso, passam despercebido e não integram a *imagem da cidade*⁹³. Não são espaços de acesso controlado ou proibido, nem possuem estratégias de desenho que dificultem a permanência ou a prática da civilidade. Simplesmente, não são notados e, conseqüentemente, não são visitados nem recebem atenção das parcas políticas territoriais contemporâneas (BAUMAN, 2001).

No terceiro texto, o *Confiança e Medo na Cidade*, Bauman retoma a discussão dos outros dois, mas relacionando tais fenômenos com seu conceito de medo líquido (apresentando

⁹³ Conceito proposto por Kevin Lynch para designar a imagem mental que as pessoas constroem de uma determinada cidade. Nessa imagem aparecem apenas os elementos mais marcante para a experiência cotidiana da população, sobretudo pontos de referência, vias importantes ou os espaços simbolicamente relevantes para a coletividade. Àreas desprovidas desses aspectos passam despercebidas pela maioria das pessoas, não integrando a imagem global daquela cidade.

no capítulo anterior). Nessa publicação, o sociólogo reflete sobre o frenesi contemporâneo de implementação de medidas de segurança nos espaços da cidade e a consequente separação espacial entre ricos e pobres. Ele afirma que essa tendência tem sido mundial e mais forte nas metrópoles (Bauman destaca o Brasil, sobretudo as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, afirmando inclusive que, no caso da capital paulistana, essa segregação é feita de maneira “(...) brutal, despidorada e sem escrúpulos (...)” (BAUMAN, 2009, p. 40). Em geral, ele relaciona o fenômeno à reflexão sobre a angústia decorrente da condição contemporânea, que tende a fomentar movimentos de (auto)segregação e exclusão social, dando origem à uma miríade de comunidades e estratégias de projeto voltadas para a criação de territórios que ofereçam para a população mais inserida na globalização abrigo adequado contra os perigos da vida urbana – e, na condição presente, perigo tem sido sinônimo de contato com o diferente.

De modo sintético, a reflexão de Bauman acerca do espaço contemporâneo é marcada pela constatação da crescente separação entre as partes mais ricas e as menos afortunadas da população, relacionando esse fenômeno com suas reflexões sobre a incerteza, o medo e a busca por segurança em um contexto de enfraquecimento da Política e crescente desigualdade social. Relacionado a isso, o enfraquecimento dos governos locais diante das forças econômicas transnacionais também tem sobrecarregado as cidades com o enfretamento de problemas causados pela globalização. Em especial, uma das consequências é o aumento nos fluxos migratórios, sobretudo de indivíduos assolados por crises em seus países de origem que fogem para as regiões mais ricas do planeta em busca de melhores condições de vida – retroalimentando os sentimentos de insegurança das populações que vivem em tais lugares, que passam com isso a procurar soluções de separação espacial e a demandar de seus governos ações públicas de mesma natureza. Em suma, pode-se dizer que Bauman acrescenta à descrição da Megacidade de Castells sua discussão sobre política, medo e segurança no contexto da Modernidade Líquida.

3.2. Discussão da urbanização recente a partir da matriz analítica construída

Bauman apresenta sua interpretação da modernidade enfatizando os contrastes entre seus dois momentos, suas fases sólida e líquida. Do mesmo modo, ao observar-se a evolução da urbanização ocidental apresentada no primeiro capítulo, é possível também reconhecer, especialmente entre a passagem do período de atuação do Estado de Bem-Estar para o presente, a transição, no ambiente construído, da condição sólido-moderna para a líquida: ou, no jargão baumaniano, a passagem de uma Urbanização Sólida para outra, Líquida. Aquela teria sido

marcada, sobretudo, pela forte atuação do planejamento estatal e seu empenho no sentido de estruturar as cidades segundo as visões e teorias urbanas (igualmente sólidas) pensadas no âmbito da primeira geração de urbanistas (como as visões jardim e modernista, assim como a teoria tradicional de planejamento). Essa Cidade Sólida seria, resumidamente, o resultado da busca por uma estrutura urbana estável e controlada, racionalmente construída a partir da aplicação da ciência e do planejamento em todos os aspectos da vida urbana – materializada sobretudo no zoneamento rígido, nos grandes planos diretores e regionais, na padronização tipológica dos conjuntos habitacionais, na produção de arquitetura em série, na orientação tecnocrática da atividade do planejamento e na repetição da mesma estruturação do espaço intraurbano em todas as cidades (sobretudo a lógica centro-periferia apresentada no item 1.2.3.).

Apesar da interessante possibilidade de caracterizar esses dois momentos da urbanização de modo paralelo e, segundo o estilo de Bauman, por meio de seus contrastes, isso não será feito pois esta tese ocupa-se da interpretação do fenômeno urbano contemporâneo apenas. Por conseguinte, a descrição da fase sólida da urbanização não será contemplada para além do esboçado até aqui.

A seguir, as características arroladas no primeiro capítulo serão discutidas a partir do conceito de Modernidade Líquida, seguindo aproximadamente o encadeamento de ideias apresentado ao longo da monografia, caminhando do âmbito global em direção às escalas mais próximas do indivíduo.

3.2.1. Poder e política – Planejamento territorial na era líquida

A transição do mundo sólido para o líquido teria sido induzida pelo mal-estar decorrente do controle que o mundo moderno anterior buscava exercer sobre os indivíduos a fim de levar a cabo seu projeto de sociedade. Como visto, além das manifestações em prol de mais liberdade individual e respeito às diferenças e grupos minoritários no seio do universo ocidental, o sistema capitalista também reclamou para si maiores liberdades sob o argumento de que a ação do Estado impunha limites nocivos à sua saúde.

Dessa rebelião nasceu, dentre outras coisas, o que Bauman chama de capital líquido: viabilizados pelos processos de desregulamentação econômica e pelas novas tecnologias, o capital na contemporaneidade tem adquirido níveis de mobilidade cada vez maiores, experimentando uma nova liberdade em relação à sua localização geográfica. Nesse contexto, o poder que os governos possuíam de limitar ou mesmo orientar os fluxos econômicos tem sido erodido, pois uma vez que se coloque restrições à sua atuação, o investimento pode

simplesmente sair de uma localidade em busca de outra com restrições menores. Assim, as cidades (*locus* do pouso dos investimentos) passam cada vez mais a organizar-se em torno do objetivo de captar e manter os investimentos, empresas, postos de trabalho e arrecadação presos a si. O paradoxo é que, como visto, o sucesso econômico depende justamente da mobilidade, estabelecendo um contínuo conflito de interesses entre as duas partes. Dessa situação, instaura-se um quadro de constante instabilidade econômica em nível local, tornando a cidade refém das decisões ocorridas no espaço de fluxos, que pode, a qualquer momento, determinar que os investimentos devam abandonar o lugar.

Esse desengajamento entre a política e o poder tem, conseqüentemente, empurrado as cidades para uma condição de competição umas com as outras. Uma vez que as barreiras e os governos nacionais não conseguem efetivamente regular os fluxos econômicos globais, a tarefa de proteger e estruturar adequadamente seu território em nível nacional e regional perde força diante da necessidade de se prover condições para que as cidades possam competir com mais sucesso na globalização. O resultado é que o planejamento territorial em todas as suas escalas tem se adequado para jogar o cambiante jogo do capital líquido.

Assim, tão logo a crise instaurou-se e as regras do jogo mudaram (desde os anos de 1970), a teoria urbana buscou acompanhar a mudança, transformando a prática convencional de planejamento em favor de uma nova lógica de atuação, sistematizada na teoria do Planejamento Estratégico. Entre suas características, destaca-se a ênfase no curto alcance e na rapidez de ação, inclusive criticando o planejamento tradicional por ser lento e burocrático; ainda, outro elemento é sua orientação *estratégica*, geralmente um termo empregado para referir à sua ênfase em projetos e medidas que tenham maior eficiência na captação de investimentos em um mercado onde diversas cidades passam a concorrer pelos mesmos recursos. Ainda outro aspecto é sua ação mais pontual, decorrente do conceito de visão estratégica, onde se busca atuar em espaços específicos das cidades cujo retorno (geralmente, sinônimo de atração de investimentos) tende a ser maior. Segundo a nova orientação, o papel do planejamento deve ser alterado, afastando-se do objetivo de ser uma ferramenta para a solução de problemas e estruturação do sistema urbano, para ser empregado na promoção do crescimento econômico. Em suma, a mudança do capital sólido para o líquido foi acompanhada por um rebatimento na prática do planejamento, que tem arrefecido sua antiga forma de operação para dar lugar a técnicas e lógicas de atuação igualmente fluidas (pois são respostas a um mercado instável e dinâmico) sob a bandeira do pensamento estratégico. O planejador, assim, afasta-se de sua missão original de estruturador do território para assumir a função de empreendedor,

correspondendo à recente transição do Planejamento Sólido-Tecnocrático para a modalidade do *Planejamento Líquido-Estratégico* de atuação.

Como consequência, a atividade do planejamento tende a atuar apenas nos territórios que apresentem potencial de atração de investimentos e, por isso, as demais áreas tornam-se pouco relevantes para o olhar daqueles que desenvolvem os planos estratégicos: sejam os políticos, pois estão ocupados com a captação do capital líquido, seja o capital, que naturalmente só interessa em atuar onde há boas possibilidades de lucro. A população que, segundo a teoria do planejamento estratégico, também deve participar da formatação de tais planos, o faz de modo desigual. Como discutido, apesar de, no contexto ocidental, todo cidadão ter seus direitos pessoais e políticos (conforme item 2.6.5.) garantidos, com a redução das garantias coletivamente asseguradas sob a atuação do Estado de Bem-Estar (direitos sociais), na prática apenas uma pequena parcela da sociedade civil consegue fazer ouvir suas vozes nas decisões políticas. Assim, não é mero acaso que as necessidades dos grupos economicamente menos favorecidos são pouco atendidas nesses planos, mas isso resulta de sua incapacitação política decorrente da atual instabilidade de suas vidas materiais. Como consequência, mesmo quando áreas habitadas por famílias mais pobres são alvos de planos estratégicos, muitas vezes o resultado dessas intervenções é a gentrificação de tais localidades. Retomando o raciocínio de Bauman, quando se necessita lutar pela manutenção dos direitos mais fundamentais, como moradia, trabalho e segurança, a participação política se torna uma atividade arriscada demais para se envolver.

3.2.2. Globalização e a rede urbana mundial

O capitalismo desde seu advento engendrou níveis de integração territorial cada vez mais amplos a fim de sustentar seu crescimento. A integração mundial de regiões não é novidade, nem o papel central que as cidades sempre exerceram enquanto estruturas territoriais de controle, armazenamento e processamento dos elementos necessários ao funcionamento desse sistema econômico (matérias-primas, mercadorias, informações, força de trabalho etc.). No presente contexto, porém, a novidade é a capacidade de se comunicar a longa distância em tempo real, além da drástica ampliação da eficiência do transporte a longa distância. Esses avanços tecnológicos trouxeram para a mesa condições novas de operação síncrona entre diferentes e distantes regiões do globo, abrindo novas possibilidades para que as cadeias produtivas mais poderosas possam explorar as vantagens locais específicas de cada lugar. Com isso, as redes urbanas pré-existentes, de caráter fortemente nacional, sofreram grandes

impactos à medida que a exploração de oportunidades em regiões fora dos limites nacionais tornava-se viável (e, sobretudo, mais eficiente do que a permanência em seu território de origem). Com isso, desde as últimas décadas do século XX, muitas atividades têm sido continuamente transferidas para outros territórios integrados na globalização, transformando a feição geográfica da produção em escala mundial.

Assim, essa busca por maiores eficiências via realocização espacial tem produzido um padrão de distribuição de atividades econômicas marcado pela concentração das principais funções globais em algumas poucas cidades do mundo. Ao mesmo tempo, tem ocasionado a migração de atividades com menores exigências de mão-de-obra especializada dos países mais ricos para as nações menos desenvolvidas, causando, na origem, desemprego e, no destino, rápidas transformações decorrentes da inserção de tais empreendimentos. Nesse contexto, as redes urbanas em escala mundial, que antes funcionavam predominantemente dentro de territórios integrados politicamente (como na relação entre metrópole e colônias), não mais têm na fronteira política um grande empecilho: as redes urbanas globais operam de modo integrado e síncrono e são compostas por nós localizados em diversos países, independente de seus sistemas políticos ou de proximidade geográfica.

Ainda, a rede mundial de cidades tem se tornando bastante dinâmica em comparação às suas manifestações anteriores (desde o século XV) devido às frequentes geolocalizações das empresas e dos investimentos: a qualquer momento alguma cidade pode oferecer melhores oportunidades e, assim, uma dada fábrica pode fechar em uma localidade e migrar para outra; ou ainda, as constantes ações de racionalização da gestão empresarial (fusões, *downsizing*) podem decidir pelo fechamento de unidades em alguma região do mundo. Essa rede global é, assim, *fluida*, instável ao longo do tempo, sobretudo quando se observa seus nós mais operacionais – em geral, os nós de controle são, por natureza, de mais difícil deslocamento ou desligamento da rede, pois são eles mesmos que operam as alavancas de conexão e desconexão dos demais pontos da estrutura.

3.2.3. O alargamento da escala local

Essa nova mobilidade do capital, além de pôr em movimento um processo de contínua reestruturação e realocização das atividades econômicas em escala global, também impactou as escalas menores, sobretudo a regional. A integração regional sempre existiu e foi importante para as civilizações mais urbanizadas. Porém, com a nova capacidade de comunicação e transporte a distância, noções como perto e localidade ou mesmo o par conceitual cidade-campo

têm sido modificados. Quando se refere a algo que é próximo, são implicados espaços que podem ser alcançados em curtos intervalos de tempo, medidos em minutos ou, no máximo, algumas horas. Porém, com a entrada e o contínuo aprimoramento das tecnologias de comunicação e de transportes, desde a Revolução Industrial, as dimensões tradicionais relativas ao que é próximo não pararam de ser alargadas. Na contemporaneidade, isso tem permitido que as diversas atividades tipicamente desenvolvidas na escala do que é próximo, possam ser desenvolvidas ao longo de territórios cada vez mais amplos, extrapolando os limites tradicionais do espaço urbano em direção à escala regional. Em outras palavras, o distante ficou próximo, sobretudo quando o distante se refere ao contexto regional⁹⁴.

A vida urbana, que depende da presença de um sistema urbano para que exista, sempre esteve restrita ao ambiente construído da cidade. A relação regional sempre foi uma relação entre cidades que, por sua vez, eram permeadas por faixas de campo de natureza e dimensões variadas. Uma região integrada sempre foi um sistema de sistemas urbanos, com porções de campo entre seus nós funcionando como espaços de interrupção e separação entre os diferentes centros urbanos da região, inclusive distintos desses do ponto de vista econômico, social e cultural (além do visual, obviamente). Mesmo em casos anteriores de conurbação, a vida dos habitantes no interior das áreas metropolitanas tradicionais (anteriores aos anos de 1970, sobretudo) era ainda muito restrita à escala da cidade dadas as limitações tecnológicas existentes. Com a presente facilidade de comunicação e movimentos, as atividades urbanas e, junto com elas, o modo de vida urbano, têm sido derramados ao longo de grandes extensões de terra, desvinculando a vida urbana de suas amarras territoriais tradicionais (as cidades) e tornando regiões inteiras, com suas cidades, vilarejos e parcelas de campo, imensas áreas urbanas. Não só isso, mas essas regiões passam a funcionar também como uma grande cidade, posto que os deslocamentos relacionados às atividades cotidianas (trabalho, escola, moradia etc.), tradicionalmente restritos à escala urbana, dão-se agora cada vez mais em escala regional.

Trazendo o pensamento de Bauman, pode-se dizer que o *modo de vida urbano tem se comportado de modo líquido* do ponto de vista espacial, pois não mais está preso aos seus receptáculos tradicionais (as áreas urbanizadas), os quais foram rompidos pelas novas possibilidades de localização e comunicação. Como Choay afirmou, a distinção conceitual tradicional entre campo e cidade perde sentido analítico em um contexto onde *reina o urbano, mas morre a cidade* (CHOAY, 1999).

⁹⁴ Pois para distâncias maiores que aquelas entre duas ou poucas cidades vizinhas, ainda não se pode falar de integração espacial plena. As longas distâncias (como entre países e continentes), ainda são longas para os deslocamentos físicos, sendo integradas, de modo mais direto, apenas do ponto de vista das comunicações.

Como mencionado, a presente condição líquido-moderna ocasionou a mudança do papel da atividade de planejamento territorial e, assim, tais metamorfoses não são mera consequência das possibilidades tecnológicas, mas manifestações em escala local (urbano-regional) dessa nova liberdade. Se, no planejamento sólido, de cunho normativo, a cidade era ordenada de modo a restringir as possibilidades de localização das atividades urbanas, agora a relação se inverte, com a iniciativa privada participando ativamente das tomadas de decisões (via parcerias público-privadas estratégicas), conformando as regras de ocupação territorial às suas demandas, em detrimento de outros objetivos. A dispersão espacial deve ser vista sob essa ótica, viabilizada pelas tecnologias, mas resultado dos interesses locacionais do capital líquido, ocasionando conseqüentemente essa liquefação das cidades, esparramadas (espraiadas) sobre o solo, onde não apenas o tecido urbano se espalha, mas o próprio modo de vida urbano se difunde para além das fronteiras morfológicas das cidades, colonizando, finalmente, o território típico das relações sociais e econômicas rurais: o campo. Essa cidade-região, portanto, não implica uniformidade ou continuidade morfológica, pois pode incluir áreas urbanas antigas, zonas suburbanas, porções de campo ou vilarejos, todos costurados por grandes infraestruturas de transporte regional, como pistas de alta velocidade, linhas férreas, viadutos, aeroportos e estruturas semelhantes.

Assim, além do discutido por Bauman (a partir de Castells), essa Cidade Líquida também deve ser entendida como um sistema que funciona de modo *relativamente livre em relação à estrutura urbana consolidada*. Ignorando as fronteiras políticas locais (municipais) e a distinção morfológica entre cidade e campo, sua operação se estende por amplos territórios, englobando populações de diferentes localidades em uma grande estrutura onde suas vidas diárias muitas vezes são desenvolvidas entre duas ou mais cidades, a culminação dos processos de aproximação das escalas urbana e regional e de mitigação da distinção funcional e cultural entre cidade e campo, postos em marcha desde a queda das muralhas no contexto da Revolução Industrial.

3.2.4. A reestruturação do espaço intraurbano

Descendo outro degrau, a nova dinâmica entre economia e política, traduzida do ponto de vista urbanístico nas práticas atuais de planejamento, tem ocasionado um movimento de reestruturação (mostrado até aqui em escala global e regional) também no espaço intraurbano. Entre os principais desdobramentos, está a ruptura do típico padrão de localização das atividades urbanas da Cidade Sólida, composta geralmente por um centro principal circundado

de áreas residenciais e algumas zonas industriais mais periféricas. O mecanismo é o mesmo: assim como na escala global, as localidades no interior de uma cidade (ou de uma região, pois como visto, essas duas escalas se confundem cada vez mais) passam a ser todas viáveis para a instalação de empreendimentos novos ou para a realocação dos existentes, seja para a criação de áreas residenciais ou, o mais relevante aqui, para a implantação das atividades que anteriormente só poderiam sobreviver se permanecessem no centro principal. Uma vez inaugurada essa liberdade de localização das atividades urbanas, o centro principal tem deixado de ser o único lugar com vantagens locacionais para muitos dos negócios das cidades e, assim, outras áreas passam a tornar-se centralidades devido à reconcentração nelas das atividades econômicas. Essas novas centralidades são produzidas pelo mercado e, obviamente, escolhidas por ele – e, como se sabe, suas escolhas costumam não levar em conta a melhor distribuição dos empregos, moradias e outros elementos importantes para que as populações tenham condições de vida melhores. O planejamento, novamente, entra na equação apenas como viabilizador e corroborador das decisões econômicas, soltando as amarras anteriores de sua atuação mais normativa e ordenadora (sólida) em favor da postura empreendedora-líquida.

A nova estrutura urbana, composta pela coexistência e, de certo modo, competição, entre o centro principal e as novas centralidades, opera em uma dinâmica semelhante às demais escalas, *constituindo-se de modo igualmente fluido* e experimentando processos de crescimento e depressão material decorrentes do movimento de constante realocação das atividades. Novamente, é importante compreender que as escalas urbana e regional se entrelaçam, pois esses movimentos podem se dar tanto no interior de uma única cidade, como quando o comércio migra do centro principal para um *shopping center* sem sair dos limites municipais, ou quando as empresas podem sair do centro principal de uma grande cidade para o de uma vizinha, localizada em uma mesma região (ou cidade-região); ou ainda, como foi o caso de muitas das principais cidades industriais do passado, as atividades podem migrar de um país para outro, deixando atrás de si áreas inteiras esvaziadas e deterioradas (zonas portuárias, áreas industriais e centros principais, principalmente). Assim, seja por decisões do empresariado local, que muda de centralidade ou de cidade dentro de uma mesma região, ou seja por decisões de escala superior, com filiais de multinacionais trocando de região ou de país, o capital líquido e sua nova liberdade em relação ao território, também tem induzido um padrão instável na localização das atividades urbanas no interior de um mesmo sistema urbano, multiplicando, espalhando e diversificando suas centralidades, ocasionando uma *estrutura urbana líquida*, relacionada ao surgimento da cidade poli(multi)nucleada referida anteriormente (ou Cidade Multiplicada, de Francesc Muñoz).

Esse novo padrão de localização e produção de áreas centrais tem ocasionado, por sua vez, mudanças no padrão de deslocamento da população. Como é sabido, os espaços centrais concentram grande número de polos geradores de tráfego e sua localização em comparação com as grandes áreas residenciais dita o padrão geral dos movimentos no interior das cidades. A Cidade Sólida, como dito, foi marcada pelo movimento pendular, do centro principal (onde concentravam-se os principais equipamentos públicos e o maior número de estabelecimentos comerciais e sedes de empresas) para a periferia, predominantemente residencial. À medida que as atividades centrais foram dispersando-se e produzindo um padrão poli(multi)nucleado, os movimentos tornaram-se igualmente multidirecionais, ocorrendo de toda parte para toda parte (ou, como Bernardo Secchi coloca, se tornaram difusos). Assim, da imagem do pêndulo, móvel, mas fixo e preciso em seus limites e percurso, os deslocamentos nas áreas urbanas devem ser agora descritos por outras figuras, sobretudo pelos *fluidos*. Essa redistribuição dos destinos da população entre diversas centralidades, além de *derreter o movimento pendular*, tem ocasionado problemas para o sistema de transporte coletivo. Com sua natural rigidez, sobretudo quando se trata do modal ferroviário, os sistemas públicos de mobilidade têm tido dificuldades de acompanhar a nova dinâmica locacional das atividades econômicas, que cada vez mais podem ser localizadas a despeito das linhas de transporte (e a nova postura do planejamento territorial, como visto, também não coopera muito com essa situação). Ao mesmo tempo, a popularização do acesso ao veículo particular e o surgimento das plataformas de compartilhamento de viagens têm contribuindo sensivelmente para esse *desengajamento* entre o transporte de massas e as atividades econômicas – subvertendo essa relação que, desde os primeiros sistemas de transporte coletivo, sempre foi tomada como certa.

3.2.5. As duas cidades – ou a *Decantação Urbana*

Essa mobilidade do capital, como tem sido apresentado, tem produzido transformações nas diversas escalas analisadas, desde a realocação das atividades econômicas em nível mundial, assim como em escala regional e intraurbana. Além disso, a presente realidade tem causado uma forte separação, no interior das cidades, entre os espaços mais e os menos inseridos nas dinâmicas da globalização. Com as novas possibilidades locais abertas pelas novas tecnologias de transporte e comunicação, áreas cada vez mais periféricas (em relação ao centro principal) passam a ser economicamente viáveis para a implantação de novos empreendimentos. Essa maior liberdade espacial, como já exposto, tem possibilitado a difusão de áreas residenciais e centralidades para todas as direções, ocasionando um segundo momento

na história da periferização urbana, marcado pela migração de todos os tipos de atividades para essas áreas (*Tchecnoburb, Edge City*).

Apesar da ação do mercado de imóveis se voltar para todas classes sociais, são as mais abastadas que podem dar-se ao luxo de escolher viver a grandes distâncias das áreas mais centrais e, por extensão, as franjas urbanas têm sido o alvo preferencial dos empreendimentos voltados a esse grupo social. Em geral, o que se tem observado desde a Revolução Industrial é uma tendência de periferização das famílias mais ricas, as quais tendem a sair das conturbadas áreas centrais em busca das amenidades oferecidas pelo modo de vida suburbano. Naquele primeiro momento (e até o terceiro quartel do século XX, aproximadamente), essa fuga para a periferia foi possível porque a capacidade de mobilidade desses grupos lhes permitia acessar as áreas centrais (onde estavam seus trabalhos, empresas e outros locais de interesse), sem precisar mais morar próximo a elas. As últimas décadas, porém, têm testemunhado um movimento análogo, mas desta vez com as próprias atividades econômicas saindo das antigas áreas centrais (processo descrito no item 3.2.4.). Assim, além da difusão do *status* urbano para além das fronteiras das cidades, a condição líquida da modernidade tem causado uma correlata difusão dos investimentos imobiliários para localidades novas e cada vez mais periféricas, produzindo novas centralidades e áreas residenciais especialmente (mas não exclusivamente) para a parcela da população com maiores níveis de renda.

Enquanto os espaços produzidos para as populações menos favorecidas geralmente mantêm certa relação morfológica com a cidade herdada do período anterior, as áreas voltadas para atender à população mais rica têm sido produzidas de um outro modo. Além de localizados geralmente nas franjas urbanas, esses territórios têm sido estruturados segundo a lógica do enclave, diferenciando-se morfológicamente de seu entorno e, sobretudo, criando mecanismos de controle de acesso ao seu interior (seja por separação física, seja pelo custo para se viver ou utilizar tais espaços, ou ainda pela simples dificuldade de acesso a eles a partir do transporte coletivo e dos espaços públicos adjacentes). Ainda, foi visto que esse fenômeno também pode manifestar-se nas áreas centrais por meio de intervenções urbanísticas (revitalizações, renovações e termos correlatos) que, mesmo sendo aplicadas em áreas públicas, muitas vezes resultam na criação de territórios elitizados, onde estratégias mais sutis de exclusão de certos grupos de pessoas são colocadas em prática (como a gentrificação ou a criação de espaços públicos pouco adequados à prática da civilidade).

Em suma, do ponto de vista socioespacial, a população mais rica e as atividades econômicas destinadas a ela têm se desprendido da cidade pré-existente: submersa na presente condição líquida, a totalidade da população urbana pode ser comparada a uma mistura de

elementos sólidos, onde os mais pesados, os que não possuem leveza suficiente para serem levados pela dinâmica econômica, descem para o fundo e ali permanecem, enquanto os leves são arrastados ao sabor das correntes, migrando para novos tanques de decantação, onde serão expostos a outros processos de separação em um ciclo ininterrupto de consumo imobiliário e separação social. A cidade anterior, ainda consideravelmente caracterizada por certa mistura social e pela continuidade morfológica, é assim passada por um *processo de purificação*, cujo resultado é a separação (espacial) entre uma pequena parte *decantada* (pelo critério da renda) e sua contraparte (os elementos pesados, as impurezas resistentes à passagem do fluido decantador). Essa, composta por um gradiente social que cada vez se torna menos estratificado, ocupa territórios de natureza variável, desde espaços precários e informais (como o caso das favelas) até as áreas que foram mais bem estruturadas pela ação anterior do Planejamento Sólido e que não foram convertidas em espaços elitizados.

3.2.6. A cidade para o consumo

Desde a Revolução Industrial, a cidade tem sido objeto de disputa acerca dos direitos e responsabilidades das esferas pública e privada. Em um primeiro momento, os centros urbanos, uma vez libertos das relações e obrigações tradicionais, foram considerados como um território a ser colonizado pelo mercado – e, de fato, o foi. Nos primórdios da industrialização, o próprio provimento de infraestrutura urbana e regional era de atribuição e iniciativa do mercado. Com o tempo, chegou-se ao consenso, entre capital e Estado, de que era necessária a atuação pública em certos setores, sobretudo na oferta das infraestruturas e de alguns serviços considerados essenciais, como educação, saúde, segurança e habitação. Essa relação consolidou-se sob as mãos do *welfare* e o estabelecimento da Cidade Sólida, esboçada na abertura do capítulo.

Desde as últimas décadas, a anterior falta de separação entre os limites da iniciativa privada e a responsabilidade pública tem sido trazida à tona. O capital líquido, como Bauman apresenta, tende a superar facilmente as tentativas de se lhe impor limites ou formas fixas e, no contexto da produção urbana, não tem sido diferente. Além da criação de espaços coletivos no interior de enclaves (tornando privados espaços que tradicionalmente sempre foram públicos, como vias e praças), o mercado também tem logrado tornar a habitação uma mercadoria, enfraquecendo a noção de moradia como direito e retirando do Estado sua capacidade de prover abrigo razoavelmente adequado à população. Para aqueles que conseguem surfar as variações e influxos da presente condição de instabilidade, encarar o espaço urbano e a moradia como mercadoria não traz grandes problemas. Porém, para os desprovidos de condições para

participar dessa lógica, a presente precarização do acesso à moradia significa a amplificação das angústias relacionadas à condição líquido-moderna e, do ponto de vista espacial, grandes impactos para as áreas urbanas.

Em resposta a essa situação, uma série de soluções precárias e produtos imobiliários específicos têm caracterizado as cidades contemporâneas. Para atender à população com menor poder econômico, o mercado tem oferecido habitação com pouca qualidade construtiva e de tamanhos cada vez menores. Acompanhando isso, tem crescido a oferta de certos tipos habitacionais voltados para essa nova realidade (como quartos para sublocação e quitinetes). Para aqueles com renda insuficiente para o aluguel ou o financiamento, restam soluções ainda mais precárias, como atestam os processos de favelização que assolam muitas cidades do mundo. Essa população, que é a que mais sofre os impactos do fenômeno do desemprego estrutural e da desvalorização dos salários das atividades menos relevantes para a produção de riqueza, têm cada vez menos apoio estatal para morar adequadamente, ficando à mercê dos movimentos do capital imobiliário e financeiro. Conseqüentemente, tais indivíduos concentram boa parte de seus esforços para adquirir, no mercado, os direitos mais fundamentais da vida em sociedade, começando pela busca por abrigo adequado – e, como Bauman coloca, isso dificulta a construção de uma participação mais efetiva no processo político para combater a precarização de seus direitos. A essa população geralmente é oferecida habitação em localizações de baixa qualidade, distantes dos sistemas de transporte e dos serviços públicos já consolidados – e o planejamento líquido-estratégico, por sua vez, é considerado bem-sucedido simplesmente por ter dado condições para que tais empreendimentos sejam realizados em sua cidade e não em outra.

Na outra ponta, os produtos são mais sofisticados, com ofertas mais requintadas e em localizações mais valorizadas (ou, simplesmente, criando valorização onde não há). Para os grupos com maiores condições econômicas, são oferecidos espaços (para morar, recrear e trabalhar) localizados primordialmente nas *Edge Cities* e cada vez mais conformados como enclaves privados. A essa população também são oferecidas as áreas públicas revitalizadas na cidade pré-existente (sem contar as áreas elitizadas antigas que ainda permanecem como tais por meio da aplicação de estratégias de isolamento e expulsão mencionadas anteriormente).

Sobretudo, o mercado imobiliário tem ofertado diferentes produtos para as diferentes classes sociais e o tem feito segundo a presente lógica do consumo líquido: criando produtos diferenciados, com ciclos de vida cada vez menores e carregados de conteúdo simbólico. Porém, embora o espaço urbano tenha se convertido em objeto de consumo para todas as classes sociais, é na oferta aos indivíduos mais ricos que se consegue enxergar melhor a colonização

da cidade pelo consumo líquido. Aos mais ricos, mais do que oferecer produtos melhores (mais confortáveis, esteticamente mais refinados e mais bem localizados), o mercado de imóveis tem se ocupado em vender primordialmente as experiências e conteúdos simbólicos buscados por seus consumidores, sobretudo aqueles relacionados à construção de identidades socialmente valorizadas e à busca por segurança (física e emocional).

Conforme Bauman, a identidade no mundo líquido-moderno não decorre tanto do que se faz (como na fase sólida), mas do que se consegue consumir. É a capacidade que se tem de acompanhar o cambiante e exigente padrão de consumo que determina o nível de realização pessoal e adequação social de um indivíduo. Assim, à medida que a cidade é dominada pela ação do livre mercado, conseqüentemente ela passa a ser negociada como um objeto de distinção social, com os produtos oferecidos à população mais rica tornando-se os portadores mais potentes das qualidades imateriais relacionadas a um estilo de vida que sinaliza sucesso pessoal. À medida que a habitação e os demais espaços urbanos são oferecidos como mercadorias, eles tornam-se meios de demonstração e desenvolvimento das identidades sociais, funcionando como cenários (pois não podem ser carregados) para a exposição pública do sucesso privado⁹⁵. Em outras palavras, a construção de uma identidade socialmente aceita passa pela capacidade que se possui de viver e frequentar os lugares e eventos *selecionados*, de responder ao contínuo estímulo ao consumo de objetos e experiências sinalizadoras de adequação social que o mercado imobiliário oferece.

Por outro lado, os espaços públicos comuns, por serem de utilização gratuita, conseqüentemente tornam-se ambientes estigmatizados, pois qualquer um pode se utilizar deles. De lugar para a civilidade e a Política, o espaço público passa a ser considerado um território para os que, segundo o raciocínio presente, não se esforçaram o suficiente ou não são adequados para vivenciar os seletivos cenários da realização individual. A cidade contemporânea tende a ser *simbolicamente segmentada* entre os espaços considerados modernos, provedores de identidades valorizadas e os espaços obsoletos, aqueles que sofrem deterioração simbólica por não serem atualizados. Não apenas isso, mas quando um desses espaços existentes sofre atualização, sua população tende igualmente a ser renovada, acompanhando a mudança do *status* social do lugar.

⁹⁵ Embora não seja abordado nesta pesquisa, é bastante revelador o uso das mídias sociais para a publicação de imagens onde os indivíduos mostram-se no interior de tais lugares. Bauman, ao falar do enfraquecimento da Política, comenta que a arena pública não ficou esvaziada, sendo agora colonizada pelo universo privado. Nesse contexto, os espaços são convertidos, assim como aparelhos celulares ou automóveis, em elementos sinalizadores de uma vida bem-sucedida e meios (instáveis) para se atenuar a angústia decorrente da condição líquido-moderna.

Assim, de um lado, tem-se uma corrida às compras fomentada pelas ansiedades da vida líquido-moderna; de outro, um competitivo capital imobiliário despejando no mercado produtos e experiências espaciais cada vez mais diversificadas: condomínios fechados de naturezas variadas (desde variações na linguagem arquitetônica, passando pelo apelo ecológico ou por inovações em termos de programa e serviços), restaurantes e bares da moda, espaços culturais revitalizados, tendências de decoração residencial, variados destinos turísticos etc. Como Bauman apresenta, essas duas tendências cooperam entre si para perpetuar o fluxo do consumo, uma vez que o prazer e a realização oriundos das compras duram pouco (pois sempre surgem novos produtos) e, conseqüentemente, a estabilidade das identidades e o arrefecimento das angústias também são de curta duração. Ao mesmo tempo, enquanto durar esse fluxo, os lucros continuarão a fluir.

Além disso, tais espaços também são oferecidos como oásis em meio a um ambiente urbano considerado hostil. A cidade decantada não se isola apenas por motivos simbólicos, mas também sob o argumento da segurança, sendo composta por uma série de ilhas delimitadas por muros, câmeras de vigilância e demais subterfúgios, desligando-as fisicamente de suas vizinhanças imediatas que não se encaixam em seus padrões socioeconômicos. Ao mesmo tempo em que se desconectam de seu entorno *pesado*, esses enclaves não são fechados para o relacionamento entre si, seja com os próximos (vizinhos ou em uma mesma cidade e região), seja com os distantes (em outras regiões, países ou continentes).

Essas ilhas vigiadas e de acesso seletivo, como já mencionado, podem ser tanto áreas novas, espaços coletivos privados ou mesmo espaços públicos gentrificados. Mas, independente de sua configuração espacial, o apelo à segurança de tais estruturas tem sido apresentado também sob a bandeira da vida em comunidade. Segundo Bauman, o medo líquido, além de gerar o *lock living*, tem ocasionado o surgimento de um novo comunitarismo, ou Retrotopia: uma idealização dos tempos pré-modernos, da suposta glória nacional ou ainda das condições de vida típicas das pequenas cidades. No caso específico da urbanização, esse movimento manifesta-se na oferta de territórios que se apresentam como propícios para o estabelecimento de vizinhanças plenas de laços de intimidade e cooperação, entregando aos seus moradores um território seguro, feliz e coeso. São espaços onde os estranhos ficam de fora, onde todos supostamente são semelhantes e, por isso, não representam ameaças uns aos outros. Assim, além das promessas da distinção social e da proteção física, esses espaços decantados do restante do ambiente urbano têm sido anunciados como refúgios de segurança emocional por meio do discurso comunitário. Especialmente, as áreas habitacionais constituídas como condomínios fechados têm sido os principais exemplos do fenômeno. A vida oferecida nessas

gated communities, assim como nos demais espaços de mesma natureza (nos quais se trabalha, se estuda ou se realiza atividades de lazer), pode ser compreendida como a versão urbanístico-arquitetônica das respostas (de mercado) à condição angustiante do mundo presente: o isolamento espacial como estratégia de proteção pessoal, distinção social e segurança existencial.

Finalmente, a lógica do consumo tem também fincado suas âncoras nos gabinetes governamentais. De mãos dadas com o mercado imobiliário (e financeiro), a nova orientação do planejamento territorial tem operado no mesmo espírito que a iniciativa privada, passando a encarar as cidades como empresas. Inclusive, os discursos políticos recentes têm apresentado essa mudança como um processo modernizador em detrimento de como as coisas eram tradicionalmente feitas. Nada mais moderno que considerar ultrapassado o modo sólido-moderno de organizar o espaço. Com o argumento de tornar mais eficiente o sistema urbano e a administração pública, as práticas recentes têm empregado termos, princípios e ações próprias do ambiente empresarial. Se as cidades estão também disputando seus clientes em um mercado global (sejam investimentos, turistas ou moradores novos e bem capacitados do ponto de vista profissional), logo elas devem ser administradas (ou, segundo o jargão corrente, geridas) como empresas: devem explorar seus potenciais, mitigar suas fraquezas, aproveitar as oportunidades e se defender das ameaças externas para se tornar atraente para tais consumidores, para realizar sua visão estratégica.

Internamente, a iniciativa privada vende imóveis e experiências urbanísticas para moradores e turistas. Ao mesmo tempo, os governos locais esforçam-se na venda de uma imagem de suas cidades que desperte o interesse dos consumidores externos. Essa imagem, convém ressaltar, é o produto da aplicação de técnicas de *marketing* aplicadas ao sistema urbano e, em função do modo como a propaganda e o *marketing* trabalham, tais construções são sempre retratos seletivos (mostrando os pontos fortes das cidades), retocados (trabalhados como cenários, ambientes controlados e purificados de elementos deterioradores da imagem urbana) e direcionados aos clientes que interessam (e prometendo atender aos seus interesses, conseqüentemente). Embora se possa argumentar que a atração de investimentos traz benefícios para as cidades (como mais arrecadação e emprego), por outro lado, como já mencionado, essa nova prática de planejamento tende a deixar de lado ações mais abrangentes e que busquem mitigar as desigualdades socioespaciais e a precarização dos serviços e espaços públicos.

3.2.7. Paisagem Líquida

Seguindo a exposição dos fenômenos, chega-se à interpretação das mudanças na paisagem. O presente movimento de decantação da cidade não possui apenas natureza socioeconômica, mas também é um processo de contínua diferenciação morfológica entre as áreas mais privilegiadas e as demais. Junto com as técnicas de seleção do acesso, seus projetos costumam estabelecer rupturas com o tecido urbano e, conseqüentemente, com a paisagem construída pré-existente. No caso da *Edge City* isso tem ocorrido sobretudo por meio da criação de territórios desenhados segundo as especialidades propostas pelo Movimento Moderno e pelo ideário da Cidade-Jardim.

Desde a primeira metade do século XX essas teorias têm orientado, em graus variados em cada lugar, diversas expansões urbanas e até mesmo o desenho de cidades novas. A diferença é que, em suas manifestações recentes, além de apresentar graus variados de fidelidade às ideias originais, tais territórios são criados de modo que fiquem isolados socialmente de seu entorno, não sendo raro a criação de áreas totalmente privadas, cuja semelhanças com os conjuntos modernistas e subúrbios-jardim do passado é apenas superficial – suas vias, praças, estacionamentos e bosques são de propriedade privada e de acesso seletivo. A forma condominial, tradicionalmente restrita a prédios de apartamentos ou estruturas cujo tamanho não ultrapassava uma quadra, tem se tornado a modalidade preferencial de produção desses espaços privilegiados, favorecendo não só as estratégias de controle de acesso, mas oferecendo maiores liberdades de configuração morfológica, visual e funcional.

Mesmo em áreas públicas, mas que sofreram algum tipo de atuação que as torne modernas, a lógica da distinção visual também se faz presente, sendo configuradas como o que Francesc Muñoz denomina paisagens autistas e urbanais. Isso ocorre porque, como esses territórios geralmente são produzidos via associação do capital local com o transnacional, em todos eles costumam ser implementadas unidades das mesmas redes multinacionais, assim como configurações urbanísticas e linguagem arquitetônica semelhantes em função de serem desenvolvidos por empresas que operam em nível internacional. Com isso, acompanha a desconexão socioeconômica e simbólica entre tais espaços e o restante da cidade, uma outra descontinuidade, de natureza morfológica e visual. Assim como tais localidades estão mais conectadas com suas semelhantes independente do distanciamento físico, as paisagens de tais territórios são mais parecidas com espaços análogos em outras partes do mundo do que com a tradição e o contexto urbano locais. O processo de decantação, pode-se dizer, *também depura a paisagem urbana*, dividindo-a entre as imagens modernizadas, novas, tecnológicas e

alinhadas com as tendências estilísticas do momento e, separadas dessas, a paisagem do restante da cidade, resultante das formas tradicionais de parcelamento fundiário, da maior presença de arquitetura vernácula e de construções pré-existentes que não foram demolidas nem sofreram *retrofit* para sua atualização.

Além dessa aproximação visual entre as áreas mais dinâmicas economicamente, outro fenômeno merece menção: a paisagem urbana, tradicionalmente marcada por objetos arquitetônicos e pelas infraestruturas integrantes dos sistemas urbanos, tem se convertido em um anteparo para a fixação de peças publicitárias. A cidade em sua fase sólida já manifestava isso em algum nível, pois aquele foi o momento em que as marcas começaram a ganhar importância enquanto elementos de comunicação e persuasão para o consumo. Porém, ao longo da segunda metade do século XX, essa dinâmica foi aprofundada à medida que os processos apontados no capítulo anterior, relacionados à diversificação dos produtos ganhou ímpeto. Além dos canais audiovisuais tradicionais da modernidade sólida (rádio, televisão, cinema e a própria embalagem dos produtos), as últimas décadas foram marcadas pela atuação das marcas na arquitetura e, cada vez mais, no próprio espaço urbano.

Com o afrouxamento das restrições da cidade sólida, sob o pretexto de conceder maiores liberdades ao fluir da economia, a paisagem urbana também se liquefez. A redução da atuação do Estado sobre o espaço urbano tem deixado a paisagem urbana à mercê do universo privado. Na Cidade Sólida, o planejamento tradicional conferia à paisagem construída certa estabilidade e uniformidade, especialmente por adotar quase sempre uma mesma linguagem para os espaços e equipamentos públicos. Além disso, em função da natureza da indústria construtiva de seu tempo, de orientação fordista (com menor capacidade de diversificação e ênfase na produção seriada em larga escala), havia também limitações técnicas para se construir ambientes urbanos mais diversificados.

Ainda, ao longo do século XX, as regulações mais rígidas sobre o desenho das fachadas finalmente foram sendo tiradas de cena (com exceção de certas áreas históricas protegidas⁹⁶). Isso configurou uma outra ruptura com a lógica tradicional, sólida (renascentista-barroca), de concepção da cidade como uma grande obra de arquitetura onde a feição exterior das edificações deveria submeter-se à uma visão unificada de paisagem. Em um movimento tipicamente moderno (o processo de individualização), maiores liberdades foram progressivamente sendo concedidas aos espaços privados em detrimento de concepções mais

⁹⁶ Sobretudo a partir das discussões do pós-modernismo e das revisões e críticas desenvolvidas a partir dos anos de 1960, no âmbito da arquitetura.

amplas sobre a conformação do ambiente construído. Paradoxalmente, os grandes enclaves privados, símbolos da liberdade da vida líquido-moderna, costumam ser os territórios onde regulamentos de controle da paisagem mais rígidos têm voltado a existir.

Essa nova liberdade, associada à crescente diversificação de produtos, materiais, linguagens e apropriações da história da arquitetura, tem resultado numa cidade de paisagem heterogênea e em transformação contínua. As edificações, é claro, por mais avançadas que sejam as técnicas construtivas contemporâneas e por mais rápido que a moda em arquitetura possa mudar, tendem a mudar muito lentamente em comparação com o ritmo de outros ramos da economia, como o caso dos automóveis ou do vestuário. Porém, quando se trata de sua imagem exterior, suas fachadas e elementos mais superficiais, a velocidade das mudanças é bastante considerável. Em sua leitura de Las Vegas, Robert Venturi e seus cooperadores já destacavam esse fenômeno ao reconhecer na arquitetura comercial uma ruptura entre a edificação e a fachada, convertida em anteparo publicitário. Com isso, a produção arquitetônica comercial aproxima-se da atividade cenográfica, afastando-se conceitualmente do universo tradicional da arquitetura tornando-se uma atividade essencialmente publicitária e teatral. Em alguns casos, como à beira de vias de alta velocidade, ocorre mesmo um descolamento físico entre a edificação e o conteúdo publicitário, que se converte em grandes totens ao lado das pistas de veículos, ao mesmo tempo que as edificações sinalizadas por eles tornam-se objetos mais simples e quase sempre rodeados por um mar de veículos estacionados.

Em suma, essa *Paisagem Líquida* é resultante do entrelaçamento desses fenômenos: a homogeneidade dos espaços mais incluídos na globalização e sua correlata diferenciação e desconexão em relação à paisagem urbana pré-existente e não atualizada; a conversão das áreas comerciais em cenários onde as marcas competem entre si pelos olhos de seus usuários; e, ligada a esse último aspecto, a atenuação da importância das edificações na constituição da paisagem das cidades em favor da força persuasiva e da facilidade de substituição que as peças publicitárias oferecem às demandas do mercado.

3.3. A Urbanização Líquida

Bauman emprega em seu *City of Fears, City of Hopes* a expressão Cidade Líquido-Moderna. Como explicado, ele referiu-se sobretudo à realidade de um único sistema urbano e sua relação com o espaço de fluxos. Neste trabalho, por sua vez, é proposto o emprego do conceito mais amplo de *Urbanização Líquida*. Com ele, além de caracterizar a dinâmica local

dos centros urbanos, é possível acomodar melhor os fenômenos apresentados ao longo do primeiro capítulo.

Para encerrar esse capítulo, convém apresentar de maneira mais clara o que se quer dizer com Urbanização Líquida. Em primeiro lugar, essa expressão refere-se ao conjunto de fenômenos que a urbanização ocidental (o recorte desta reflexão) tem passado em decorrência de sua passagem da fase sólida da modernidade para a líquida. Essa transição que, como visto, tem derretido as estruturas produzidas no contexto anterior e colocado as diversas dimensões da vida em uma condição de contínua instabilidade e incerteza, também tem alcançado a produção do espaço – e o veículo que tem conduzido o calor que derrete os sólidos da primeira modernidade é a globalização. Para integrar-se ao processo globalizador, uma região deve modernizar-se (sair de sua condição não-moderna ou moderna-sólida, conforme cada caso). Na prática, isso implica sua integração ao espaço de fluxos e a correlata adequação de suas regras econômicas (trabalho, comércio exterior, sistema financeiro etc.) para que possa funcionar adequadamente no novo contexto. À medida que essa mutação ocorre e um território passa a operar sob a condição líquido-moderna, seu processo de urbanização progressivamente aproxima-se do quadro geral apresentado aqui.

Como definir, portanto, essa Urbanização Líquida? Não se considera aqui que ela é fruto do acaso ou de forças cegas atuando em um contexto de maior liberdade de movimentos (econômicos e espaciais). Se ela apresenta um padrão geral, significa que as forças que a produzem agem segundo princípios específicos em todos os lugares em que se manifesta – de outro modo, esta tese não seria possível. De um lado, ela é caracterizada por algumas continuidades, como o processo de dispersão espacial ou a submissão do ambiente construído aos mecanismos do mercado. Porém, embora a Urbanização Líquida seja composta por processos que surgiram antes de seu tempo, ela também é caracterizada por novos fenômenos e mutações naquilo que herdou do passado. Assim, diante do exposto e da chave de leitura desenvolvida a partir das reflexões de Zygmunt Bauman, pode-se sintetizar a Urbanização Líquida como um conjunto de processos espaciais decorrentes de transformações em quatro dimensões fundamentais, as quais operam paralelamente e de modo inter-relacionado umas com as outras: a econômica, a político-administrativa, a tecnológica e a dimensão simbólico-emocional.

Do ponto de vista econômico, a urbanização recente tem sido marcada pela grande liberdade de atuação do capital sobre o território. A nova fluidez da economia tem ocasionado reestruturações nas diferentes escalas de articulação entre os espaços urbano e de fluxos. Esse movimento é consequência da contínua busca do capital por localidades onde possa extrair

margens de lucro melhores e crescer. Se a busca é contínua, as reestruturações consequentemente não são realizadas uma única vez e, assim, a configuração do espaço na contemporaneidade torna-se igualmente cambiante ao longo do tempo. O urbano, assim, torna-se uma estrutura maleável, sendo transformado segundo a dança dos fluxos do mercado e passível de ser caracterizado por metáforas relacionadas aos fluidos, como rede global líquida ou estrutura urbana líquida. Dito de outro modo, o capital líquido desestabiliza a organização espacial em todas as escalas.

Além das transformações na estruturação espacial, a presente fluidez do universo econômico tem alterado a aparência das áreas urbanas. De um lado, em toda parte onde os fluxos transnacionais operam, percebe-se o surgimento de empreendimentos semelhantes, aplicando as mesmas fórmulas urbanísticas e arquitetônicas independente do contexto em que se encontram. Essas paisagens urbanas repetem-se e funcionam como sinalizadores dos trechos da cidade que se relacionam de modo mais intenso com o fenômeno da globalização. Associado a isso, a intensa apropriação da cidade pela dimensão econômica tem tornado suas áreas comerciais territórios produzidos segundo princípios cenográficos, com a arquitetura assumindo papel secundário na construção da paisagem (que, por sua vez, é convertida em um imenso artefato publicitário).

Do ponto de vista político-administrativo, a mudança da fase sólida para a líquida, como Bauman apresenta, significou a redução do poder dos Estados devido ao estabelecimento das forças econômicas transnacionais. Com isso, reduziu-se em grande medida a capacidade dos governos de conformar o ambiente construído e, como consequência, a ação dos governos migrou da ênfase na estruturação do território para se concentrar na tarefa de captação das forças que, em seu lugar, passaram a estruturar o espaço. Não só isso, mas a própria ideia de um único agente (no caso, o Estado) conformar ativamente os núcleos urbanos tem se tornado suspeita para os defensores da nova liberdade. Nesse contexto, a cidade tende a ser encarada pela administração pública de modo semelhante aos outros ramos da economia, substituindo a concepção da cidade como um direito pela de cidade como uma mercadoria. Para operacionalizar a nova função do poder público, a teoria urbana desenvolveu um outro instrumental, onde os planejadores afastam-se da anterior função de ordenamento do sistema urbano para assumir uma postura de desenvolvedores de estratégias (ágeis e de curto prazo) capazes de atrair investimentos e fomentar o crescimento local: o Planejamento Líquido-Estratégico.

Uma terceira dimensão refere-se ao impacto que as novas tecnologias têm ocasionado à urbanização. Embora não se possa considerar que as inovações sejam as causadoras das

transformações, a forma e a profundidade com que os fenômenos da Urbanização Líquida ocorrem é proporcional à capacidade com que cada território tem de incorporar tais avanços à sua realidade⁹⁷. Sobretudo, a presente fluidez do capital só é possível devido à existência das redes de computadores e aos profundos incrementos na capacidade de transporte de pessoas e mercadorias ocorridos nas últimas décadas. Essa relação, entre as inovações tecnológicas e a urbanização, também pode ser rastreada até os primórdios da própria modernidade (desde as grandes navegações, passando pela máquina a vapor, a eletricidade, o telégrafo etc.), embora no presente a capacidade de comunicação em tempo real tenha adicionado novos elementos ao processo.

Além de permitir as rápidas e contínuas realocações das atividades econômicas nas diversas escalas do urbano, as novas tecnologias também têm impactado o modo como as pessoas vivenciam o espaço. Entre as mudanças mais importantes, destaca-se o surgimento de padrões difusos de deslocamento no interior das áreas urbanas e o alargamento da escala local, permitindo que as pessoas consigam desenvolver suas atividades diárias em âmbito regional. Não só isso, mas tais avanços têm aberto as portas para uma inédita aproximação funcional entre áreas localizadas em diferentes partes do mundo e, ao mesmo tempo, as tem distanciado dos territórios que, mesmo fisicamente próximos, são menos envolvidos com os fluxos econômicos da globalização

Em outras palavras, as novas tecnologias oferecem o substrato material para que os fluxos econômicos e de pessoas possam ocorrer do modo descrito neste trabalho. Porém, elas não carregam esses fluidos como tubulações: sua topologia reticular (sobretudo dos sistemas informacionais) pede um outro tipo de metáfora, menos determinada do ponto de vista geométrico, como uma esponja ou algum outro material poroso através do qual os líquidos possuem liberdade para fluir em qualquer direção. Cabe ainda dizer que, como o acesso às estruturas integrantes da esponja é desigual, o território conformado pelas forças da globalização também é desigual e tende a produzir transformações em apenas certas porções das cidades, ocasionando o que se referiu por cidade bipartida e decantação urbana.

Em último lugar, a urbanização recente também é conformada por relações que se dão no universo dos significados e das emoções (dimensão simbólico-emocional). Bauman afirma que, no presente, tem ocorrido uma intensa corrida por segurança e afirmação social. Embora o instinto de autopreservação ou a busca por bem-estar e reconhecimento sejam considerados naturais ao ser humano, no contexto da Modernidade Líquida tais desejos encontram-se

⁹⁷ Como Milton Santos afirma ao propor o conceito de meio técnico-científico-informacional.

exacerbados: de um lado, como consequência da instabilidade do presente e da incerteza em relação ao futuro; de outro, pelo apelo ao consumo, por parte do mercado, como forma de satisfação de tais anseios.

Com isso, a sociedade líquido-moderna tem se voltado em grande medida para o consumismo e a segregação social na esperança de, pelo menos, mitigar suas angústias. Seja pelo medo relacionado à presença do estranho (a quem falsamente é atribuída a causa dos temores contemporâneos) ou pelo anseio por não se sentirem inadequados, os indivíduos têm procurado afastar-se dos espaços e grupos sociais considerados perigosos ou tachados como inaptos para a corrida da vida líquida. Ao encontro disso, o mercado imobiliário tem criado produtos que prometem curar tais moléstias – mas, ao fazê-lo, apenas contribui para intensificar o problema, sobretudo em função das estratégias de manipulação simbólica de seus apelos publicitários.

Essas ansiedades (e o mercado que elas movimentam e que, por sua vez, as retroalimenta), juntamente com o persistente aumento da desigualdade de renda das últimas décadas, têm ocasionado o surgimento de duas categorias básicas de espaços (as áreas prósperas e os crescentes territórios de estagnação econômica). Não só isso, mas os sentimentos referidos têm contribuído para que estratégias de forte segregação socioespacial ganhem ímpeto, resultando no surgimento de verdadeiras novas cidades dentro das existentes, formadas pela associação de ilhas de prosperidade separadas do restante da cidade em todos os aspectos: morfológico, visual, sociocultural, econômico e simbólico.

Referido neste capítulo por Decantação Urbana, esse fenômeno manifesta a crescente desigualdade entre ricos e pobres, mas sobretudo a erosão dos sentimentos de civilidade e cidadania decorrentes da instabilidade da existência líquida. Assim, no lugar de soluções efetivas de combate ao medo líquido, é o consumo que tem se apresentado como remédio – e seu efeito é justamente o de intensificar as ansiedades, mantendo em movimento a decantação. Com isso, toda a população é seduzida para viver em tais territórios, pois neles supostamente vive-se em segurança, em coesão social (retrotópica) e alcança-se a realização pessoal. Com isso, essa Cidade Líquido-Moderna, bipartida, torna-se dividida entre os espaços sinalizadores de sucesso individual (sobretudo as *Edge Cities*) e o restante da cidade, seus espaços públicos tradicionais (não revitalizados) e demais áreas comerciais e residenciais, reputados como localidades destinadas àqueles que não conseguiram *chegar lá* (e a culpa é deles, uma vez que possuem em suas mãos a liberdade para se autodeterminar, segundo o discurso corrente).

Finalmente, é possível ainda mais um passo na sintetização dos resultados da pesquisa, definindo a Urbanização Líquida como sendo *um padrão de urbanização marcado pela*

contínua desestabilização espacial, em todas as escalas, decorrente da natureza fluida do capital na contemporaneidade. Além disso, por ocorrer em um contexto de generalizada precariedade existencial, esse processo engendra um espaço urbano fortemente desigual, segregando espacialmente e classificando simbolicamente seus habitantes conforme suas capacidades individuais de consumo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Zygmunt Bauman afirmava que muitos de seus *insights* decorreram de obras literárias. De fato, a literatura (e as demais artes), para além da fruição estética, muitas vezes fornece leituras bastante pertinentes sobre o homem ou a sociedade⁹⁸. No caso específico da modernidade, sem ignorar a contribuição das demais artes, a produção literária e a cinematográfica se destacam na criação de histórias carregadas de análises e críticas sobre os tempos modernos – como a comédia homônima de Chaplin (1936) ou o *Metropolis* (1927), de Fritz Lang.

Pegando carona no último, o tema da distopia talvez seja o mais profícuo quando se considera a contribuição das artes para a análise da modernidade. Se por um lado o *Utopia* de Morus foi importante semente do pensamento moderno e suas esperanças, de outro, a distopia oferece material revelador dos aspectos mais sombrios da vida moderna. A partir do pensamento de Bauman, pode-se classificar as distopias modernas entre aquelas da fase sólida (relacionadas ao mal-estar causado pelo excesso de segurança) e as produzidas no contexto presente, fruto da ansiedade relacionada à falta de segurança *coletivamente produzida*, para empregar a expressão de Bauman. O primeiro tipo, que se refere ao temor de o Leviatã, em algum momento, avançar seus limites e colonizar o espaço privado, encontra no romance *1984*, escrito em 1949 por George Orwell um dos mais interessantes exemplos: um território controlado por um Estado totalitário, onde o individualismo, o pensamento livre e todas as áreas da vida são subordinadas à vontade estatal, personificada na figura do *Grande Irmão* (*Big Brother*), o líder do Partido do governo. O personagem principal, por sua vez, é um funcionário público encarregado de editar os fatos históricos segundo a narrativa do Partido, mas que, internamente, deseja o fim do regime.

1984 foi posteriormente adaptado para o cinema, em 1956 e 1984 (como não poderia deixar de ocorrer). Porém, a profecia não se cumpriu. Em nome dela, o jogo foi transtornado e o mal-estar da modernidade deixou de ser causado pelo excesso de segurança para decorrer de sua falta. Por isso, a obra de ficção que nos dias presentes mais se aproxima de um possível futuro distópico deve ser outra. No período da vida de Orwell, quando algumas ideologias disputavam entre si o posto de projeto ideal de sociedade moderna, a situação descrita em sua distopia foi, em certa medida, realidade por algum tempo e em alguns casos – nesse sentido,

⁹⁸ E essa relação também pode se dar no sentido inverso: o universo artístico exercendo influência sobre a sociedade, ao lado da produção filosófica, científica e política. Entre os exemplos mais interessantes, pode-se citar o livro *Utopia* (1516) de Thomas Morus (1478-1535) e seu importante papel na construção da visão de mundo moderna.

seu livro pode ser menos um temor do futuro do que uma denúncia de certas realidades. No pós-guerra, porém, apenas o regime soviético sobreviveria, mas mesmo entre as democracias o mal-estar da segurança foi sentido e, como visto, a partir da segunda metade da década de 1960, uma ebulição contestatória abalou o ocidente. Esse movimento, segundo Bauman, fez parte do processo que conduziria à transição para a fase líquido-moderna. Passadas algumas décadas, a nova condição já se apresentava com maior clareza e, novamente, uma obra artística pode ser tomada enquanto leitura social e profecia distópica: *Blade Runner, o caçador de andróides* (Ridley Scott, 1982). Inspirado em um romance *cyberpunk* de 1968⁹⁹, o futuro sombrio não é fruto da ação de um poderoso Leviatã hobbesiano, mas resultado do avanço de uma grande empresa tecnológica e seu domínio sobre um Estado diminuto (que, no filme, aparentemente se dedica apenas a punir os transgressores da lei). Ambientado em Los Angeles no ano de 2019, o filme retrata uma sociedade em que a natureza foi devastada e os indivíduos vivem abandonados à sua própria sorte em uma gigantesca cidade cosmopolita, visualmente dominada por imagens publicitárias e dividida entre uma pequena elite (auto)segregada e uma imensa multidão ocupando a cidade restante e seus espaços públicos precários. Sobre esse pano de fundo distópico que, sozinho, já aborda diversos temas, o foco do enredo é a discussão sobre os limites éticos da engenharia genética e, sobretudo, o próprio significado da vida humana.

A partir das reflexões de Zygmunt Bauman, o que se denomina aqui de Urbanização Líquida pode ser compreendido como a manifestação geográfica da tendência que a sociedade contemporânea apresenta de se aproximar do mundo retratado no filme dirigido por Scott: o poder sendo drenado das mãos do Estado para uma outra, invisível e resultante da competição de interesses particulares, assim como a intensificação do emprego das TIC's nas diversas dimensões da vida em sociedade. A consequência disso é o surgimento de um processo de urbanização marcado por duas características principais: um contínuo processo de desestruturação e reestruturação da estrutura espacial em todas as escalas, decorrente da natureza fluida do capital e da reduzida ação coercitiva do Estado; e, a outra característica, relacionada a essa, é o que se denominou de Decantação Urbana, uma profunda e contínua ruptura na unidade do espaço urbano, resultante da crescente desigualdade socioeconômica que a presente condição tem ocasionado, dividindo espacial e simbolicamente as pessoas com base em suas capacidades de consumo.

⁹⁹ De nome *Do Androids dream of electric sheep?* de Philip K. Dick. No Brasil saiu com o título *Andróides sonham com carneiros elétricos?* (publicado pela editora Biblioteca do Exilado em 1989).

Diante das relações desenvolvidas, é seguro afirmar que a premissa central da pesquisa possui coerência. A teoria de Bauman, sobretudo os elementos selecionados no segundo capítulo, apresenta um quadro da sociedade contemporânea que permite relacionar a produção do espaço recente com as outras dimensões da totalidade social, sobretudo com seus fatores econômico, político, tecnológico e sociocultural. Em especial, não foi mera força de expressão o emprego da metáfora da liquidez para os fenômenos urbanos considerados neste trabalho. Embora o ambiente construído seja naturalmente menos passível de transformações rápidas em comparação com outros objetos (como dispositivos eletrônicos, peças de vestuário e similares), quando se considera o ritmo presente das mudanças em relação a outros momentos da história da urbanização, é possível se referir a uma Urbanização Líquida. Não só isso, mas o fenômeno da dispersão espacial (considerando tanto do ponto de vista morfológico quanto da difusão do *status* urbano para o campo), geralmente tido como elemento central para se definir a produção recente do espaço, emprega uma terminologia (dispersão, difusão, espraiamento etc.) cujo significado implica um objeto eminentemente dinâmico e que resiste aos esforços de ser contido ou estabilizado – e essas não são características essenciais dos fluidos?

Por outro lado, por se tratar de uma investigação de cunho teórico e que operou predominantemente com abstrações produzidas por outras reflexões, reconhece-se que os resultados obtidos, mesmo se considerados coerentes do ponto de vista de seu encadeamento lógico, necessitam de pesquisas ulteriores voltadas para a confrontação da interpretação apresentada com casos concretos e dados quantitativos. Porém, a partir da hipótese de trabalho proposta, considera-se que o resultado do trabalho foi satisfatório.

Em relação ao percurso investigativo realizado, algumas considerações se fazem necessárias. Esta tese nasceu de duas motivações. A primeira e principal razão decorreu de reflexões pessoais sobre como muitos de nós, estudiosos da urbanização, temos abordado o fenômeno urbano contemporâneo, especialmente a dispersão espacial. Os efeitos negativos da dispersão sejam conhecidos e, ao mesmo tempo, as vantagens da criação de centros urbanos *adensados e de uso misto* (como propõe a agenda da ONU) não são ignoradas. Uma inquietação surgiu, porém, do fato que esse debate tem sido levado, especialmente entre arquitetos, não raro de modo simplificado – reduzindo a questão ao entendimento que a dispersão é inerentemente um problema e a cidade compacta é a solução (ou melhor, A Solução). Embora o próprio autor desta tese seja entusiasta de núcleos urbanos *adensados*, o fato de a dispersão ser um fenômeno que tem acompanhado as cidades ocidentais desde a revolução industrial e, mesmo sendo combatida por parte considerável das teorias e planos urbanísticos mais influentes, pareceu apropriado compreender melhor suas causas e, talvez, tomá-la como algo mais do que apenas

um problema ou fruto de *mal planejamento*. A partir dessa suspeita intelectual, desenvolveu-se em um primeiro momento um projeto preliminar de pesquisa que objetivava olhar com mais cuidado para esse debate. Porém, percebeu-se a necessidade de, mais do que analisar o debate, compreender por que as teorias e planos de combate à dispersão não obtêm sucesso. Para isso, optou-se por deixar de lado a análise das vantagens e desvantagens do adensamento frente à dispersão para se voltar à compreensão dos fatores que têm produzido esse tipo de espaço a despeito das intenções, teorias e políticas voltadas para sua superação. Assim, a indagação preliminar se converteu na questão que ocasionou a formulação da hipótese do trabalho: *por que o espaço urbano contemporâneo é assim?*

Essa inquietação intelectual nasceu, por sua vez, da prática docente desenvolvida por este autor em disciplinas de teoria e planejamento urbano, e ainda como desdobramento de sua dissertação de mestrado no âmbito da geografia. Em especial, a segunda fonte (o mestrado) se ocupou especificamente da caracterização da urbanização contemporânea. Ali, a pesquisa se voltou para a construção de uma síntese dos principais aspectos do fenômeno urbano recente, constituindo valioso ponto de partida para a construção do primeiro capítulo desta tese. A fim de se evitar que a primeira parte da tese se tornasse uma síntese da dissertação, buscou-se caracterizar o fenômeno urbano recente segundo uma outra abordagem: dando uma maior ênfase em seu caráter processual e histórico, o que levou, inclusive, à consideração de um recorte temporal mais ampliado. Acima de tudo, a distinção é também de caráter qualitativo: no mestrado, buscou-se caracterizar a urbanização contemporânea, oferecendo uma sistematização de seus fenômenos; aqui, volta-se para a compreensão das causas da urbanização, a relação entre a sociedade contemporânea e o espaço que ela produz. A segunda motivação é de cunho pessoal, pois se trata do anseio de contribuir para a produção de cidades mais justas, menos agressivas ao meio ambiente e mais agradáveis para se viver. Como arquiteto docente e proprietário de um escritório de projeto, o autor deseja contribuir para o aprendizado daqueles que estão ao seu redor, assim como participar da produção de conhecimento que ofereça subsídios para a transformação da realidade urbana contemporânea.

Foi a partir dessas reflexões que se chegou à escolha do trabalho de Zygmunt Bauman e à estruturação da metodologia deste trabalho. Esse sociólogo, por sua vez, também foi escolhido pela oportunidade de empregar um referencial teórico para a interpretação do espaço

contemporâneo diverso do pensamento marxista, que tem sido predominantemente em trabalhos semelhantes a este¹⁰⁰.

Em relação aos desafios decorrentes encontrados na pesquisa, pode-se destacar o processo de construção do que se denominou aqui de *matriz* analítica, uma vez que demandou a compreensão de conceitos externos ao do campo da arquitetura (e da geografia), especialmente a leitura de textos de sociologia, filosofia e história. Ainda, a eclosão da pandemia trouxe dificuldades para a finalização da escrita do trabalho, em função das adaptações necessárias ligadas ao trabalho e à vida doméstica.

Finalmente, é importante apresentar os caminhos passíveis de serem desdobrados em novas pesquisas. De certo modo, algumas possibilidades já foram mencionadas nessas considerações, como a importância de análises de casos concretos a partir dos enunciados construídos aqui. Em especial, seria interessante compreender, dentre outras coisas, até que ponto as metrópoles brasileiras experimentam os fenômenos característicos da Urbanização Líquida ou, no caso das cidades médias, se os processos se manifestam do mesmo modo que nas grandes cidades.

Um outro caminho seria a confrontação do conceito de Cidade Compacta com a matriz analítica *baumaniana* desenvolvida. Em certa medida (e indiretamente), os resultados apresentados no capítulo anterior já insinuam uma resposta preliminar (um esboço de uma hipótese), uma vez que, se a Urbanização Líquida decorre da presente condição da sociedade, apenas com a transformação dessa seria possível transformar o padrão de produção do espaço. Sabe-se, porém, que os princípios propostos pela ONU têm sido aplicados em algumas regiões do mundo e tais casos poderiam ser analisados a fim de verificar se a solução compacta consegue se manter ao longo do tempo ou se os fenômenos aqui mencionados a suplantariam de algum modo. Interessante que a própria eclosão da pandemia (e as previsões de que tais eventos serão cada vez mais comuns em função da globalização) levanta outras questões para o debate acerca do adensamento populacional.

Um terceiro desdobramento seria o emprego de outros aspectos da interpretação de Bauman na leitura do urbano. Como dito, esse sociólogo lida com uma ampla gama de temas que, além dos que foram abordados no segundo capítulo, poderiam fornecer perspectivas interessantes sobre outros aspectos da produção das cidades. Como exemplo, poderia ser

¹⁰⁰ Isso não quer dizer que se despreza a contribuição de tais interpretações, nem que se ignora a influência das mesmas no pensamento de Bauman, como se afirmou no segundo capítulo. O objetivo foi, apenas, desenvolver uma leitura do fenômeno a partir de outro olhar.

investigado o modo como a fragilização dos relacionamentos humanos (discutida por Bauman sobretudo no livro *Amor Líquido*) impacta a produção habitacional ocidental (ou brasileira).

Como dito, os últimos meses da pesquisa ocorrem em meio à eclosão da pandemia do novo coronavírus. Para além das dificuldades cotidianas, esse evento tem levado políticos, cientistas e intelectuais a anunciar o fim de uma etapa na história da civilização ocidental – justamente o fim (ou, ao menos, uma mitigação) da condição líquido-moderna. Claro que é cedo para se afirmar coisas assim, inclusive porque a própria pandemia ainda não foi superada. Interessante que o fim do mundo líquido já havia sido anunciado anteriormente (mas sem sucesso), seja no contexto dos ataques de 11 de setembro de 2001, com a crise financeira de 2008 ou com certa mudança de postura do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, nos últimos anos, tem reconhecido as limitações da proposta neoliberal.

Talvez, a superação da condição líquida esteja se arrastando ao longo das primeiras décadas do presente século – ou, pelo contrário, essa etapa ainda perdurará por tempo considerável. Ao mesmo tempo, algumas vozes têm proposto a criação de algum tipo de *welfare* para tempos transnacionais (como o próprio Bauman e Ulrich Beck propuseram), a fim de fortalecer os poderes locais (nacionais) por meio da criação de regras igualmente globais que possam reequilibrar e *reengajar a política com o poder*. Para além das possibilidades e proposições, os eventos recentes têm tornado ainda mais relevante um outro conceito, proposto em 1986 pelo mesmo Beck e denominado *Sociedade de Risco*, enfatizando as consequências negativas do processo modernizador, que continuamente flerta com a destruição das bases naturais e sociais (em sentido *lato*) da existência humana.

A cidade moderna (não no sentido da linguagem, mas histórico e social), assumiu várias formas desde o Renascimento. Apesar de suas diferenças, o que permite abarcar um intervalo de tempo tão amplo, a ponto de incluir tanto suas primeiras expressões italianas (como em Ferrara ou Palmanuova) quanto as vastas regiões urbanizadas do nordeste norte-americano dos dias atuais, é justamente a compreensão de que a sociedade e, em específico, o ambiente no qual a vida se desenrola, não são fixos, mas produto das decisões humanas e, assim, responsabilidade nossa.

Referências

- AHLFELDT, G.; PIETROSTEFANI, E. **Demystifying Compact Urban Growth: Evidence From 300 Studies From Across the World**. Disponível em: <<http://www.coalitionforurbantransitions.org/>>.
- ALVES, A. **Teoria da Contabilidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
- ALVES, H. V. S. **Urbanização Contemporânea: uma contribuição para o estudo das cidades**. [s.l.] Universidade Federal de Uberlândia, 2013.
- ARANTES, O. **Urbanismo em Fim de Linha**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- ASCHER, F. **Metapolis: acerca do futuro da cidade**. 1ª ed. Oeiras: Celta, 1998.
- _____. **Os novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998a.
- _____. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.
- _____. **Globalização - as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **City of Fears, City of Hopes**. London: Goldsmith's College, 2003.
- _____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007a.
- _____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007b.
- _____. **Segurança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- _____. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2017.
- BECK, U. **O que é Globalização? Equívocos do Globalismo, respostas à Globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BECK, U. **Sociedade de risco - rumo a uma outra modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENEVOLO, L. **As Origens da Urbanística Moderna**. 2ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1987.
- _____. **A Cidade na História da Europa**. 1ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1994.
- _____. **História da Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BLISS, L. **Another Study Blames Uber and Lyft for Public Transit's Decline**. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-01-24/do-uber-and-lyft-really-drive-down-transit-ridership>>.
- BRANDÃO, C. A. L. **Arquitetura, Humanismo e República - A atualidade do De re aedificatoria**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- BREHENY, M. Centrists, Decentrists and Compromisers: Views on the Future of Urban Form. In: JENKS, M.; BURTON, E.; WILLIAMS, K. (Eds.). **The Compact City: A Sustainable Urban Form?** Oxford: Taylor Francis Group e-library, 2005.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- BURGESS, R. The Compact City Debate: A Global Perspective. In: JENKS, M.; BURGESS, R. (Eds.). **Compact Cities: Sustainable Urban Forms for Developing Countries**. Londres: Taylor & Francis Group, 2004.
- BURTON, E.; JENKS, M.; WILLIAMS, K. (EDS.). **The Compact City: a Sustainable Urban Form?** Oxford: Taylor Francis Group e-library, 2005.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **A Sociedade em Rede**. 2ª ed ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOAY, F. O Reino do Urbano e a Morte da Cidade. **Projeto História**, v. 18, n. maio, p. 67-89, 1999.

- _____. **O Urbanismo**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CORBUSIER, L. **Os Três Estabelecimentos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **O Urbanismo**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CORRÊA, R. L. Processos Espaciais e a Cidade. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 121–143.
- COULANGES, N. D. F. DE. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70 Lda, 1996.
- DANTZIG, G. B.; SAATY, T. L. **Compact City: a plan for a liveable urban environment**. São Francisco: W. H. Freeman and Company, 1973.
- DELFANTE, C. **A Grande História da Cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- DUANY, A.; PLATER-ZYBERK, E.; SPECK, J. **Suburban Nation: The Rise of Sprawl and the Decline of the American Dream**. 10º Aniver ed. New York: [s.n.].
- DUIGNAN, B. **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Enlightenment-European-history>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- DYOS, H. J. **Victorian Suburb: a study of the growth of Camberwell**. 4ª ed. Leicester: Leicester University Press, 1961.
- EISENSTADT, S. N. Modernidades Múltiplas. **Sociologia, problemas e práticas [online]**, v. 35, n. abril, p. 139–163, 2001.
- FARR, D. **Urbanismo Sustentável: Desenho Urbano com a Natureza**. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FERGUSON, N. **Civilization: the West and the Rest**. New York: Penguin Books, 2012.
- FERRARI, C. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979.
- FILHO, C. M. C. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos - o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- FISHMAN, R. **Bourgeois Utopias: The Rise And Fall Of Suburbia**. Nova Iorque: Basic Books, 1989.
- GARREAU, J. **Edge City: life on the new frontier**. Nova Iorque: Anchor, 2011.
- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. **Modernização Reflexiva - política, tradição e estética na ordem social moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- GOFF, J. LE. **A História deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- GRUDIN, R. **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/humanism/Basic-principles-and-attitudes>>. Acesso em: 20 set. 2003.
- GUELL, J. M. F. **Planificación estratégica de ciudades**. 2ª ed. Barcelona: GG, 2000.
- GUMUCHDJIAN, P.; ROGERS, R. **Cidades para um Pequeno Planeta**. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.
- HALL, P. **Cidades do Amanhã**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: [s.n.].
- HEGEL, G. W. F. **A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **The Age of Revolution: 1789-1848**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2010.
- _____. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

- _____. **A era do capital: 1848-1875**. 21^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HOWARD, E. **Garden Cities of To-morrow**. 2^a ed. Londres: Swan Sonnenschein & Co, Ltd, 1902.
- HUNTINGTON, S. P. The clash of civilizations? **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, p. 22–49, 1993.
- JACOBS, J. **Morte e Vidra de Grandes Cidades**. 3^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- KUNSTLER, J. H. **The Geography of Nowhere: the Rise and Decline of America's Man-Made Landscape**. 20^o aniver ed. New York: Pressbooks, 2013.
- LAMAS, J. M. R. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 6^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- LEEDS, U. OF. **The Bauman Institute for Critical Sociology**. Disponível em: <<https://baumaninstitute.leeds.ac.uk/bauman-archive/living-bibliography/>>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. **Os tempos Hipermodernos**. São Paulo: [s.n.].
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. 8^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- MARICATO, ERMÍNIA; ARANTES, OTÍLIA; VAINER, C. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Ridendo Ca ed. Londres: [s.n.].
- MATTHEY-DORET, A. **The Compact City: A Dead-end for Urban Sustainability? An analysis of the Compact City's Desirability Dimension A Case Study of Geneva**. [s.l.] Lund University, 2015.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MUÑOZ, F. **Urbanización: paisajes comunes, lugares globales**. 1^a ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- NAIRN, I. Outrage. **Architecture Review**, jun. 1955.
- NESBITT, K. (ORG). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac-Naify, 2006.
- NEUMAN, M. The Compact City Fallacy. **Journal of Planning Education and Research**, v. 25, p. 11–26, 2005.
- OSTRY, J. D.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. Neoliberalism: oversold? **Finance & Development**, v. 53, n. June 2, p. 38–41, 2016.
- PAVESI, L. Ian Nairn, Townscape and the Campaign Against Subtopia. **Focus**, v. 10, n. 1, 2013.
- _____. **A recepção e difusão das teorias Townscape na Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Brasil, nos anos de 1950 a 1980**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2015.
- REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia - do Humanismo a Kant - Vol. 2**. 2^a ed. São Paulo: Paulus, 1990.
- _____. **História da Filosofia - de Spinoza a Kant - Vol. 4**. São Paulo: Paulus, 2005a.
- _____. **História da Filosofia - Do Romantismo ao Empiricriticismo - vol. 5**. São Paulo: Paulus, 2005b.
- REIS, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **Notas Sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. 1^a ed. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- REIS, N. G.; BENTES, J. C. DA G. **URBANIZAÇÃO DISPERSA E NOVAS FORMAS DE TECIDO URBANO: ESTUDOS, DIÁLOGOS E DESAFIOS**. Anais do IV Enanparq.

- Anais...**Porto Alegre: ANPARQ, 2016Disponível em: <[http://anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO_45/S45-00-GOULART_REIS, N; GAMA BENTES, J.pdf](http://anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO_45/S45-00-GOULART_REIS,_N;_GAMA_BENTES,_J.pdf)>
- RELPH, E. **A Paisagem Urbana Moderna**. Rio de Janeiro: Edições 70 Lda, 1990.
- ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997.
- _____. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSSI, M. **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Hegelianism/Sociopolitical-radicalism>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- RYBCZYNSKI, W. **Makeshift Metropolis: ideas about cities**. Nova Iorque: Scribner, 2010.
- SANTOS, D. M. B. DOS. Zygmunt Bauman: vida, obras e referências autorais. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 4, n. 8, p. 83–113, 2014.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e o meio técnico-científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SASSEN, S. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SECCHI, B. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOJA, E. W. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.
- SOUZA, C. L. DE; AWAD, J. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- TAVOLARI, B. **AirBnB: do compartilhamento do quarto vazio à exploração por empresas**. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/airbnb-do-compartilhamento-do-quarto-vazio-a-exploracao-por-empresas/>>.
- TREVISAN, R. **Villes Nouvelles parisienses: um savoir-faire**. XIV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...**Rio de Janeiro: ANPUR, 2011
- UNITED NATIONS. **The World's cities in 2016**, 2016.
- _____. **New Urban Agenda**. Quito: United Nations, 2017
- _____. **World Social Report 2020 - Inequality in a rapidly changing world**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020-FullReport.pdf>>.
- UNWIN, R. **Town Planning in Practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs**. London: Longmans, Green & Co, 1909.
- VARGAS, H. C. (ORG); CASTILHO, A. L. H. DE (ORG). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2006.
- VÁZQUEZ, C. G. **Ciudad Hojaldre: visiones urbanas del siglo XXI**. 1ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.
- VENTURI, R.; BROWN, D. S.; IZENOUR, S. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 2001.
- ZUCCONI, G. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Apêndice

Lista completa das publicações de Zygmunt Bauman:

- (1957): *Zagadnienia centralizmu demokratycznego w pracach Lenina* [*On Democratic Centralism in the Works of Lenin*]. Warszawa: Książka i Wiedza.
- (1959): *Socjalizm brytyjski: Źródła, filozofia, doktryna polityczna* [*British Socialism: Origins, Philosophy, Political Doctrine*]. Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe.
- (1960): *Cztery szkice socjologiczne* [*Career: Four Sociological Sketches*]. Warszawa: Iskry.
- (1960): *Klasa – ruch – elita. Studium socjologiczne dziejów angielskiego ruchu robotniczego*. Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe. English translation was published in 1972; see below.
- (1960): *Z dziejów demokratycznego ideału* [*The History of the Democratic Ideal*]. Warszawa: Iskry.
- (1961): *Z zagadnień współczesnej socjologii amerykańskiej* [*On Contemporary American Sociology*]. Warszawa: Książka i Wiedza.
- (1962): *Socjologia na co dzień* [*Everyday Sociology*]. Warszawa: Iskry.
- (1962): *Spółczesność, w którym żyjemy* [*The Society We Live In*]. Warszawa: Książka i Wiedza.
- (1962): *Zarys socjologii. Zagadnienia i pojęcia* [*Outline of Sociology: Issues and Concepts*]. Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe.
- (1962): (with S. Chodak, J. Strojnowski, J. Banaszkiwicz), *Systemy partyjne współczesnego kapitalizmu* [*The Party Systems in the Contemporary Capitalism*], Warszawa: Książka i Wiedza.
- (1963): *Idee, ideały, ideologie* [*Ideas, Ideals, Ideologies*]. Warszawa: Iskry.
- (1964): *Wizje ludzkiego świata. Studia nad społeczną genezą i funkcją socjologii* [*Visions of the Human World: Studies on the Social Genesis and Function of Sociology*]. Warszawa: Książka i Wiedza.
- (1964): *Zarys marksistowskiej teorii społeczeństwa* [*Outline of the the Marxist Theory of Society*]. Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe.
- (1966): *Kultura i Społeczeństwo. Preliminaria* [*Culture and Society: Preliminaries*]. Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe.

- (1972): *Between Class and Elite. The Evolution of the British Labour Movement. A Sociological Study*, Manchester: Manchester University Press. The book was originally published in Polish in 1960; see above.
- (1973): *Culture as Praxis*. London: Routledge & Kegan Paul. [Republished in 1999 with a new foreword].
- (1976): *The Active Utopia*. London: George Allen & Unwin Ltd
- (1976): *Towards a Critical Sociology: An Essay on Common-Sense and Emancipation*. London: Routledge & Kegan Paul.
- (1978): *Hermeneutics and Social Science: Approaches to Understanding*. London: Hutchinson.
- (1982): *Memories of Class: The Pre-History and After-Life of Class*. London: Routledge & Kegan Paul.
- (1987): *Legislators and Interpreters: On Modernity, Postmodernity and Intellectuals*. Cambridge: Polity Press.
- (1988): *Freedom*. Milton Keynes: Open University Press.
- (1989): *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press.
- (1990): *Thinking Sociologically*. Oxford: Basil Blackwell.
- (1990): *Paradoxes of Assimilation*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- (1991): *Modernity and Ambivalence*. Cambridge: Polity Press.
- (1991): *Postmodernity: Chance or Menace?* Lancaster: Centre for the Study of Cultural Values.
- (1992): *Intimations of Postmodernity*. London: Routledge.
- (1992): *Mortality, Immortality and Other Life Strategies*. Cambridge: Polity Press.
- (1993): *Postmodern Ethics*. Oxford: Basil Blackwell.
- (1994): *Alone Again: Ethics After Certainty*. London: Demos.
- (1994). *Dwa szkice o moralności ponowoczesnej [Two Sketches on Postmodern Ethics]*. Warszawa: Instytut Kultury.
- (1995): *Life in Fragments. Essays in Postmodern Morality*. Oxford: Basil Blackwell.
- (1995): *Ciało i przemoc w obliczu ponowoczesności [The Body and violence in the contexts of postmodernity]*, Toruń: Wydawnictwo Uniwersytetu Mikołaja Kopernika.
- (1997): *Postmodernity and its Discontents*. Cambridge: Polity Press.
- (1997): (with R. Kubicki, A. Zeidler-Janiszewska), *Humanista w ponowoczesnym świecie. Rozmowy o sztuce życia, nauce, życiu sztuki i innych sprawach*. [A humanist in postmodern

world. Conversations about life, science, the life of art and other things], Poznań: Zysk i i S-ka.

- (1998): *Work, Consumerism and the New Poor*. Milton Keynes: Open University Press.
- (1998): *Globalization: The Human Consequences*. Cambridge: Polity Press.
- (1999): *In Search of Politics*. Cambridge: Polity Press.
- (2000): *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- (2001): *The Individualized Society*. Cambridge: Polity Press.
- (2001): *Community: Seeking Safety in an Insecure World*. Cambridge: Polity.
- (2001): *Conversations with Zygmunt Bauman*, with Keith Tester. Cambridge: Polity.
- (2001): *Thinking Sociologically*, 2nd edition, with Tim May. Oxford: Blackwell Publishers.
- (2002): *Society Under Siege*. Cambridge: Polity.
- (2003): *Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds*. Cambridge: Polity.
- (2003): *City of fears, city of hopes*. London: Goldsmith's College.
- (2004): *Wasted Lives: Modernity and its Outcasts*. Cambridge: Polity.
- (2004): *Europe: An Unfinished Adventure*. Cambridge: Polity.
- (2004): *Identity: Conversations with Benedetto Vecchi*. Cambridge: Polity.
- (2005): *Liquid Life*. Cambridge: Polity.
- (2006): *Liquid Fear*. Cambridge: Polity.
- (2005): (with G. Gajewska), *Nadzieje i obawy płynnej nowoczesności [Hopes and Fears of Liquid Modernity]*, Gniezno: Fundacja Collegium Europaeum Gnesnense.
- (2006): *Moralność w niestabilnym świecie [Morality in an instable world]*. Poznań: Księgarnia św. Wojciecha.
- (2007): *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity.
- (2007): *Consuming Life*. Cambridge: Polity.
- (2007): *Konsumenci w społeczeństwie konsumentów [Consumers in the society of Consumers]*. Łódź: Wydawnictwo Uniwersytetu Łódzkiego.
- (2008): *Does Ethics Have a Chance in a World of Consumers?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- (2008): *The Art of Life*. Cambridge: Polity.
- (2008): *Bauman o popkulturze. Wypisy. [Bauman on popculture. Excerpts]*. (eds.) M. Halawa, P. Wróbel, Warszawa: Wydawnictwa Akademickie i Profesjonalne [the excerpts of Bauman's papers on popular culture].
- (2009): (with R. Kubicki, A. Zeidler-Janiszewska), *Życie w kontekstach. Rozmowy o tym, co za nami i o tym, co przed nami [Life in contexts. Conversations about what lies behind us and*

- what lies ahead of us*], Warszawa: WAiP. (A part of this book was published previously in Polish in 1997 as: *Humanista w ponowoczesnym świecie. Rozmowy o sztuce życia, nauce, życiu sztuki i innych sprawach*).
- (2010). *44 Letters from the Liquid Modern World*. Cambridge: Polity.
- (2010): (with C. Rovirisa-Madrazo), *Living on Borrowed Time: Conversations with Citlali Rovirosa-Madrazo*. Cambridge: Polity.
- (2010): *Między chwilą a pięknem. O sztuce w rozpedzonym świecie [Between the moment and beauty. On art in a runaway world]* Łódź: Wydawnictwo Officyna.
- (2010): *Z deszczu pod rynnę? Przyczynek do dziejów kulturowego patronatu [From being rained on to being under a gutter? A contribution to the history of cultural patronage]* Warszawa: Narodowe Centrum Kultury.
- (2011): *Collateral Damage: Social Inequalities in a Global Age*. Cambridge: Polity.
- (2011): *Culture in a Liquid Modern World*. Cambridge: Polity.
- (2011): *Liquid modern challenges to education, Lecture given at the Coimbra Group Annual Conference – Padova, 26 May 2011*, Padova: Padova University Press.
- (2012): (with M. Bałka), *Bauman / Bałka*, Warszawa: Narodowe Centrum Kultury.
- (2013): (with D. Lyon), *Liquid Surveillance. A Conversation*, Cambridge: Polity.
- (2012): (with R. Mazzeo), *On Education*, Cambridge: Polity.
- (2012): *This is not a Diary*, Cambridge: Polity.
- (2013): *Does the Richness of a Few Benefit us all?* Cambridge: Polity.
- (2013): (with L. Donskis), *Moral Blindness*, Cambridge: Polity.
- (2013): (with S. Obirek), *O Bogu i człowieku*, Kraków: Wydawnictwo Literackie. English translation was published in 2015; see below.
- (2013): (with K. Tester, M. H. Jacobsen), *What use is Sociology?*, Cambridge: Polity.
- (2014): (with C. Bordoni), *State of Crisis*, Cambridge: Polity.
- (2015): (with R. Raud), *Practices of Selfhood*, Cambridge: Polity.
- (2015): (with I. Bauman, J. Kociatkiewicz, M. Kostera), *Management in a Liquid Modern World*, Cambridge: Polity.
- (2015): (with S. Obirek), *Of God and Man*, Cambridge: Polity. The book was originally published in Polish in 2013; see above.
- (2015): (with S. Obirek), *On the World and Ourselves*, Cambridge: Polity.
- (2016): (with L. Donskis), *Liquid Evil*, Cambridge: Polity.
- (2016): (with R. Mazzeo), *In Praise of Literature*, Cambridge: Polity.
- (2016): *Strangers at our Door*. Cambridge: Polity.

(2016): (with E. Mauro), *Babel*, Cambridge: Polity.

(2017): *A Chronicle of Crisis, 2011-16*. London: Social Europe Edition.

(2017): *Retrotopia*. Cambridge: Polity.

(2017): *Szkice z teorii kultury*, Warszawa: Wydawnictwo Naukowe Scholar. English translation was published in 2018 as: *Sketches in the Theory of Culture*. Cambridge: Polity.

(2018): (with T. Leoncini), *Born Liquid*, Cambridge: Polity.